



FACULDADE
ViaSapiens

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
D I R E I T O

Modalidade Presencial

PPC aprovado pela Resolução CONSUP nº 30/2021

FACULDADE VIASAPIENS - FVS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

Modalidade Presencial

TIANGUÁ - CE

2022

DIRIGENTES

Audy Alves de Azevedo Filho
Presidente da Mantenedora

Antônio Carlos Aguiar Dias
Diretor Geral

Pe. Emídio Moura
Diretor Institucional

Francisco Wótilla Carneiro Cruz
Diretor Acadêmica, Administrativo-Financeiro
Procurador Institucional

Raphael Gomes Viana
Coordenador do Curso



Equipe Responsável pela
CONCEPÇÃO do PPC

NDE - Núcleo Docente Estruturante

Me. Raphael Gomes Viana
Me. Thaís de Araújo Dias
Me. Alex da Silva Nascimento
Dr. Diego Petterson Brandão Cedro
Esp. Francisco Maxwânio Parente de Vasconcelos

Equipe Responsável pela REVISÃO
do PPC

Francisco Wótilla Carneiro Cruz
Procurador Institucional

Emanuela Brito de Oliveira
Coordenadora de Pós-graduações

Zélia Maria Souto Fernandes
Bibliotecária

Ato de Aprovação do PPC

PPC aprovado pela Resolução CONSUP
nº30/2021

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| I. PERFIL INSTITUCIONAL | 1 |
| 1. DADOS INSTITUCIONAIS..... | 1 |
| 1.1 MANTENEDORA | 1 |
| 1.2 MANTIDA..... | 1 |
| 2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL..... | 2 |
| 2.1 BREVE HISTÓRICO DO CURSO | 3 |
| 3. DEFINIÇÕES ORGANIZACIONAIS..... | 5 |
| 3.1 MISSÃO | 5 |
| 3.2 VISÃO | 6 |
| 3.3 VALORES..... | 6 |
| 3.3 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS..... | 6 |
| 4. CONTEXTO EDUCACIONAL E INSERÇÃO REGIONAL | 7 |
| 4.1 CONTEXTO EDUCACIONAL E JUSTIFICATIVA PARA A OFERTA DO CURSO | 12 |
| II. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO | 15 |
| 5. DADOS DO CURSO | 15 |
| 6. BASE LEGAL..... | 16 |
| 7. ATO LEGAL DO CURSO | 17 |
| 8. DIMENSIONAMENTO DAS TURMAS | 17 |
| 9. INDICADORES DE QUALIDADE | 17 |
| 9.1 ENADE | 18 |
| 9.2 CONCEITO DO CURSO - CC..... | 18 |
| 10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA TURMA | 18 |

| | |
|---|-----------|
| 11. FORMAS DE ACESSO | 18 |
| 12. COORDENAÇÃO DO CURSO | 20 |
| 12.1 FORMAÇÃO ACADÊMICA | 20 |
| 12.2 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO..... | 21 |
| 12.2.1 Função Política, Gerencial e Acadêmica..... | 23 |
| 12.3 EXPERIÊNCIA ACADÊMICA E DE MAGISTÉRIO SUPERIOR | 27 |
| 12.4 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL..... | 27 |
| 13. FORMAS DE ARTICULAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA | 28 |
| 14. OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS | 30 |
| 15. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS | 32 |
| | |
| III. DIMENSÕES AVALIATIVAS..... | 34 |
| | |
| DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICO | 34 |
| | |
| 1.1. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO | 34 |
| 1.1.1 POLÍTICAS DE ENSINO | 36 |
| 1.1.2 POLÍTICAS DE EXTENSÃO | 40 |
| 1.1.2.1 Das atividades de Extensão..... | 41 |
| 1.1.2.2 A materialização das Políticas de Extensão no curso | 42 |
| 1.1.3 POLÍTICAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA..... | 42 |
| 1.1.3.1 A materialização das Políticas de Iniciação Científica no curso | 43 |
| 1.1.4 POLÍTICAS DE GESTÃO | 43 |
| 1.1.4.1 A materialização das Políticas de Gestão no curso de Direito | 45 |
| 1.1.4.2 Objetivos e metas | 45 |
| 1.2. OBJETIVOS DO CURSO | 47 |
| 1.2.1 Objetivo geral..... | 47 |
| 1.2.2 Objetivos específicos | 48 |
| 1.2.3 Capacidades, Competências e Habilidades | 49 |
| 1.3. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO | 50 |

| | |
|---|--------------------------------------|
| 1.3.1 Perfil Profissional - Necessidades Locais e Regionais | 52 |
| 1.3.2 Competências gerais e específicas | 53 |
| 1.3.2.1 Competências gerais | 53 |
| 1.3.2.2 Competências específicas | 54 |
| 1.3.3 Campo de atuação | 54 |
| 1.4. ESTRUTURA CURRICULAR | 54 |
| 1.4.1 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO..... | 61 |
| 1.4.2 MATRIZ CURRICULAR | 62 |
| 1.4.2.1 Ementas e bibliografias | 66 |
| 1.4.2.1 1º SEMESTRE..... | Erro! Indicador não definido. |
| 1.4.2.2 2º SEMESTRE..... | 73 |
| 1.4.2.3 3º SEMESTRE..... | 79 |
| 1.4.2.4 4º SEMESTRE..... | 86 |
| 1.4.2.5 5º SEMESTRE..... | 94 |
| 1.4.2.6 6º SEMESTRE..... | 98 |
| 1.4.2.7 7º SEMESTRE..... | 104 |
| 1.4.2.8 8º SEMESTRE..... | 111 |
| 1.4.2.9 DISCIPLINAS OPTATIVAS..... | 135 |
| 1.4.2.10 ESTÁGIO SUPERVISIONADO..... | Erro! Indicador não definido. |
| 1.4.2.1 PROJETO DE EXTENSÃO..... | Erro! Indicador não definido. |
| 1.4.2.1 PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES | Erro! Indicador não definido. |
| 1.4.2.1 ATIVIDADE COMPLEMENTAR..... | 141 |
| 1.4.3 Coerência do currículo com a proposta pedagógica..... | 141 |
| 1.4. Flexibilidade | 147 |
| 1.4.5 Interdisciplinaridade | 149 |
| 1.4.6 ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA..... | 151 |
| 1.4.7 COMPATIBILIDADE DA CARGA HORÁRIA TOTAL (EM HORAS-RELÓGIO) | 152 |
| 1.4.8 FORMAS DE ARTICULAÇÃO DA TEORIA COM A PRÁTICA | 152 |
| 1.4.9 OFERTA DA DISCIPLINA DE LIBRAS..... | 154 |
| 1.4.10 ARTICULAÇÃO ENTRE OS COMPONENTES CURRICULARES NO PERCURSO DE FORMAÇÃO | 154 |
| 1.4.11 Práticas interdisciplinares..... | 155 |
| 1.5. CONTEÚDOS CURRICULARES | 156 |
| 1.5.1 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM AS DCNS E DEMAIS LEGISLAÇÕES | 158 |

| | |
|--|--------------------------------------|
| 1.5.3 Requisitos Normativos | Erro! Indicador não definido. |
| 1.6 METODOLOGIA | 160 |
| 1.7 ESTÁGIO SUPERVISIONADO..... | 163 |
| 1.7.1. Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho e as Atualizações das Práticas de Estágio | 163 |
| 1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA | Erro! Indicador não definido. |
| 1.9. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA | Erro! Indicador não definido. |
| 1.10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES | 167 |
| 1.11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) | 169 |
| 1.11.1. O Repositório Institucional para os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC | 171 |
| 1.12. APOIO AO DISCENTE..... | 174 |
| 1.12.1. Centro de Apoio ao Estudante | 175 |
| 1.12.2. Ouvidoria | 175 |
| 1.12.3 Apoio Psicopedagógico, Acessibilidade e Inclusão | 176 |
| 1.12.4 Relacionamento, Integração Estudantil, Retenção e Nivelamento..... | 179 |
| 1.12.5 Estágio e Carreira | 179 |
| 1.12.6 Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos | 181 |
| 1.12.7 Acompanhamento dos Egressos..... | 181 |
| 1.13. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA... 183 | |
| 1.13.1As Avaliações Internas como Insumo para a Gestão do Curso e aApropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica..... | 186 |
| 1.13.2As Avaliações Externas como Insumo para a Gestão do Curso e aApropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica..... | 187 |
| 1.14 ATIVIDADES DE TUTORIA..... | Erro! Indicador não definido. |
| 1.15 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIV. DE TUTORIA | |
| Erro! Indicador não definido. | |

| | |
|--|-------------------------------|
| 1.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC’S NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM | 188 |
| 1.17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM | 191 |
| 1.18 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL | Erro! Indicador não definido. |
| 1.19 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM | 196 |
| 1.19.1A Avaliação e a Autonomia do Aluno..... | 201 |
| 1.19.2 A avaliação e a disponibilização de informações aos discentes e oPlanejamento de Ações Concretas para a Melhoria da Aprendizagem..... | 202 |
| 1.20 NÚMERO DE VAGAS..... | 203 |
| 1.20.1 Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para Adequação dasVagas em Relação ao Corpo Docente..... | 205 |
| 1.20.2 Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para adequação dasvagas à Infraestrutura Física e Tecnológica..... | 207 |
| 1.21 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO ... | Erro! Indicador não definido. |
| 1.22 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE (SUS) | Erro! Indicador não definido. |
| 1.23 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DA SAÚDE | Erro! Indicador não definido. |
| 1.24 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS | Erro! Indicador não definido. |
| DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE..... | 211 |
| 2.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE | 213 |
| 2.1.1 Os Estudos e a Atualização Periódica do PPC..... | 214 |
| 2.1.2 Os Procedimentos para Permanência dos Membros do NDEaté o Ato Regulatório Seguinte..... | 215 |
| 2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR..... | 216 |

| | |
|---|------------|
| 2.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO | 217 |
| 2.3.1 Os Indicadores que Subsidiaram a Gestão da Coordenação de Curso de Direito da FVS | 218 |
| 2.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO..... | 221 |
| 2.5 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE..... | 225 |
| 2.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE..... | 229 |
| 2.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE..... | 231 |
| 2.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA . Erro! Indicador não definido. | |
| 2.9 EXPERIÊNCIA DO CORPO DOCENTE NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR | 232 |
| 2.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA | 233 |
| 2.11 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA..... | 234 |
| 2.12 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE | 236 |
| 2.13 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO..... | 237 |
| 2.14 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA..... | 237 |
| 2.15 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES (PRESENCIAIS – QUANDO FOR O CASO – E A DISTÂNCIA), DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO A DISTÂNCIA..... | 239 |
| 2.16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA | 239 |
| DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE | 241 |
| 3.0 INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE | 243 |
| 3.0.1 Manutenção e Conservação das Instalações Física..... | 244 |
| 3.0.2 Manutenção e Conservação dos Equipamento | 245 |
| 3.1. ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL – TI | 245 |

| | |
|---|--------------------------------------|
| 3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR..... | 246 |
| 3.3 SALA DE PROFESSORES | 247 |
| 3.4 SALA DE AULA..... | 247 |
| 3.5 ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS ALUNOS | 248 |
| 3.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC)..... | 249 |
| 3.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC) | 250 |
| Biblioteca básica e complementar..... | 251 |
| 3.7.1 Periódicos Especializados..... | 252 |
| 3.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA | Erro! Indicador não definido. |
| 3.9.1 Infraestrutura e serviços dos laboratórios especializados... Erro! Indicador não definido. | |
| 3.9.2 Fichas dos laboratórios | Erro! Indicador não definido. |
| 3.9.3 Laboratórios de Informática..... | Erro! Indicador não definido. |
| 3.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA | 253 |
| 3.10 LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE | 253 |
| 3.11 LABORATÓRIOS DE HABILIDADES | 253 |
| 3.12 UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS..... | 253 |
| 3.13 BIOTÉRIOS | 253 |
| 3.14 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)..... | 254 |
| 3.15 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS | 254 |
| 3.16 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)..... | 254 |
| 3.17 COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA) | 254 |

| | |
|--|------------|
| 3.18 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO | 254 |
| IV - BIBLIOTECA..... | 254 |
| 16. Do funcionamento | 255 |
| 17. PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO | 255 |
| 18. Infraestrutura física da biblioteca..... | 256 |
| 18.1 Gabinetes Individuais para Estudo..... | 257 |
| 18.2 Salas de Estudo em Grupo | 257 |
| 19. Serviços prestados..... | 258 |
| 20. Acervo 258 | |
| 21. Tombamento, acesso e consulta: | 259 |
| 22. Atualização do acervo | 259 |
| 22.1 Política de aquisição da IES..... | 259 |
| 23. Consulta | 260 |
| 24. Empréstimo | 260 |
| 25. Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos..... | 261 |
| 26. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais | 261 |
| V. RESPONSABILIDADE SOCIAL | 266 |
| 27. VISÃO DA IES QUANTO À SUA RESPONSABILIDADE SOCIAL | 266 |
| VI. ANEXOS Erro! Indicador não definido. | |

I. PERFIL INSTITUCIONAL

1. DADOS INSTITUCIONAIS

1.1 MANTENEDORA

| 14140 - INSTITUTO AUDY AZEVEDO | |
|--------------------------------|--|
| CNPJ | 05.754.032/0001-04 |
| Endereço | Av. Prof. Jaques Nunes, 1739 - Centro, Tianguá - CE, CEP:62320-069 |
| Natureza Jurídica | O INSTITUTO AUDY AZEVEDO, Pessoa Jurídica de Direito Privado - Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública, instituída em 09 de abril de 2003. A Mantenedora possui sua ATA de constituição registrado na Junta Comercial do Estado do Ceará, sob o Nº 1.004/2017 em 09/04/2003. |

1.2 MANTIDA

| 19597 – FACULDADE VIA SAPIENS (FVS) | |
|-------------------------------------|--|
| Organização Acadêmica | Faculdade |
| Categoria Administrativa | Privada sem fins lucrativos |
| Dirigente | Antônio Carlos Aguiar Dias – Diretor Geral |
| Procurador Institucional | Francisco Wótila Carneiro Cruz |
| Endereço | Av. Prefeito Jacques Nunes, 1739, Bairro Centro Tianguá/CE CEP 62.320-069 |
| E-mail | secretariaacademica@faculdadeviasapiens.com.br |
| Site | www.faculdadeviasapiens.com.br/ |
| Ordenamentos Legais | |
| Credenciamento | Portaria nº 1.489/2016 (DOU de 21/12/2016) |
| Alteração Denominação IES | Portaria nº 3/2018 (publicado em 11/06/2018) |
| Transferência Manutença | Termo de Responsabilidade (publicado em 26/09/2018) |
| Redenciamento | Processo e-MEC nº 202005474 |

2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Faculdade VIASAPIENS – FVS representa o anseio de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico, de um grupo de educadores cearenses, os quais já demonstram por anos o comprometimento com o crescimento local, regional e nacional com a oferta da educação básica no município de Tianguá, interior do estado do Ceará. Essa experiência no campo educacional possibilitou o ingresso desses educadores no ensino superior, que dessa forma legitima o desejo em contribuir com a construção de novos cenários na região.

A FVS foi credenciada no ano de 2016, com o nome de Faculdade Católica da Ibiapaba – FACI, mais precisamente pela Portaria nº 1.489 de 20 de dezembro de 2016, para a oferta inicial dos cursos de Bacharelado em Administração e Bacharelado em Direito de acordo com a Portaria SERES/MEC nº 81/2019 (DOU de 20/02/2019).

No ano de 2018 a IES iniciou a tramitação de sua transferência de manutenção e, em determinação ao que apregoa o Decreto 9.235/2017, protocolando no MEC a transferência de manutenção, bem como da alteração da sua denominação institucional de Faculdade Católica – FACI, para Faculdade VIASAPIENS – FVS.

Nessa tramitação, a IES inicia um novo processo em sua história, protocolando novos cursos, bem como atualizando a sua infraestrutura e suas políticas institucionais.

Agora com o Professor Antônio Carlos Aguiar Dias à frente das demandas acadêmicas, a FVS adentra em uma nova fase de oferta educacional para a Serra da Ibiapaba, interior do Estado do Ceará, com perspectivas singulares de desenvolvimento socioeconômico, a partir de políticas institucionais para ensino, pesquisa e extensão, sob a égide de modernas expectativas pedagógicas e educacionais.

Destaca-se nessa promoção e alteração de gestores, uma expectativa educacional comprometida com o desenvolvimento, a qual busca conduzir o município de Tianguá, assim como a região da Ibiapaba, no interior do estado do Ceará, ao crescimento em seus diversos aspectos e, assim, possibilitar aos cidadãos da região e municípios vizinhos novos horizontes, vistos a partir de uma expectativa futurista e transformadora.

Desse modo, a história da FVS está intimamente ligada à história de seus mantenedores e gestores, bem como de todos os outros educadores que, direta ou indiretamente, participaram da constituição do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional da IES e dos Projeto Pedagógicos dos

Cursos, visando, desde esse momento, mudar positivamente o futuro de milhares de cidadãos e de toda a região em que são inseridos, comprovando que só é possível alcançar o bem comum e o pleno desenvolvimento a partir da Educação.

O Planejamento da IES se deu a partir da transferência de manutenção que iniciou há cerca de cinco anos, com o estudo de mercado na região que compõe a Faculdade e a escolha por áreas do conhecimento mais demandadas nos municípios que compõem a região de inserção, para logo em seguida determinar-se qual localidade seria mais estratégica para constituir a Faculdade.

A partir de reuniões com educadores, consultores e empresários, criou-se o órgão colegiado maior da IES, o CONSUP - Conselho Superior, que passo a passo foi delineando o projeto de constituição da Faculdade até culminar no documento que agora é aqui disponibilizado, não apenas ao Ministério da Educação - MEC, mas à toda a comunidade de Tianguá e da região da Ibiapaba, que, direta ou indiretamente, contribuiu, contribui e contribuirá permanentemente para a realização do sonho dos mantenedores e da própria sociedade em que a IES se insere e que a tem como razão da sua própria existência.

2.1 BREVE HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Bacharelado em Direito, foi autorizado com a oferta de 80 vagas anuais através da Portaria SERES/MEC nº 81/2019 (DOU de 20/02/2019). O curso de Direito iniciou suas atividades com uma proposta curricular elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE, condizente com as Diretrizes Curriculares Nacionais da área.

Reforce-se que todo o Projeto Pedagógico do Curso foi desenvolvido de acordo com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI, com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da FVS, além de atender de forma plena aos demais instrumentos normativos como o Instrumento de Avaliação do INEP/MEC.

No primeiro semestre de 2019, ao dia 1º do mês abril de 2019, o curso de Direito da FVS iniciou suas atividades com uma turma no período noturno.

O curso de Direito que a FVS propõe a ministrar tem por finalidade, no contexto regional, em um primeiro momento, a capacitação de profissionais com visão plural das questões judiciais emergentes, tanto para aquelas voltadas à defesa dos direitos no âmbito tradicional, como às novas perspectivas que se acentuam em uma sociedade globalizada em constante mudança.

Com foco nos diversos campos de atuação, o curso prima por valorizar as competências e

habilidades do exercício profissional, exaltando questões práticas e experimentais, valorizando as atividades projetuais prospectivas e incentivando o desenvolvimento socioeconômico na região de inserção, a defesa da cidadania e dos direitos fundamentais da sociedade e o empreendedorismo e inovação nas atitudes e nos procedimentos de seus alunos.

Com uma infraestrutura de excelência, o curso de Direito trouxe ao município de Tianguá um curso inovador e com diversos diferenciais; seja na estrutura física das salas de aula, seja nos conteúdos curriculares ministrados, com o uso de metodologias ativas.

Durante o andamento do curso de Direito, a partir de constantes reuniões da coordenação do curso com os demais membros do NDE, foi verificada a necessidade de propor uma nova matriz curricular, mais inclusiva e inovadora, pautada na premissa de que a educação superior hoje busca um processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, aplicando os conhecimentos da cognição humana e das novas tecnologias educacionais.

O Curso de Direito possui espaço privilegiado para debater a função do direito na sociedade, o papel do profissional jurídico, assim como o impacto da educação superior na região em que a faculdade está inserida, sempre voltado

ao desenvolvimento social e econômico. O curso prima pela qualificação acadêmica e pessoal dos discentes, inclusive por meio da promoção à pesquisa e à extensão, para que eles estabeleçam um intercâmbio de conhecimentos com a comunidade.

A partir dessas constantes adequações visando à qualidade do ensino-aprendizagem, o NDE do curso de Direito, pretende formar um profissional com bases sólidas de conhecimento humano, técnico e científico, de modo a fomentar no seio social a plenitude dos pilares e conceitos de natureza jurídica, alicerçando, com primazia, o Estado Democrático de Direito com a devida responsabilidade social.

Ademais, respondendo às mudanças nas políticas do ensino superior brasileiro, o curso tem procurado, ao longo do tempo, atender às necessidades da comunidade para a formação de um profissional transformador, associada realidade aonde ele se insere. Assim, a abordagem interdisciplinar, preconizada pelo PPC e pela matriz curricular, longe de ignorar a necessidade das especialidades, pretende construir redes de conhecimento que permitam uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, expandida aos acadêmicos do curso de Direito para que estes possam trabalhar considerando a complexidade e diversidade dos indivíduos.

Em cumprimento a Resolução CNE/CES nº 07/2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, a FVS em cumprimento a legislação em vigor instituiu através da Resolução nº 9/2021/CONSUP a inserção da Extensão nos currículos dos Cursos de Graduação da FVS, e ainda, que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

A extensão está inserida na matriz curricular no componente curricular denominado “Projeto Interdisciplinar de Extensão”. O NDE entende que a extensão, sua aplicação de inovações no âmbito de curso, sejam elas nos processos de gestão ou de ensino, contribuem significativamente para a formação do egresso pretendida. Ao longo dos anos de funcionamento do curso, os acadêmicos participarão de diversas ações e eventos fora de sala de aula, ocasiões que tiveram a oportunidade de pôr em prática os conhecimentos e habilidades adquiridos.

Atualmente o curso de Direito possui oito turmas em andamento, totalizando 235 alunos regularmente matriculados, no turno noturno. Possui matriz curricular totalizando 4.110 (quatro mil, cento e dez horas) horas relógio, atendendo parcialmente às exigências legais da Resolução CNE/CES nº 02/2007 que dispõe sobre a carga horária mínima e integralização e duração dos cursos de graduação, bem como a Resolução CNE/CES nº 05/2018 que institui as Diretrizes Nacionais do Curso de Direito e dá outras providências, e demais legislações em vigor.

3. DEFINIÇÕES ORGANIZACIONAIS

Em cumprimento à Missão e em sintonia com a Visão e Valores institucionais da FVS, as áreas de atuação estão definidas no Regimento Geral, através das atividades de ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão.

Cada uma dessas áreas possui suas particularidades e premissas que serão abordadas a seguir, resumidamente, mas não que deixam de ser discutidas transversalmente no PDI, quando se aborda, nos itens específicos, as políticas, a gestão e a organização didática da IES.

3.1 MISSÃO

Promover o desenvolvimento e a excelência na formação e no aperfeiçoamento de profissionais nas diversas áreas de atuação, os quais sejam capazes de atender às demandas do mercado e às necessidades socioeconômicas, culturais e ambientais da sociedade em que se insere.

3.2 VISÃO

Ser uma importante instituição de ensino do Estado do Ceará, comprometida com o desenvolvimento regional e a sustentabilidade, formando profissionais de excelência para o mercado de trabalho.

3.3 VALORES

Os valores da FVS estão ligados à sua missão institucional, aos seus princípios e suas crenças, baseando-se para as tomadas de suas decisões aos que lhe são mais significativos:

| VALORES | DEFINIÇÃO |
|------------------|---|
| Aluno | <i>Porque ele é a razão de ser da FVS</i> |
| Professor | <i>Porque ele é o meio para efetivar a razão de ser da FVS</i> |
| Educação | <i>Porque temos a crença de que ela é fundamental para qualquer mudança positiva do país</i> |
| Homem | <i>Porque ele ser constituído como ser social histórico é o nosso objetivo maior</i> |
| Ética | <i>Porque ela é a chave para a mudança das expectativas humanas e a constituição de uma sociedade realmente justa</i> |
| Excelência | <i>Porque ela é a nossa busca constante em tudo o que fazemos</i> |
| Empreendedorismo | <i>Porque é necessário empreender para se estabelecer profissionalmente</i> |
| Inovação | <i>Porque ela é a chave para o desenvolvimento pela educação</i> |
| Sustentabilidade | <i>Porque o desenvolvimento só é válido se for sustentável e centrado na responsabilidade social</i> |

3.3 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Em cumprimento a sua missão institucional, sua trajetória de atividade e, ainda de acordo com o PDI, a FVS prioriza os seguintes objetivos:

- I. Estimular a responsabilidade socioambiental, a criação e preservação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar graduados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, no nível exigido pela região e pelo país e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, capazes de inovar e empreender nos seus respectivos setores;
- III. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;

- IV. Prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- V. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- VI. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VII. Promover permanentemente a inclusão social e a acessibilidade de alunos, colaboradores e comunidade;
- VIII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- IX. Ampliar e diversificar as atividades de ensino na FVS, em níveis de graduação, de pós-graduação ou de extensão;
- X. Estabelecer a avaliação institucional como ferramenta de gestão contínua na FVS.

4. CONTEXTO EDUCACIONAL E INSERÇÃO REGIONAL

A FVS possui limite de atuação territorial circunscrito ao município de Tianguá, no Estado do Ceará.

No que concerne ao contexto regional em que se insere a IES, há que se destacar que os idealizadores deste plano para o próximo quinquênio fizeram um amplo estudo antes de iniciar a sua atualização e implantação, considerando, inclusive, cenários determinantemente pessimistas para a efetivação deste pleito.

As expectativas desencadeadas pelo processo de globalização das últimas décadas provocaram diversos desafios nos campos social, econômico, político, cultural e ambiental, em âmbito nacional e internacional. Tais desafios, postos em distintos setores, grupos sociais e territórios, impuseram a aquisição de novos conhecimentos e a capacidade de inovação como condições básicas para o desenvolvimento nas áreas de atuação acadêmica das Instituições de Ensino Superior.

Nesse âmbito, as faculdades isoladas têm papel preponderante no desenvolvimento regional e no cumprimento da expectativa de uma sociedade mundial globalizada, pois são elas que compõem a maior parte da oferta educacional brasileira no âmbito do Ensino Superior.

Assim, nestes novos dias, a FVS possui, ainda, como horizonte mais imediato de seu funcionamento, um território estadual caracterizado pela clara distinção de desenvolvimento entre os diferentes estados e cidades brasileiras;

afinal, Tianguá-CE se encontra em uma região geograficamente promissora em seu IDH, porém, distante das oportunidades de inserção no Ensino Superior configuradas à capital Fortaleza.

Ressalte-se que através do turismo sustentável, com a ampliação do mercado de exportação de rosas, além do rico patrimônio cultural da região, destaca-se uma multiplicidade de realidades na região de inserção da Serra da Ibiapaba. Logo, trata-se de uma espécie de “divisão espacial de investimentos sociais e realidades profissionais”, pois, apesar da semelhança de problemas sociais e profissionais configurados no Nordeste, de um lado temos ao norte pela Microrregião do Litoral de Camocim e Acaraú, ao sul Microrregião de Ipu, a leste pela Microrregião de Sobral e Microrregião de Coreaú com extrema necessidade de investimento público, assim como à Oeste da região existe o crescimento e a necessidade do estado do Piauí que demonstra cada vez mais demandas de mercado.

A própria região da Ibiapaba se mostra pujante e com altos investimentos em turismo, por um lado, principalmente no que diz respeito ao município de Ubajara e, de outro, a realidade de outros municípios que possuem diminuto investimento em tais áreas, dentre eles o próprio município de Tianguá.

O mesmo espírito voltado à reconfiguração dos cenários entre as regiões de um país de dimensões continentais, mesmo sob os problemas estabelecidos por uma crise nacional que se apresenta nos últimos anos – entre outros fatores estabelecidos pela crise mundial contemporânea – a IES pauta as suas ações futuras visando a suplantar diversas adversidades e continuar alcançando seus objetivos, outrora estabelecidos e ampliados neste momento de mudanças de sua manutenção, razão pela qual se faz premente a atualização do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional.

Neste contexto, entende-se a responsabilidade da IES nos eixos socioeconômico, educacional, cultural e ambiental.

Tianguá é um município brasileiro do estado do Ceará, com uma população estimada em 74.719 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017. Tianguá faz parte da região da Serra da Ibiapaba, também conhecida como Serra Grande, Chapada da Ibiapaba e Cuesta da Ibiapaba.

A microrregião da Ibiapaba, com suas altitudes é favorecida por ser uma região de climas ameno em pleno Nordeste brasileiro, o que traz um diferencial para a cultura e economia locais. Em termos de definição Legal, as Macrorregiões do Estado do Ceará foram definidas a partir da Lei Nº 12.896, de 28.04.99, que incluem a Macrorregião Sobral/Ibiapaba, porém, para efeito desse estudo, e da nova definição instituída em 24 de setembro de 2015 e de definições do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, os nove municípios possuem as mesmas características e condições geofísicas e sociais, mesma raiz colonizadora que remonta ao século XVII e gera a identidade da microrregião definindo os municípios da região da Ibiapaba, a saber: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará.

O município se firmou através do Decreto Estadual de número 1.156, que determinou definitivamente sua separação do município de Ubajara. Em termos socioeconômicos, a região é favorecida pela agricultura de hortaliças que fornece para todo o estado e regiões adjacentes.

A região da Ibiapaba possui forte crescimento na indústria de rosas, tendo destaque o município de São Benedito, cuja indústria possui forte valor na geração de empregos e rendas diretos na região. O destaque no setor das rosas são as empresas Reijers, da Fazenda Lagoa Jussara, e a CeaRosas que juntas, além de empregarem mais de 600 pessoas, tem alavancado o turismo e o mercado de exportação de flores em todo o Ceará.

No final da década de 90, o Governo do Estado decidiu fomentar ainda mais a exportação de rosas, estudando a região para ampliar esse comércio, que segundo o ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comercio Exterior, manteve o segundo lugar no ranking das exportações no ano de 2015. Atualmente, existe a capacitação para abastecer a mão de obra das empresas através da Tecflores no município.

O aeroporto de São Benedito (aeroporto Walfrido Salmito de Almeida) foi construído pelo convênio do governo com a Sudene e atende às necessidades da região, seja em voos particulares, seja em voos comerciais, sendo outro ponto relevante e um diferencial da região. O polo formado, principalmente, por Ubajara, Tianguá e Viçosa do Ceará possui atrativos turísticos capazes de gerar emprego e renda, além de alavancar o turismo estudantil pelo perfil cultural da região.

Com o devido investimento, a região tende a um crescimento contínuo, tanto na economia, quanto na qualidade de vida das populações locais. Em contraponto, os municípios de Ipu, Croatá, Carnaubal e Guaraciaba do Norte, especialmente em virtude da distância do polo retro mencionado, possuem um crescimento menor, justificando ainda mais o impulso para a região a partir da noção das possibilidades que esses municípios demonstram, uma vez que em Guaraciaba do Norte estão

localizados um Ecopark e a Gospel Fazenda Park. A agricultura familiar tem mantido estável a economia local, mas sem grandes destaques.

Quanto ao contexto educacional, inicialmente, vale destacar o crescimento na referida área, alcançado pelos municípios de Tianguá e dos outros oito municípios da serra da Ibiapaba. Em maio de 2016, o Plano Nacional de Educação foi aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa do Ceará. Um dos pontos principais destacados no novo plano são as escolas integrais: além das 115 escolas profissionalizantes, no ano de 2016 a região já contava com 26 escolas regulares funcionando em tempo integral. Essa oferta é crucial, pois promove um currículo diversificado com artes, cultura, esportes, tecnologia, e/ou outros temas que são fundamentais para formação dos cidadãos. A meta do plano de educação é a universalização da educação. No entanto, o PNE no Ceará e suas metas, assim como no resto do Brasil, tem se mantido como um desafio para o estado que pôs em prática o plano estadual de educação com as mesmas metas do PNE, tornando-o obrigatório em todos os municípios.

O PNE estabelece metas e apresenta estratégias para a educação brasileira pelos próximos dez anos. O plano possui metas muito claras e quantificadas do que se quer para o Brasil, porém, tratam-se de metas ambiciosas, afinal se busca sanar décadas de atrasos educacionais históricos.

O ensino médio continua sendo uma grande prioridade, além da alfabetização, a formação de professores e, logicamente, a implementação do tempo integral. Além do programa de tempo integral, o planejamento orçamentário da SEDUC (Secretaria de Educação do Ceará) destina um percentual aos demais programas das regionais, estando Tianguá na Regional 05 (cinco), que conta com uma série de projetos para a eliminação da pobreza e melhoramento da educação.

Destaque-se que a região da Ibiapaba conta com um alto número de analfabetismo em sua população jovem: 27,62% (Dados IBGE: 2010). Dados da SEPLAG apontam que, com os investimentos em educação, Tianguá e Ubajara foram os municípios com o melhor desempenho no combate ao analfabetismo, apontando uma diminuição de 24,04% e 24,59% respectivamente. É preciso ressaltar que a região da Ibiapaba possui estudos para a implementação de uma universidade federal desde o ano de 2015, o que ainda não se concretizou, havendo uma demanda para o ensino superior da região de 4.500 jovens por ano, conforme os dados da educação superior revelados pelo INEP, no mesmo ano. No atual contexto, segundo os dados do Censo da Educação Superior de 2015 (MEC), Nordeste registrou um aumento significativo do número de estudantes em faculdades e universidades entre 2010 e 2015, saltando de 15,2% para 19,3%.

Ainda assim, sabemos que as matrículas no ensino presencial estão em queda devido à atual crise econômica. É neste contexto que a FVS tem confirmado seu projeto para com a região, dando margem tanto para os cursos presenciais como para educação à distância, que está planejada também no PDI para o quinquênio, cujo formato se amplia em função de uma educação democrática.

Esse crescimento significativo da busca pela educação superior, mesmo em um período de turbulência econômica, demonstra a existência de uma parcela da população comprometida com o crescimento da região, através da busca pela educação e em atender a demandas de mercados, demonstrando a potencialidade da região para contribuir com o cenário nacional.

Assim, a FVS tem plena consciência de que é necessária em sua região, haja vista ela buscar formar um sujeito cidadão, no sentido estrito, e auxiliar no desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental, o que requer constituir uma

identidade do egresso que se estabelece a partir do percurso formativo de uma profissão/área escolhida e de uma mudança de paradigma social centrado na corresponsabilidade. Essa prática identitária, ao se estabelecer com as perspectivas da cidadania e do construto social, constitui-se também no âmbito das expectativas mercadológicas, haja vista a IES ter como norte a ideia de que a sociedade contemporânea é produzida a partir da indissociabilidade entre as suas perspectivas constituintes: economia, política, mercado de trabalho, comunicação, interação etc.

Logo, a IES, a partir do diálogo constante com o mercado de trabalho e as demandas sociais, econômicas, ambientais e culturais, procura estabelecer práticas de construção de conhecimentos centradas em formar um profissional que seja um valor para as instituições que necessitam de suas competências e habilidades e não apenas um sujeito capaz de executar uma determinada tarefa.

O curso de Direito se configura como opção viável para os estudos de graduação daqueles que, ao final do ensino médio, optam por esta área do saber. A presença do curso na região é um estímulo aos adolescentes e jovens que, conhecedores das ações de professores e alunos, sentem-se convidados a dar os seus primeiros passos acadêmicos na FVS.

O curso de Direito não se constitui apenas como um instrumento para formar advogados ou profissionais do âmbito jurídico, mas como um meio pelo qual se é possível diminuir a distância entre os cidadãos e justiça e interferir positivamente na sociedade e no ambiente em que se constitui

o próprio curso, efetivando assim o Estado Democrático e o acesso à educação superior e a todas as profissões e cargos, a que todos os cidadãos almejam e tem igual direito.

4.1 CONTEXTO EDUCACIONAL E JUSTIFICATIVA PARA A OFERTA DO CURSO

O processo de desenvolvimento econômico e social contemporâneo está marcado pelas constantes e rápidas transformações, pelo uso intensivo de novas tecnologias e pela massificação das informações. Um cenário como este obriga o

setor produtivo a ter que se reinventar com muita frequência e, na área da Direito não é diferente. Portanto, torna-se necessário formar profissionais com perfil empreendedor e com capacidade de responder às demandas sociais e de um mercado cada vez mais dinâmico e globalizado, capazes de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País, para a melhora dos padrões ético-nacionais, para uma governança responsável e compartilhada e para a inserção do país no cenário internacional.

Desta forma, o curso de Direito tem sua concepção fundamentada na visão da FVS em ser uma instituição de ensino superior impulsionadora do crescimento local, regional, estadual e nacional. Os objetivos da IES em implantar e investir em um curso de bacharelado, vem para responder à necessidade da sociedade de poder contar com bacharéis qualificados para o exercício das diversas atividades educacionais e jurídicas nas comunidades onde estão inseridos, estudando e investigando em profundidade o conceito de direito e a relação das diversas práticas jurídicas dentro do cotidiano social.

A oferta do curso de Direito também vem ao encontro dos pressupostos legais contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de graduação, as quais determinam que a formação de professores da educação básica, deve-se dar, preferencialmente, em nível de formação superior.

A FVS acredita que o curso de Direito tem plenas condições de alterar a realidade educativa da região, formando profissionais preparados para atuar em escolas, faculdades e outros ambientes em que sejam requeridos conhecimentos jurídicos.

Além destes fatores, a Faculdade concebe que este curso proporciona condições de emancipação dos futuros profissionais, uma vez que a formação em nível superior de qualquer sujeito possibilita ao indivíduo novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, visto que

este profissional pode atuar em espaços diferenciados. Com isso, existe como efeito econômico o aumento do poder de compra dos sujeitos, que afeta positivamente a economia.

O Curso de Direito possibilita agilidade e qualidade na formação de graduados, ligados diretamente ao mundo do trabalho, viabilizando o aporte de recursos humanos necessários ao atendimento de demandas em espaços escolares, instituições públicas e privadas, ONGs, empresas, enfim. Dessa forma, o currículo do curso visa a atender esse contexto de mudanças, contribuindo de maneira significativa para o atendimento das demandas da sociedade local e brasileira, como um todo.

O profissional do direito que se pretende formar, possuirá competência para analisar criticamente a realidade e a capacidade para realizar intervenção individual e coletiva na sua área de atuação.

Este Projeto Pedagógico considera, ainda, as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), buscando contribuir para o desenvolvimento sociocultural e econômico da região, preparando profissionais capazes de atender às demandas do mercado de trabalho local e regional.

Destaca-se ainda outro aspecto essencial à obtenção de vantagens competitivas: o nível de qualificação das equipes. Equipes somente atingem o alto desempenho se devidamente formadas, treinadas e capacitadas. O que se pretende destacar aqui é a necessidade da formação de gestores, como mais um campo de atuação do profissional do direito, visualizando a importância deste para o sucesso das organizações.

Sabe-se, ainda, que as organizações são afetadas pelo ambiente onde se encontram, mas que também são capazes de influenciar este mesmo ambiente. Portanto, organizações bem-sucedidas representam desenvolvimento local e regional. E esta é outra dimensão do perfil do profissional do direito: sua capacidade de contribuir para com o desenvolvimento sustentável de sua região, atuando como agente de transformação, apresentando ideias e empreendendo ações, seja no setor privado ou na esfera pública.

No aspecto regionalidade, ao considerar a diversidade cultural do Brasil, a Faculdade, com o anseio de atender aos interesses sociais da região em que está inserida e de contribuir para a democratização do ensino superior, valoriza a regionalidade de cada discente, sua condição de vida e trabalho, o contexto social e cultural no qual está inserido. Esta heterogeneidade conduzirá as iniciativas institucionais com relação à inclusão e permanência de cada perfil de aluno.

Assim, a partir da pesquisa a respeito do cenário atual, da demanda pelo curso, da população do Ensino Médio regional, da taxa bruta e a líquida de matriculados no Ensino Médio, após a portaria de autorização do curso, a FVS iniciou as atividades acadêmicas do curso de Direito.

O PPC foi concebido pelo Núcleo Docente Estruturante e os objetivos do Curso de Direito serão implementados buscando uma coerência, em uma análise sistêmica e global, com os seguintes aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional, entre outros. Nessa linha, a Faculdade objetiva oferecer um curso capaz de formar um bacharel em sólida formação geral, humanística, capacidade de análise e domínio de conceitos.

II. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

5. DADOS DO CURSO

| | |
|--|--|
| Denominação do curso | DIREITO |
| Cód e-MEC | 1441614 |
| Grau do curso | Bacharelado |
| Modalidade | Educação Presencial |
| Carga horária (em horas-relógio) | Total 4.110h |
| | <i>Estágio</i> 240h |
| | <i>CH EAD</i> 210h |
| | <i>Atividades Complementares</i> 160h |
| | <i>Curricularização da Extensão</i> 420h |
| | <i>Trabalho de Conclusão de Curso</i> 90h |
| | <i>Libras</i> 30h |
| | Uma hora-aula é igual a 60 minutos |
| Integralização | Mínimo 5 anos (10 semestres) |
| | Máximo 8 anos (16 semestres) |
| Regime do curso | Semestral |
| Turno de Funcionamento | Noturno |
| Coordenador do Curso | <i>Nome</i> Raphael Gomes Viana |
| | <i>Titulação</i> Mestre |
| | <i>Vínculo</i> CLT |
| | <i>Regime de Trabalho</i> Integral |
| Número total de vagas | 80 vagas anuais |
| Situação do Curso | Em atividade |
| Processo de ingresso | Processo Seletivo |
| Titulação conferida em diplomas | Bacharelado em Direito |
| Local de Funcionamento | 19597 – Faculdade ViaSapiens Endereço: Av. Prefeito Jacques Nunes nº 1739, Bairro Centro. Tianguá/CE. CEP 62320-069 |

6. BASE LEGAL

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da FVS, observados os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), está em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI e com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da FVS e foi concebido com base nos seguintes ordenamentos legais:

| | |
|--|---|
| Denominação | BACHARELADO EM DIREITO |
| Classificação Cine Brasil | Área Geral: Negócios, Administração e Direito Área Específica: 042 – Direito Área Detalhada: 0421 - Direito Rótulo: 0421S01 – Serviços jurídicos e cartoriais |
| Ato de Autorização de Curso | Portaria nº 81/2019 (DOU 20/02/2019) |
| Processo de Reconhecimento do Curso | Processo e-MEC nº 202120679 |
| Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018 | Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Direito e dá outras providências |
| Resolução CNE/CES Nº 3, de 02 de julho de 2007 | Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências |
| Lei nº 9.394 de 20 de dezembro 1996 | Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. |
| Decreto nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017 | Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. |
| Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 | Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências |
| Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira, Africana e Indígena | Nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004. |
| Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos | Conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012 |

| | |
|--|---|
| Políticas de educação ambiental | Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 |
| Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista | Conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. |
| Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida | Conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003. |
| Disciplina de Libras | Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. |
| Extensão | Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. |

7. ATO LEGAL DO CURSO

O Curso de Bacharelado em Direito foi autorizado com base no processo e-MEC, sendo sua autorização publicada de acordo com a Portaria SERES/MEC nº 81/2019 (DOU de 20/02/2019).

8. DIMENSIONAMENTO DAS TURMAS

Turmas semestrais de 40 alunos, sendo que, nas atividades práticas, as turmas terão as dimensões recomendadas pelo professor, com aprovação do Colegiado de Curso, sempre respeitado o limite máximo de 40 alunos por turma prática, no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).

9. INDICADORES DE QUALIDADE

A FVS possui larga experiência no ensino superior regional, exercendo sua atividade com excelência, obtendo indicadores de qualidade da IES e de seus cursos, o que reafirma o compromisso da IES com a comunidade e com a legislação em vigor.

9.1 ENADE

2022 - Participação prevista para a edição de 2022 apenas dos alunos ingressantes como inscritos no ENADE, pois os demais alunos não integralizaram a porcentagem suficiente para realização da prova exigida pelo Edital do ENADE/2022.

9.2 CONCEITO DO CURSO - CC

A avaliação in loco do Processo de Autorização do Curso de Direito realizada nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 2018, resultou nos conceitos descritos na tabela abaixo:

| Dimensões/Eixos | Conceitos |
|--|-------------|
| Dimensão 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA | 4,36 |
| Dimensão 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL | 4,50 |
| Dimensão 3 – INFRAESTRUTURA | 4,88 |
| Conceito Final: 5,0 | |

10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA TURMA

| Semestre do Ano | 2019 | | 2020 | | 2021 | | 2022 | |
|---------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 1º Sem | 2º Sem | 1º Sem | 2º Sem | 1º Sem | 2º Sem | 1º Sem | 2º Sem |
| Período/Turma | 1º Período | 2º Período | 3º Período | 4º Período | 5º Período | 6º Período | 7º Período | 8º Período |
| % de Integralização | 10% | 20% | 30% | 40% | 50% | 60% | 70% | 80% |

O curso iniciou suas atividades em 1º de abril de 2019 e os alunos ingressantes, nesse ano, cursaram o 1º e 2º períodos.

11. FORMAS DE ACESSO

As formas de acesso estão disciplinadas no Regimento Geral da FVS envolvendo normas sobre processo seletivo, matrícula, transferência e aproveitamento de estudos.

Os Processos Seletivos são orientados por critérios que avaliam os conhecimentos adquiridos pelos candidatos no Ensino Médio, ou equivalente, para admissão nos cursos de graduação e são regulados por meio de editais aprovados pelo Conselho Superior. Os editais são abertos e tornados públicos, pelo menos quinze dias antes da realização da seleção.

A Instituição informa à comunidade, por meio de ampla divulgação nas redes sociais oficiais e site da faculdade, antes do início de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições publicadas.

A matrícula, ato formal de ingresso do aluno no curso e de sua vinculação à instituição, realizar-se-á por meio da ratificação de Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, com o pagamento da primeira parcela do período letivo, na Secretaria Acadêmica, observando-se os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico e mediante apresentação prévia dos documentos contidos no Regimento Geral da IES.

Os alunos ingressantes provenientes de programas federais de educação apresentam também os documentos exigidos nos referidos programas.

No caso de diplomado em curso de graduação, é exigida a apresentação do diploma, devidamente registrado, em substituição ao documento de comprovação do ensino médio, ou, em caráter precário, declaração de conclusão de curso e de pedido de registro do diploma, ratificada pela Instituição de Ensino Superior onde cursou a outra graduação.

A matrícula é feita ou renovada por períodos letivos, conforme o regime de oferta dos cursos, respeitando-se os pré-requisitos estabelecidos pelo Projeto Pedagógico de cada curso e a compatibilidade de horários.

Ressalvada possibilidade de cancelamento de matrícula, a não renovação desta implica abandono do curso, mas não libera o aluno das obrigações pactuadas no Contrato de Prestação de Serviços Educacionais.

O requerimento de renovação de matrícula deve ser instruído com o comprovante de pagamento da primeira parcela do período subsequente ou de isenção, nos casos de bolsistas, bem como de comprovante de quitação do período letivo anterior.

É concedido o trancamento de matrícula, para suspensão temporária dos estudos, pelo tempo de seis meses, renováveis por igual período, desde que o período de trancamento não

ultrapasse o período máximo de integralização curricular do curso, para o efeito de vinculação do aluno à instituição.

O pedido de trancamento de matrícula deve ser feito formalmente e por escrito à Secretaria Acadêmica, observado o prazo estabelecido no Calendário Acadêmico e instruído com o pagamento da taxa respectiva.

O aproveitamento do conteúdo das disciplinas pode ser concedido, mediante requerimento, e as adaptações são determinadas pela Coordenação do Curso, observadas as diretrizes curriculares do curso e legislação do ensino superior.

O aluno regularmente matriculado na instituição pode requerer transferência de um curso para outro por ela ofertado, desde que observe os prazos definidos no Calendário Acadêmico, cumpra os pré-requisitos necessários para ingresso e haja vaga no curso pretendido.

Em caso de transferência entre cursos há a ratificação de novo Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, pactuando-se inclusive a contraprestação financeira relativa ao curso pretendido.

12. COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenação de Curso é o órgão da administração acadêmica básica, coordena, fomenta e fiscaliza todas as atividades acadêmicas e administrativas do curso, no âmbito de sua competência, subordinado à Direção Geral. A Coordenação de Curso de Direito presencial foi designada por ato da Direção Geral através da Portaria **XXXX** e exercida pelo professor:

| | |
|---------------------------|---|
| Coordenador | Prof. Me. Raphael Gomes Viana |
| Titulação | Mestre em Direito |
| Lattes | https://lattes.cnpq.br/8088164304193937 |
| Regime de Trabalho | 40 horas de atividades semanais, estando prevista carga horária para coordenação, administração e condução do curso |

12.1 FORMAÇÃO ACADÊMICA

A formação acadêmica do (a) coordenador (a) é:

| TITULAÇÃO | CURSO/PROGRAMA | IES | PERÍODO |
|-----------|--|---|-------------|
| Mestre | Mestrado em Direito | Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC | 2015 - 2017 |
| Graduação | Especialista em Direito Constitucional | Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA | 2010 - 2011 |
| | Graduação em Direito | Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA | 2005 - 2010 |

12.2 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO

O Coordenador do Curso atua em regime e é responsável pela concepção e garantia da qualidade acadêmica do curso ofertado.

São atribuições do Coordenador de Curso, conforme Regimento da FVS:

- I. integrar, convocar e presidir o Colegiado de Curso e o NDE;
- II. cumprir e fazer cumprir as instruções normativas expedidas pela Diretoria Geral e Diretorias, observando-se o prazo proposto e as decisões do CONSUP, Colegiado de Curso e dos demais órgãos da administração superior;
- III. orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso;
- IV. elaborar o horário do curso e fornecer à Diretoria Geral para aprovação.
- V. fiscalizar a observância do regime acadêmico e o cumprimento dos programas e planos de ensino, bem como a execução dos demais projetos da Coordenação de Curso;
- VI. acompanhar e autorizar estágios curriculares e extracurriculares no âmbito do curso;
- VII. homologar aproveitamento de estudos, transferências e propostas de adaptações de curso;
- VIII. exercer o poder disciplinar no âmbito do curso;
- IX. acompanhar e executar as políticas institucionais voltadas para o atendimento da legislação e a formação continuada, promovendo a integração entre os cursos de graduação e de pós-graduação, incentivando a produção científica alinhada à atuação profissional do egresso;

- X. acompanhar e executar a legislação aplicada ao curso de graduação.
- XI. desenvolver atividades relativas aos processos de credenciamento, recredenciamento da IES, bem como as de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, responsabilizando-se, juntamente com a Procuradoria Institucional, pelo recebimento e acompanhamento dos trabalhos das Comissões de Avaliação in loco do MEC, juntamente com a Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- XII. Elaborar, para a aprovação da Diretoria Geral, plano de ação da Coordenação, documentado e compartilhado, que disponha de indicadores de desempenho da coordenação, disponíveis e públicos, e administrar a potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua;
- XIII. informar à Diretoria Geral, semestralmente, os projetos de iniciação científica a serem realizados no semestre e acompanhar a submissão dos projetos de Iniciação Científica;
- XIV. sensibilizar o corpo docente, tutor e discente, para a submissão dos projetos de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa, caso necessário;
- XV. informar à Diretoria Geral, anualmente, os convênios firmados para a realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios, bem como o prazo de início e término da parceria, com o total de alunos atendidos por parceria;
- XVI. encaminhar os TCCs para o Repositório Institucional, ao final do semestre letivo;
- XVII. elaborar o diagnóstico de provas do ENADE por amostragem e encaminhá-lo ao NDE, à Diretoria Geral e Procuradoria Institucional;
- XVIII. elaborar, no mínimo, dois projetos de extensão por semestre, promovendo a atualização constante da DCN do seu curso, em atendimento ao perfil profissional e encaminhá-los para o Diretoria Geral;
- XIX. propor ao NDE reformulações no Projeto Pedagógico de Curso e/ou na matriz curricular;
- XX. coordenar os trabalhos e as atividades dos docentes e tutores do curso;
- XXI. conhecer e registrar parecer dos recursos de alunos, quando solicitado, encaminhando-os aos órgãos competentes;

- XXII. acompanhar e estimular atividades complementares atinentes ao curso;
- XXIII. analisar, validar e registrar, semestralmente, as atividades complementares realizadas pelos alunos, para que as horas correspondentes sejam incluídas no histórico escolar do aluno;
- XXIV. acompanhar, junto à Secretaria Acadêmica, os registros e controles acadêmicos;
- XXV. organizar e manter arquivados os programas de disciplina e planos de ensino, assim como encaminhá-los ao NDE para atualização e/ou aprovação;
- XXVI. estimular, no âmbito da Coordenação, a publicação de trabalhos didáticos, técnicos e científicos;
- XXVII. pronunciar-se sobre questões suscitadas pelos corpos docente, tutor e discente, na Coordenação, encaminhando ao Diretor Geral as informações e pareceres relativos aos assuntos atinentes e cuja solução transcenda sua competência;
- XXVIII. sensibilizar o corpo docente, tutor, discente e técnico administrativo a participar do processo de avaliação institucional;
- XXIX. propor programas de capacitação docente e de tutores à Diretoria Geral;
- XXX. zelar pelo patrimônio, pela preservação da honra, da imagem e da reputação da IES;
- XXXI. zelar pela ética, moral e os bons costumes, bem como a qualquer membro da Diretoria Geral e das Diretorias, da administração, docente, tutor, coordenadorias ou outro funcionário no ambiente acadêmico;
- XXXII. exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos da IES.

12.2.1 Função Política, Gerencial e Acadêmica

Além do cumprimento de suas atribuições regimentais, caberá, ainda, ao Coordenador de Curso, de acordo com cada segmento descrito abaixo:

I. Na sua função política:

- a) Exercer a liderança na área de conhecimento do curso;
- b) Representar o curso nos órgãos da FVS e na comunidade de inserção da instituição;

- c) Promover, de forma constante, o desenvolvimento e o conhecimento do curso no âmbito da instituição e na sociedade;
- d) Promover o marketing do curso, divulgando seus diferenciais competitivos e estimulando a demanda pelo curso;
- e) Acolher o estudante e orientar-lhe nas habilidades e competências definidas nas diretrizes curriculares, mostrando a identificação entre a proposta curricular e o perfil do egresso a ser constituído.

II. Na sua função gerencial:

- a) Executar os processos de aproveitamento de disciplinas de alunos transferidos de outras IES;
- b) Convocar e presidir as reuniões do Colegiado do curso, de professores, do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dos demais órgãos sob sua coordenação, quando necessário, na forma da legislação vigente;
- c) Adotar, *ad referendum*, em caso de urgência, providências indispensáveis no âmbito do curso;
- d) Inscrever seus alunos no ENADE, quando convocado pelo MEC - Ministério da Educação, para participar da avaliação, que se trata de componente curricular obrigatório a todos os cursos de graduação;
- e) Fazer cumprir as exigências necessárias para integralização curricular, providenciando, ao final do curso, a elaboração de histórico escolar dos concluintes, para fins de expedição dos diplomas;
- f) Coordenar a organização de eventos, semanas de estudos, ciclos de debates e outros, no âmbito do curso;
- g) Promover estudos e atualização dos conteúdos programáticos das práticas de ensino e de novos paradigmas de avaliação de aprendizagem, em consonância com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado do Curso;
- h) Promover gestão participativa através de decisões colegiadas;
- i) Em diálogo com a CPA, constituir a avaliação interna no âmbito do seu curso.
- j) Participar, juntamente com a coordenação pedagógica, das bancas de seleção, interna e externa, para escolha dos docentes do curso;
- k) Organizar e acompanhar a capacitação dos professores que atuarão nas disciplinas;
- l) Elaborar, juntamente com a coordenação pedagógica e com os professores, o cronograma do curso, em todas as suas etapas;

- m) Supervisionar o cumprimento do cronograma do curso, em todas as suas etapas;
- n) Acompanhar, juntamente com a equipe pedagógica, o trabalho dos professores, dando-lhes a orientação necessária;
- o) Cumprir e fazer cumprir, no âmbito do curso, toda a legislação educacional do ensino superior emanada pelos órgãos federais competentes;
- p) Cumprir e fazer cumprir, no âmbito do curso, toda a legislação educacional, emanadas do Conselho Superior da FVS com especial atenção para o atendimento à Missão Institucional, Políticas institucionais, Metas e Ações institucionais estabelecidas no PDI e este Regimento Geral;
- q) Cumprir e fazer cumprir, no âmbito do curso, as resoluções específicas emanadas pelo Colegiado de Curso;
- r) Emitir parecer sobre o desempenho de membros do corpo docente, administrativo e acadêmico sob sua jurisdição, quando solicitado;
- s) Supervisionar a infraestrutura física e equipamentos do curso - vistoriar sistematicamente todas as instalações físicas do curso: salas de aula, laboratórios, ambientes especiais, instalações de campo, equipamentos, etc. Identificar falhas, necessidade de manutenção e de reposições;
- t) Administrar, no curso que coordena, os recursos financeiros autorizados para o desenvolvimento de atividades como palestras, seminários, etc.;
- u) Controlar e reportar acerca das condições ambientais e técnicas de funcionamento do curso;
- v) Controlar e reportar acerca das condições de acessibilidade arquitetônica e metodológica necessárias ao desenvolvimento do curso;
- w) Controlar e reportar acerca do desempenho e da participação dos discentes, cuidando de observar a frequência às atividades acadêmicas, utilização do acervo da biblioteca e participação em eventos promovidos pelo curso;
- x) Participar do processo de seleção de docentes, sua adaptação ao Projeto Pedagógico do Curso e avaliação de desempenho nas atividades estabelecidas;
- y) Acompanhar, junto ao setor financeiro, o cumprimento do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais;

- z) Gerir a coordenação no âmbito financeiro e quanto aos colaboradores administrativos, junto à coordenação.

III. Na sua função acadêmica

- a) Responsabilizar-se, junto com o NDE, pela execução do Projeto Pedagógico do Curso e pela sua constante atualização;
- b) Responsabilizar-se pela divulgação entre o corpo docente e discente do Projeto Pedagógico do Curso, evidenciando sua relação com a Missão Institucional, com as Políticas Institucionais da FVS, com as diretrizes específicas do curso e com os documentos de referência do ensino superior emitidos pelo CNE, MEC, INEP, CONAES;
- c) Analisar e avaliar, junto com o NDE, os Planos de Ensino Aprendizagem, propondo aos professores modificações, quando julgar necessárias;
- d) Acompanhar a atuação da Equipe Multidisciplinar (quando couber), mantendo a coerência do Projeto Pedagógico do curso que administra;
- e) Assessorar o corpo docente na escolha e utilização de procedimentos e recursos didáticos adequados aos objetivos curriculares;
- f) Orientar os professores na escolha, elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação do desempenho acadêmico;
- g) Fazer análise crítica dos resultados das avaliações internas e externas de curso, propondo estratégias de intervenção pedagógica, com vistas à melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- h) Cuidar do desenvolvimento das atividades complementares e estimular atividades interdisciplinares e trabalhos integradores;
- i) Orientar a implementação de metodologias ativas de aprendizagem;
- j) Supervisionar as atividades de estágio supervisionado;
- k) Dar parecer em processo de transferência, de dispensa de disciplina, ouvindo, se necessário, o corpo docente;
- l) Orientar os acadêmicos transferidos e em regime de adaptação;
- m) Convocar e presidir reuniões com o corpo Colegiado de Curso, NDE, corpo docente.
- n) Conhecer de recurso acadêmico contra ato de professor, assim como de outros recursos que lhe sejam concernentes;

- o) Atuar como mediador nos casos de conflitos e dificuldades entre professor e acadêmicos;
- p) Incentivar a produção de trabalhos didáticos, técnicos e científicos dos corpos docente e discente do curso;
- q) Apresentar relatório semestral, circunstanciado e crítico, das atividades do curso à Diretoria Acadêmica;
- r) Participar da elaboração do Planejamento Estratégico e monitorar objetivos, metas e indicadores vinculados aos processos sob sua responsabilidade;
- s) Coordenar as ações de avaliação interna e externa do curso e presidir as reuniões de devolutivas dos resultados de avaliação;
- t) Exercer outras atribuições compatíveis com a função.

12.3 EXPERIÊNCIA ACADÊMICA E DE MAGISTÉRIO SUPERIOR

| PERÍODO | ATIVIDADE | IES |
|--------------|---|-----|
| 2019 - Atual | Professor Coordenador do Curso de Direito | FVS |
| 2010 a 2018 | Docente do Curso de Direito | FLF |
| 2014 a 2016 | Professor Substituto | UVA |
| 2012 – 2014 | Professor Substituto | UVA |
| 2011 – 2011 | Professor Colaborador | UVA |
| 2010 – 2012 | Professor de Direito | IVA |

12.4 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

| PERÍODO | ATIVIDADE | EMPRESA/ OUTRO |
|--------------|-----------|---|
| 2010 – Atual | Advogado | Raphael Viana Sociedade Individual de Advocacia |

| | | |
|--------------|--|-----------------------------|
| 2022 – Atual | Procurador Geral do Município de Alcântaras | Município de Alcântaras |
| 2019 – Atual | Coordenador do Curso Preparatório para OAB – UNIVERSO JURIS | Curso Universo Juris Sobral |
| 2015 – Atual | Membro Fundador da Academia Sobralense de Letras Jurídicas – ASLEJUR | ASLEJUR - Sobral |
| 2019 - 2021 | Vice-Presidente da OAB Subseção Sobral | OAB Subseção Sobral |
| 2016 - 2018 | Secretário Geral da OAB Subseção Sobral | OAB Subseção Sobral |
| 2017-2018 | Assessor Jurídico da Secretaria de Direitos Humanos do Município de Sobral | Município de Sobral |
| 2016 – 2016 | Procurador Adjunto do Município de Massapê | Município de Massapê |
| 2013-2015 | Presidente da Comissão de Ética da OAB Subseção Sobral | OAB Subseção Sobral |

13. FORMAS DE ARTICULAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

A partir da compreensão de competência, o NDE analisa o que é e como se dá a relação entre teoria e prática no curso. Neste sentido, entende-se que a relação entre a teoria e prática é uma articulação que ocorre no âmbito da acumulação flexível, em particular, no que diz respeito às demandas da base social. Estas deslocam a necessidade do conhecimento, substituindo a capacidade de fazer, pela capacidade de enfrentar eventos não previstos.

Assim, ao definir como deve ocorrer a articulação entre atividades práticas e conteúdos teóricos obrigatórios procura-se superar a dicotomia entre os termos e desenvolver uma operacionalização na perspectiva de formação de um “intelectual orgânico”, por meio do movimento de “praticar teorias e teorizar práticas” pois compreende-se que este movimento tem potencial para (FÁVERI, 2010, p. 12):

- a) melhorar, “no mesmo processo de vida, o pensar e o agir nos diferentes contextos e organizações. Neste ponto se encontra a instrumentalidade do conhecimento e da ciência para o ser humano e a sociedade em geral”;
- b) auxiliar no enfrentamento da “mais diversa ordem de problemas que vão aparecendo no exercício da profissão [...]”, gerando “no futuro profissional”, formado por nós, a construção de uma visão de totalidade do conhecimento teórico e dos possíveis desafios que o mesmo

venha enfrentar no exercício de sua profissão”. Ou seja, as demandas sociais e profissionais a serem vividas pelo futuro egresso configuram uma necessidade de conhecimento que vai para além da capacidade de memorizar teorias e executar práticas protocoladas, instrumentalizando-lhe para a competência de enfrentar eventos não previstos a partir do estabelecimento de relações entre conhecimento científico e práticas laborais.

Convém frisar que, na integração curricular do curso, valoriza-se, ainda, o equilíbrio e a integração entre teoria e prática durante toda a sua duração, numa sequência progressiva até a conclusão do mesmo, de acordo com os níveis de complexidade durante o percurso formativo do acadêmico, observando-se a seguinte operacionalização:

- a) a carga horária total do curso é suficiente para distribuição estratégica e equilibrada dos eixos curriculares e demais atividades previstas;
- b) caso necessário, a IES detalhará, em documento próprio, as atividades síncronas e assíncronas, os laboratórios físicos e virtuais utilizados no plano de ensino da disciplina;
- c) desde as primeiras fases, os conteúdos são intercalados entre os fundamentos teóricos e as atividades práticas laboratoriais de Ensino, Iniciação Científica e de Extensão, por meio de ações e projetos experimentais e integradores;
- d) o Estágio Não-obrigatório é incentivado e permitido a partir da primeira fase;
- e) Regulamento das Atividades Complementares define que um percentual das horas dos estágios não-obrigatórios pode ser contabilizado em horas de Atividades Complementares;
- f) oportunidade de conhecimento da realidade nos contextos local, regional e nacional por meio de convênios e parcerias.

A partir do citado, são analisadas as necessidades de utilização, organização e adaptação de estratégias compostas por pressupostos didático-metodológicos que orientam a elaboração de ações educativas, pautadas principalmente em: iniciação científica/pesquisas teóricas e de campo, ações de iniciação científica, ações comunitárias e/ou de extensão, campanhas educativas, Estágio Curricular Supervisionado (Obrigatório e Não-obrigatório) e Trabalho de Conclusão de Curso.

Assim, compreende-se que a articulação entre as diversas teorias e práticas (de laboratório, de estágio, de ensino, de iniciação científica, de extensão) é o conjunto de estratégias metodológicas e ações pedagógicas utilizados pelo curso. Ou seja, as ações/atividades são pensadas pelos docentes a partir de uma intencionalidade pedagógica, que pauta a escolha de estratégias capazes de viabilizar que o acadêmico busque verificar, na prática laboratorial e no contexto real da profissão, a teoria discutida em sala de aula como potencial de intervenção na

realidade.

14. OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS

A flexibilização dos currículos, que busca eliminar a rigidez estrutural das matrizes curriculares mediante a redução parcial de pré-requisitos, a oferta de disciplinas eletivas, entre outras ações, permite oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos, possibilitando aos alunos a construção de uma trajetória acadêmica autônoma.

Como oportunidade diferenciada de integralização e enriquecimento do currículo dos cursos da IES, destaca-se a possibilidade de os alunos realizarem disciplinas eletivas, atividades complementares, intercâmbio, ações de extensão, iniciação científica, atividades de ensino e estágios extracurriculares. As disciplinas eletivas buscam complementar e enriquecer a formação do aluno da IES.

Por meio delas, o estudante tem a oportunidade de aumentar o espaço de flexibilidade e autonomia dentro da matriz curricular de seu curso, para diversificar o seu aprendizado pessoal e profissional. Pode, assim, desenvolver competências novas e atuais que não fazem parte do núcleo específico de formação oferecido pelos cursos. As atividades complementares são incrementadas durante todo o Curso de Graduação, criando mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, em atividades extraclasse e que compõem o currículo não só do Curso de Direito, mas de todos os cursos oferecidos pela IES, com carga horária estabelecida no Projeto Pedagógico de cada curso.

A IES entende que as ações de extensão compreendem iniciativas de educação continuada, prestação de serviços, ação social e comunitária e fortalecimento da profissionalização, proporcionando o desenvolvimento integral da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A iniciação científica é um instrumento que permite colocar o aluno em contato com a atividade científica e engajar-lhe, desde cedo, na pesquisa e atuar como diferencial na formação acadêmica. A IES adota, conforme a especificidade de cada curso e de acordo com as características das disciplinas, oferta em diferentes espaços educativos, oferecendo aos alunos a prática de estudos e realização de trabalhos acadêmicos no âmbito interno e externo da IES, devidamente programados nos planos de ensino e conduzidos pelos professores das respectivas disciplinas.

Permite-se, assim, aos alunos, desenvolverem aprendizagens específicas com utilização de tempo dedicado aos estudos, de forma mais conveniente. Os estágios extracurriculares poderão

ser realizados em instituições conveniadas com a IES, sob supervisão de um responsável do Núcleo Docente Estruturante - NDE

Na IES, são possíveis, ainda, as seguintes formas diferenciadas de integralização:

a) APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

A integralização do Curso de Graduação pode ser feita por meio de aproveitamento de estudos realizados em outras instituições de ensino superior, ou em Cursos de Graduação distintos da própria FVS. O aproveitamento de estudos idênticos, afins ou equivalentes, ocorre no caso de transferência de curso ou no caso de matrícula de graduados.

b) EXCEPCIONAL RENDIMENTO NOS ESTUDOS EM CURSOS SUPERIORES

Os alunos que possuam excepcional rendimento nos estudos, demonstrado por meio de provas, ou outros instrumentos de avaliação próprios, aplicados por banca especial, a pedido do interessado, poderão ter abreviada a duração do seu curso, conforme estabelece o regimento da IES, com base no art. 47 § 2º da LDB.

c) DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS

Os materiais pedagógicos favorecem a mediação professor, aluno e conhecimento e viabilizam diferentes linguagens simbólicas — escrita, icônica, gráfica, visual e audiovisual — e diferentes ferramentas intelectuais analógicas e virtuais necessárias para a articulação das estruturas educacionais.

Para tanto, a IES viabiliza, aos professores e alunos, o acesso às tecnologias de informação e comunicação mais latentes e comuns ao cotidiano de todos. Isso pode ser verificado nos laboratórios gerais da IES e específicos do curso — equipados com hardwares e softwares atualizados, rede wi-fi, multimídias (projetores, televisores, vídeos, áudios), simuladores e materiais analógicos e gráficos diversificados, os quais são mediadores pedagógicos importantes no processo de ensino e aprendizagem.

Os Cursos de Graduação da IES procuram investir na qualidade do material didático disponibilizado aos estudantes, visando a executar a formação definida no projeto pedagógico do curso, considerando a abrangência dos conteúdos, o cuidado com a seleção de bibliografia adequada às exigências da formação, o aprofundamento dos conteúdos e a coerência teórica.

15. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A análise e avaliação sobre o egresso de uma IES é uma contínua melhoria de todo planejamento e operação dos processos de ensino e aprendizagem. Por isso, pode-se afirmar que não se trata apenas de uma política de apoio ao estudante, mas uma Política de Gestão que tem como objetivo inserir no mercado de trabalho profissionais aptos para o exercício da profissão. E é através do retorno quanto aos indicadores da qualidade dos profissionais que são formados, que se torna possível observar o desenvolvimento do egresso da IES no mercado. Neste sentido, o egresso é definido como aquele que efetivamente concluiu seus estudos, colou grau e está apto a ingressar no mercado de trabalho. Nessa condição de egresso, ele é uma fonte de informação sobre a qualidade do serviço prestado pela Instituição de Ensino Superior que o formou.

Dessa forma, visando dar mais clareza e antecipar suas perspectivas acerca do egresso, a IES criou um programa que busca implementar de maneira mais clara e objetiva suas políticas institucionais de acompanhamento ao egresso. Trata-se do PAE - Programa de Acompanhamento do Egresso, anexado ao PDI e a este PPC, o qual é instrumento que possibilita a avaliação continuada da FVS, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos e do seu desenvolvimento na educação continuada.

Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimenta pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

Sendo assim, são os seguintes os objetivos do Programa:

- ✓ Avaliar o desempenho da instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- ✓ Manter registros atualizados de alunos egressos;
- ✓ Promover intercâmbio entre ex-alunos;
- ✓ Promover a realização de atividades extracurriculares, de cunho técnico-profissional, como complemento à formação do ex-aluno e que, pela própria natureza do mundo moderno, está em constante aperfeiçoamento;
- ✓ Promover a realização de eventos direcionados a profissionais formados pela instituição;

- ✓ Fornecer ferramentas de reavaliação dos currículos dos cursos e dos programas e políticas da IES;
- ✓ Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho e acompanhar sua vida profissional como forma de atualização do PPC;
- ✓ Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação, dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados pela mesma;
- ✓ Incentivar à leitura de acervos especializados, disponíveis na biblioteca, bem como a utilização de laboratórios, cujo acesso as dependências da instituição acontecem por meio de documento expedido pela instituição.

Além disso, a IES pretende lidar com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Sendo assim, o programa se constitui como um órgão responsável pelos egressos na instituição, juntamente com o Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante e Comissão Própria de Avaliação, intensificando ações para acompanhar os egressos dos cursos e fornecendo um espaço de troca de saberes, de vida e de experiências.

Dessa forma, o PAE se estabelece como um instrumento para a necessária interação instituição-empresa-sociedade.

III. DIMENSÕES AVALIATIVAS

O presente Projeto Pedagógico do Curso de Direito segue organizado de acordo com as dimensões e indicadores de avaliação conforme a ordem que compõe o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância - Reconhecimento de outubro de 2022 (MEC/INEP).

DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais de ensino e extensão constantes no PDI, estão implantadas no âmbito do curso e claramente voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, adotando-se práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras para a sua revisão.

O Curso de Direito está alicerçado em políticas institucionais que, por sua vez, foram pensadas e traçadas dentro de um contexto de sintonia com os objetivos do curso, com a missão da IES, com o perfil do egresso esperado e em consonância com o PDI.

A consolidação do curso ocorre mediante a utilização das políticas institucionais aprovadas no âmbito do PPI e PDI, que estabelecem as políticas e as diretrizes institucionais, ações estratégicas a serem implantadas, num determinado horizonte temporal, para o cumprimento dessas políticas institucionais.

As políticas institucionais visam a promover a compreensão dos alunos sobre o contexto econômico, social, político e cultural da sociedade. As políticas institucionais para a graduação são operacionalizadas mediante o estímulo às práticas de auto estudo; ao encorajamento para o desenvolvimento de competências e habilidades adquiridas nos diversos cenários de ensino aprendizagem, inclusive as que se referem à experiência profissional considerada relevante para a área de formação; ao fortalecimento da articulação da teoria com a prática, valorizando as atividades de investigação (individual e coletiva), assim como a realização de estágios e a participação em atividades de extensão; à condução das avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e complementares que sirvam para orientar processos de revisão do Projeto Pedagógico do Curso; e à promoção da discussão de questões relacionadas à ética profissional, social e política, à educação ambiental, ética e legislação profissional deverão permear de forma transversal, toda a formação dos futuros profissionais.

A IES adotará ações inovadoras, a partir de práticas de estudos com metodologias ativas de aprendizagem e a implementação da sala de aula invertida (maiores detalhes estão descritos no item Metodologia), que possibilitarão o desenvolvimento da autoaprendizagem, estimulando a autonomia intelectual e a articulação entre teoria e prática, plenamente alinhadas ao perfil profissional do egresso do curso.

Em função de sua missão e dos seus objetivos, a IES concentrará esforços para contribuir na formação integral do indivíduo, despertando-lhe o senso crítico, o critério ético e a capacidade de julgar e agir corretamente, formando cidadãos conscientes, capacitados para a vida profissional e cívica, conforme as exigências da sociedade moderna.

O processo educativo do curso de Direito atenderá às políticas definidas no PDI, ao propor, na sua organização didático-pedagógica, um conjunto de atividades de ensino-aprendizagem que orientam para a formação de um cidadão profissional com:

- ✓ Sólida formação técnica e científica;
- ✓ Compromisso com a ética, estética e princípios democráticos;
- ✓ Formação humanística;
- ✓ Responsabilidade social, ambiental e cidadania;

- ✓ Espírito investigativo e crítico;
- ✓ Capacidade de aprendizagem autônoma e continuada;
- ✓ Disposição para trabalhar coletivamente.

O Projeto Pedagógico foi concebido e referendado pelo NDE, que assume seu cumprimento integral como um compromisso institucional, tendo presente, em suas ações, que este compromisso estabeleça os princípios da identidade institucional e expresse a missão, os objetivos, os valores, as práticas pedagógicas, as políticas de ensino e extensão e sua incidência social e regional.

Através de critérios pedagógicos, a política de ensino da FVS privilegiará a formação por competências e habilidades. Assim, a estrutura e a concepção curricular visarão a favorecer a flexibilidade e a interdisciplinaridade; investirão em projetos alinhados com a identidade e com a missão institucional; fortalecerão diversas modalidades de ensino-aprendizagem; bem como fomentarão a inovação, a produção do conhecimento e a participação nas atividades e compromissos da comunidade acadêmica. Tais aspectos da política institucional são expressos neste PPC, na medida em que a estrutura curricular propõe o desenvolvimento integral do aluno, centrado em competências e habilidades próprias dos profissionais da área do direito.

1.1.1 POLÍTICAS DE ENSINO

O Curso de Direito da FVS está alicerçado em políticas institucionais que, por sua vez, foram pensadas e traçadas dentro de um contexto de sintonia com os objetivos do curso, com a missão da IES, com o perfil do egresso esperado e em consonância com o PDI.

Haja vista estar devidamente implantado, a consolidação do Curso de Direito ocorre mediante a utilização das políticas institucionais aprovadas no âmbito do PDI, o qual estabelece as políticas e as diretrizes institucionais, ações estratégicas a serem implantadas, num determinado horizonte temporal, para o cumprimento dessas políticas institucionais.

Para cumprimento de suas metas e objetivos, em sintonia com a Missão, Visão e Valores Institucionais, a FVS apresenta suas políticas institucionais divididas em Políticas de Gestão, que contemplam as dimensões: organizacional, recursos humanos, comunicação, infraestrutura e responsabilidade e as Políticas Acadêmicas (Ensino – Graduação e Pós-Graduação, Iniciação Científica, Educação a Distância, Extensão, Apoio ao Discente e Acompanhamento de Egressos).

Por meio de critérios pedagógicos, as Políticas Acadêmicas da FVS privilegiam a formação por competências e habilidades. A estrutura e a concepção curricular dos cursos visam a favorecer

a flexibilidade e a interdisciplinaridade, investem em projetos alinhados com a identidade e com a Missão Institucional, fortalecem metodologias de ensino-aprendizagem, assim como fomentam a inovação, a produção do conhecimento e a participação nas atividades e compromissos da comunidade acadêmica.

Tais aspectos da política institucional são expressos nos PPC na medida em que os componentes curriculares promovem o desenvolvimento integral do estudante, centrando-se em competências e habilidades próprias dos profissionais de cada curso.

As políticas institucionais, portanto, são materializadas a partir da implementação dos diversos projetos que, transversalmente, possuem a finalidade de promover a inclusão, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, a produção artística, a memória e o patrimônio cultural de modo a concretizar as prerrogativas apresentadas neste PDI.

As políticas institucionais visam a promover a compreensão dos alunos sobre o contexto econômico, social, político e cultural da sociedade. As políticas institucionais para a graduação são operacionalizadas mediante o estímulo às práticas de auto estudo; ao encorajamento para o desenvolvimento de competências e habilidades adquiridas nos diversos cenários de ensino aprendizagem, inclusive as que se referem à experiência profissional considerada relevante para a área de formação; ao fortalecimento da articulação da teoria com a prática, valorizando as atividades de investigação (individual e coletiva), assim como a realização de estágios e a participação em atividades de extensão; à condução das avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e complementares que sirvam para orientar processos de revisão do PPC; e à promoção da discussão de questões relacionadas à ética profissional, social e política, à educação ambiental. Ética e legislação profissional deverão permear de forma transversal, toda a formação dos futuros profissionais.

A política de ensino, em sintonia com a política de investigação científica e de extensão institucionais, permanentemente serve de base para o processo de aperfeiçoamento continuado de docentes, estimulando o aprimoramento da ação curricular, com base no desenvolvimento de novas metodologias e tecnologias de ensino, com vista à qualificação dos cursos da FVS.

A política de ensino visa a estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e transdisciplinares e também interprofissionais; possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país; criar mecanismos que possibilitem adequar às

atividades acadêmicas (ensino, iniciação científica e extensão), aos dispositivos estabelecidos pela Lei nº 9.394/1996.

A política de ensino da FVS no âmbito dos PPCs evidencia os seguintes princípios:

- a) Interdisciplinaridade e articulação entre as diversas atividades desenvolvidas;
- b) Flexibilização curricular;
- c) Contextualização e criticidade dos conhecimentos;
- d) Ética como orientação das ações educativas;
- e) Prática de avaliação qualitativa, sistemática e processual do PPC;
- f) Defesa dos direitos humanos no contexto do exercício profissional.

No curso de Direito, as atividades de iniciação científica estão voltadas para a resolução de problemas e de demandas da comunidade na qual a FVS está inserida. O NDE do curso incentiva a iniciação científica para a qualificação do ensino.

As atividades de extensão serão desenvolvidas visando a promover a sua articulação com a sociedade, transferindo para esta os conhecimentos desenvolvidos com as atividades de ensino e iniciação científica; e captando demandas e necessidades da sociedade, para orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos. Caracteriza-se pela viabilização prática e compartilhamento com a comunidade do conhecimento sistematizado pelo saber humano e daquele produzido na FVS. As prioridades de ações de responsabilidade social fazem com que a FVS cumpra a sua função social e se torne uma estrutura fundamental para melhoria na qualidade de vida no contexto local, regional e nacional.

A gestão da FVS, articulada à gestão do curso de Direito segue as políticas estabelecidas nos documentos oficiais, destacando-se Regimento, o PDI e o PPC, documentos que norteiam o cumprimento das políticas de gestão da FVS.

A política institucional de gestão da FVS pode ser explicitada com base nos seguintes princípios fundamentais da organização:

- a) Unidade de patrimônio e administração;
- b) Estrutura orgânica com base em cursos, vinculados à administração superior;

c) Racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos disponíveis;

d) Flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades locais e regionais, e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de investigação científica e de extensão;

e) Participação da comunidade acadêmica no planejamento institucional;

f) Utilização dos resultados da autoavaliação no planejamento da IES.

Os eixos centrais da gestão institucional estabelecem:

a) adoção de um modelo de organização que, em todos os planos, conduza à realização da missão institucional;

b) organização integrada a um padrão geral de administração flexível e baseada na informação, na informatização e no domínio das novas tecnologias de comunicação;

c) planejamento acadêmico capaz de conviver com mudanças e de estimular a inovação.

O modelo desenhado para a FVS dispõe de organização formal com estrutura simples, que visa a propiciar à administração agilidade e flexibilidade para responder às necessidades da instituição e às exigências modernas de gestão. Tal modelo permite, ainda, ampliar a transparência, a rapidez das respostas e a comunicação entre os segmentos que compõem a dinâmica institucional.

O CONSUP, órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa da FVS, conta com a participação da Coordenação do Curso, membro do Colegiado de Curso e do NDE. Assim, assuntos de interesse do Curso de Direito tratados pelo NDE e pelo Colegiado de Curso são, quando necessários regimentalmente, encaminhados à Diretoria e ao CONSUP.

As políticas institucionais de ensino, extensão e iniciação científica previstas no PDI, organizam todas as ações pedagógicas, bem como a construção deste PPC, ou seja, são políticas que têm por objetivo orientar as ações institucionais. Salientamos que todas as ações previstas no PDI estão implantadas no âmbito do curso. Portanto, as ações são realizadas em consonância às políticas institucionais.

1.1.2 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A FVS busca, permanentemente, a melhor qualidade para o ensino da graduação e da pós-graduação, bem como a efetivação da pesquisa (iniciação científica) e da extensão. A melhoria resultará do esforço de aprimoramento em todas as suas atividades. Dentre os aspectos importantes deste aprimoramento, está o desenvolvimento das Políticas de Extensão Acadêmica.

A FVS contempla em suas metas:

- ✓ Desenvolver as Políticas de Extensão;
- ✓ Ampliar a oferta de cursos de extensão, com qualidade, em sintonia com as demandas do mercado de trabalho e com a missão institucional, estabelecidos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI.
- ✓ Em seus objetivos específicos há de se destacar:
- ✓ Promover a Extensão Acadêmica, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Portanto, a FVS estabelecerá um relacionamento permanente e articulado com a sociedade ao qual está inserida. Cabe à Extensão abrir caminho entre a comunidade acadêmica e a externa, possibilitando, a cada uma das partes, o enriquecimento necessário para o processo integrador de produção de conhecimentos.

As atividades extensionistas ocupam lugar próprio no ensino superior, bem definidas como atividades-fim, relacionadas, principalmente, com o ensino e quiçá, em alguns casos, com a pesquisa e as atividades de iniciação científica, fortalecendo a tríade ensino-pesquisa-extensão.

A Extensão Acadêmica pressupõe ações junto à comunidade, disponibilizando ao público externo à IES o conhecimento adquirido com o ensino. Essas ações produzem novos conhecimentos a serem trabalhados e articulados.

A Extensão Acadêmica promove a interação entre a FVS e a comunidade. Seu principal objetivo é a produção e troca de conhecimento, que gera benefícios para ambas as partes. Dessa forma, os acadêmicos da IES terão a oportunidade de praticar suas futuras profissões, expandir horizontes e aprender novas culturas; e a comunidade encontra apoio especializado para solução de problemas sociais.

As Políticas de Extensão da FVS estão alicerçadas em princípios compatíveis com as constantes transformações do ensino superior, de forma a enfrentar e vencer desafios. São eles:

- ✓ Valorização do potencial humano, com seu aperfeiçoamento contínuo, para atender às exigências dos avanços científicos, tecnológicos e profissionais.
- ✓ Respeito à pluralidade e diversidade de ideias e valores, fundamentais para a crítica e busca de novos conhecimentos;
- ✓ Valorização da qualidade no desenvolvimento das ações de ensino, extensão e gestão acadêmica, com ênfase na ética e no compromisso social;
- ✓ Atuação em ações e programas que promovam o desenvolvimento sociocultural, científico e tecnológico;
- ✓ Defesa do diálogo, criando condições para um ambiente que estimule a aplicação do conhecimento e da experiência, e que estimule a criatividade, a convivência e a cooperação;

1.1.2.1 Das atividades de Extensão

A principal função do FVS é educar. O processo educacional compreende a transmissão do conhecimento acumulado e consolidado e a geração de novos conhecimentos. Através da extensão, aluno e professor trabalharão como aliados na procura de novas experiências e atividades, de um novo conhecimento. Dessa forma, entendem-se duas funções essenciais do FVS: o ensino e a extensão.

A extensão é a parte do processo educacional tendo como força indutora e motivadora as questões imediatas e mais relevantes demandadas pela sociedade. De certa forma, a extensão é a maneira da FVS interagir diretamente com a sociedade, mas o que deve ser comum é o caráter educacional. A extensão não pode ser uma atividade marginal ao processo educacional. É dessa forma que a FVS pretende desenvolver a política de extensão, como parte integrante e importante do seu objetivo maior.

As atividades extensionistas a serem desenvolvidas na FVS e, conseqüentemente, no curso de Direito, devem subsidiar, não só a avaliação qualitativa da instituição, como também o planejamento institucional das suas ações e também no âmbito do curso.

As atividades serão classificadas segundo áreas temáticas. Para tanto, se buscará identificar, por áreas temáticas, as oportunidades de articulação de trabalhos com grau razoável de afinidade com a sociedade.

1.2.2.2 A materialização das Políticas de Extensão no curso

Em atendimento a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, combinado com Resolução nº 9/2021/CONSUP, desde o 2º período o curso de Direito, no componente curricular Projeto Interdisciplinar de Extensão, orientará o desenvolvimento de Trabalhos Integradores com atividades de extensão e, por vezes, em conjunto ensaios de iniciação científica (de modo a entender a nuances da comunidade regional e seus problemas), em temas da área do curso voltadas às demandas e necessidades regionais da sociedade, buscando a articulação teoria e prática e maior compreensão da realidade social da comunidade ao qual a IES está inserida.

- Desenvolverá Semanas Acadêmicas com atividades abertas à comunidade.
- Prestará serviços de atendimento ao cidadão com atividade do estágio supervisionado na IES e na comunidade.

Antes mesmo da curricularização da extensão que foi implantada pela FVS em 2021 para início em 2022, já fazia parte do Projeto Pedagógico do Curso, o desenvolvimento de atividades complementares extensionistas, como as práticas interdisciplinares e uma série de Cursos de Extensão presenciais e de forma virtual através do Canal do YouTube da IES, além de ter desenvolvido o Projeto de Extensão Ibiapaba Colaborativa, no qual alunos de todos os Cursos da FVS, ajudaram a pequenos empreendedores que não usavam as redes sociais para fazerem suas vendas, como donos de mercearias, padarias, alunos que vendiam bolos e doces, a desenvolverem suas redes sociais. Assim, alunos do Curso de Direito, Administração e Enfermagem que tinham habilidades com as redes sociais contribuíram com o desenvolvimento local, ajudando a diminuir os impactos provocados pela PANDEMIA COVID-19.

1.1.3 POLÍTICAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A iniciação científica é uma atividade de investigação, realizada por estudantes de graduação, no âmbito de projeto de pesquisa, orientado por docentes-pesquisadores qualificados, que visa ao aprendizado de técnicas e métodos científicos e ao desenvolvimento da mentalidade científica e da criatividade, no confronto direto com os problemas oriundos da pesquisa.

É um instrumento de estímulo à pesquisa que permite introduzir os estudantes de graduação na pesquisa científica, configurando-se como um poderoso fator de apoio às atividades de ensino e extensão, que atendem às seguintes políticas:

- ✓ Iniciar os alunos dos cursos de graduação na prática da pesquisa científica;
- ✓ Desenvolver mentalidade científica, crítica e criativa dos alunos;
- ✓ Estimular o professor orientador a formar equipes de pesquisa;
- ✓ Estimular os alunos a participar de eventos científicos e a publicar os trabalhos realizados.

Nesse sentido a matriz curricular do Curso de Direito possui disciplinas de PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES I, II, III e IV que possuem em sua ementa o direcionamento para o desenvolvimento de atividades de iniciação científica entre os alunos. Com isso, a FVS consegue curricularizar não apenas a extensão, mas também a iniciação científica.

1.1.3.1 A materialização das Políticas de Iniciação Científica no curso

As atividades integradoras, entre outras atividades no decorrer das disciplinas, bem como os trabalhos de conclusão de curso, constituem um importante momento em que há tempo para o debate e, assim, o fornecimento de subsídios necessários para o desenvolvimento de atividades e ações de iniciação científica, de modo a contribuir com a compreensão dos fenômenos sociais relacionados à área do curso, ou que permeiam o mesmo, além da produção de novos conhecimentos regionais. Outro ponto de destaque, é a política de incentivo à produção de trabalhos científicos e sua publicação expressos no PDI institucional que se materializará no curso de Direito da FVS.

1.1.4 POLÍTICAS DE GESTÃO

O planejamento institucional tem como objetivo dotar a instituição de um modelo de estrutura organizacional que lhe permita viabilizar a consecução de sua missão, objetivos e metas propostos neste PPC.

O modelo adotado de planejamento viabiliza a implantação do PPC na perspectiva de uma política construída em uma conjuntura complexa e dinâmica, permitindo conviver com as necessidades, tensões, relações de forças e negociações peculiares ao contexto educacional.

A política institucional de gestão da FVS pode ser explicitada com base nos seguintes princípios fundamentais da organização:

- a) unidade de patrimônio e administração;
- b) estrutura orgânica com base em cursos, vinculados à administração superior;
- c) racionalidade de organização com plena utilização dos recursos materiais e humanos disponíveis.

| MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE GESTÃO NO CURSO | |
|---|---|
| Objetivos do PDI | Ação (docentes e discentes) |
| I - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; | <ul style="list-style-type: none"> • Subsídio para participação em eventos científicos; |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Incentivo à participação em eventos científicos e publicação |
| II - Formar recursos humanos nas áreas de conhecimento que atuar, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada; | <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões do Colegiado |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões do NDE |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Projetos de extensão |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Iniciação Científica |
| III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive; | <ul style="list-style-type: none"> • Projetos de extensão |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Iniciação científica |
| IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; | <ul style="list-style-type: none"> • Evento Científico |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Semana Acadêmica |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação em metodologias ativas • Capacitação em Elaboração de Itens de Prova |
| V - Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que serão adquiridos; | <ul style="list-style-type: none"> • Treinamento Consolidação do Sistema de gerenciamento acadêmico (CRM) |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Incentivo a formação acadêmica |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Prêmio Destaque Sapiens |

| | |
|--|--|
| VI - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; | <ul style="list-style-type: none"> • Estágio supervisionado |
| VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. | <ul style="list-style-type: none"> • Eventos Científicos |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Semana Acadêmica |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Atualização dos computadores |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Projetos de extensão |
| VIII- Despertar a consciência crítica e criativa de sua comunidade acadêmica sobre democracia, ética, cidadania e equilíbrio ambiental; | <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à discente |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Eventos Científicos |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Semana Acadêmica |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Incentivo à atualização profissional e acadêmica |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Serviço Psicopedagógico de apoio |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Projetos de extensão |
| IX - Contribuir para o desenvolvimento e a preservação da memória regional. | <ul style="list-style-type: none"> • Iniciação científica |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Eventos Científicos • Projeto de extensão |

d) flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades locais e regionais, e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de investigação científica e de extensão.

1.1.4.1 A materialização das Políticas de Gestão no Curso de Direito

Todas as atividades previstas que serão desenvolvidas no decorrer do curso estão no Plano de Gestão do Curso de Direito. As ações descritas no referido plano estão articuladas com os objetivos apresentados no PDI e estão demonstrados na tabela abaixo:

1.1.4.2 Objetivos e metas

A FVS definiu para o período 2018/2022 os seguintes objetivos e metas, conforme prevê o seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Quanto a Iniciação Científica:

- ✓ Institucionalizar a iniciação científica como atributo cultural, complemento ao processo de ensino-aprendizagem e como característica de sua práxis-acadêmica;

- ✓ Utilizar a iniciação científica como instrumento que permite introduzir os estudantes da graduação na pesquisa científica e de auxílio para a formação de um aluno diferenciado;
- ✓ Propiciar ao aluno, desde cedo, contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa;
- ✓ Reforçar junto aos docentes orientadores, que a atividade de iniciação científica estimula a capacidade de orientação, a participação na formação de recursos humanos, além de ampliar a produção científica da IES;
- ✓ Estimular o envolvimento na formação extracurricular, despertando a vocação científica e incentivando o aparecimento de novos talentos potenciais;
- ✓ Introduzir o estudante no domínio do método científico, desenvolvendo o pensar científico e sua criatividade na resolução de problemas, oriundos da pesquisa que participa;
- ✓ Desenvolver a capacidade de trabalhar em equipe e incentivar a participação nos cursos de pós-graduação.
- ✓ Implantar e desenvolver o Programa de Iniciação Científica (PIC) da IES, que terá por objetivo a concessão de incentivos, através de bolsas, para projeto semestral, ou anual, por área de conhecimento de seus cursos de Graduação e Pós-graduação. O PIC estará sob a responsabilidade do Colegiado do Curso e terá suas ações acompanhadas pelo Núcleo de Extensão;
- ✓ Implementar atividades de iniciação científica por meio dos Projetos Interdisciplinares, utilizando a transversalidade entre os cursos de graduação, bem como realizados no contexto dos cursos, trabalhos de integração com o mercado e trabalhos de conclusão de curso, com vistas ao aprendizado, à produção e à difusão de sistemática de conhecimento e posterior transmissão dos resultados à comunidade acadêmica, através de Seminários de Apresentação presenciais, bem como divulgação utilizando os meios eletrônicos disponíveis, como Portal do Aluno e grupos nas redes sociais.

1.2. OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos do curso de Direito foram concebidos em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito e dá outras providências, associados aos valores institucionais da FVS e está implementado buscando uma coerência com o perfil profissional do egresso, com a estrutura curricular proposta, com o contexto educacional atual, com características locais e regionais e, sobretudo, com práticas inovadoras.

Neste sentido, há que se destacar que apesar de ser uma IES privada, FVS, enquanto Corpo Institucional tem plena convicção que os seus objetivos não podem ser unilateralmente estabelecidos apenas pelos seus dirigentes e mantenedores, mas através de uma perspectiva de interlocução entre a comunidade acadêmica como um todo e a sociedade em que se insere. Isso significa que os objetivos da IES, e de todo e qualquer curso, devem emanar e convergir, *a priori*, para a sua própria realidade e ter como foco constante as demandas regionais e locais.

Ou seja, os objetivos devem não se limitar apenas a reproduzir as estruturas e valores vigentes, mas se abrirem para as possibilidades que só são

possíveis a partir do acolhimento das novas ideias, das novas realidades e da visão de corresponsabilidade com a sociedade e com a história; ou seja, como apontamos em vários momentos de nosso projeto: na construção de seres humanos sociais e históricos, cientes da construção do seu futuro e de outrem.

Vale ressaltar o papel do NDE ao estabelecer uma análise que considerará vários fatores como o contexto educacional, perfil do egresso, demandas do mundo do trabalho, etc, conforme se descreve nos tópicos a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

O Curso de bacharelado em Direito da Faculdade ViaSapiens tem como objetivo principal ***“capacitar profissionais para atuar nas mais variadas carreiras jurídicas, no âmbito público e privado, com consciência de sua responsabilidade para com a efetividade da justiça social e da cidadania”***. Nesse contexto, o curso deverá propiciar ao aluno o desenvolvimento de competências que consolidem a capacidade crítica e reflexiva para a formação de um profissional empreendedor e gerenciador da própria carreira, com condições de compreender a complexidade

e a ética assim como se posicionar na e da sociedade, valorizando o empreendedorismo, a inovação e o desenvolvimento social.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos do Curso de Bacharelado em Direito foram definidos a partir de áreas de atuação:

- Formar profissionais cientes de seus papéis frente às necessidades socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais da sociedade em que se inserem;
- Constituir egressos comprometidos e partícipes enquanto sujeitos políticos;
- Estabelecer a compreensão do Direito como uma ciência em permanente reelaboração e discussão, na qual o operador tem o papel fundamental de contribuir na tomada de novos rumos e na inauguração de novas interpretações e meios de aplicação;
- Garantir uma formação geral das ciências jurídicas, em consonância com outras áreas do saber;
- Formar profissionais que dominem a administração da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e da informação em sua área de atuação;
- Conceber o Direito como uma mediação para a formação de cidadãos e da inclusão social;
- Constituir egressos que utilizem a ciência do Direito para a defesa do patrimônio cultural e do meio ambiente em sua Região de Inserção;
- Efetivar a plena defesa dos Direitos Humanos;
- Estabelecer de maneira integrada o saber técnico-jurídico e prático, a partir da indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;
- Prestar serviços jurídicos à comunidade carente de forma a defender seus direitos;
- Formar profissionais com capacidade de liderança, autonomia de Aprendizagem e entendimento sobre a importância da Formação Continuada;
- Efetivar o domínio das ferramentas de comunicação;
- Fornecer uma sólida formação geral, humanística e axiológica, com capacidade plena de Interpretação dos fenômenos jurídicos e sociais e capacidade e aptidão para a aprendizagem dinâmica e autônoma;
- Fornecer ferramentas para o planejamento de carreira e posicionamento profissional para o mercado de trabalho na área do Direito.

Com este cenário o curso de Direito busca concretizar as diretrizes curriculares nacionais e possibilitar que o acadêmico possa reconhecer em seu futuro mercado de trabalho as necessidades de cada realidade local e regional.

1.2.3 Capacidades, Competências e Habilidades

1.2.3.1 Capacidades

De acordo com a DCN do Curso e considerando o disposto no art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em que se prevê como objetivo da Educação o pleno desenvolvimento da pessoa, a formação para a convivência cidadã e a qualificação adequada para o trabalho, e o espírito que subjaz ao art. 43 da LDB, no que diz respeito à Educação Superior, um curso de graduação em Direito visa a formar: **“um profissional orientado e consciente da finalidade do direito como instrumento de transformação social e construção da cidadania, com capacidade técnica de aplicar o direito nos diferentes espaços da sociedade, no âmbito do direito público e privado, para a atuação nos meios tradicionais e alternativos da administração de conflitos.”**

1.2.3.2 Competências e Habilidades

O perfil do egresso supracitado enseja o domínio mínimo das seguintes competências e habilidades:

I – domínio linguístico, oral e escrito, da norma culta e das práticas dissertativo-argumentativas próprias da área jurídica;

II – compreensão e domínio técnico para a pesquisa e utilização da doutrina, da jurisprudência, da legislação geral e de outras fontes da área jurídica;

III – interpretação e aplicação plena das normas técnico-jurídicas;

IV – conhecimento pleno acerca da realidade jurídica de sua região de inserção de modo a buscar a justiça social e a constituição da cidadania plena para e si e para outrem;

V- autonomia para a educação continuada e busca pela inovação em sua área;

VI – ética, moral e capacidade técnica para a defesa dos direitos de todos os cidadãos e instituições, seja no âmbito público e privado;

VII – visão empreendedora e estratégica para a sua área de atuação;

VIII – capacidade de liderança, julgamento e tomada de decisões;

IX – domínio de tecnologias para a aplicação e gestão do direito;

X – consciência acerca da sustentabilidade e das prerrogativas e anseios da sociedade globalizada;

XI – capacidade para se adequar a todas as realidades e instâncias sociais, de modo a defender a plenitude do direito.

1.3. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Para constituição do Perfil do Egresso do curso de Bacharelado em Direito, o NDE estabeleceu, *a priori*, a consideração às Diretrizes Curriculares para o Curso, em especial a Resolução CNE/CES N° 5, de 17 de dezembro de 2018, que estabelece:

Art. 5º. O curso de graduação em Direito, priorizando a interdisciplinaridade e a articulação de saberes, deverá incluir no PPC, conteúdos e atividades que atendam às seguintes perspectivas formativas:

I - Formação geral, que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;

II - Formação técnico-jurídica, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Formas Consensuais de Solução de Conflitos; e

III - Formação prático-profissional, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TC.

O perfil do egresso foi delineado sob um viés crítico social, haja vista não bastar apenas conhecer e considerar a realidade em que se insere, mas principalmente determinar o senso crítico para que o egresso venha a analisar quando já inserido no mercado de trabalho, as razões políticas e sociais que denotam tal realidade.

Na configuração do perfil do egresso foram considerados os índices da justiça local e regional a seguir demonstrados. Assim, há a consideração não apenas pela consciência de onde se está atuando, mas pela busca de mudança positiva de sua própria realidade.

Para compor o Perfil Profissional do Egresso e os demais aspectos que compõem a formação do (a) operador (a) do direito da FVS, o NDE do curso considerou a diferença primordial entre profissão e carreira.

Neste sentido, foi primordial o ajuste entre o perfil, objetivos e as garantias de cumprimento destes que se darão por meio de disciplinas e conteúdos estudados e discutidos ao longo do curso. Dessa forma, conforme pode se vislumbrar tanto nas competências do perfil do egresso, como nos conteúdos do próprio curso, houve uma preocupação para com o planejamento e assentamento da carreira dos alunos.

Além disso, vale destacar que um projeto não pode ser plenamente engessado, ou seja, deixa-se neste documento o afã de acompanhar o desenvolvimento da sua aplicação de modo que a qualquer tempo possam ser inseridas novas expectativas ao perfil do egresso ou a outros aspectos que compõem o documento, conforme as necessidades reais do curso e dos alunos.

Assim, o perfil profissional do egresso delineado para o curso de Bacharelado em Direito da FVS foi construído em uma relação contínua com os objetivos para o curso que estabelecem a consciência com as adaptações ao mundo do trabalho, próprio da sociedade globalizada.

A Faculdade ViaSapiens pretende garantir a entrega de um profissional autônomo e consciente em suas decisões na carreira e junto à comunidade, capaz de utilizar o meio e suas ferramentas a seu favor e para o melhoramento da sociedade local.

Além da concepção do curso em si, as ações da IES garantem o acompanhamento do egresso e seu possível retorno para o estímulo do estudo contínuo e especializado através da própria instituição sanando as ausências de mercado que existem na região e ampliado as possibilidades e posicionamento para crescimento e evolução da mesma em colaboração com a melhoria social.

Desse modo, esse profissional utilizará de sua vocação, assim como do seu aprendizado, para integrar teoria e prática e determinar a sua formação, humanística, capacidade de análise, domínio e pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade,

contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética – cristã e sensibilidade afetiva.

1.3.1 Perfil Profissional - Necessidades Locais e Regionais

De acordo com as metas definidas pelo Plano Nacional de Educação - PNE de estabelecer uma política de expansão do ensino superior que diminua as desigualdades de ofertas existentes entre as diferentes regiões do país e, considerando o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI que prevê uma necessária expansão de cursos em nível superior para preencher lacunas sociais na região atendida; é que a Faculdade ViaSapiens - FVS, na firme crença de que pode e deve contribuir com o esforço de desenvolvimento socioeconômico do Estado do Ceará, se propõe a implantar o Curso de Graduação em Direito.

A iniciativa de criar um curso superior de Bacharelado em Direito na cidade de Tianguá surgiu a partir do estudo de mercado regional, por parte dos mantenedores, a partir do qual foi possível observar que a educação superior no interior do Estado do Ceará possui poucas instituições de ensino voltadas às áreas do Direito frente a uma crescente demanda local e regional.

A partir desse contexto inicial, os gestores da IES fizeram um novo estudo de mercado estabelecido após dois anos do credenciamento institucional, buscando determinar quais as necessidades prementes em nível superior necessárias ao contexto local da IES.

Dessa forma, a partir dos dados estatísticos advindos do estudo mercadológico, a IES decidiu ofertar o curso de Direito, considerando as necessidades e demandas econômicas, socioculturais e ambientais em nível local e regional, conforme listaremos a seguir.

Com foco nos diversos campos de atuação, o curso irá primar por valorizar as competências e habilidades do exercício profissional, exaltando as questões práticas e experimentais, valorizando as atividades projetuais prospectivas e incentivando o desenvolvimento socioeconômico na região de inserção, a defesa da cidadania e dos direitos fundamentais da sociedade e o empreendedorismo e inovação nas atitudes e nos procedimentos de seus alunos.

Assim sendo, a finalidade do curso de Direito no contexto regional é, em um primeiro momento, a capacitação de profissionais com visão plural das questões judiciais emergentes, tanto

para aquelas voltadas à defesa dos direitos no âmbito tradicional, como às novas perspectivas que se acentuam em uma sociedade globalizada em constante mudança.

1.3.2 Competências gerais e específicas

1.3.2.1 Competências gerais

De acordo com a DCN, o curso de Direito proporcionará aos seus egressos, ao longo da formação, além dos conhecimentos, ao menos as seguintes competências gerais de modo que seja capaz de:

- I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
- X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
- XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e
- XIV - apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

1.3.2 Competências específicas

As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente.

São elas:

I - Conhecimento profissional;

II - Prática profissional;

III - Engajamento profissional.

1.3.3 Campo de atuação

As áreas de atuação profissional do curso de Direito ficaram assim definidas:

- Magistério Jurídico;
- Empresas Privadas;
- Escritórios de Advocacia;
- Poder Judiciário;
- Procuradorias municipais, estaduais e federais;
- Ministério Público;
- Fazenda Pública;
- Segurança Pública;
- Defensoria Pública;
- Advocacia Geral da União
- Administração Pública em geral;
- ONGs ou instituições filantrópicas;

1.4. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular proposta para o curso de Direito considerou o previsto na Diretriz estabelecida na Resolução CNE/CES nº 05 de 17 de dezembro de 2018, o perfil profissional do egresso e, considerou a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica e a compatibilidade da carga horária total do curso.

A estrutura curricular do curso é composta de 4.110 horas, distribuídas em 10 períodos semestrais (05 anos), sendo:

| ESTRUTURA CURRICULAR | CH |
|---|--------------|
| Conteúdos Teóricos Práticos | 2930h |
| Trabalho de Conclusão de Curso – TCC | 180 h |
| Estágio Supervisionado | 240 h |
| Atividades Complementares | 160 h |
| Curricularização da Extensão – Projeto Interdisciplinar de Extensão | 420 h |
| Carga horária EAD | 150h |
| LIBRAS | 30h |
| Total | 4110h |

O percurso formativo proposto evidencia a articulação da teoria com a prática. A partir da matriz curricular será possível verificar a oferta da disciplina de LIBRAS em caráter optativa, além de mostrar a articulação entre os componentes curriculares e apresentar elementos comprovadamente inovadores.

O currículo contempla um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, pertinência e relevância. Os componentes curriculares são interligados e imprescindíveis para a conclusão do curso: Disciplinas; Estágio Supervisionado, Atividades Complementares e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Práticas Interdisciplinares, Projeto Interdisciplinar de Extensão (Curricularização da Extensão); Disciplinas Optativas (deverão ser obrigatoriamente cursadas para integralização da carga horária total do Curso).

Os Estágios Curriculares serão coordenados pela Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica - NPJ, podendo ser realizados:

- a) No Núcleo de Prática Jurídica da FVS;

- b) No Poder Judiciário;
- c) Na Defensoria Pública;
- d) No Ministério Pública;
- e) Escritórios Conveniados em parceria com a OAB local;

A programação dos Estágios Curriculares será definida previamente, atendendo aos parâmetros da DCN de Direito e da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, totalizando 240 horas.

As Atividades Complementares atendem às DCN e serão desenvolvidas no decorrer do curso totalizando 160 horas. Visam a complementar e a enriquecer a formação jurídica, incentivando a participação em: projetos de extensão, participação em congressos, seminários, jornadas e outros eventos científicos, estudos dirigidos com atividades presenciais ou à distância, através do portal do aluno.

O TCC será desenvolvido no 9º e 10º períodos, sob supervisão de um docente orientador e apresenta carga horária total de **180 horas (90hx2)**.

O currículo atende às Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002), oferecendo integração da educação ambiental aos componentes curriculares, de modo transversal, contínuo e permanente. No tocante à educação em Direitos Humanos combinou-se transversalidade e disciplinariedade, sendo a oferta desta última garantida no componente curricular com a disciplina de Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE Nº 1, de 30/05/2012, porém componentes como **Direitos Humanos, Direito Ambiental e Urbanístico, Práticas Interdisciplinares e Projeto Interdisciplinar de Extensão**, também abordam conteúdos de Direitos Humanos e Meio Ambiente.

O currículo contempla o Conteúdo Curricular de LIBRAS, conforme determina o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

Assim, em conformidade com a DCN, o PPC prevê as formas de tratamento transversal dos conteúdos exigidos em diretrizes nacionais específicas, tais como as políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação em políticas de gênero, de educação das relações étnico-raciais e histórias e culturas afro brasileira, africana e indígena, entre outras.

As atividades de extensão gerarão produtos que se caracterizarão pela responsabilidade social, tornando-os, então, acessíveis aos diversos setores da população, de forma a transformá-los em partícipes dos resultados produzidos pelas atividades desenvolvidas intramuros na academia. Assim, entendemos que a “extensão” é uma ação que viabiliza a interação entre a Instituição e a sociedade, constituindo o elemento capaz de operacionalizar a relação teoria/prática e promover a troca entre os saberes acadêmicos e o senso comum. As atividades de extensão serão realizadas com envolvimento dos alunos, professores e comunidade.

Com a finalidade de atender à legislação vigente para a Extensão, a FVS tem por embasamento legal:

1) A Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), que determina em seu art. 43, incisos VI e VII, que a educação superior tem por finalidade:

VI - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; [...]

VII - Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

E, ainda, em seu Art. 44, inciso IV, a LDB esclarece que a educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

IV - De extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino:

2) A Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

A referida resolução determina, em seu art. 4º, que os cursos de graduação devem contemplar o mínimo de dez por cento do total da carga horária em programas e projetos de extensão, sob a forma de componente curricular. No art. 7º dispõe, ainda, que “são consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta resolução, e conforme normas institucionais próprias”.

Assim, na FVS, as atividades acadêmicas de extensão estão integradas à matriz curricular do curso de Direito por meio do componente curricular “Projeto Interdisciplinar de Extensão”, constituindo-se em um processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico, tecnológico. Esse componente curricular, interdisciplinar, objetiva promover a interação transformadora entre a Faculdade e outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em permanente articulação do ensino e da iniciação científica, ancorada em processo pedagógico único. A interação da comunidade acadêmica com a sociedade pela troca de conhecimentos, pela participação e pelo contato com as questões presentes no contexto social contribuirá com a formação do aluno como profissional e como cidadão crítico, ético e responsável.

A FVS pretende, dessa forma, expressar e cumprir com seu compromisso social, em especial os de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, a educação étnica racial, os direitos humanos e a educação indígena.

Conforme determina o Art. 8º da referida Resolução:

[...] as atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos político-pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

I - Programas;

II - Projetos;

III - Cursos e oficinas;

IV - Eventos;

V - Prestação de serviços.

Parágrafo único. As modalidades, previstas no artigo acima, incluem, além dos programas institucionais, eventualmente também as de natureza governamental, que atendam às políticas municipais, estaduais, distrital e nacional.

Assim, o componente curricular “Projeto Interdisciplinar de Extensão” do curso de graduação em Direito, possui carga horária total de 420 horas, como segue:

Matriz do Curso de Bacharelado em Direito

| Período | Atividades de Ensino-Aprendizagem | Carga Horária |
|--------------|--|--------------------|
| | | (em horas relógio) |
| 2º | Projeto Interdisciplinar de Extensão I | 80 |
| 3º | Projeto Interdisciplinar de Extensão II | 60 |
| 4º | Projeto Interdisciplinar de Extensão III | 60 |
| 5º | Projeto Interdisciplinar de Extensão IV | 80 |
| 6º | Projeto Interdisciplinar de Extensão V | 80 |
| 7º | Projeto Interdisciplinar de Extensão VI | 60 |
| TOTAL | | 420 |

A Extensão, como toda e qualquer atividade acadêmica, deve ser avaliada em processo contínuo, de forma a buscar o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação entre o ensino, a pesquisa e a formação do aluno. Compete à CPA, ao NDE e ao colegiado a avaliação da pertinência, da relevância da utilização das atividades, dos resultados e dos objetivos da extensão na acreditação curricular.

O Projeto Interdisciplinar de Extensão será sistematizado e acompanhado pelo coordenador do curso e pelos docentes responsáveis pelas disciplinas articuladoras em cada semestre e obedecerá a um regulamento específico em que serão estabelecidos os critérios para a obtenção de créditos curriculares e/ou o cumprimento da carga horária equivalente após a devida avaliação.

As atividades de extensão gerarão produtos que se caracterizarão pela responsabilidade social da Instituição, tornando-os então, acessíveis aos diversos setores da população de forma a transformá-los em partícipes dos resultados produzidos pelas atividades desenvolvidas intramuros na academia. Assim, entendendo que a “extensão” é uma ação que viabiliza a interação entre a Instituição e a sociedade, constituindo o elemento capaz de operacionalizar a relação teoria/prática e promover a troca entre os saberes acadêmicos e o senso comum. As atividades de extensão serão realizadas semestralmente com envolvimento dos alunos, professores e comunidade.

Esse componente curricular interdisciplinar objetiva promover a interação transformadora entre a IES e outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em permanente articulação do ensino e da iniciação científica, ancorada em processo pedagógico único.

A Extensão, como toda e qualquer atividade acadêmica, deve ser avaliada em processo contínuo, de forma a buscar o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação entre o ensino, a pesquisa e a formação do aluno. Compete à CPA, ao NDE e ao colegiado a avaliação da pertinência, da relevância da utilização das atividades, dos resultados e dos objetivos da extensão na creditação curricular.

O Projeto Interdisciplinar de Extensão será sistematizado e acompanhado pelo coordenador do curso e pelos docentes responsáveis pelas disciplinas articuladoras em cada semestre e obedecerá a um regulamento específico em que serão estabelecidos os critérios para a obtenção de créditos curriculares e/ou o cumprimento da carga horária equivalente após a devida avaliação.

As atividades de extensão serão integradas à matriz curricular, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promoverá a interação transformadora entre a FVS e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino.

Serão utilizadas estratégias de ensino que possibilitarão a construção e aquisição do conhecimento pelos discentes. Dentre elas, destacam-se: aulas expositivas dialogadas, trabalhos em grupos, estudo de texto, estudo dirigido, lista de discussão através da Internet, pesquisas orientadas através da Internet, resolução de problemas, dentre outros.

A Estrutura Curricular do Curso está pautada nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, garantindo a interdisciplinaridade, a flexibilidade e as especificidades da Educação Especial por meio do Atendimento Educacional Especializado. Neste sentido, faz-se importante mencionar algumas das ações que promovem a acessibilidade, seja pedagógica, instrumental, comunicacional ou outra, ao discente com deficiência.

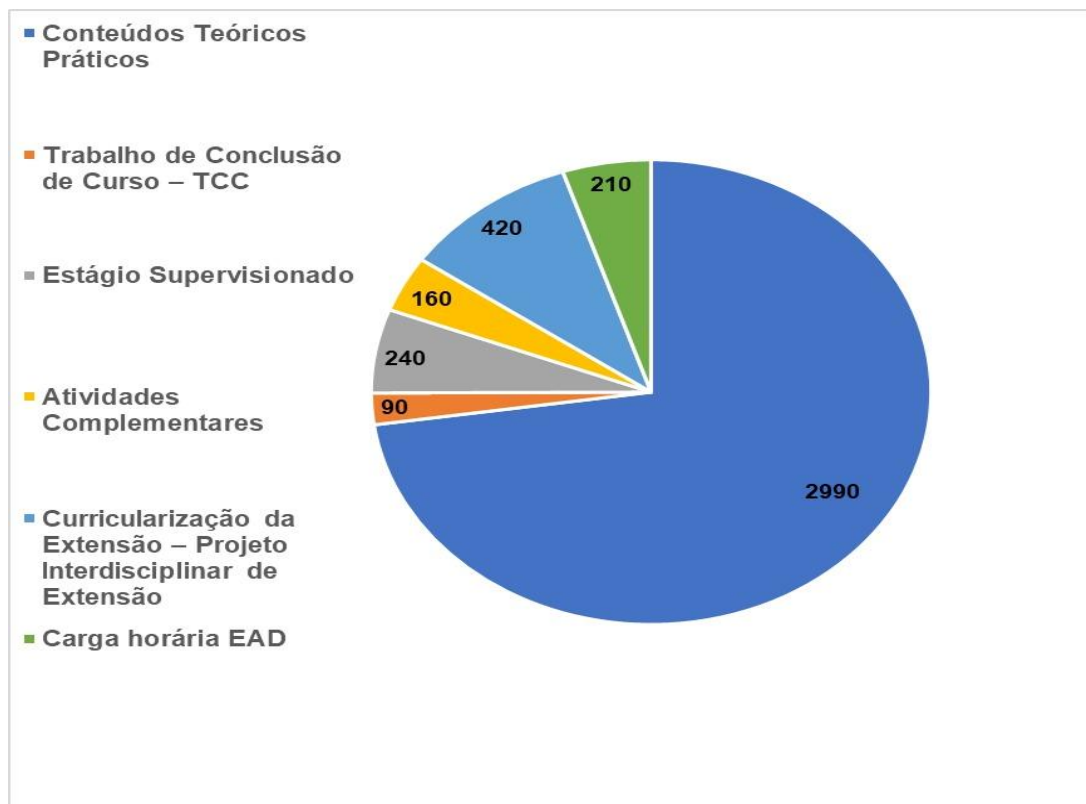
Destacam-se:

- **Disponibilização de intérprete educacional**, quando solicitado via laudo médico.
- **Biblioteca virtual: disponibiliza a consulta de livros em formato digital com o auxílio de programas de leitura para deficientes visuais e auxílio em Libras.**
- Laboratório de informática: permite o acesso, com auxílio de áudio, ao vídeo especializado para apoio a deficientes auditivos e visuais (**Hand Talk, Dosvox, NVDA**);

- O ensino da disciplina de Libras busca proporcionar a difusão da língua, na compreensão que tem a IES de que o papel da comunicação impulsiona a aprendizagem, a socialização e a vida em sociedade propiciando o processo de inclusão.
- Termo de Convênio com a Associação de Pessoas com Deficiências do município de Tianguá e de São Benedito para a realização de projetos sociais e de extensão, bem como para a concessão de bolsas de desconto para membros das referidas associações nos Cursos da FVS;

1.4.1 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

1.4.1.1 Demonstração gráfica em horas de componentes curriculares e a carga horária de integralização da matriz do curso de Direito da FVS.



Demonstração do Rol de Disciplinas Optativas do Curso de Direito da FVS.

| Disciplinas Optativas | |
|-------------------------------------|---------------------------|
| Disciplina Optativa | Período |
| Optativa I | 8 ^o |
| Optativa II | 9 ^o |
| Optativa III | 10 ^o |
| Rol de Disciplinas Optativas | Carga Horária |
| | (em horas relógio) |
| LIBRAS | 30 |
| DIREITO PORTUÁRIO | 30 |
| TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO I | 30 |
| TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO II | 30 |
| DIREITO EDUCACIONAL | 30 |
| DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL | 30 |
| DIREITO BANCÁRIO | 30 |
| DIREITO DA INFRAESTRUTURA | 30 |

1.4.2 MATRIZ CURRICULAR

A carga horária das disciplinas e a carga horária total do curso apresenta na Matriz Curricular atende a Resolução CNE/CES nº 5 de 2018, sendo utilizada a hora relógio de 60 minutos.

A representação gráfica da estrutura curricular do curso de Direito está assim constituída:

| Semestre | Disciplina | CH Total | Pré-requisito |
|---|---|--|---|
| 1º | Empreendedorismo Jurídico | 30 | - |
| | Introdução à Ciência do Direito | 60 | - |
| | Teoria e História do Direito | 60 | - |
| | Ciência Política e Teoria Geral do Estado | 60 | - |
| | Antropologia e Sociologia Jurídica | 60 | - |
| | Econômica Política | 30 | - |
| | EAD - Leitura e Produção Textual | 30 | - |
| | Práticas Interdisciplinares I | 20 | - |
| TOTAL DE CARGA HORÁRIA | | 350 | |
| 2º | Filosofia Geral e Jurídica | 60 | - |
| | Hermenêutica Jurídica | 60 | Introdução à Ciência do Direito |
| | Linguagem e Argumentação Jurídica | 60 | Leitura e Produção Textual |
| | Psicologia Jurídica | 60 | - |
| | Direito Constitucional I | 60 | Ciência Política e Teoria Geral do Estado |
| | Práticas Interdisciplinares II | 20 | Práticas Interdisciplinares I |
| | Projeto Interdisciplinar de Extensão I | 80 | - |
| TOTAL DE CARGA HORÁRIA | | 400 | |
| 3º | EAD - Metodologia do Trabalho Científico | 30 | |
| | Ética e Deontologia Jurídica | 60 | |
| | Direito Constitucional II | 60 | Direito Constitucional I |
| | Direito Penal I - Parte Geral | 60 | Introdução à Ciência do Direito |
| | Direito Humanos | 30 | |
| | Direito Civil I - Parte Geral | 60 | Introdução à Ciência do Direito |
| | Direito Previdenciário | 30 | |
| | Práticas Interdisciplinares III | 20 | |
| Projeto Interdisciplinar de Extensão II | 60 | Projeto Interdisciplinar de Extensão I | |
| TOTAL DE CARGA HORÁRIA | | 410 | |
| 4º | Direito do Trabalho I – Individual | 60 | |
| | Direito Constitucional III | 60 | Direito Constitucional II |
| | Direito Penal II - A Pena | 60 | Direito Penal I - Parte Geral |
| | Direito Civil II – Obrigações | 60 | Direito Civil I - Parte Geral |
| | Teoria Geral do Processo | 60 | |
| | EAD - Criminologia | 30 | Direito Penal I - Parte Geral |
| | Práticas Interdisciplinares IV | 20 | Práticas Interdisciplinares III |
| | Projeto Interdisciplinar de Extensão III | 60 | Projeto Interdisciplinar de Extensão II |
| TOTAL DE CARGA HORÁRIA | | 410 | |
| | Direito do Trabalho II – Coletivo | 60 | Direito do Trabalho I – Individual |

| | | | |
|---|--|--|---|
| 5º | Direito Penal III - Parte Especial | 60 | Direito Penal II - A Pena |
| | Direito Administrativo I | 60 | Direito Constitucional II |
| | Direito Processual Civil I | 60 | Teoria Geral do Processo |
| | Direito Civil III - Contratos | 60 | Direito Civil II – Obrigações |
| | Projeto Interdisciplinar de Extensão IV | 80 | Projeto Interdisciplinar de Extensão III |
| TOTAL DE CARGA HORÁRIA | | 380 | |
| 6º | Direito Penal IV - Parte Especial | 60 | Direito Penal III - Parte Especial |
| | Direito Administrativo II | 60 | Direito Administrativo I |
| | Direito Processual Civil II | 60 | Direito Processual Civil I |
| | Direito Processual Penal I | 60 | Direito Penal III - Parte Especial |
| | Direito Civil IV – Família | 60 | Direito Civil III - Contratos |
| | Projeto Interdisciplinar de Extensão V | 80 | Projeto Interdisciplinar de Extensão IV |
| TOTAL DE CARGA HORÁRIA | | 380 | |
| 7º | Direito Processual Penal II | 60 | Direito Processual Penal I |
| | Direito Civil V - Sucessões | 60 | Direito Civil IV – Família |
| | Direito Processual Trabalhista | 60 | Direito do Trabalho II – Coletivo |
| | Direito Processual Civil III | 60 | Direito Processual Civil II |
| | Direito Empresarial I | 30 | |
| | EAD - Responsabilidade Civil | 30 | Direito Civil II – Obrigações |
| | Práticas Simuladas I – Cível | 30 | Direito Processual Civil II |
| | Projeto Interdisciplinar de Extensão VI | 60 | Projeto Interdisciplinar de Extensão V |
| | Estágio Supervisionado I – Assistência Jurídica | 80 | Direito Processual Civil II |
| TOTAL DE CARGA HORÁRIA | | 470 | |
| 8º | Direito Empresarial II | 30 | Direito Empresarial I |
| | Direito Eleitoral | 30 | |
| | Direito Processual Penal III | 60 | Direito Processual Penal II |
| | Direito Processual Civil IV | 60 | Direito Processual Civil III |
| | Direito Civil VI - Coisas | 60 | Direito Civil V - Sucessões |
| | EAD - Direito Internacional Público | 30 | |
| | Práticas Simuladas II – Penal | 30 | Direito Processual Penal II |
| | Estágio Supervisionado II – Desenvolvimento de peças processuais | 80 | Estágio Supervisionado I – Assistência Jurídica |
| | Optativa I | 30 | |
| TOTAL DE CARGA HORÁRIA | | 410 | |
| 9º | Direito Internacional Privado – EAD | 30 | Direito Internacional Público |
| | Direito das Relações de Consumo | 30 | |
| | Direito Industrial | 30 | |
| | Expectativas Extrajudicial dos Conflitos | 30 | |
| | Direito Digital | 30 | |
| | Direito Tributário I | 60 | |
| | Direito Ambiental e Urbanístico | 30 | |
| | Práticas Simuladas III – Trabalhista | 30 | Direito Processual Trabalhista |
| | Optativa II | 30 | |
| Estágio Supervisionado III – Recursos e Procedimentos Especiais | 80 | Estágio Supervisionado II – Desenvolvimento de peças processuais | |

| | | | |
|--|---|-------------|---------------------------------|
| | Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I | 30 | Todas as disciplinas anteriores |
| | TOTAL DE CARGA HORÁRIA | 410 | |
| | Direito da Criança e do Adolescente | 30 | |
| | Medicina Legal | 30 | |
| | Direito Agrário e das Cooperativas | 30 | |
| | Direito Econômico e Financeiro | 30 | |
| | Posicionamento Profissional | 30 | |
| | EAD - Temas Jurídicos Polêmicos-Contemporâneos | 30 | |
| | Direito Processual Constitucional | 30 | |
| | Direito Tributário II | 30 | |
| | Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II | 60 | |
| | Optativa III - Libras | 30 | |
| | TOTAL DE CARGA HORÁRIA | 330 | |
| | TOTAL | 3950 | |
| | Atividades Complementares | 160 | |
| | CARGA HORARIA TOTAL DO CURSO | 4110 | |

| DISCIPLINAS OPTATIVAS | | Carga Horária | |
|--------------------------------------|--|---------------|--------------|
| Libras | | 30 | |
| Direito Portuário | | 30 | |
| Tópicos Especiais em Direito I | | 30 | |
| Tópicos Especiais em Direito II | | 30 | |
| Direito Educacional | | 30 | |
| Direito da Propriedade Intelectual | | 30 | |
| Direito Bancário | | 30 | |
| Direito de Infraestrutura | | 30 | |
| RESUMO DE CARGA HORÁRIA | | CARGA HORÁRIA | |
| | | CH | % |
| Componentes Teóricos-Práticos | | 2990 | 72,8% |
| Disciplinas EAD | | 210 | 5,1% |
| Estágio Supervisionado | | 240 | 5,8% |
| TCC – Trabalho de Conclusão de Curso | | 90 | 2,2% |
| Curricularização da Extensão | | 420 | 10,2% |
| Atividades Complementares | | 160 | 3,9% |
| CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO | | 4110 | 100% |

1.4.2.1 Ementas e bibliografias

1º SEMESTRE

EMPREENDEDORISMO JURÍDICO

EMENTA:

Noções básicas de Administração Contemporânea. Marketing em negócios advocatícios: Aspectos Éticos e as Perspectivas da OAB. Administração Estratégica de Negócios Jurídicos. A Gestão de Pessoas. Empreendedor na área Jurídica: Competências e Habilidades. estruturação de planos de negócios, e gestão de pessoas contribuirá para que o “Empreendedor na área Jurídica” construa competências. A cooperação, a aprendizagem organizacional, a satisfação dos clientes, a melhoria dos procedimentos de trabalho e a alavancagem dos resultados financeiros e sociais. Estruturação de um Plano de Negócios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. PEROTO, Rafael Oliveira Beber. Advocacia de Resultado: Como Prever o Desfecho de Qualquer Processo. 1ª Edição. São Paulo: Editora JH Mizuno, 2018.
Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191270>
2. GONÇALVES, Silva Carolina Afonso. Da Ideia ao Plano de Negócios. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2021.
Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191816>
3. DA SILVA, Marcos Ruiz. Empreendedorismo. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020.
Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183997>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. DA SILVA, Paulo Cesar. Empreendedorismo e Capacidade Inovadora no Setor Público. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188313>
2. RECH, Ionara; HOPPE Letícia; CARVALHO, Mônica (Org.). Empreendedorismo Feminino: Protagonistas em Tempos de Pandemia. 1ª Edição. Porto Alegre: Editora EDIPUC-RS, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189868>
3. STADLER, Adriano. (Org.). Empreendedorismo e Responsabilidade Social. 2ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2014. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6096>
4. BRUNING, Camila; RASO, Cristiane Cecchin Monte; DE PAULA, Alessandra. Comportamento Organizacional e Intraempreendedorismo. Curitiba: Editora Inter saberes, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/31420>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO

EMENTA:

Direito, Sociedade e Estado. Natureza e Cultura. Ciências afins do Direito. Noção de Direito: origem do Direito. Definição e elementos. Categorias jurídicas. Lei e norma jurídica. Direito e moral. Direito, equidade e justiça. Fontes do Direito: estatais e não estatais. Direito objetivo e direito subjetivo. Direito positivo e direito natural. Relações jurídicas: sujeitos de direito. Concepções clássicas do direito e justiça nas perspectivas mitológica, cosmológica, teológica e antropocêntrica com foco em Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Thomas More, Montesquieu, Hobbes, Locke, Kant, Kelsen, Bobbio e Rawls. Epistemologia jurídica. Conceitos jurídicos básicos: direito objetivo e subjetivo, direito público e privado, ramos e divisões do direito. Jusnaturalismo e positivismo jurídico. A teoria pura do direito de Kelsen. Direito alternativo e alternatividade do direito. Segurança jurídica. Dogmática jurídica: função social e zetética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. GLASENAPP, Ricardo. Introdução ao Direito. 2ª Edição. São Paulo: Editora Pearson, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176758>
2. MELLO, Cleyson de Moraes. Introdução ao Estudo do Direito. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191749>
3. FRIED, Reis. CARLOS, André. Lições Esquemáticas de Introdução ao Estudo do Direito. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2016. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37836>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. MEZZOMO, Clareci. Introdução Ao Direito. Caxias do Sul: Editora Educs, 2011. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3081>
2. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
3. MELLO, Cleyson de Moraes. Direito Civil – Parte Geral. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198182>
4. FAVORETTO, Celso Affonso. Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial. São Paulo: Editora Rideel, 2014. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182324>
5. BITENCOURT, Caroline Muller. RECK, Janrie Rodrigues. Direito Constitucional: Teoria e Prática – OAB. 1 Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188358>

TEORIA E HISTÓRIA DO DIREITO

EMENTA:

Objeto, conteúdo e finalidade da Teoria do Direito. Teoria da norma jurídica. Teoria do ordenamento jurídico. Fontes do Direito. Teoria do fato jurídico. Direito, valor e norma. Fundamentos da História do Direito. Direito nas sociedades primitivas. Direito e sociedade no Oriente antigo: Mesopotâmia e Egito. Direito Grego antigo. Direito Romano clássico: seus institutos jurídicos e seu legado. Direito no Medievo e dogmática canônica. Direito na sociedade moderna. Direito na América Latina. Sistemas jurídicos contemporâneos. Fontes do Direito Brasileiro. Contextualização histórica do pensamento jurídico no Brasil. Novos direitos e globalização. Desafios para o terceiro milênio. Crise da historicidade jurídica e novos paradigmas. Políticas de reparações, de reconhecimento e valorização de ações afirmativas. Relações étnico-raciais. História e cultura afro-brasileira e africana. Fortalecimento de identidades e de direitos. Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. MATTOS, Regiane Augusto de. História da Cultura afro-brasileira. São Paulo. Contexto, 2007. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1467>
2. JUNIOR, Walter Guandalini. História do Direito Romano. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186195>
3. DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni. Constitucionalismo e História do Direito: 2ª Edição. Belo Horizonte: Editora Conhecimento, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189716>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. AMERICO, Junior Elston. Estudo das relações éticos-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Curitiba: Contentus, 2020. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186412>
2. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
3. TAVARES, Renata. Textos clássicos da filosofia antiga: uma introdução a Platão e Aristóteles. Curitiba: Intersaberes, 2017. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/147877>
4. ALBERTO, Tiago Gagliano Pinto. Teoria do Direito: Uma Abordagem Não Convencional. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185116>
5. JHERING, Rudolf von. A dogmática jurídica. (tradução: José Ignácio Coelho Mendes Neto. 1 Ed. São Paulo: Icone, 2013 (Coleção fundamentos do Direito). Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184868>

CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO

EMENTA:

Objeto da teoria geral do Estado. Sociedade e Estado. Ciência Política e Estado. Os clássicos da Política. Estado e Formas de Estado. Formas e sistemas de governo. Separação de Poderes. Estado de Direito. Sufrágio, voto e eleição. Sistemas eleitorais. Partidos Políticos. Sociedade civil e sociedade política.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. Direito Constitucional: Primeiras Linhas. 1ª Edição. Curitiba: Inter saberes, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/201423>
2. QUADROS, Doacir Gonçalves de. Fundamentos em Ciência Política e Teoria do Estado. 1 Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191719>
3. FRIEDE, Reis. Lições Esquematizadas de Ciência Política e Teoria Geral do Estado. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/49247>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. LEITE, Fernando. Ciência Política: Da Antiguidade Aos Dias de Hoje. 1 Edição. Curitiba. Editora Inter saberes, 2016. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42167>
2. FRIEDE, Reis. Curso de Ciência Política e Teoria Geral do Estado. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2013. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37825>
3. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
4. KOWARSKI, Clarissa Brandao e outros (organizadores). Estado de Direito – Temas contemporâneos. Rio de Janeiro: Processo, 2021. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203012>
5. KARAWAJCZYK, Monica. As filhas de Eva querem votar: uma história da conquista sufrágio feminino no Brasil. EdiPUCRS, Porto Alegre, 2020. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/180659>

ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA JURÍDICA

EMENTA:

Conceito de Antropologia e Cultura. Histórico da Antropologia Jurídica. Etnologia. Alteridade. Tolerância. Pluralismo Jurídico. Movimentos Étnico-Culturais. As relações étnico-raciais. Fundamentos da Sociologia geral e jurídica. Direito e controle social. Gênese social do direito. Direito e Mudança Social. Estratificação social e direito. A relação do Direito com os fenômenos sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. FERREIRA, Lier Pires. GUANABARA, Ricardo. JORGE, Vladimyr Lombardo. Curso de Sociologia Jurídica. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/201023>
2. REINERT, Regina Paulista Fernandes. Antropologia Jurídica. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191706>
3. BASTOS, Aurelio Wander. Teoria e Sociologia do Direito. 6ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Freitas Bastos, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184075>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. OLIVEIRA, Luciano. Manual de Sociologia Jurídica. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/114688>
2. PAREDES, Marçal de Menezes. Cultura no Contexto Ibero-americaado. Editoria EdIPUCRS: 2018. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/178239>
3. CASCUDO, Luis da Camara. Civilização e Cultura. Editora Global: 2004. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184324>
4. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Global Editora. 3 Ed. 2015. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184682>
5. LOCKE, John. Carta sobre a tolerância. Editora Vozes, 2019. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/202067>

ECONOMIA POLÍTICA

EMENTA:

Conceito de Economia. Necessidades ilimitadas. Bens e serviços. Teoria da Inflação. Mercado. Oferta e procura. A visão macroeconômica. Comércio Exterior. Instrumento de Política Econômica. A Evolução da Ciência Econômica. Perspectivas contemporâneas de Economia Política.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. DOS SANTOS, Rodrigo Otávio. Fundamentos de Economia Política. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198932>
2. CALABREZ, Felipe. Introdução à Economia Política: O Percurso Histórico de Uma Ciência Social. 1 Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/178120>
3. CALABREZ, Felipe. Economia Política. 1ª Edição. 2020. Curitiba. Editora Contentus,

2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183534>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. GRUNER, Clovis. História, Economia, Política e Cultura no Século XIX. 1ª Edição. Curitiba: Editora Intersaberes, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/168153>
2. CLEYTON, Izidoro. Economia e Política. 2ª Edição. São Paulo: Editora Pearson, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176633>
3. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
4. MENDES, Giselly Santos. Fundamentos do Comercio Exterior: Termos Tecnicos. Editora Intersaberes, 2022. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/201425>
5. BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. Editora Pearson. 2017. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/151481>

LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL

EMENTA:

Tipos e Gêneros Textuais. Coesão e Coerência Textual. A estrutura argumentativa. Prática de Leitura e Produção de Textos. Tópicos Gramaticais da Língua Portuguesa. Práticas Dissertativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. KATO, Mary A., ROBERTS, Ian. Português Brasileiro: Uma Viagem Diacrônica. 3ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/129237>
2. TERRA, Ernani. Da Leitura Literária à Produção de Textos. São Paulo: Contexto, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/158839>
3. SANTOS, Sonia Sueli Berti (Org.). Língua Portuguesa e Gramática Histórica. 1ª Edição. São Paulo. Editora Pearson, 2016. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/151083>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. SANTOS, Leonor Wernek; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Claudia Souza. Análise e Produção de Textos. São Paulo: Contexto, 2012. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3466>

2. KOCH, Ingedore Villaça. A Coesão Textual. Editora Contexto. 2010. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1549>
3. COELHO, Fabio Andre. Ensino de Produção Textual. Editora Contexto, 2016. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187918>
4. MARQUESI, Sueli Cristina. Linguagem Textual e Ensino. Editora Contexto, 2017. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/48490>
5. JESUS, Klabyr Wanderson Cristovao. Linguística Textual: princípios teóricos e práticos. Editora Intersaberes. 2019. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177766>

PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES I

EMENTA:

Trata-se de um trabalho estabelecido a partir da constituição e execução de um “Projeto” de iniciação científica, orientado por docente do Curso de Direito, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade, o vínculo teoria-prática, bem como a aproximação e conhecimento do aluno da sua área de trabalho e perspectivas profissionais, tudo a partir da articulação entre as disciplinas do semestre e outros conhecimentos. Este projeto envolve o estudo e definição do tema: **O Profissional em Direito**. O trabalho será feito por grupos de 05 a 10 alunos, seguindo os parâmetros do regulamento da disciplina, envolvendo atividades de pesquisa das bases teóricas, discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema, resultando em uma proposta de desenvolvimento de um estudo, análise e/ou projeto que abordará os seguintes conteúdos: **Introdução à Universidade. Introdução ao Curso. Técnicas de Elaboração de Projeto. Conhecendo a profissão. O Advogado da Região de Inserção da FVS e suas áreas de atuação. Ao final do semestre os alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da FVS para outros cursos e para todos os períodos do Curso de Direito.**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. DOURADO, Sabrina. SAPUCAIA, Isadora. BRANDÃO, Cristiano. Manual do Advogado Iniciante. 2ª Edição. São Paulo. Editora JH Mizuno, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189431>
2. ACQUAVIVA, Marcus Claudio. O Advogado Perfeito. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174212>
3. ROSSI, Maria Helena Wagner e outros (organizadores). O papel das instituições na formação docente: Universidade, Mantenedora e Comunidade. EDUCS. 2015. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30814>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. PEROTO, Rafael Oliveira Beber. Advocacia de Resultado: como prever o desfecho de qualquer processo. Editora JH Mizuno. 2019.Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191270>
2. FRANCISCHETTO, Gilsilene Passon P. Educação jurídica e alternativas pedagógicas para uma formação crítica e emancipatória — Coleção Teoria Crítica do Direito, Volume 9, Editora Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020.Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189733>
3. BASTOS, Aurelio Wander. O Ensino Jurídico no Brasil. Editora Freitas Bastos. 2022.Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/199251>
4. MONEBHURRUN, Nitish. A reinvenção do ensino jurídico. Editora Processo. 2021.Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187178>
5. MELLO, Cleysson de Moraes. Ensino Jurídico. Editora Processo, 2019.Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185307>

1.4.2.2 2º SEMESTRE

2º SEMESTRE

FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA

EMENTA:

Introdução ao pensamento filosófico. História da filosofia antiga e moderna. A formulação dos problemas jusfilosóficos na Grécia antiga. Matrizes de Teoria da Justiça: comunitarismo e liberalismo. A filosofia do positivismo jurídico e a crítica do pós-positivismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. LUDWIG, Celso Luiz. Elementos de Filosofia Geral e Filosofia Jurídica: Uma Introdução Crítica. 1ª Edição. Curitiba: Editora Intersaberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191710>
2. PONDE, Luiz Felipe. Filosofia do Cotidiano: Um Pequeno Tratado Sobre Questões Menores. São Paulo: Editora Contexto, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/169643>
3. DE SOUZA, Draiton Gonzaga. Filosofia e Direito. Caxias do Sul: Editora Educus, 2018.Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187360>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. REZENDE, Josimaber. Filosofia simples e prática. Editora Intersaberes. 2020.Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/179735>
2. BOBBIO, Noberto. O positivismo jurídico. Editora Icone. 2021. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/195173>

3. SILVA, Silvana. Introdução ao pensamento social clássico. Editora Intersaberes, 2019. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176295>
4. JUNIOR, Antonio Djalma Braga. Introdução à filosofia antiga. Editora Intersaberes, 2015. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/31411>
5. COITINHO, Denis. Os sentidos da justiça em Aristóteles. Editora EdiPUCRS, 2020. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186840>

HERMENÊUTICA JURÍDICA

EMENTA:

Linguagem, hermenêutica e crítica. A argumentação jurídica como interpretação. Hermenêutica e teoria da interpretação. Direito e modernidade. Escolas jurídicas hermenêuticas. Teoria sistêmica e Sistema jurídico. Normas Jurídicas: princípios e regras (concretização do Direito). Hermenêutica constitucional. Principais correntes da hermenêutica constitucional contemporânea: a reconstrução histórica da hermenêutica geral e jurídica. Interpretação das normas e controle de constitucionalidade das leis e atos normativos. Procedimentalismo versus substancialismo na práxis constitucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. MELLO, Cleyson de Moraes. Hermenêutica e Direito. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo., 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185203>
2. SCHMIDT, Lawrence K. Hermenêutica. 3ª Edição. São Paulo: Editora Vozes, 2014. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/54230>
3. ALCANTARA, Amanda Cecatto. Teoria da Constituição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188325>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
2. COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. Lógica, comunicação e argumentação jurídica. Editora Intersaberes. 2021. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191708>
3. SOUZA, Anderson Chalita Eliesio de. Argumentação Jurídica: teoria e prática. 2013. Editora Freitas Bastos. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37806>
4. DIJK, Teun A. Van. Discurso e Poder. Editora Contexto. 2008. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1506>

5. NASCIMENTO, Jarbas Vargas. Discurso e Cultura. Editora Blucher. 2018. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/171164>

LINGUAGEM E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

EMENTA:

O Latim Forense: Perspectivas Históricas e de uso. Terminologia Jurídica. Linguagem jurídica: subjetividade, objetividade, níveis, concepções, percurso histórico e teórico. Características do texto jurídico. Argumentação e o discurso jurídico: requisitos linguísticos e pragmáticos. Práticas de Leitura e Produção de Textos com expectativas jurídico-linguísticas. Técnicas de Oratória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. Lógica, comunicação e argumentação jurídica. 1ª Edição. Curitiba. Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191708>
2. SOUZA, Anderson Chalita Eliesio (Org.). Argumentação Jurídica: Teoria e Prática. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freiras Bastos, 2014. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37806>
3. Latim Básico. Editora Intersaberes, 2017. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/128918>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. REZENDE, Antonio Martiner. Dicionário do latim essencial. Autentica Editora. 2014. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192648>
2. DIJK, Teun A. Van. Discurso e Poder. Editora Contexto. 2008. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1506>
3. NASCIMENTO, Jarbas Vargas. Discurso e Cultura. Editora Blucher. 2018. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/171164>
4. COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. Lógica, comunicação e argumentação jurídica. Editora Intersaberes. 2021. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191708>
5. SOUZA, Anderson Chalita Eliesio de. Argumentação Jurídica: teoria e prática. 2013. Editora Freitas Bastos. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37806>

PSICOLOGIA JURÍDICA

EMENTA:

Fundamentos de Psicologia Geral. Contextualização Histórica da Psicologia. A interface entre Psicologia e Direito. Fundamentos, fontes e métodos da Psicologia Jurídica. O trabalho do Psicólogo

na área jurídica. Formações discursivas e as relações entre a Verdade, Saber e Poder. Dispositivos teóricos metodológicos referentes ao direito e à psicanálise.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. SOUZA, André Peixoto. SCHERER, Daniel Corteline. Psicologia Jurídica. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185160>
2. ROVINSKI, Sonia Liane Reichert; CRUZ, Roberto Moraes. Psicologia Jurídica: Perspectivas Teóricas e Processos de Intervenção. São Paulo: Vetor Editora. 2016. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191156>
3. DAGOSTIN, Ana Paula. Psicologia Aplica à Investigação. Curitiba: Editora Inter saberes. 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177803>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. DAGOSTIN, Ana Paula. Psicologia Investigativa. Curitiba: Editora Inter saberes. 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184229>
2. REZENDE, Luiza Franco. A Psicologia Jurídica e Proteção das Crianças e dos Adolescentes. Curitiba: Editora Contentus. 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185212>
3. LORENA, Angela Bernardo de. Psicologia Geral e Social. São Paulo. Editora Pearson. 2014. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22140>
4. BEER, Paulo. Psicanálise e Ciência. Editora Blucher. 2017. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/164744>
5. MORRIS, Chales G. Introdução à Psicologia. Editora Pearson. 2004. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/433>

DIREITO CONSTITUCIONAL I

EMENTA:

Separação de Poderes. Modelos de Governo. O Federalismo Brasileiro. A Organização do Estado e dos Poderes. Autonomia, Competências e Limitação dos Poderes. Funções: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça. O Ministério Público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. BITENCOURT, Caroline Muller. RECK, Janrie Rodrigues. Direito Constitucional: Teoria e Prática – OAB. 1 Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188358>

2. DANTAS, Paulo Roberto de Figueredo. Curso de Direito Constitucional. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188667>
3. DRAGO, Guilherme Dettmer. Manual de Direito Constitucional. 1ª Edição. Rio Grande do Sul: Editora Educus, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175208>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
2. MAZZA, Alexandre (Org.). Vade Mecum Administrativo e Constitucional Legislação Específica. 25ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203767>
3. SAITO, Tieme. Processo Legislativo. 1ª Edição. Curitiba. Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191773>
4. SOUZA, Marcos da Cunha e. Instituições e Organizações do Estado. Editora Intersaberes. 2018. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/155851>
5. CONSTANT, Bejamin. Princípios Políticos Constitucionais. Editora Freitas Bastos. 2014. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37850>

PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES II

EMENTA:

Trata-se de um trabalho estabelecido a partir da constituição e execução de um Projeto de iniciação científica, orientado por docente do Curso de Direito, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade, o vínculo teoria-prática, bem como a aproximação e conhecimento do aluno da sua área de trabalho e perspectivas profissionais, tudo a partir da articulação entre as disciplinas do semestre e outros conhecimentos. Este projeto envolve o estudo e definição do tema: **O Acesso à Justiça na Região de Inserção da IES, Minorias e Inclusão**. O trabalho será feito por grupos de 05 a 10 alunos, seguindo os parâmetros do regulamento da disciplina, envolvendo atividades de pesquisa das bases teóricas, discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema, resultando em uma proposta de desenvolvimento de um estudo, análise e/ou projeto que abordará os seguintes conteúdos: **Acesso à Justiça. As desigualdades sociais no âmbito judiciário na Região de Inserção da IES. Conhecendo a comunidade em que o NPJ está inserido. As demandas judiciais: dados estatísticos. Os direitos das minorias na região de inserção da IES. Técnicas de Elaboração de Projeto. Conhecendo a profissão. Ao final do semestre os alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da FVS para outros cursos e para todos os períodos do Curso de Direito.**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. CARDOSO, Alenilton da Silva. DELL'ISOLA, Carmela (Coord.). Vulneráveis e Acesso à Justiça em Tempos de Crise. 1ª Edição. São Paulo; Editora Foco, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188642>
2. BERTHOLDI, Juliana. Direitos Sociais e Políticas Públicas. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185986>
3. LARA, Glauca Proença (Org.). Discurso e (Des) Igualdade Social. 1ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22534>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. BERTHOLDI, Juliana. Ética, Direitos Humanos e Direitos da Cidadania. 1 Ed. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185299>
2. BARROS, Diana Pessoa. Discurso e Desigualdade Social. Editora Contexto. 2015. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22534>
3. CARVALHO, Ana Paula Comin de. Desigualdade de Gênero, Raça e Etnia. Editora Intersaberes. 2012. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3241>
4. MIRANDA, Shirley Aparecida de. Divesidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais. Autentica Editora. 2010. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192464>
5. CARMARGO, Grasielle Dalbão Rodrigues Modesto. Inclusão social e produtiva e desenvolvimento socioeconomico local. Editora Contentus. 2020. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187747>

PROJETO INTERDISCIPLINAR DE EXTENSÃO I

EMENTA:

O Projeto Interdisciplinar de Extensão I, tem por objetivo empreender atividades extensionistas relacionadas à capacitação profissional do discente possibilitando ao estudante identificar e reconhecer a realidade local, exigindo que este utilize a gama de conhecimentos adquiridos até o momento. O desenvolvimento dos projetos tem como objetivo estimular o envolvimento do estudante de forma ativa no processo de ensino aprendizagem. Dessa forma, os alunos, desenvolverão um projeto de extensão relacionado as disciplinas já cursadas, que terá como objetivo trabalhar coletivamente as temáticas jurídicas. O projeto abordará as seguintes atividades: Palestras; Atividades investigativas; Visitas a comunidade; Estudo de caso; Relatórios. Para o cumprimento da curricularização da extensão, os alunos apresentarão relatório, ao final da disciplina, com a finalidade de promover a divulgação dos resultados e contribuições das atividades para a comunidade interna e externa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, abordando todo acervo bibliográfico disponível na IES.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, abordando todo acervo bibliográfico disponível na IES.

1.4.2.3 3º SEMESTRE

3º SEMESTRE

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO - EAD

EMENTA:

Introdução à universidade. Ciência e conhecimento científico. Pré-requisitos lógicos do trabalho científico. Métodos e Técnicas. Processo de leitura. Trabalhos acadêmicos. Ética na pesquisa. Recursos utilizados em trabalhos acadêmicos e técnicos. Projeto de pesquisa. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Referências bibliográficas. Normas da ABNT. A exposição de Pôsteres de trabalhos acadêmicos. A iniciação científica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. OLIVEIRA, Ana Paula Weifunter Lima Coimbra. Metodologia Científica. 1ª Edição. 2021. Curitiba: Editora Contentus, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192974>
2. CARVALHO, Maria Cecilia M. (Org.). Construindo o Saber: Metodologia Científica – Fundamentos e Técnicas. 1ª Edição. São Paulo: Editora Papyrus, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204107>
3. BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Como Produzir Textos Acadêmicos e Científicos. 1ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186697>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. BELLO, Enzo e ENGELMANN, Wilson (Coord.). Metodologia da Pesquisa em Direito. 1ª Edição. Rio Grande do Sul: Editora Educus, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30808>
2. ALBECHE, Daysi Lange. Universidade e Sociedade: Visões de um Brasil em construção. Editora Educus. 2012. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3093>

3. MARTINS, Vanderlei. Metodologia Científica: fundamentos, métodos e técnicas. Editora Freitas Bastos. 2016. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37837>
4. SANTOS, Jose Heraldo dos. Manual de normas técnicas de formatação de trabalho de conclusão de curso. Editora Interciência. 2019. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176619>
5. BRUN, Adriane Buhner Baglioli. Orientação de Trabalho de conclusão de curso. Editora Contentus. 2020. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184096>

ÉTICA E DEONTOLOGIA JURÍDICA

EMENTA:

Conceituação de Deontologia Jurídica. Origens da profissão de advogado. O exercício da profissão de advogado. A advocacia nos tempos atuais. Bibliografia profissional indispensável. O advogado e o Processo Civil. *Libertas Conviciandi*. Da responsabilidade do advogado pela propositura das ações. A ética profissional do advogado. O Código de Ética Profissional. Dos deveres fundamentais do advogado. Da responsabilidade funcional do advogado. Das relações entre o advogado e o cliente. Das relações em Juízo e com a administração pública. O Tribunal de Ética. A regulamentação da profissão de advogado: Lei nº 8.906/94. A Ordem dos Advogados do Brasil. Requisitos para a inscrição na OAB. O compromisso do advogado ao receber a sua carteira profissional. Sociedades de advogados. Incompatibilidades e impedimentos para o exercício da advocacia. Deveres e Direitos dos advogados, estagiários e provisionados. Diceologia. Infrações disciplinares. Penalidades e sua aplicação. Processo disciplinar. Honorários de advogados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. FETTER, Leonardo Rizzolo. Ética na Veia: 1ª Fase da OAB. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188215>
2. LUCIMARA MAIN, Glauca Guisso Fernandes (Coord.). Manual de Ética Profissional e Estatuto da OAB. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182334>
3. ANGHER, Anne Joyce (Org.). Vade Mecum Acadêmico de Direito. 31ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186376>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. SILVA, Jefferson Jorge (Coord.). Novo Código de Ética e Disciplina da OAB Comparado. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2016. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174282>
2. FILHO, Guaracy Moreira. Nova Lei do Abuso de Autoridade comentada artigo por artigo. 2ª edição, Editora Rideel. 2020. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186378>

3. MENDES, Marcel Kleber. Ficou fácil gabaritar ética para concursos e OAB. Editora Rideel, 2015. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174330>
4. ACQUAVIVA, Marcos Claudio. O advogado perfeito. Editora Rideel, 2019. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174212>
5. DOURADO, Sabrina. Manual do Advogado Iniciante. 2 Ed. Editora JH Mizuno, 2020. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189431>

DIREITO CONSTITUCIONAL II

EMENTA:

Jurisdição Constitucional. Controle de Constitucionalidade no Brasil. A Formação Histórica dos Direitos Humanos e o Constitucionalismo. Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição Federal de 1988. A Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Tendências Contemporâneas em Direito Constitucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. GOMES, Eduardo Biacchi. Controle de Constitucionalidade no Brasil: Tópicos Sobre o Controle de Convencionalidade. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185102>
2. ANGER, Anne Joyce (Org.). Vade Mecum Acadêmico de Direito. 31ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186376>
3. DANTAS, Paulo Roberto de Figueredo. Curso de Direito Constitucional. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188667>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. BITENCOURT, Caroline Muller. RECK, Janrie Rodrigues. Direito Constitucional: Teoria e Prática – OAB. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188358>
2. MAZZA, Alexandre (Org.). Vade Mecum Administrativo e Constitucional Legislação Específica. 25ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203767>
3. DRAGO, Guilherme Dettmer. Manual de Direito Constitucional. 1ª Edição. Rio Grande do Sul: Editora Educus, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175208>
4. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

5. CONSTANT, Benjamin. Princípios Políticos Constitucionais. Editora Freitas Bastos. 2014. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37850>

DIREITO PENAL I – PARTE GERAL

EMENTA:

Direito penal: conceito, caracteres e evolução histórica. Fontes do direito penal. Lei penal: interpretação e aplicação. Crime: conceitos material, formal e analítico. Sujeitos e objetos do crime. Fato típico: conceito e elementos. Da conduta: teorias da conduta; formas de conduta. Do resultado: crimes consumados e não consumados, voluntária e involuntariamente. Nexos de causalidade: a equivalência dos antecedentes e a superveniência causal. Crimes dolosos: estrutura e espécies de dolo. Crimes culposos: estrutura e espécies de culpa. Crimes preterdolosos. Tipicidade: teoria do tipo; adequação típica; atipicidade. Antijuridicidade. Causas de exclusão: estado de necessidade; legítima defesa; estrito cumprimento do dever legal; exercício regular de direito. Culpabilidade: conceito, elementos e causas de exclusão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. FAVORETTO, Celso Affonso. Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial. São Paulo: Editora Rideel, 2014. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182324>
2. BRAGA, Hans Robert Dalbello. Manual de Direito Penal: Parte Geral. São Paulo: Editora Rideel, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182327>
3. RODRIGUES, Cristiano. Manual de Direito Penal. 2ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193517>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. AHMAD, Nidal. Direito Penal: Teoria e Prática - OAB 2ª Fase. 3ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188216>
2. CURY, Rogério (Org.). Vade Mecum Penal - Legislação Específica. 26ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203770>
3. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
4. SOUZA, Valmir. Sociologia do crime e da violência. Editora Intersaberes. 2018. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/180268>
5. BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. Editora Nova Fronteira BVU, 2011. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182225>

DIREITOS HUMANOS

EMENTA:

Direitos Humanos. Evolução histórica. O Estado e a proteção dos direitos humanos. A internacionalização da proteção aos direitos humanos. Previsão Normativa Interna e Internacional. O Direito Internacional dos Direitos Humanos. Documentos internacionais. Mecanismos internacionais de proteção dos Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. TIEME, Saito. Direitos Humanos. 1 Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184121>
2. BERTHOLDI, Juliana. Ética, Direitos Humanos e Direitos da Cidadania. 1 Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185299>
3. VARELLA, Marcelo D. Proteção Internacional dos Direitos Humanos. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185326>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. OMMATI, José Emilio Medauar. Uma Teoria dos Direitos Fundamentais. 8ª Edição. Belo Horizonte: Editora Conhecimento, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/195155>
2. MAZZA, Alexandre (Org.). Vade Mecum Administrativo e Constitucional Legislação Específica. 25ª Edição. São Paulo. Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203767>
3. DRAGO, Guilherme Dettmer. Manual de Direito Constitucional. 1ª Edição. Rio Grande do Sul: Editora Educus, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175208>
4. BITENCOURT, Caroline Muller. RECK, Janrie Rodrigues. Direito Constitucional: Teoria e Prática – OAB. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188358>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

DIREITO CIVIL I - PARTE GERAL

EMENTA:

Direito civil: conceito, fontes, perspectiva histórica e codificação. A constitucionalização do Direito Civil. Pessoas: conceito, divisão e domicílio. Bens: conceito e classificação. Fatos jurídicos: conceito, classificação. Atos jurídicos: o ato jurídico "stricto sensu". O negócio jurídico e nulidades. Negócio jurídico: requisitos de validade, elementos constitutivos, classificação, modalidades, interpretação e defeitos. Prescrição e decadência. Tendências Contemporâneas em Direito Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. MELLO, Cleyson de Moraes. Direito Civil – Parte Geral. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198182>
2. SANCHEZ, Alessando. Vade Mecum Civil e Empresarial. 3ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203766>
3. GABRIEL, Sergio. Prática Cível (4 Ps da OAB 2ª Fase). 7ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186395>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. FERNANDES, Alexandre Cortez. Direito Civil: Introdução, Pessoas e Bens. Caxias do Sul: Educus, 2012. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2955>
2. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
3. FERNANDES, Alexandre Cortez. Direito Civil: Fatos Jurídicos. Caxias do Sul. Editora Educus, 2010. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2927>
4. ANGHER, Anne Joyce (Org.). Vade Mecum Acadêmico de Direito. 31ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186376>
5. DANTAS, Paulo Roberto de Figueredo. Curso de Direito Constitucional. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188667>

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

EMENTA:

Seguridade social. Conceitos e Princípios da Seguridade Social: Saúde, Assistência Social (LOAS). Previdência Social: Histórico da Previdência Social, A Previdência Social no Brasil. Regime Geral da Previdência. Custeio. Beneficiários. Benefícios Previdenciários. Benefícios Acidentários. Regimes próprios. Previdência privada. Processo administrativo previdenciário. Processo judicial previdenciário. Tendências Contemporâneas em Direito Previdenciário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. SANTOS, Erico Sanches Ferreira dos. Manual de Direito Previdenciário. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193278>
2. GLASENAPP, Ricardo (Org.). Direito Previdenciário. 2ª Edição. São Paulo: Editora Pearson, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176603>

3. JUNIOR, Nilson Martins Lopes. Legislação de Direito Previdenciário - Maxi letra. 16ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203750>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. RIBEIRO, Juliana. Manual de Direito Previdenciário em Esquemas. 5ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186381>
2. RIBEIRO, Juliana (Coord.). A Proteção à Família no Direito Previdenciário. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186379>
3. JUNIOR, Miguel Horvath. Direito Previdenciário. 12ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186377>
4. GLASENAPP, Ricardo (Org.). Direito Trabalhista e Previdenciário. 1ª Edição. São Paulo: Editora Pearson, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176606>
5. ARAUJO, Raquel Barcelos. Política de Seguridade Social: Previdência Social. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186763>

PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES III

EMENTA:

Trata-se de um trabalho estabelecido a partir da constituição e execução de um Projeto de Pesquisa, orientado por docente da IES, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade, o vínculo teoria-prática, bem como a aproximação e conhecimento do aluno da sua realidade regional. Este projeto envolve o estudo e definição do tema: **As demandas das áreas do Direito na Região de Inserção da IES**. O trabalho será feito por grupos de 05 a 10 alunos, seguindo os parâmetros do regulamento da disciplina, envolvendo atividades de pesquisa das bases teóricas, discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema, resultando em uma proposta de desenvolvimento de um trabalho de pesquisa voltado à determinar na prática quais as áreas de Direito escolhidas pelos profissionais do Direito em seus escritórios. Este Projeto abordará os seguintes conteúdos: **Áreas diversas do direito. As demandas judiciais. As potencialidade e fragilidades dos Tribunais da Região de Inserção da IES. Ao final do semestre os alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da FVS para outros cursos e para todos os períodos do Curso de Direito.**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. NIARADI, George. Direito Empresarial. 2 Edição. Editora Pearson. 2019. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177790>

2. GLASENAPP, Ricardo. Direito Tributário. Editora Pearson. 2019.Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176607>
3. GLASENAPP, Ricardo. Direito Trabalhista e Previdenciário. Editora Pearson. 2019.Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176606>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. PEROTO, Rafael Oliveira Beber. Advocacia de Resultado: como prever o desfecho de qualquer processo. Editora JH Mizuno. 2019.Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191270>
2. FRANCISCHETTO, Gilsilene Passon P. Educação jurídica e alternativas pedagógicas para uma formação crítica e emancipatória — Coleção Teoria Crítica do Direito, Volume 9, Editora Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020.Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189733>
3. BASTOS, Aurelio Wander. O Ensino Jurídico no Brasil. Editora Freitas Bastos. 2022.Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/199251>
4. MONEBHURRUN, Nitish. A reinvenção do ensino jurídico. Editora Processo. 2021.Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187178>
5. MELLO, Cleysson de Moraes. Ensino Jurídico. Editora Processo, 2019.Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185307>

PROJETO INTERDISCIPLINAR DE EXTENSÃO II

EMENTA:

O Projeto Interdisciplinar de Extensão II, tem por objetivo empreender atividades extensionistas relacionadas à capacitação profissional do discente possibilitando ao estudante identificar e reconhecer a realidade local, exigindo que este utilize a gama de conhecimentos adquiridos até o momento. O desenvolvimento dos projetos tem como objetivo estimular o envolvimento do estudante de forma ativa no processo de ensino aprendizagem. Dessa forma, os alunos, desenvolverão um projeto de extensão relacionado as disciplinas já cursadas, que terá como objetivo trabalhar coletivamente as temáticas jurídicas. O projeto abordará as seguintes atividades: Palestras; Atividades investigativas; Visitas a comunidade; Estudo de caso; Relatórios. Para o cumprimento da curricularização da extensão, os alunos apresentarão relatório, ao final da disciplina, com a finalidade de promover a divulgação dos resultados e contribuições das atividades para a comunidade interna e externa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, abordando todo acervo bibliográfico disponível na IES.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, abordando todo acervo bibliográfico disponível na IES.

1.4.2.4 4º SEMESTRE

4º SEMESTRE

DIREITO DO TRABALHO I - INDIVIDUAL

EMENTA:

Evolução Histórica, denominações, conceitos, posição no direito positivo, fontes, hierarquia e princípios. Direito individual do trabalho, contrato de trabalho, decorrendo deste a relação jurídica de emprego e de trabalho, Sujeitos da relação de emprego, o contrato de trabalho, sua classificação, os contratos afins, tipos especiais de empregados, a alteração, a suspensão, a interrupção e a extinção, aviso-prévio, a duração do trabalho: Jornada de trabalho – duração e horários, turno ininterrupto de revezamento, trabalho extraordinário, banco de horas, repousos, horas *in itinere* e trabalho noturno; e Prescrição e decadência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. FERREIRA, Priscila. CLT Estratégica. 3ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203782>
2. DUTRA, Luiz Henrique. KOHLS, Cleize. Direito do Trabalho: Teoria e Prática – 1ª e 2ª Fase OAB. 3ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188219>
3. DE ALMEIDA, Andre Luiz Paes. (Coord.). Vade Mecum Trabalhista Legislação Específica. 33ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203768>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. ALMEIDA, Andre Luiz Paes de. (Coord.). CLT e Súmulas do TST Comentadas. 20ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182337>
2. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
3. GLASENAPP, Ricardo. Direito Trabalhista e Previdenciário. Editora Pearson. 2019. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176606>
4. ZEMPULSKI, Tatiana Lazarreti. Fundamentos jurídicos do contrato de trabalho. Editora Intersaberes, 2021. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193277>

- BRAGNHINI, Marcelo. Contrato de Trabalho de Emergência em Tempos de Crise (COVID-19): Análise da Reconstrução do Constitucionalismo Social pela Perspectiva do STF e os Reflexos no Contencioso Trabalhista. Editora JH Mizuno, 2020. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189434>

DIREITO CONSTITUCIONAL III

EMENTA:

Garantias Constitucionais dos Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988: Histórico e Proteção Internacional. Garantias Gerais e Especiais Remédios Constitucionais. A Ordem Econômica e Social na Constituição Federal de 1988. A Proteção de Interesses Difusos e Coletivos. Tendências do Constitucionalismo no século XXI.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. Direitos e Garantias Fundamentais. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188331>
- PEDRON, Flávio Quinaud. Mutação Constitucional: História e Crítica do Conceito. 1ª Edição. 2020. Belo Horizonte: Editora Conhecimento, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189732>
- ANGHER, Anne Joyce (Org.). Vade Mecum Acadêmico de Direito. 31ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186376>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- MAZZA, Alexandre (Org.). Vade Mecum Administrativo e Constitucional Legislação Específica. 25ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203767>
- DRAGO, Guilherme Dettmer. Manual de Direito Constitucional. 1ª Edição. Rio Grande do Sul: Editora Educus, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175208>
- BITENCOURT, Caroline Muller. RECK, Janrie Rodrigues. Direito Constitucional: Teoria e Prática – OAB. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188358>
- DANTAS, Paulo Roberto de Figueredo. Curso de Direito Constitucional. 6ª Edição. São Paulo. Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188667>
- MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

DIREITO PENAL II – A PENA

EMENTA:

Teoria da Pena. História das Noções Penais. Sistema de Penas. Espécie de penas. Da Cominação e da Aplicação das Penas. Concurso de Crimes. Suspensão Condicional da Pena. Livramento Condicional. Efeitos da Condenação. Reabilitação. Medidas de Segurança. Ação Penal. Extinção de Punibilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. NOGUEIRA, Raul Ferreira Belucio. WEINHARDT, Otavio Augusto Ganzert. Diálogos Transdisciplinares Sobre a Pena: Artigos 32 a 120 do Código Penal. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193276>
2. FILHO, Paulo Silas. Introdução à Teoria da Norma Penal. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188329>
3. RODRIGUES, Cristiano. Manual de Direito Penal. 2ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193517>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. CURY, Rogério (Org.). Vade Mecum Penal Legislação Específica. 26ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203770>
2. AHMAD, Nidal. Direito Penal: Teoria e Prática OAB 2ª Fase. 3ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188216>
3. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
4. NOGUEIRA, Raul Ferreira Belucio. Diálogos transdisciplinares sobre a pena: artigos 32 a 120 do Código Penal. Editora Intersaberes. 2021. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193276>
5. CABETTE, Eduardo Luiz Santos. Lei 12.403 Comentada. 1 Ed. 2013. Editora Freitas Bastos. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37813>

DIREITO CIVIL II - OBRIGAÇÕES

EMENTA:

Teoria Geral das Obrigações. Obrigações: noção, fontes, espécies, estrutura e função. Distinção entre obrigação, dever em geral, ônus e estado de sujeição. Modalidades das obrigações. Cumprimento e não cumprimento das obrigações. Cláusula penal. Transmissão das obrigações. Efeitos das obrigações. Execução das obrigações. Adimplemento, inadimplemento e outros modos indiretos de extinção obrigacional. Cessão de crédito. Garantia Geral das Obrigações: meios de conservação da garantia patrimonial; astreintes; fiança; privilégios; penhor e hipoteca. Liquidação das obrigações. Concurso de credores. Responsabilidade contratual. Responsabilidade civil

contratual e extracontratual. Culpa e risco: responsabilidade civil subjetiva e responsabilidade civil objetiva. Atos causadores de dano não considerados ilícitos: a legítima defesa, o abuso do direito. Responsabilidade por ato ou fato de outrem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. SANCHEZ, Alessando. Vade Mecum Civil e Empresarial. 3ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203766>
2. GABRIEL, Sergio. Prática Civil (4 Ps da OAB 2ª Fase). 7ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186395>
3. MELLO, Cleyson de Moraes. Direito Civil – Obrigações – 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198494>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
2. FERNANDES Alexandre Cortez. Direito Civil: Obrigações. 2ª Edição. Caxias do Sul: Editora Educ, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175209>
3. TEIXEIRA, Wendel de Brito Lemos. Clausulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade. Editora Del Rey BVU. 2022. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203833>
4. SIQUEIRA, Carlos. O bem de família do fiador pode ser penhorado? Editora Educ, 2013. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185261>
5. LOPES, Othon de Azevedo. Fundamentos da responsabilidade civil. Editora Processo, 2019. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185227>

TEORIA GERAL DO PROCESSO

EMENTA:

Direito processual, importância, autonomia do direito processual; Conflitos de interesses; Formas compositivas de lide; Transição da justiça privada para a justiça pública e a função jurisdicional do Estado. Vias alternativas de pacificação social; Princípios gerais do direito processual; Normas processuais; Jurisdição: Princípios jurisdicionais; Competência; Poder Judiciário; Funções essenciais à justiça. Teoria Geral do Processo Eletrônico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. MELLO, Cleyson de Moraes. Teoria Geral do Processo. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185331>

2. DA SILVA, Rodrigo Otávio Monteiro. Teoria Geral do Processo. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes. 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197775>
3. MACHADO, Silvestre Sales. Sistema de precedentes judiciais no Direito Processual Civil: em busca da integridade e de previsibilidade. Editora Viseu. 2021. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/195263>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
2. JUNIOR, Moacir Ribeiro de Carvalho. Apontamentos sobre o direito processual ambiental. Editora Intersaberes, 2017. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193173>
3. TEIXEIRA, Paulo Ivan de Oliveira. Questões Controvertidas de Direito Processual Penal Militar. Editora Del Rey BVU. 2022. Link acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203818>
4. SARRO, Luis Antonio Giampaulo (Coord.). Código de Processo Civil Anotado e Comentado. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186380>
5. KASAVETTIS, Nicholas Dahian da Silva. Processo eletrônico. Editora Contentus. 2020. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184013>

CRIMINOLOGIA - EAD

EMENTA:

Os fundamentos básicos da criminologia: objeto, método e funções da Criminologia. Histórico do Pensamento Criminológico, com as principais teorias criminológicas: da Escola Clássica às Criminologias Crítica e Contemporânea. O Criminoso, o crime e a criminalidade sob o ponto de vista Físico, Psicológico e Social. A recepção dos discursos criminológicos no Brasil. Pesquisa Criminológica Aplicada, as Políticas Criminais, a Vitimologia e o Controle Social. Tendências Contemporâneas em Criminologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. DA MOTTA, Felipe Heringer Roxo. Introdução ao Estudo da Criminologia. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193290>
2. BACILA, Carlos Roberto. Manual de Criminologia e Política Criminal. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/180355>

3. GAUER, Ruth Maria Chittó (Org.). Criminologia e Sistemas Jurídico-Penais Contemporâneos I. 2ª Edição. 2017. Porto Alegre: Editora Edipucrs, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/52830>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. GAUER, Ruth Maria Chittó (Org.). Criminologia e Sistemas Jurídico-Penais Contemporâneos II. 1ª Edição. Porto Alegre: Editora Edipucrs, 2010. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/52830>
2. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
3. MARTINS, Tais. A Vitimologia e o sistema de violência. 2020. Editora Contentus. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187822>
4. MACCARIO, Barbara. Análise Criminal. Editora Intersaberes, 2022. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197763>
5. PROENÇA, Sonia de Oliveira Wormes. Sistema Penitenciário – Execução Penal. Editora Contentus. 2021. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186686>

PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES IV

EMENTA:

O componente curricular Prática Interdisciplinar é estabelecido com o objetivo de proporcionar o diálogo entre os conhecimentos e as disciplinas, afinal o aluno precisa movimentar vários saberes para poder compô-lo. Além disso, a partir do vínculo teoria-prática, o trabalho visa aproximar o aluno desde o início de sua graduação e em vários momentos do percurso formativo, da realidade social, econômica e jurídica da qual faz parte e na qual poderá exercer a sua profissão. Dessa forma, neste semestre, em grupos de 5 a 10 alunos, será constituído e executado um projeto de pesquisa a partir do tema: **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**. Sob orientação de um professor da área jurídica, os alunos irão a campo executar um projeto de responsabilidade social, ambiental ou defesa do patrimônio cultural. Deverão ser envolvidas no trabalho atividades de base teórica, discussões e sistematização de reflexões sobre o tema. Ao final do semestre os alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da FVS para outros cursos e para todos os períodos do Curso de Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. CALDAS, Ricardo Melito. Responsabilidade Socioambiental. 2ª Edição. São Paulo: Editora Pearson, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176760>
2. OLIVEIRA, Fernanda Borges. Educação Ambiental e Interdisciplinaridade. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186404>

3. BARDINI, Mebur. Meio ambiente e qualidade de vida. Editora Pearson. 2016. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35806>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. PIRES, Maria Coeli Simoes. Da Proteção ao Patrimônio Cultural – O tombamento como principal instituto. Editora Del Rey BVU, 2022. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/202985>
2. FLACH, Michael Schneider. Dos delitos contra o patrimônio cultural e o ordenamento urbano na lei dos crimes ambientais. Editora Del Rey BVU, 2022. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203824>
3. NEPOMUCENO, Gianni Lopes. Patrimônio Cultural e Revolução Tecnológica. Editora Del Rey, 2022. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203820>
4. STLADER, Adriano. Empreendedorismo e Responsabilidade Social. Editora Intersaberes. 2014. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6096>
5. PERSEGUINI, Alayde dos Santos. Responsabilidade Social. Editora Pearson, 2016. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35528>

PROJETO INTERDISCIPLINAR DE EXTENSÃO III

EMENTA:

O Projeto Interdisciplinar de Extensão III, tem por objetivo empreender atividades extensionistas relacionadas à capacitação profissional do discente possibilitando ao estudante identificar e reconhecer a realidade local, exigindo que este utilize a gama de conhecimentos adquiridos até o momento. O desenvolvimento dos projetos tem como objetivo estimular o envolvimento do estudante de forma ativa no processo de ensino aprendizagem. Dessa forma, os alunos, desenvolverão um projeto de extensão relacionado as disciplinas já cursadas, que terá como objetivo trabalhar coletivamente as temáticas jurídicas. O projeto abordará as seguintes atividades: Palestras; Atividades investigativas; Visitas a comunidade; Estudo de caso; Relatórios. Para o cumprimento da curricularização da extensão, os alunos apresentarão relatório, ao final da disciplina, com a finalidade de promover a divulgação dos resultados e contribuições das atividades para a comunidade interna e externa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, abordando todo acervo bibliográfico disponível na IES.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, abordando todo acervo bibliográfico disponível na IES.

1.4.2.5 5º SEMESTRE

5º SEMESTRE

DIREITO DO TRABALHO II - COLETIVO

EMENTA:

Remuneração e salário: conceito, formas, modos de pagamentos, 13º salário, salário mínimo e salário profissional, salário-família, adicionais, proteção legal do salário, equiparação e participação nos lucros e resultados. Trabalho da mulher e do menor: proteção, duração, trabalho noturno, repousos obrigatórios, proteção à maternidade e ao trabalho do menor. Direito administrativo do trabalho: inspeção do trabalho, identificação profissional, medicina e segurança do trabalho, nacionalização do trabalho, infrações e penalidades. Direito coletivo do trabalho: o seu conceito, a organização sindical, o registro sindical, a administração do sindicato, a negociação coletiva e contrato coletivo, a greve. Solução dos conflitos trabalhista, pela via administrativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. DE ALMEIDA, Ronald Silka. Fundamentos do Direito Coletivo do Trabalho. 1ª Edição. Curitiba: Editora Intersaberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191712>
2. ALCANTARA, Amanda Cecatto. Negociação e Relações Sindicais. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186343>
3. GARCIA, Arthur Augusto. Relações Trabalhistas e Sindicalismo. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186854>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. PRAZERES, Írley Aparecida Correia. Manual de Direito do Trabalho. São Paulo: Editora Riddel, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182332>
2. MENDES, Gisely Santos. Negociação e Relações Sindicais. 1ª Edição. Curitiba: Editora Intersaberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/196916>
3. DUTRA, Luiz Henrique. KOHLS, Cleize. Direito do Trabalho: Teoria e Prática – 1ª e 2ª Fase OAB. 3ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188219>
4. ALMEIDA, Andre Luiz Paes de. (Coord.). Vade Mecum Trabalhista Legislação Específica. 33ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203768>

5. ALMEIDA, Andre Luiz Paes de. (Coord.). CLT e Súmulas do TST Comentadas. 20ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182337>

DIREITO PENAL III – PARTE ESPECIAL

EMENTA:

Parte Especial do Código Penal: dos crimes contra a vida, lesões corporais, periclitacão da vida e da saúde, crimes contra a honra, crimes contra a liberdade individual, crimes contra o patrimônio, crimes contra os costumes, crimes contra a assistência familiar e crimes de perigo comum.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

TORTATO, Carla Juliana. Crimes em Espécie. 1ª Edição. Curitiba: Editora Intersaberes. 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186628>

GILABERTE, Bruno. Crimes Contra a Pessoa. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187179>

GILABERTE, Bruno. Crimes Contra o Patrimônio. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183514>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. GILABERTE, Bruno. Crimes Contra a Dignidade Sexual. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184132>
2. AHMAD, Nidal. Direito Penal: Teoria e Prática OAB 2ª Fase. 3ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188216>
3. RODRIGUES, Cristiano. Manual de Direito Penal. 2ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193517>
4. CURY, Rogério (Org.). Vade Mecum Penal Legislação Específica. 26ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203770>
5. FAVORETTO, Affonso Celso. Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial. 2ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182324>

DIREITO ADMINISTRATIVO I

EMENTA:

Fundamentos do Direito Administrativo. Personalidade e Atividades do Estado. Regime Jurídico Administrativo. Organização da Administração Pública. Poderes administrativos. Atos administrativos. Agentes Públicos. Controle da Administração Pública. Bens Públicos. Licitações. Contratos Administrativos. Tendências Contemporâneas em Direito Administrativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. ALVES, Felipe Dalenogare. Direito Administrativo: Teoria e Prática. 3ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188218>
2. ABRAHÃO, Anderson Jamil. Legislação de Direito Administrativo. 16ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203747>
3. HACK, Érico Germano. Licitações e Contratos Administrativos. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187463>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. SILVA, Lauri Romário. Direito Administrativo 1. 1ª Edição. Caxias do Sul: Editora Educus, 2013. Link para Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/26763>
2. BARRETO, Pedro (Org.). Vade Mecum da Aprovação em Tributário, Constitucional e Administrativo. 4ª Edição. São Paulo. Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191634>
3. HACK, Érico. Noções Preliminares de Direito Administrativo e Direito Tributário. 2ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/147876>
4. MADEIRA, José Maria Pinheiro. Direito Administrativo - Questões Discursivas de Concursos Jurídicos Com Gabarito. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37804>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

EMENTA:

Atos Processuais. Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Tutela Provisória. Procedimento Comum. Petição inicial. A Resposta Réu. Revelia. Provas. Audiência. Tendências Contemporâneas em Processo Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. MELLO, Cleyson de Moraes. Processo Civil: Teoria Geral do Processo – Processo de Conhecimento. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2021. Link Para Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188122>
2. SARRO, Luis Antonio Giampaulo (Coord.). Novo Código de Processo Civil Anotado e Comentado. 2ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link Para Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174265>
3. MELO, Curso do Novo Processo Civil. 1 Ed. Editora Freitas Bastos. 2015. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37875>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. ANGHER, Anne Joyce. Código de Processo Civil – Maxiletra. 27ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link Para Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182362>
2. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
3. SARRO, Luis Antonio Giampaulo (Coord.). Código de Processo Civil Anotado e Comentado. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186380>
4. KASAVETTIS, Nicholas Dahian da Silva. Processo eletrônico. Editora Contentus. 2020. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184013>
5. ALVES, Henrique Rosmaninho. As audiências no processo civil brasileiro: uma análise sobre a obrigatoriedade da audiência de conciliação. Editora Conhecimento Livraria e Distribuidora. 2020. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189729>

DIREITO CIVIL III - CONTRATOS

EMENTA:

Dos contratos em geral. Estudo da formação dos Contratos. Extinção dos Contratos. Visão estrutural dos Contratos. Princípios que regem os contratos. Função Social do Contrato. Classificação dos Contratos. Contrato inominado. Interpretação dos contratos. Vícios Redibitórios. Evicção. Breves noções da aplicabilidade do CDC no âmbito contratual. Dos contratos em espécie: Da compra e venda. Doação. Locação. Modalidades de Empréstimo. Depósito. Mandato. Seguro. Contrato de Fiança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. MAZZA, Alexandre (Org.). Vade Mecum Civil e Empresarial – Legislação Específica. 19ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link Para Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186389>

2. GABRIEL, Sergio. Prática Civil (4 Ps da OAB 2ª Fase). 7ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186395>
3. MELLO, Cleyson de Moraes. Direito Civil – Contratos – 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2022. Link Para Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198501>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. FERNANDES, Alexandre Cortez. Direito Civil: Contratos. Caxias do Sul: Editora Educ, 2011. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2939>
2. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
3. SIQUEIRA, Carlos. O bem de família do fiador pode ser penhorado? Editora Educ, 2013. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185261>
4. WENCESLAU, Roberto Rocha. Contratos empresariais. Editora Intersaberes. 2020. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186492>
5. MILAGRES, Marcelo de Oliveira. Contratos imobiliários: impactos da pandemia do coronavirus. Editora Foco, 2020. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188649>

PROJETO INTERDISCIPLINAR DE EXTENSÃO IV

EMENTA:

O Projeto Interdisciplinar de Extensão IV, tem por objetivo empreender atividades extensionistas relacionadas à capacitação profissional do discente possibilitando ao estudante identificar e reconhecer a realidade local, exigindo que este utilize a gama de conhecimentos adquiridos até o momento. O desenvolvimento dos projetos tem como objetivo estimular o envolvimento do estudante de forma ativa no processo de ensino aprendizagem. Dessa forma, os alunos, desenvolverão um projeto de extensão relacionado as disciplinas já cursadas, que terá como objetivo trabalhar coletivamente as temáticas jurídicas. O projeto abordará as seguintes atividades: Palestras; Atividades investigativas; Visitas a comunidade; Estudo de caso; Relatórios. Para o cumprimento da curricularização da extensão, os alunos apresentarão relatório, ao final da disciplina, com a finalidade de promover a divulgação dos resultados e contribuições das atividades para a comunidade interna e externa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, abordando todo acervo bibliográfico disponível na IES.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, abordando todo acervo bibliográfico disponível na IES.

1.4.2.6 6º SEMESTRE

DIREITO PENAL IV – PARTE ESPECIAL

EMENTA:

Crimes contra a saúde pública, moeda falsa, falsidade documental, crimes contra a Administração Pública. Leis especiais do Código Penal. Lei de Tóxicos. Crimes previstos na Lei de Imprensa. Crimes de prefeitos. Crimes eleitorais, Crimes Hediondos. Crimes contra a Ordem Tributária. Crimes Falimentares. Crimes de Abuso de Autoridade. Crimes contra o Meio Ambiente. Lei das Contravenções Penais. Crimes de Preconceito de Raça e Cor. Crimes contra a Seguridade Social. Crime de Tortura. Crime de Porte de Arma e Crimes do Código de Trânsito Brasileiro. Lei Maria da Penha.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. RAMOS, Samuel Ebel Braga. Leis Penais Especiais. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186638>
2. TORTATO, Carla Juliana. Crimes em Espécie. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186628>
3. RODRIGUES, Cristiano. Manual de Direito Penal. 2ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193517>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. GARCIA, Thiago. Tudo Que Você Precisa Saber Sobre: Delegado de Polícia, Lei Maria da Penha e o Princípio da Insignificância. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186400>
2. LEBRE, Marcelo. Introdução ao Direito Penal Econômico. 1ª Edição. Curitiba: Editora Intersaberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186196>
3. AHMAD, Nidal. Direito Penal: Teoria e Prática OAB 2ª Fase. 3ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188216>
4. JÚNIOR, Joaquim Leitão. Guaracy Moreira. Nova Lei de Abuso de Autoridade Comentada Artigo Por Artigo. 2ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/181804>
5. CURY, Matheus Guimarães (Org.). Leis Especiais Comentadas: Lei de Drogas. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2016. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174291>

DIREITO ADMINISTRATIVO II

EMENTA:

Intervenção do Estado na Propriedade Privada. Serviços Públicos. Controle da Administração Pública. Responsabilidade Civil da Administração Pública. Direito Processual Administrativo: Conceito, Histórico, Possibilidades. Processos Administrativos em Espécie. Princípios da Administração Pública. Tendências Contemporâneas em Direito Administrativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. ALVES, Felipe Dalenogare. Direito Administrativo: Teoria e Prática. 3ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188218>
2. ABRAHÃO, Anderson Jamil. Legislação de Direito Administrativo. 16ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203747>
3. CASTRO, Marcos Pereira. Manual de Direito Administrativo. 2ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203756>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. SILVA, Lauri Romário. Direito Administrativo 1. 1ª Edição. Caxias do Sul: Editora Edcus. 2013. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/26763>
2. BARRETO, Pedro (Org.). Vade Mecum da Aprovação em Tributário, Constitucional e Administrativo. 4ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191634>
3. HACK, Érico. Noções Preliminares de Direito Administrativo e Direito Tributário. 2ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/147876>
4. MADEIRA, José Maria Pinheiro. Direito Administrativo - Questões Discursivas de Concursos Jurídicos Com Gabarito. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37804>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - II

EMENTA:

Sentença. Os processos nos tribunais e os meios de impugnação das decisões judiciais. Da ação rescisória. Ordem dos processos nos tribunais. Do incidente de assunção de competência. Incidente

de arguição de constitucionalidade. Do incidente de resolução de demandas repetitivas. Da reclamação. Dos recursos. Duplo Grau de Jurisdição. Princípios Aplicáveis aos Recursos. Efeitos dos Recursos. Recursos em Espécie: Apelação, Recurso Adesivo, Agravo de Instrumento, Agravo interno. Embargos de Declaração, Recurso Ordinário Constitucional, Recurso Especial. Recurso Extraordinário, Embargos nos Tribunais Superiores. Uniformização de Jurisprudência. Preclusão. Coisa julgada. Tendências contemporâneas em Processo Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. MELLO, Cleyson de Moraes. Processo Civil: Recursos e Processos nos Tribunais. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188440>
2. SARRO, Luis Antonio Giampaulo (Coord.). Código de Processo Civil Anotado e Comentado. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186380>
3. POLONI, Ismair Roberto. Sentença Cível: Teoria e Prática – Juizado Comum e Juizado Especial. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184828>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. ANGHER, Anne Joyce. Código de Processo Civil – Maxiletra. 27ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182362>
2. MOTA, André. Lições Essenciais de Processo Civil. 2ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191635>
3. BRANT, Richardson Xavier. Inovações Ao Código de Processo Civil. 1ª Edição. Belo Horizonte: Editora Del Ray. 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/196972>
4. TEIXEIRA, Wendel de Brito Lemos. A Prova Ilícita no Processo Civil. 2ª Edição. Belo Horizonte: Editora Del Ray. 2021. Link Para Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/196961>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

DIREITO PROCESSUAL PENAL I

EMENTA:

Princípios Constitucionais Processuais Penais. Aplicação da lei processual no tempo e no espaço. Investigações preliminares (inquérito e termo circunstanciado). Ações Penais Públicas e Privadas. Jurisdição e Competência. Meios de provas. Procedimentos penais comuns e especiais. Juizado Especial Criminal. Prisões Provisórias e Liberdade Provisória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. FIGUEIREDO, Ricardo Vergueiro (Org.). Código de Processo Penal – Maxiletra. 26ª Edição. São Paulo: Editora Rideeel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188350>
2. GARCIA, Fluvio Gardinelle Oliveira. Noções de Direito Processual Penal à Luz de Alguns de Seus Princípios. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2016. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37391>
3. LECHENAKOSKI, Bryan Bueno. Processo Penal e Sistema Acusatório: Análise Crítica dos Sistemas Processuais Penais ao Ônus da Prova. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes. 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191774>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. GARCIA, Wander. Como Passar na OAB 1ª Fase: Direito Processual Penal: 325 Questões Comentadas. 14ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189121>
2. GARCIA, Fluvio Gardinelle Oliveira. Inquérito Policial: Uma Visão Panorâmica. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/123216>
3. KALACHE, Kauana Vieira da Rocha. Prisão e Medidas Cautelares: Práticas e Consequências. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186642>
4. DE SOUZA, André Peixoto. Rito do Júri Comentado: Artigos 413 a 497 do Código de Processo Penal. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193283>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

DIREITO CIVIL IV - FAMÍLIA

EMENTA:

Conceito e Princípios do Direito de Família. Relações de Parentesco. Casamento e União Estável. Regime de Bens entre os Cônjuges e Conviventes. Usufruto e Administração dos Bens de Filhos Menores. Alimentos. Tutela e Curatela. Tendências Contemporâneas em Direito Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. MAZZA, Alexandre (Org.). Vade Mecum Civil e Empresarial – Legislação Específica. 19ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186389>
2. GABRIEL, Sergio. Prática Cível (4 Ps da OAB 2ª Fase). 7ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186395>

3. FERNANDES, Alexandre Cortez. Direito Civil: Direito de Família. Caxias do Sul: Editora Educ. 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/47895>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. MELLO, Cleyson de Moraes. Direito Civil: Famílias. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198491>
2. LOBO, Fabiola Albuquerque. Multiparentalidade: Efeitos no Direito de Família. 1ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188669>
3. MELLO, Cleyson de Moraes. Famílias – Alimentos. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188121>
4. NIGRI, Tânia. União Estável. 1ª Edição. São Paulo: Editora Blucher, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182447>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

PROJETO INTERDISCIPLINAR DE EXTENSÃO V

EMENTA:

O Projeto Interdisciplinar de Extensão V, tem por objetivo empreender atividades extensionistas relacionadas à capacitação profissional do discente possibilitando ao estudante identificar e reconhecer a realidade local, exigindo que este utilize a gama de conhecimentos adquiridos até o momento. O desenvolvimento dos projetos tem como objetivo estimular o envolvimento do estudante de forma ativa no processo de ensino aprendizagem. Dessa forma, os alunos, desenvolverão um projeto de extensão relacionado as disciplinas já cursadas, que terá como objetivo trabalhar coletivamente as temáticas jurídicas. O projeto abordará as seguintes atividades: Palestras; Atividades investigativas; Visitas a comunidade; Estudo de caso; Relatórios. Para o cumprimento da curricularização da extensão, os alunos apresentarão relatório, ao final da disciplina, com a finalidade de promover a divulgação dos resultados e contribuições das atividades para a comunidade interna e externa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, abordando todo acervo bibliográfico disponível na IES.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, abordando todo acervo bibliográfico disponível na IES.

1.4.2.7 7º SEMESTRE

7º SEMESTRE

DIREITO PROCESSUAL PENAL II

EMENTA:

Jurisdição e competência penais. Os critérios de determinação da competência penal. Os sistemas probatórios. Os meios de prova previstos no código do processo penal. Teoria do processo e do procedimento. As principais formas procedimentais. Sentença e demais atos jurisdicionais procedimentais penais. Coisa julgada penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. RAMIDOFF, Mario Luiz. Elementos do Processo Penal. 2ª Edição. Curitiba: Editora Intersaberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186190>
2. FIGUEIREDO, Ricardo Vergueiro (Org.). Código de Processo Penal – Maxiletra. 26ª Edição. São Paulo: Editora Rideeel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188350>
3. LECHENAKOSKI, Bryan Bueno. Processo Penal e Sistema Acusatório: Análise Crítica dos Sistemas Processuais Penais ao Ônus da Prova. 1ª Edição. Curitiba: Editora Intersaberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191774>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. FIGUEIREDO, Ricardo Vergueiro (Org.). Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar - Maxiletra. 20ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188201>
2. RIDEEL, Equipe. (Org.). Código de Processo Penal de Bolso. 3ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188206>
3. GARCIA, Wander. Como Passar na OAB 1ª Fase: Direito Processual Penal: 325 Questões Comentadas. 8ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189121>
4. PEDROSO, Fernando de Almeida. Prova Penal: Doutrina e Jurisprudência. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185109>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA

EMENTA:

Introdução ao Direito Processual do Trabalho: Conceitos, Histórico, Características e Princípios. Organização Judiciária: Composição e Competência. Ações Trabalhistas: Conceito, Elementos, Classificação e Garantias Constitucionais. Dissídio Individual e Dissídio Coletivo: Histórico, Conceito e Princípios. Procedimentos, Nulidades, Recursos e Execução dos Dissídios Individual e Coletivo. Processos e Procedimentos Especiais. Jurisprudência e Direito Sumular da Justiça do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. SALES, Fernando Augusto de Vita Borges. Manual de Processo do Trabalho. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182497>
2. CAMARGO, Rafael Felisbino. Nova CLT De Acordo Com A Lei 13.467 de 2017. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185198>
3. ALCANTARAS, Silvano Alves. Legislação Trabalhista e Rotinas Trabalhistas. 4ª Edição. Curitiba: Editora Intersaberes, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185170>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. DE ALMEIDA, Andre Luiz Paes. (Coord.). Vade Mecum Trabalhista Legislação Específica. 33ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203768>
2. DE ALMEIDA, Andre Luiz Paes. (Coord.). CLT e Súmulas do TST Comentadas. 20ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182337>
3. CASPAR, Rafael Chiari. Conciliação Trabalhista: Quando O “Sim” Ao Acordo é O “Não” à Justiça. 1ª Edição. Belo Horizonte: Editora Conhecimento, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189763>
4. PERAGENE, Fabio. O Direito e a Relação Trabalhista Entre Clubes e Atletas de Futebol. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185145>
5. DE ALMEIDA, Andre Luiz Paes. (Coord.). Direito do Trabalho: Material, Processual e Legislação Especial. 19ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182484>

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

EMENTA:

Requisitos do Processo de Execução. Partes, Terceiros na Execução e Responsabilização Patrimonial. Princípios do Processo de Execução. Classificação das Espécies de Execução. Execução por Quantia Certa em face de Devedor Solvente. Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer. Execução para Entrega de Coisa. Embargos do Devedor. Embargos de Terceiro. Execução em face de Devedor Insolvente. Execução em face da Fazenda Pública. Execução de alimentos. Execução Fiscal. Cumprimento de Sentença. Impugnação. Tendências Contemporâneas em Processo Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. SALES, Fernando Augusto de Vita Borges. Manual de Direito Processual Civil – Volume Único. 2ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182336>
2. VENERAL, Debora Cristina (Org.). Coleção Direito Processual Civil e Direito Ambiental – Teoria da Constituição e do Estado e Direitos e Garantias Fundamentais. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2014. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/14898>
3. VENERAL, Debora Cristina (Org.). Coleção Direito Processual Civil e Direito Ambiental – Juizados Especiais, Processo de Conhecimento e Processo Eletrônico. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/81785>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. SARRO, Luis Antonio Giampaulo (Coord.). Código de Processo Civil Anotado e Comentado. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186380>
2. ANGHER, Anne Joyce. Código de Processo Civil – Maxiletra. 27ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182362>
3. GARCIA, Wander. Como Passar na 1ª Fase da OAB: Direito Processual Civil: 175 Questões Comentadas. 14ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189145>
4. GARCIA, Wander. Como Passar em Concursos Cespe: Direito Processual Civil: 163 Questões Comentadas. 14ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189119>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

DIREITO EMPRESARIAL I

EMENTA:

Conceito e Princípios. Histórico. Teoria Geral do Direito Empresarial. Empresário e Empresa. Registro Público. Estabelecimento Empresarial. Atividade Empresarial e Publicidade. Escrituração

Contábil. Contratos de Sociedade. Sociedades Empresariais em Espécie. Cooperativas. Fusão. Incorporação. Transformação e Cisão. Dissolução das Sociedades Empresariais. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Tendências Contemporâneas de Direito Empresarial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. NIARADI, George. Direito Empresarial. 2ª Edição. São Paulo: Editora Pearson, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177790>
2. DE FREITAS, Grace Kellen Corrêa. Direito Empresarial de Leve na Prática. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188214>
3. JUNIOR, Suhel Sarhan. Curso de Direito Empresarial. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185225>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. MAZZA, Alexandre (Org.). Vade Mecum Civil e Empresarial – Legislação Específica. 19ª Edição. 2020. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186389>
2. GABRIEL, Sergio. Manual de Direito Empresarial. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182333>
3. NOBREGA, Camile Silva. Direito Empresarial e Societário. 2ª Edição. Curitiba: Editora Intersaberes, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/158424>
4. GARCIA, Wander. Como Passar na 1ª Fase da OAB: Direito Empresarial: 280 Questões. 14ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189109>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

RESPONSABILIDADE CIVIL - EAD

EMENTA:

Conceito e Princípios da Responsabilidade Civil. Responsabilidade Subjetiva e Objetiva. Responsabilidade Civil Contratual e Extracontratual. Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas e seus Administradores. Responsabilidade Civil do Estado e seus Agentes. Tendências Contemporâneas em Responsabilidade Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. LOPES, Othon de Azevedo. Fundamentos da Responsabilidade Civil. 1ª Edição. 2019. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185227>

2. ROSENVALD, Nelson (Coord.). Novas Fronteiras da Responsabilidade Civil: Direito Comparado. 1ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188662>
3. ROSENVALD, Nelson (coord.) Coronavírus e Responsabilidade Civil: Impactos Contratuais e Extracontratuais. 1ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188627>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. MAZZA, Alexandre (Org.). Vade Mecum Civil e Empresarial – Legislação Específica. 19ª Edição. 2020. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186389>
2. GABRIEL, Sergio. Prática Civil (4 Ps da OAB 2ª Fase). 7ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186395>
3. DE QUEIROZ, João Quinelato. Responsabilidade Civil na Rede, Danos a Liberdade à Luz do Marco Civil da Internet. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185308>
4. ROSENVALD, Nelson (Coord.). Responsabilidade Civil e Novas Tecnologias. 1ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188623>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

PRÁTICAS SIMULADAS I – CÍVEL

EMENTA:

Laboratório de Prática Jurídica: Trabalhos simulados orientados de prática jurídica civil (forense e não forense); análise de autos findos; noções sobre exercício profissional dos diversos operadores na área cível. Elaboração de Peças Processuais. O orientador da prática deverá ser OBRIGATORIAMENTE um docente da área jurídica e os trabalhos poderão ser constituídos a partir de simulações no âmbito de julgamentos e processos constituídos no Auditório da IES.

Bibliografias Básica e Complementar: - Serão indicadas pelo Prof. Orientador conforme o direcionamento do projeto, bem como serão aquelas utilizadas até o momento que deem suporte para a prática.

DIREITO CIVIL V - SUCESSÕES

EMENTA:

Conceito e Princípios do Direito das Sucessões. Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão Testamentária. Inventário e Partilha. Tendências Contemporâneas em Direito das Sucessões.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. MELLO, Cleyson de Moraes. Direito Civil: Sucessões. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198489>
2. MAZZA, Alexandre (Org.). Vade Mecum Civil e Empresarial – Legislação Específica. 19ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186389>
3. ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. Direito Civil: Direito das Sucessões. 1ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193083>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. GABRIEL, Sergio. Prática Civil (4 Ps da OAB 2ª Fase). 7ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186395>
2. FERNANDES, Alexandre Cortez. Direito Civil: Direito das Sucessões. 1ª Edição. Rio Grande do Sul: Editora Educus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187368>
3. RIOS, Calanico Sobrinho. Direito à Herança do Embrião Resultante da Fertilização In Vitro: Das Medidas Acautelatórias à Sucessão Definitiva. 1ª Edição. Belo Horizonte: Editora Conhecimento, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192922>
4. SAMANIOTO, Melissa Andrea. Procedimentos Especiais e Extrajudiciais. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183503>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – ASSISTÊNCIA JURÍDICA

EMENTA:

Esta etapa do Estágio Supervisionado consiste em atividades de serviço de assistência jurídica no atendimento as partes, pesquisa e elaboração de peças processuais, acompanhamento dos respectivos processos, trabalhos simulados orientados de prática jurídica civil, forense ou não forense. Os alunos também deverão assistir audiências nas áreas cível, penal e trabalhista, a partir de órgãos conveniados com a IES.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. GABRIEL, Sergio. Prática Civil (4 Ps da OAB 2ª Fase). 7ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186395>
2. OLIVEIRA, Ana Paula Weifunter Lima Coimbra. Metodologia Científica. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192974>

3. CARVALHO, Maria Cecília M. (Org.). Construindo o Saber: Metodologia Científica – Fundamentos e Técnicas. 1ª Edição. São Paulo: Editora Papirus, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204107>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. ANGHER, Anne Joyce. Código de Processo Civil – Maxiletra. 27ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182362>
2. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
3. MELLO, Cleyson de Moraes. Processo Civil: Teoria Geral do Processo – Processo de Conhecimento. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2021. Link Para Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188122>
4. SARRO, Luis Antonio Giampaulo (Coord.). Novo Código de Processo Civil Anotado e Comentado. 2ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link Para Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174265>
5. MELO, Cleyson de Moraes. Curso do Novo Processo Civil. 1 Ed. Editora Freitas Bastos. 2015. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37875>

PROJETO INTERDISCIPLINAR DE EXTENSÃO VI

EMENTA:

O Projeto Interdisciplinar de Extensão VI, tem por objetivo empreender atividades extensionistas relacionadas à capacitação profissional do discente possibilitando ao estudante identificar e reconhecer a realidade local, exigindo que este utilize a gama de conhecimentos adquiridos até o momento. O desenvolvimento dos projetos tem como objetivo estimular o envolvimento do estudante de forma ativa no processo de ensino aprendizagem. Dessa forma, os alunos, desenvolverão um projeto de extensão relacionado as disciplinas já cursadas, que terá como objetivo trabalhar coletivamente as temáticas jurídicas. O projeto abordará as seguintes atividades: Palestras; Atividades investigativas; Visitas a comunidade; Estudo de caso; Relatórios. Para o cumprimento da curricularização da extensão, os alunos apresentarão relatório, ao final da disciplina, com a finalidade de promover a divulgação dos resultados e contribuições das atividades para a comunidade interna e externa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, abordando todo acervo bibliográfico disponível na IES.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, abordando todo acervo bibliográfico disponível na IES.

1.4.2.8 8º SEMESTRE

8º SEMESTRE

DIREITO EMPRESARIAL II

EMENTA:

Títulos de Crédito: Teoria Geral e Títulos em Espécie. Contratos Mercantis. Locação Mercantil. Shopping Centers. Penhor e Fiança Mercantil. Representação Comercial. Leasing. Factoring. Franchising. Aspectos Destacados de Falência e Recuperação de Empresas. Tendências Contemporâneas de Direito Empresarial: Globalização e Política Criminal Contemporânea. Teoria Geral do Delito Empresarial. Sistema Financeiro Nacional e Lavagem de Capitais. Cooperação Jurídica Internacional. A Crise dos Paradigmas e os Problemas Contemporâneos na Política e sua relação com o Direito Empresarial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. NIARADI, George. Direito Empresarial. 2ª Edição. São Paulo. Editora Pearson, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177790>
2. FREITAS, Grace Kellen Correao de. Direito Empresarial de Leve na Prática. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188214>
3. MAZZA, Alexandre (Org.). Vade Mecum Civil e Empresarial – Legislação Específica. 19ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186389>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. GABRIEL, Sergio. Manual de Direito Empresarial. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182333>
2. JUNIOR, Suhel Sarhan. Curso de Direito Empresarial. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185225>
3. NOBREGA, Camile Silva. Direito Empresarial e Societário. 2ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/158424>
4. GARCIA, Wander. Como Passar na 1ª Fase da OAB: Direito Empresarial: 280 Questões. 14ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189109>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

DIREITO ELEITORAL

EMENTA:

Direito Eleitoral: Noções Introdutórias e Conceitos Básicos. Princípios Constitucionais. A Justiça Eleitoral. Condições de Elegibilidade. Causas de Inelegibilidade. Sistemas Eleitorais adotados no Brasil. Legislação Brasileira Específica. Partidos Políticos. Processo Eleitoral. Registro de Candidaturas. Propaganda Eleitoral. Recurso em Matéria Eleitoral. Ações em Matéria Eleitoral. Tendências Contemporâneas em Direito Eleitoral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. NEPOMUCENO, Luciana Diniz (Org.). Aspectos Polêmicos e Atuais do Direito Eleitoral. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191654>
2. BORN, Rogerio Carlos. Panorama do Direito Eleitoral e Partidário. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184993>
3. BORN, Rogerio Carlos. Direito Eleitoral. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186401>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. NEPOMUCENO, Luciana (Org.). Código Eleitoral – Maxiletra. 25ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182365>
2. NEPOMUCENO, Luciana Diniz (Org.). Minirreforma Eleitoral Comentada. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186383>
3. GARCIA, Wander. Como Passar em Concursos CESPE: Direito Eleitoral: 70 Questões Comentadas. 7ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189132>
4. ROEDER, Karolina Mattos e BRAGA, Sergio. Partidos Políticos e Sistemas Partidários. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/128884>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

DIREITO PROCESSUAL PENAL III

EMENTA:

Nulidades processuais. Teoria dos Recursos. Apelação. Protesto por Novo Juri. Embargos Especial, Extraordinário e Ordinário Constitucional. Revisão Criminal. Habeas Corpus. Mandado De Segurança. Correição Parcial. Lei De Execução Penal: objeto, aplicação; do condenado e do internado; trabalho do recluso; órgãos da execução penal; dos estabelecimentos penais; execução da pena privativa de liberdade; da multa, da pena restritiva de direitos; da suspensão condicional da pena; dos incidentes de execução; do Procedimento judicial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. FIGUEIREDO, Ricardo Vergueiro (Org.). Código de Processo Penal – Maxiletra. 26ª Edição. São Paulo: Editora Rideeel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188350>
2. VENERAL, Debora. Execução Penal: Teoria e Prática. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186632>
3. BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e Das Penas. 1ª Edição. São Paulo: Editora Vozes, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187792>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. MURARO, Mariel. Sistema Penitenciário e Execução Penal. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/52535>
2. GARCIA, Wander. Como Passar na 1ª Fase da OAB: Direito Processual Penal: 325 Questões Comentadas. 14ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189121>
3. GARCIA, Wander. Como Passar em Concursos Cespe: Direito Processual Penal: 239 Questões Comentadas. 7ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189138>
4. ESCOREL, Anna Victoria (Org.). Vade Penal – Legislação Poderosa. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186394>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

EMENTA:

Procedimentos Especiais: Ação Monitória, Ação de Consignação em Pagamento, Ação de exigir de Contas, Ações possessórias. Ação de divisão e demarcação. Ação de dissolução parcial de sociedade. Embargos de terceiro. Oposição. Ações de família. Da Habilitação. Homologação do Penhor Legal. Regulação de avaria grossa. Restauração do autos. Procedimentos de jurisdição voluntária. Inventário e Partilha. Testamento. Juizados Especiais Cíveis: Estaduais e Federais. Juizado da Fazenda Pública. Procedimentos especiais da Legislação extravagante: Ação de despejo e Ação Renovatória da Lei do inquilinato. Tendências Contemporâneas em Processo Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. MELLO, Cleyson de Moraes. Processo Civil: Procedimentos Especiais. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/194482>

2. SARRO, Luis Antonio Giampaulo (Coord.). Código de Processo Civil Anotado e Comentado. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186380>
3. ANGHER, Anne Joyce. Código de Processo Civil – Maxiletra. 27ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182362>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. SALES, Fernando Augusto de Vita Borges. Manual de Direito Processual Civil – Volume Único. 2ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182336>
2. GARCIA, Wander. Como Passar na 1ª Fase da OAB: Direito Processual Civil: 175 Questões Comentadas. 14ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189145>
3. GARCIA, Wander. Como Passar em Concursos Cespe: Direito Processual Civil: 163 Questões Comentadas. 14ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189119>
4. VENERAL, Debora Cristina (Org.). Coleção Direito Processual Civil e Direito Ambiental – Juizados Especiais, Processo de Conhecimento e Processo Eletrônico. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/81785>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

DIREITO CIVIL VI - COISAS

EMENTA:

Direitos Reais. Distinção entre Direitos Reais e Obrigacionais. Características. Classificação. Situações jurídicas híbridas. Direito das Coisas. Direito real e direito pessoal. Generalidades sobre a posse. Aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Propriedade em geral. Aquisição da propriedade imóvel. Aquisição da propriedade móvel. Perda da propriedade. Usucapião. Direito Autoral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. MELLO, Cleyson de Moraes. Direito Civil: Direito das Coisas – 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198500>
2. MAZZA, Alexandre (Org.). Vade Mecum Civil e Empresarial – Legislação Específica. 19ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186389>.

- MELLO, Cleyson de Moraes. Posse e Ações Possessórias. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186914>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- GOMES, Rosangela Maria de Azevedo. A Propriedade no Direito Brasileiro: Uma Visão Histórica. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185394>
- DE MELO, Thanyson Dornelas. Multipropriedade Sustentável: A Multipropriedade Imobiliária no Contexto das Smart Cities. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189615>
- UNGARETTI, Debora (Org.). Propriedades em Transformação: Abordagens Multidisciplinares Sobre a Propriedade no Brasil. 1ª Edição. São Paulo: Editora Blucher, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/163635>
- MELLO, Cleyson de Moraes. Usucapião Judicial e Extrajudicial. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186913>
- MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO - EAD

EMENTA:

Introdução e História do Direito Internacional Público. Fontes de Direito Internacional Público. Normas Internacionais. Tratados Internacionais. Formas Extraconvencionais de Expressão do Direito Internacional. Instrumentos de Interpretação e Compensação. Personalidade Internacional. Domínio Público Internacional. Direito Internacional do Mar. Direito Internacional do Ar. Organizações Internacionais. Conflitos Internacionais e Meios de Solução: Meios Diplomáticos, Meios Políticos e Meios Jurisdicionais. Guerra. Proteção Internacional da Pessoa Humana: Direitos Humanos. Tendências Contemporâneas em Direito Internacional Público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- KNIHS, Karla Kariny. Direito Internacional Público. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184177>
- SALIBA, Aziz Tuffi. Legislação de Direito Internacional - Maxiletra. 16ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203749>
- GOMES, Eduardo Biacchi. Introdução Aos Estudos de Direito Internacional. 2ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/194847>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. GARCIA, Wander. Como Passar em Concursos Cespe: Direito Internacional Público e Privado: 47 Questões Comentadas. 7ª Edição. 2018. São Paulo: Editora Foco, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189135>
2. CHAVES, José Mario. Direitos Fundamentais e Direito Internacional. 1ª Edição. Belo Horizonte: Editora Conhecimento, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189242>
3. GARCIA, Wander. Como Passar na 1ª Fase da OAB: Direito Internacional: 80 Questões Comentadas. 14ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189117>
4. ALCANTARAS, Silvano Sales. Direito Internacional Econômico. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186049>
5. MORAES, Carlos Eduardo Guerra (Org.). Direito Internacional – Direito UERJ – Coleção 80. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37859>

PRÁTICAS SIMULADAS II – PENAL

EMENTA:

Laboratório de Prática Jurídica: Trabalhos simulados orientados de Direito Penal, análise de autos findos; noções sobre exercício profissional dos diversos operadores na área penal. Elaboração de Peças Processuais. O orientador da prática deverá ser OBRIGATORIAMENTE um docente da área jurídica e os trabalhos poderão ser constituídos a partir de simulações no âmbito de julgamentos e processos constituídos no Auditório da IES.

Bibliografias Básica e Complementar: - Serão indicadas pelo prof. Orientador conforme o direcionamento do projeto, bem como serão aquelas utilizadas até o momento que deem suporte para a prática.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – DESENVOLVIMENTO DE PEÇAS PROCESSUAIS

EMENTA:

Esta etapa do Estágio Supervisionado consiste no desenvolvimento da parte intermediária das peças. Trata-se da responsabilidade pelo acompanhamento e desenvolvimento das peças processuais dos clientes do Núcleo de Práticas Jurídicas durante o semestre. Os alunos também deverão assistir audiências nas áreas cível, penal e trabalhista, a partir de órgãos conveniados com a IES.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. OLIVEIRA, Ana Paula Weifunter Lima Coimbra. Metodologia Científica. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192974>
2. CARVALHO, Maria Cecilia M. (Org.). Construindo o Saber: Metodologia Científica – Fundamentos e Técnicas. 1ª Edição. São Paulo: Editora Papyrus, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204107>
3. BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Como Produzir Textos Acadêmicos e Científicos. 1ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186697>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
2. SALES, Fernando Augusto de Vita Borges. Manual de Direito Processual Civil – Volume Único. 2ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182336>
3. GARCIA, Wander. Como Passar na 1ª Fase da OAB: Direito Processual Civil: 175 Questões Comentadas. 14ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189145>
4. GARCIA, Wander. Como Passar em Concursos Cespe: Direito Processual Civil: 163 Questões Comentadas. 14ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189119>
5. VENERAL, Debora Cristina (Org.). Coleção Direito Processual Civil e Direito Ambiental – Juizados Especiais, Processo de Conhecimento e Processo Eletrônico. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/81785>

1.4.2.9 9º SEMESTRE

9º SEMESTRE

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO – EAD

EMENTA:

Introdução e História do Direito Internacional Privado. Lei de Introdução ao Código Civil (LICC) (Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro - Antiga LICC) - Implicações Internacionais. Aplicabilidade de Sentenças Estrangeiras em Território Brasileiro. Procedimento de Homologação de Sentenças Estrangeiras. Cartas Rogatórias. Território, Domicílio e Nacionalidade. Direito do Estrangeiro. Asilo. Conflito de Leis e Aplicação do Direito Estrangeiro. Conflito de Jurisdição e Solução de Controvérsias em Âmbito Internacional. Contratos Internacionais. Aspectos Destacados de Mediação e Arbitragem Internacional. Tendências Contemporâneas em Direito Internacional Privado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. FERREIRA, Lier Pires. CHAPARO, Verônica Zárte. Curso de Direito Internacional Privado. 1ª Edição. Belo Horizonte: Editora Freitas Bastos, 2012.
Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37808>
2. SALIBA, Aziz Tuffi. Legislação de Direito Internacional - Maxiletra. 16ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203749>
3. GOMES, Eduardo Biacchi. Introdução aos Estudos de Direito Internacional. 2ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/194847>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. GARCIA, Wander. Como Passar em Concursos Cespe: Direito Internacional Público e Privado: 47 Questões Comentadas. 7ª Edição. 2018. São Paulo: Editora Foco, 2018.
Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189135>
2. CHAVES, José Mario. Direitos Fundamentais e Direito Internacional. 1ª Edição. Belo Horizonte: Editora Conhecimento, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189242>
3. GARCIA, Wander. Como Passar na 1ª Fase da OAB: Direito Internacional: 80 Questões Comentadas. 14ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189117>
4. ALCANTARAS, Silvano Sales. Direito Internacional Econômico. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186049>
5. MORAES, Carlos Eduardo Guerra (Org.). Direito Internacional – Direito UERJ – Coleção 80. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37859>

DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

EMENTA:

Evolução e história da proteção ao consumidor; o direito comparado; constitucionalização do direito do consumidor. Relação jurídica de consumo: política nacional das relações de consumo; sujeitos da relação de consumo; objeto da relação de consumo; princípios gerais e direitos básicos do consumidor; responsabilidade civil de consumo: teoria do risco; responsabilidade civil objetiva; decadência e prescrição; desconsideração da personalidade jurídica; das práticas comerciais: oferta; publicidade; consequências civis, penais e administrativas da publicidade ilícita; práticas abusivas; da proteção contratual: cláusulas abusivas; contratos de massa e de adesão; da defesa do consumidor em juízo: o acesso à justiça e a efetividade do processo; a iniciativa do ministério público; facilitação da defesa e inversão do ônus da prova; a antecipação da tutela; ações coletivas

para a defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; coisa julgada. Das infrações administrativas: a administração pública e a defesa do consumidor; sanções administrativas e devido processo legal; crimes contra o consumidor: função do direito penal na repressão aos crimes contra as relações de consumo; tipologia dos crimes contra as relações de consumo: CDC e lei n. 8.137/90.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. SCHWARTZ, Fabio. Manual de Direito do Consumidor: Tópicos e Controvérsias. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185374>
2. AZEVEDO, Ney Queiroz de. Direito do Consumidor. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30494>
3. GARCIA, Wander. Como Passar na 1ª Fase da OAB: Direito do Consumidor: 80 Questões Comentadas. 14ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189097>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. CASCAES, Amanda Celli (Org.). 30 Anos do Código de Defesa do Consumidor: A Evolução das Relações de Consumo. 1ª Edição. São Paulo: Editora Singular, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189698>
2. CASCAES, Amanda Celli (Org.). Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados à Luz do Código de Defesa do Consumidor. 1ª Edição. São Paulo: Editora Singular, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189697>
3. SCHWARTZ, Fabio. A Economia Compartilhada e o Novo Conceito de Fornecedor Fiduciário nas Relações de Consumo. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185379>
4. RIDEEL, Editora. Código de Defesa do Consumidor de Bolso. 4ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188204>
5. MELLO, Cleyson de Moraes (Org.). Código de Defesa do Consumidor Comentado. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197502>

DIREITO INDUSTRIAL

EMENTA:

Institutos jurídicos da Propriedade Industrial: Patente, Desenho Industrial, Segredo Industrial e Comercial e Marca. Jurisprudência relativa aos contratos de transferência de tecnologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. NIARADI, George. Direito Empresarial. 2ª Edição. São Paulo. Editora Pearson, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177790>

2. FREITAS, Grace Kellen Corrao de. Direito Empresarial de Leve na Prática. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188214>
3. MAZZA, Alexandre (Org.). Vade Mecum Civil e Empresarial – Legislação Específica. 19ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186389>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. GABRIEL, Sergio. Manual de Direito Empresarial. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182333>
2. JUNIOR, Suhel Sarhan. Curso de Direito Empresarial. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185225>
3. NOBREGA, Camile Silva. Direito Empresarial e Societário. 2ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/158424>
4. GARCIA, Wander. Como Passar na 1ª Fase da OAB: Direito Empresarial: 280 Questões. 14ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189109>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

EXPECTATIVAS EXTRAJUDICIAIS DOS CONFLITOS

EMENTA:

Litígio, lide e disputa. Nova cultura ou paradigma: a negociação. Formas alternativas de solução de conflitos no tempo e no espaço. Espécies. Arbitragem. Mediação. ADRs. Tratados internacionais. Órgãos e instituições internacionais de solução de litígios. Tribunais internacionais. O Brasil e a lei 9.307/96. A sentença arbitral. Execução de sentenças estrangeiras. Solução de litígios no Mercosul. A empresa e os meios de Solução de Conflitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. KAMEL, Antoine Youssef. Mediação e Arbitragem. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/147874>
2. BACELLAR, Roberto Portugal. Mediação e Arbitragem. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184109>
3. ALVES, Henrique Rosmaninho. As Audiências no Processo Civil Brasileiro: Uma Análise Sobre a Obrigatoriedade da Audiência de Conciliação. 1ª Edição. Belo Horizonte: Editora Conhecimento, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189729>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. GABRIEL, Vivian Daniele Rocha. Diplomacia, Mediação e Arbitragem. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188178>
2. MARTINS, Camila Saldanha. Constituição Federal e a Incorporação de Tratados. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186308>
3. GOMES, Eduardo Biacchi. Direitos e Tratados Internacionais. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186409>
4. ROQUE, Sebastião José. Tratados e Organizações Internacionais de Natureza Econômica. 1ª Edição. São Paulo: Editora Ícone, 2016. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185697>
5. SANTOS, Mayta Lobo dos. Socioeducação: Introdução à Justiça Restaurativa. 1ª Edição. 2020. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186023>

DIREITO DIGITAL

EMENTA:

Direito e a Nova Tecnologia de Informação: Informação Eletrônica como Bem Jurídico. Natureza Jurídica do Hardware, Software e Sistema Informativo: Proteção Jurídica no Direito Internacional. Relações de Consumo nos Meios Eletrônicos. Legislação Brasileira sobre Negócios Eletrônicos. Legislação sobre Internet e Direito do Autor. O Marco Civil da Internet. Diplomas Legislativos sobre Comércio Eletrônico e Serviços na Internet. Legislação Comparada da Proteção Jurídica no Sistema Informático. Delitos e Responsabilidade na Rede de Internet. Responsabilidade Civil na Internet. Internet e Privacidade: a Prova Informática no Direito Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. DE QUEIROZ, João Quinelato. Responsabilidade Civil na Rede, Danos a Liberdade à Luz do Marco Civil da Internet. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185308>
2. WOLF, Maryanne. O Cérebro no Mundo Digital: Os Desafios da Leitura na Nossa Era. 1ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2019. Link Para Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/173192>
3. BRUZZONE, Andrés. Ciberpopulismo: Política e Democracia no Mundo Digital. 1ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188296>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. PAULINO E SILVA, Saulo César. Redigindo Textos Empresariais na Era Digital. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2012. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6103>
2. FERRARI, Pollyana. (Org.). Hipertexto Hiperídia: As Novas Ferramentas da Comunicação Digital. 1ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2007. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1231>
3. SANTAELLA, Lúcia. Redação Publicitária Digital. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/130297>
4. JÚNIOR, Achiles Batista Ferreira; DE AZEVEDO, Ney Queiroz. Marketing Digital: Uma Análise do Mercado 3.0. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30493>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

DIREITO TRIBUTÁRIO I

EMENTA:

Sistema Constitucional Tributário: Princípios Constitucionais Tributários; Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar; Competências Tributárias; Repartição das Receitas Tributárias. Sistema Tributário Nacional: Fontes do Direito Tributário; Tributo: Conceito, Espécies, Classificações, Natureza Jurídica. Legislação Tributária. Obrigação Tributária Principal e Acessória, Hipótese de Incidência e Fato Gerador, Características, Sujeitos, Responsabilidade Tributária. Tendências Contemporâneas em Direito Tributário. Relações entre o Direito Empresarial e Tributário. Tributação Fiscal e Comércio Exterior.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. DA SILVA, Guilherme Pedrozo. Direito Tributário – Teoria e Prática. 3ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188217>
2. MATTHES, Rafael. Manual de Direito Tributário. 2ª Edição. 2020. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186391>
3. COROTA, José Carlos. Manual de Direito Tributário e Financeiro Aplicado. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184131>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. NORBIM, Fernando Dalvi; NORBIM, Luciano Dalvi. Questões de Direito Tributário Comentadas e Gabaritadas. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37873>

2. GARCIA, Wander. Como Passar na 1ª Fase da OAB: Direito Tributário: 415 Questões Comentadas. 14ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189112>
3. GARCIA, Wander. Como Passar em Concursos CESPE: Direito Tributário: 258 Questões de Direito Tributário. 7ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189141>
4. BARTINE, Caio. 350 Dicas de Direito Tributário. 3ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188622>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO

EMENTA:

Conceito, Fontes e Princípios do Direito Ambiental. A Crise Ambiental. Ecologia e Meio Ambiente. O Movimento Ecológico. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável. Direito e Recursos Ambientais. Direito Ambiental Brasileiro. Direito Ambiental Comparado. Tratados e Convenções Internacionais e Princípios Legais Supranacionais para a Proteção Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável. Educação Ambiental. Urbanismo. Estatuto da Cidade. Tendências Contemporâneas em Direito Ambiental e Urbanístico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. SIRVINKAS, Luis Paulo. Legislação de Direito Ambiental - Maxiletra. 16ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203748>
2. MATTHES, Rafael. Manual de Direito Ambiental. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182496>
3. ASSUNÇÃO, Thiago. Direito Ambiental Internacional. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183527>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. DOS SANTOS, Maria Helena Abdumar Mendes. Direito Urbanístico. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184746>
2. RECH, Adir Ubaldo; RECH, Adivandro. Cidade Sustentável: Direito Urbanístico e Ambiental – Instrumentos de Planejamento. 1ª Edição. 2018. Caxias do Sul: Editora Edcus. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175332>
3. GARCIA, Wander. Como Passar na OAB 1ª Fase: Direito Ambiental: 100 Questões Comentadas. 14ª Edição. São Paulo. Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189099>

4. GARCIA, Wander. Como Passar em Concursos CESPE: Direito Ambiental – 128 Questões de Direito Ambiental. 7ª Edição. São Paulo. Editora Foco, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189128>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC I

EMENTA:

Regimento e Normas do TCC. Fases da pesquisa científica. Diferença e normalização entre teses, dissertações, monografias e artigos científicos. Métodos de pesquisa e técnicas de pesquisa. Aspectos metodológicos de pesquisa necessários a elaboração de projeto de pesquisa. Regras de apresentação gráfica de projetos de pesquisa, monografias e artigos científicos. Fontes de pesquisa acadêmico-científica. Formação de citação. Referências bibliográficas. Projeto de pesquisa: construção, normalização integralizando os conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação acadêmica. Construção da Monografia ou Artigo. Acompanhamento da elaboração dos Projetos. Apresentação e defesa dos Projetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. OLIVEIRA, Ana Paula Weifunter Lima Coimbra. Metodologia Científica. 1ª Edição. 2021. Curitiba: Editora Contentus, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192974>
2. CARVALHO, Maria Cecilia M. (Org.). Construindo o Saber: Metodologia Científica – Fundamentos e Técnicas. 1ª Edição. São Paulo: Editora Papyrus, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204107>
3. BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Como Produzir Textos Acadêmicos e Científicos. 1ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186697>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. BELLO, Enzo e ENGELMANN, Wilson (Coord.). Metodologia da Pesquisa em Direito. 1ª Edição. Rio Grande do Sul: Editora Educus, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30808>
2. DA COSTA, Maria de Fatima Barrozo. Projeto de Pesquisa: Entenda e Faça. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/149412>
3. LIRA, Bruno Carneiro. O Passo a Passo do Trabalho Científico. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/202142>
4. ALEXANDRE, Agripa Faria. Metodologia Científica: Princípios e Fundamentos. 3ª Edição. São Paulo: Editora Blucher, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/194651>

5. DE PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. Metodologia da Pesquisa: Abordagem Teórico-Prática. 1ª Edição. Editora Papirus, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/168757>

PRÁTICAS SIMULADAS III - TRABALHISTA

EMENTA:

Laboratório de Prática Jurídica: Realização de trabalhos simulados e orientados da prática jurídica trabalhista. Elaboração de peças processuais postulatorias, de defesa e recursais a partir de casos hipotéticos. Análise em autos findos. Acompanhamento, na qualidade de ouvinte, de audiências no fórum trabalhista. Simulação de audiências com instrução e razões finais.

Bibliografias Básica e Complementar: - Serão indicadas pelo prof. Orientador conforme o direcionamento do projeto, bem como serão aquelas utilizadas até o momento que deem suporte para a prática.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III – RECURSOS E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

EMENTA:

Esta etapa do Estágio Supervisionado consiste nas atividades de atuação profissional junto aos processos de execução; realização de recursos intermediários; elaboração de cautelares e procedimentos especiais; elaboração de acordos e contratos; realização de recursos especial e extraordinário. Os alunos também deverão assistir audiências nas áreas cível, penal e trabalhista, a partir de órgãos conveniados com a IES.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. GABRIEL, Sergio. Prática Civil (4 Ps da OAB 2ª Fase). 7ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186395>
2. OLIVEIRA, Ana Paula Weifunter Lima Coimbra. Metodologia Científica. 1ª Edição. 2021. Curitiba: Editora Contentus, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192974>
3. CARVALHO, Maria Cecilia M. (Org.). Construindo o Saber: Metodologia Científica – Fundamentos e Técnicas. 1ª Edição. São Paulo: Editora Papirus, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204107>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. DA COSTA, Maria de Fatima Barrozo. Projeto de Pesquisa: Entenda e Faça. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/149412>
2. LIRA, Bruno Carneiro. O Passo a Passo do Trabalho Científico. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/202142>

3. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
4. SARRO, Luis Antonio Giampaulo (Coord.). Código de Processo Civil Anotado e Comentado. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186380>
5. ANGHER, Anne Joyce. Código de Processo Civil – Maxiletra. 27ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182362>

1.4.2.10 10º SEMESTRE

10º SEMESTRE

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EMENTA:

Realidade contemporânea da situação de vida dos jovens; O Estatuto da Criança e do Adolescente: desenvolvimento histórico; Estrutura da Lei nº 8.069/90; Fontes; Dos Direitos fundamentais; Da prevenção, Da Política de Atendimento; Das Medidas de Proteção; Da Prática de ato infracional; Do Conselho Tutelar; Medidas pertinentes aos pais; Acesso à justiça; Dos crimes em espécie; Das infrações administrativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. NEVES, Gustavo Bregalda. Leis Especiais Comentadas ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. 2ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174308>
2. GUERRA, Carlos Eduardo. Criança e Adolescente – Direito UERJ Coleção 80 – 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37852>
3. MAZIERO, Stela Britto. Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185230>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. GALVAO, Eliane Pires Navroski. Direito à Saúde das Crianças e Adolescentes. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185209>

2. REZENDE, Luiza Franco. A Psicologia Jurídica e Proteção das Crianças e dos Adolescentes. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185212>
3. GARCIA, Wander. Como Passar em Concursos CESPE: Direito da Criança e do Adolescente: 112 questões Comentadas. 7ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189143>
4. MAZZA, Alexandre (Org.). Vade Mecum Administrativo e Constitucional - Legislação Específica. 25ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203767>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

MEDICINA LEGAL

EMENTA:

Noções Preliminares sobre o Instituto Geral de Perícias (IGP) e sua Estrutura. Introdução sobre Medicina Legal – Perícias e Perito e Documentos médico-legais. Identificação Médico-Legal. Tanatologia Forense. Traumatologia forense. Asfisiologia. Sexologia Forense. Psicopatologia Forense. Toxicologia. Estudo dos Laudos de: exame de lesão corporal; exame cadavérico; exame de conjunção carnal; aborto; exame psiquiátrico; exame de embriaguez alcoólica; exame toxicológico; exame de investigação de paternidade; insalubridade; acidente de trabalho; indenização; responsabilidade médica e outros do âmbito penal e civil. Tendências Contemporâneas em Medicina Legal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. BITTAR, Neusa. Medicina Legal e Noções de Criminalística. 10ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189422>
2. VASQUES, Paulo Mauricio. Medicina Legal – Curso e Concursos. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2016. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37840>
3. HERCULES, Hygino de C. Medicina Legal: Texto e Atlas. 1ª Edição. Editora Atheneu, 2014. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/171486>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. GAZZOLA, Luciana de Paula Lima. Medicina Legal: 350 Questões Comentadas Para Concursos. 3ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188658>

2. GARCIA, Wander. Como Passar em Concursos CESPE: 151 Questões Comentadas: Lei 8.112/1990, Lei 8.666/1993, Direito Processual do Trabalho, Processo Coletivo, Recursos Hídricos, Medicina Legal. 7ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189152>
3. MIZIARA, Ivan Dieb. Manual Prático de Medicina Legal. 1ª Edição. Editora Atheneu, 2014. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192899>
4. VELHO, Jesus Antonio et al. Polícia Científica: Transformando Vestígios em Evidências à Luz da Cadeia de Custódia. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177843>
5. LIPINSKI, Antônio Carlos. Perícias Criminais. 1ª Edição. 2020. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184117>

DIREITO AGRÁRIO E DAS COOPERATIVAS

EMENTA:

A reforma agrária no contexto jurídico Constitucional brasileiro. Conceitos e história. INCRA e Reforma Agrária. Função social da propriedade. Direito Agrário brasileiro. Estatuto da Terra. Estatuto da terra. A propriedade da terra. Cadastramento e tributação. Contratos agrários. Formas de contratos. Arrendamento rural. Desenvolvimento rural. Proteção à economia. Política de tributação fundiária. A CLT e o trabalhador rural. Legislação acerca do cooperativismo e credito rural. Legislação acerca do Reflorestamento. Dinâmica operacional e órgãos normativos e executores. Prática processual. Forma processual nos diversos procedimentos rurais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. BOSA, Claudia Regina. Impactos Ambientais: Direito Agrário e Agronegócio. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184026>
2. GARCIA, Wander. Como Passar em Concursos CESPE: Direito Agrário: 17 Questões. 7ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189126>
3. FERREIRA, Ana Paula. Prestação de Serviços a Terceiros. 10ª Edição. 2021. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191771>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. TAMARINDO, Ubirajara Garcia Ferreira. Tributação no Agronegócio: Uma Análise Geral dos Principais Tributos Incidentes. 2ª Edição. São Paulo: Editora JH Mizuno, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191279>

2. OLESKO, Gustavo Felipe. Agronegócio: Contextos Econômicos, Social e Político. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186726>
3. TOURINHO, Luiz Anselmo Merlin. Legislação e Licenciamento Ambiental Aplicados ao Agronegócio. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193079>
4. FREITAS, Antonio Carlos de Oliveira. Título de Crédito Eletrônico e o Agronegócio. 1ª Edição. Editora Singular, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189696>
5. FRANCISCO, Dione Carina. Agronegócios. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30380>

DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO

EMENTA:

Direito Constitucional Econômico; A Ordem Econômica e o Sistema Financeiro Nacional; Finanças Públicas; Direito Financeiro; Orçamento; Tribunais de Contas; Ordem Econômica Internacional; Intervenção do Estado no Domínio Econômico; Agências Reguladoras; O novo papel do Estado; Banco Central do Brasil; Planejamento Econômico; As Leis Anti-Dumping, A Lei Antitruste

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 20ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185200>
2. FERREIRA, Leonardo Sanches. Direito Financeiro. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184433>
3. ROQUE, Sebastião José. Direito Econômico. 1ª Edição. Editora Ícone, 2012. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185619>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. DOMINGUES, Juliana Oliveira. Direito Econômico Internacional. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/51993>

2. GARCIA, Wander. Como Passar em Concursos CESPE: Direito Econômico: 23 Questões. 7ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189131>
3. GARCIA, Wander. Como Passar em Concursos CESPE: Direito Financeiro: 53 Questões. 7ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189134>
4. BOECHAT, Stephan Righi. Orçamento Por Resultados e Direito Financeiro. 1ª Edição. Editora Blucher, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/163644>
5. CONTI, José Maurício. Levando o Direito Financeiro a Sério. 2ª Edição. Editora Blucher, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/163652>

POSICIONAMENTO PROFISSIONAL

EMENTA:

Fundamentação Teórica para reflexão crítica e posicionamento profissional adequado diante do atual mercado de trabalho. O papel determinante operador do direito na construção de sua trajetória profissional. O papel dos órgãos de justiça e suas respectivas instâncias na construção da trajetória do profissional. O novo contexto de mercado e suas implicações no planejamento de ações que auxiliam na preparação da construção do projeto de carreira na área do Direito. Insumos para a determinação de um posicionamento profissional: o autoconhecimento, mercado de trabalho e o plano de ação. O autoconhecimento e o posicionamento profissional: valores; personalidade; âncoras; interesses e habilidades. A construção do projeto de posicionamento profissional: alinhando objetivos pessoais e profissionais e elaborando um plano de ação. A estratégia e as ferramentas de busca de trabalho: currículo, entrevista de seleção, rede de contatos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. RHAME, Lucia Helena. Comunicação, Marketing e Novas Tecnologias na Gestão de Pessoas. 1ª Edição. Editora Inter saberes, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/81746>
2. DEGEN, Ronald Jean. O Empreendedor: Fundamentos da Iniciativa Empresarial. 1ª Edição. São Paulo: Editora Pearson, 2009. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1098>
3. CORTELLA, Mario Sergio. Vida e Carreira: Um Equilíbrio Possível? 1ª Edição. Editora 7 Mares, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22468>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. CALEGARI, Maria da Luz. Temperamento e Carreira. 1ª Edição. Editora Summus, 2006. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42235>
2. CAPRONI, Paula J. Treinamento Gerencial: Como Dar Um Salto Significativo Em Sua Carreira Profissional. 1ª Edição. São Paulo: Editora Pearson, 2001. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/38>
3. KNAPIK, Janete. Gestão de Pessoas e Talentos. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2012. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30633>
4. COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. Lógica, comunicação e argumentação jurídica. 1ª Edição. Curitiba. Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191708>
5. SOUZA, Anderson Chalita Eliesio (Org.). Argumentação Jurídica: Teoria e Prática. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freiras Bastos, 2014. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37806>

TEMAS JURÍDICO POLÊMICOS-CONTEMPORÂNEOS - EAD

EMENTA:

Lei dos Genéricos: Implicações e Perspectivas. Cheque Pré-Datado: Enfoque Legal e Moral. O Marco Legal da Internet. Visão Hodierna dos Contratos do SFH. Os Advogados do Crime Organizado. A Existência de Hierarquia entre Lei Complementar e Legislação Extravagante. Os Atos Processuais e o Meio Eletrônico. Inter-Relações: A Liberdade De Imprensa – A Opinião Pública- A Privacidade e Sigilo. Os Limites dos Juros. A União Homoafetiva. A Adoção por casais Homoafetivos. A Implicação dos laudos psicológicos ao Judiciário (Limites e Controvérsias). Temas Polêmicos – Anseios Jurídico-Morais: A Maioridade Penal, Pena de Morte e Porte de Armas. Os Direitos Humanos: Perspectivas e Controvérsias Sociais Contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. LEVINZON, Gina Khafif. Adoção: Desafios da Contemporaneidade. 1ª Edição. 2018. Editora Blucher. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/164485>
2. LEITE, Marli Quadros. Preconceito e Intolerância na Linguagem. 1ª Edição. Editora Contexto, 2008. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1262>

3. LOLTRAN, Licia. Famílias Homoafetivas: A Insistência em ser Feliz. 1ª Edição. Editora Autentica, 2016. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192611>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. TIEME, Saito. Direitos Humanos. 1 Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184121>
2. BERTHOLDI, Juliana. Ética, Direitos Humanos e Direitos da Cidadania. 1 Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185299>
3. VARELLA, Marcelo D. Proteção Internacional dos Direitos Humanos. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185326>
4. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
5. DEGEN, Ronald Jean. O Empreendedor: Fundamentos da Iniciativa Empresarial. 1ª Edição. São Paulo: Editora Pearson, 2009. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1098>

DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL

EMENTA:

Garantias constitucionais. Conceito e princípios do Direito Processual Constitucional. Controle de Constitucionalidade. Habeas Corpus. Habeas Data. Direito de Petição. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança: Individual e Coletivo. Mandado de Injunção. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Tendências Contemporâneas em Processo Constitucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Direito Processual Constitucional. 10ª Edição. Editora Foco, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188653>
2. BITENCOURT, Caroline Muller. RECK, Janrie Rodrigues. Direito Constitucional: Teoria e Prática – OAB. 1 Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188358>

3. DANTAS, Paulo Roberto de Figueredo. Curso de Direito Constitucional. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188667>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. DRAGO, Guilherme Dettmer. Manual de Direito Constitucional. 1ª Edição. Rio Grande do Sul: Editora Educus, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175208>
2. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
3. MAZZA, Alexandre (Org.). Vade Mecum Administrativo e Constitucional Legislação Específica. 25ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203767>
4. SAITO, Tieme. Processo Legislativo. 1ª Edição. Curitiba. Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191773>
5. PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. Direitos e Garantias Fundamentais. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188331>

DIREITO TRIBUTÁRIO II

EMENTA:

Crédito Tributário: Lançamento, Efeitos, Classificação, Legislação Aplicável. Exclusão, Suspensão e Extinção do Crédito Tributário. Administração Tributária, Privilégios e Prerrogativas do Crédito Tributário. Tributos em Espécie: Federais, Estaduais e Municipais. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário. Tendências Contemporâneas em Direito Tributário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. MATTHES, Rafael. Manual de Direito Tributário. 2ª Edição. 2020. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186391>

2. DA SILVA, Guilherme Pedrozo. Direito Tributário: Teoria e Prática 1ª e 2ª Fase da OAB. 3ª Edição. São Paulo. Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188217>
3. COROTA, José Carlos. Manual de Direito Tributário e Financeiro Aplicado. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184131>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. NORBIM, Fernando Dalvi; NORBIM, Luciano Dalvi. Questões de Direito Tributário Comentadas e Gabaritadas. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37873>
2. GARCIA, Wander. Como Passar na 1ª Fase da OAB: Direito Tributário: 415 Questões Comentadas. 14ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189112>
3. GARCIA, Wander. Como Passar em Concursos CESPE: Direito Tributário: 258 Questões de Direito Tributário. 7ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189141>
4. BARTINE, Caio. 350 Dicas de Direito Tributário. 3ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188622>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC II

EMENTA:

A disciplina de TCC II, do Curso de Direito efetiva-se com a realização da pesquisa anteriormente planejada pelos alunos na disciplina de TCC I. Este será o momento de realização da praxis, em que o aluno demonstrará todas as habilidades e capacidades apreendidas em todas as demais disciplinas do curso, embasando-se principalmente nos conhecimentos da disciplina de Metodologia da Pesquisa e de Trabalho de Conclusão de Curso I, pois este será o momento de demonstrar suas habilidades em executar uma pesquisa através da coleta de dados, a análise, interpretação e redação dos resultados da pesquisa com qualidade no conteúdo e na defesa pública do TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. OLIVEIRA, Ana Paula Weifunter Lima Coimbra. Metodologia Científica. 1ª Edição. 2021. Curitiba: Editora Contentus, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192974>
2. CARVALHO, Maria Cecília M. (Org.). Construindo o Saber: Metodologia Científica – Fundamentos e Técnicas. 1ª Edição. São Paulo: Editora Papirus, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204107>

- BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Como Produzir Textos Acadêmicos e Científicos. 1ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186697>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BELLO, Enzo e ENGELMANN, Wilson (Coord.). Metodologia da Pesquisa em Direito. 1ª Edição. Rio Grande do Sul: Editora Educus, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30808>
- DA COSTA, Maria de Fatima Barrozo. Projeto de Pesquisa: Entenda e Faça. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/149412>
- LIRA, Bruno Carneiro. O Passo a Passo do Trabalho Científico. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/202142>
- ALEXANDRE, Agripa Faria. Metodologia Científica: Princípios e Fundamentos. 3ª Edição. São Paulo: Editora Blucher, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/194651>
- DE PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. Metodologia da Pesquisa: Abordagem Teórico-Prática. 1ª Edição. Editora Papicrus, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/168757>

1.4.2.11 DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINAS OPTATIVAS

LIBRAS

EMENTA:

Visão contemporânea sobre os fundamentos da Inclusão e a resignificação da Educação Especial na área da surdez. Cultura e Identidade Surda. Tecnologias na área da Surdez. LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. Critérios diferenciados da Língua Portuguesa para Surdos. Noções e aprendizado da LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. LIBRAS aplicada em contextos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- SARNIK, Mariana Victoria Todeschini. Libras. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186507>
- SILVA, Rafael Dias. Língua Brasileira de Sinais. 1ª Edição. São Paulo: Editora Pearson, 2016. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35534>

- MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira (Org.). *Libras: Aspectos Fundamentais*. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/169745>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. *Libras: Conhecimento Além dos Sinais*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Pearson, 2011. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2658>
- BAGGIO, Maria Auxiliadora. *Libras*. 1ª Edição. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/129456>
- VARA, Maria de Fatima Fernandes. *Conhecimentos Básicos da Deficiência Física Para o Atendimento Educacional Especializado*. 1ª Edição. Curitiba: Editora Intersaberes, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/178180>
- DE MORAES, Luiz Fernando. *Deficiência Física: Da Experiência ao Saber Científico*. 1ª Edição. Editora Edi-PUC-RS, 2013. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/52836>
- BARBOSA, Heloisa Helena (Coord.). *O Código Civil e o Estatuto da Pessoa Com Deficiência*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185333>

DIREITO PORTUÁRIO

EMENTA:

Legislações acerca da Capitania dos Portos. As Autoridades do Setor: Marítima, agência reguladora independente, Autoridade Aduaneira, Autoridade Portuária, Autoridades Intervenientes etc. A Segurança jurídica em transações portuárias. Convenções sobre o Direito do Mar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ZEMPULSKI, Tatiana Lazzaretti. *Direito Marítimo e Portuário*. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198938>

2. CHROPACZ, Franciely. Noções de Direito Marítimo e Aeronáutico Para Comércio Exterior. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2022. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/201649>
3. CASADO, Johny Henrique Magalhães. Organização e Estrutura Portuária e Aeroportuária. 1ª Edição. Curitiba: Editora Inter saberes, 2022. Link Para Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197431>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. ALFREDINI, Paolo. Engenharia Portuária. 2ª Edição. São Paulo: Editora Blucher, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/201059>
2. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>
3. NYEGRAY, João Alfredo Lopes. Legislação Aduaneira: Comércio Exterior e Negócios Internacionais. Curitiba: Editora Inter saberes, 2016. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37957>
4. GABRIEL, Sergio. Manual de Direito Empresarial. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182333>
5. NOBREGA, Camile Silva. Direito Empresarial e Societário. 2ª Edição. Curitiba: Editora Intersaberes, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/158424>

DIREITO EDUCACIONAL

EMENTA:

Introdução ao Direito Educacional. Direito Educacional Brasileiro. Direito Educacional Constitucional. Legislação Educacional Brasileira. Controvérsias Legais: normas legais X regulação no âmbito do MEC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. GALVÃO, Eliane Pires Navroski. Direito Educacional. 1ª Edição. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Link Para Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188000>
2. HEIN, Ana Catarina Angeloni. Fundamentos da Educação. 1ª Edição. São Paulo: Editora Pearson, 2014. Link Para Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22105>
3. HEIN, Ana Catarina Angeloni. Organização e Legislação da Educação. 1ª Edição. São Paulo: Editora Pearson, 2017. Link Para Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/127463>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. ANTONIO, Jose Carlos. Filosofia da Educação. Editora Pearson. 2014. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22095>
2. HEIN, Ana Catarina Angelone. Fundamentos da Educação. Editora Pearson. 2014. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22105>
3. TERRA, Marcia da Lima Elias. História da Educação. Editora Pearson. 2014. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22125>
4. COELHO, Wilson Ferreira. Psicologia da Educação. Editora Pearson. 2014. Link de acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22156>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

EMENTA:

Criação intelectual. Direitos autorais (do autor e a ele conexos). Propriedade Industrial (invenções, modelos de utilidade, marcas e desenhos industriais). Propriedade Intelectual nas novas tecnologias da informação (software, base de dados e Internet). Introdução à Gestão da Propriedade Intelectual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. LÚCIA Helena Pollettu Bettini. Gestão da propriedade intelectual. São Paulo: Pearson Educacional do Brasil, 2016: Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35795>
2. DE FREITAS, Grace Kellen Corrêa. Direito Empresarial de Leve na Prática. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188214>
3. JUNIOR, Suhel Sarhan. Curso de Direito Empresarial. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185225>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. MAZZA, Alexandre (Org.). Vade Mecum Civil e Empresarial – Legislação Específica. 19ª Edição. 2020. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186389>
2. GABRIEL, Sergio. Manual de Direito Empresarial. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182333>

3. NOBREGA, Camile Silva. Direito Empresarial e Societário. 2ª Edição. Curitiba: Editora Intersaberes, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/158424>
4. GARCIA, Wander. Como Passar na 1ª Fase da OAB: Direito Empresarial: 280 Questões. 14ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189109>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIREITO DA INFRAESTRUTURA

EMENTA:

Concessões. Parcerias público-privadas. Regulação. Portos. Rodovias. Aeroportos. Mineração. Ferrovias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. NIARADI, George. Direito Empresarial. 2ª Edição. São Paulo. Editora Pearson, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177790>
2. FREITAS, Grace Kellen Correao de. Direito Empresarial de Leve na Prática. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188214>
3. MAZZA, Alexandre (Org.). Vade Mecum Civil e Empresarial – Legislação Específica. 19ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2020. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186389>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. GABRIEL, Sergio. Manual de Direito Empresarial. 1ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182333>
2. JUNIOR, Suhel Sarhan. Curso de Direito Empresarial. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2019. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185225>
3. NOBREGA, Camile Silva. Direito Empresarial e Societário. 2ª Edição. Curitiba: Editora Intersaberes, 2018. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/158424>

4. GARCIA, Wander. Como Passar na 1ª Fase da OAB: Direito Empresarial: 280 Questões. 14ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2017. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189109>
5. MORAES, Guilherme Pena (Org.). Constituição Federal. 6ª Edição. São Paulo: Editora Foco, 2021. Link de Acesso: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188657>

TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO I

EMENTA:

Todo o conteúdo programático e metodologia devem ser constituídas no próprio semestre de execução, a partir de prova diagnóstica e/ou dados da formação dos alunos até o momento, visando aplicar conhecimentos e conteúdos que suplantem possíveis deficiências apresentadas pelos mesmos. A disciplina também pode ser constituída para contemplar a preparação dos alunos para o ENADE e/ou tratar de temas polêmicos do Direito e/ou alterações no âmbito jurídico, público ou privado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, abordando todo acervo bibliográfico disponível na IES.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, abordando todo acervo bibliográfico disponível na IES.

TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO II

EMENTA:

Todo o conteúdo programático e metodologia devem ser constituídas no próprio semestre de execução, a partir de prova diagnóstica e/ou dados da formação dos alunos até o momento, visando aplicar conhecimentos e conteúdos que suplantem possíveis deficiências apresentadas pelos mesmos. A disciplina também pode ser constituída para contemplar a preparação dos alunos para o ENADE e/ou tratar de temas polêmicos do Direito e/ou alterações no âmbito jurídico, público ou privado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, abordando todo acervo bibliográfico disponível na IES.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, abordando todo acervo bibliográfico disponível na IES.

1.4.2.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades acadêmicas complementares são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional em Direito. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos nas áreas jurídica e afins, na própria IES ou em outras IES que lhe possibilitem se aproximar e compreender fenômenos diversos da vida acadêmica e da vida profissional, além da constituição da cidadania, da consciência ambiental, dos direitos humanos e tantos outros temas e conhecimentos disponíveis no roll de atividades complementares do regulamento das mesmas. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, conforme REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.

1.4.3 Coerência do currículo com a proposta pedagógica

A FVS define como princípios metodológicos do processo educativo a aprendizagem fundamentada e direcionada ao desenvolvimento da pessoa nos diversos aspectos de sua formação, priorizando a aprendizagem centrada no aluno como sujeito que exerce ações voltadas à produção do conhecimento, à aquisição de habilidades, atitudes e valores. Estas ações são realizadas em parceria com o corpo docente, discente e sociedade.

Neste sentido, os níveis de desempenho desejáveis ao aluno se dão por meio de três domínios do conhecimento:

- a) **cognitivo:** vinculados à memória, ao desenvolvimento de capacidades e habilidades intelectuais;
- b) **afetivo:** descreve mudanças de interesse, atitudes, valores e o desenvolvimento de apreciações e ajustamento adequado;
- c) **psicomotor:** vinculado à área de habilidades manipulativas ou motoras.

Os princípios metodológicos definidos pela FVS fundamentam-se em:

- elaborar diagnóstico para verificar o perfil do calouro acadêmico;
- oferecer programas de nivelamento visando dirimir as diferenças de conhecimentos

mínimos necessários e a inclusão;

- abordar os conteúdos de forma interdisciplinar;
- alinhar os conteúdos teóricos à prática profissional;
- desenvolver competências por meio de aulas teórico-práticas em sala de aula;
- propiciar atividades em equipe, simulações, estágios, seminários, pesquisas, dentre outros;
- pautar a vida acadêmica pelos princípios éticos;
- utilizar linguagens adequadas - LIBRAS e Braille – para acompanhamento especializado às pessoas com deficiência;
- articular conteúdos entre as disciplinas do curso;
- inteirar duas ou mais disciplinas de diferentes áreas do conhecimento;
- estabelecer trocas de experiências entre aluno-aluno, aluno-professor e aluno-professor-aluno;
- utilizar diferentes mídias para articular a teoria e a prática nas distintas modalidades de ensino;
- fomentar experiências educacionais voltadas à demanda de mercado e ao intercâmbio nacional e internacional.

Desta forma, o processo metodológico adotado na FVS pressupõe situações de aprendizagem para atender aos níveis de desempenho nos domínios cognitivo, afetivo e psicomotor, assim desenvolvendo o processo do aprender, do conhecer, do fazer, do ser e do conviver.

Tal procedimento possibilita ao professor a implementação de ações que se fizerem necessárias à minimização das dificuldades constatadas. Este procedimento evita que o aluno assuma uma postura de mero espectador, participando ativamente da aula.

Adicionalmente, outras estratégias de ensino devem ser cuidadosamente selecionadas e planejadas, de modo a propiciar situações que:

- a) Viabilizem posicionamentos críticos.
- b) Proponham problemas e questões, como pontos de partida para discussões.
- c) Definam a relevância de um problema por sua capacidade de propiciar o saber pensar, não se reduzindo, assim, à aplicação mecânica de fórmulas feitas.
- d) Provoquem a necessidade de busca de informação.
- e) Enfatizem a manipulação do conhecimento, não a sua aquisição.
- f) Otimizem a argumentação e a contra argumentação para a comprovação de pontos de vista.
- g) Dissolvam receitas prontas, criando oportunidades para tentativas e erros.
- h) Desmistifiquem o erro, desencadeando a preocupação com a provisoriedade do conhecimento, a necessidade de formulação de argumentações mais sólidas.
- i) Tratem o conhecimento como um processo, tendo em vista que ele deve ser retomado, superado e transformado em novos conhecimentos.

A adoção desses critérios neutraliza a preocupação em repassar conhecimentos para serem apenas copiados e reproduzidos, desafiando os alunos a fomentarem sua capacidade de problematizarem e buscarem respostas próprias, calcadas em argumentos convincentes.

É estimulado o uso entre os docentes, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas. Está garantida a ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência.

No curso de Direito são utilizadas metodologias ativas e interativas, centradas no aluno e voltadas para o seu desenvolvimento intelectual, assim como para o desenvolvimento de competências e habilidades.

Além disso, são desenvolvidas, entre outros métodos e técnicas, as seguintes opções: aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, aulas

expositivas, visitas técnicas, aulas práticas, pesquisa bibliográfica, iniciação científica, prática como componente curricular, dentre outros.

Também é estimulado o uso de metodologias de ensino baseadas na interação, tais como a discussão; o debate; a mesa redonda; o seminário; o simpósio; o painel; o diálogo, a entrevista; e o estudo de casos; e o uso, em algumas áreas, da metodologia do aprendizado baseado em problemas, com o estudo centrado em casos reais e ainda se utiliza de atividades na modalidade a distância (ensino híbrido) para dinamizar o processo de aprendizagem, tornando-o mais efetivo e atraente.

Adotamos Metodologias e Práticas Inovadoras p/ que o processo de ensino não se torne mera transmissão de conteúdos desvinculados da realidade e descrição da mesma, o entendimento institucional sobre os conteúdos nas diferentes disciplinas dos cursos, pauta-se pelo trabalho interdisciplinar, investigativo da realidade e inovador, articulando aspectos teóricos e empíricos, de forma a não priorizar uma dimensão em detrimento da outra.

Assim sendo, o propósito metodológico assumido pela FVS é o da resignificação do conhecimento, aproximando ensino e iniciação científica, passado e presente, problemas da vida do aluno, de sua futura profissão e conhecimento socialmente construído.

Para sua efetivação, os conteúdos previstos em cada disciplina, tendo sido resignificados e problematizados pelo professor, são orientados metodologicamente a partir dos seguintes princípios:

- Momento motivacional, de provocação do desejo e situacional: abordagem de situações-problema e curiosidades da realidade, discussão de hipóteses de solução e contextualização das situações, problemas e curiosidades na história;
- Momento de fundamentação teórica: desenvolvimento de fundamentos teóricos que expliquem e/ou solucionem as situações-problema e curiosidades abordadas;
- Momento da produção teoricamente fundamentada: abordagem de novas situações-problema e curiosidades, desenvolvendo com os discentes exercícios de compreensão e/ou solução teoricamente fundamentadas.

Criam-se, assim, desafios cognitivos permanentes para discentes e docentes.

Assim, a formação na instituição oferece oportunidade aos seus acadêmicos para serem profissionais competentes em suas áreas de conhecimento, sejam empreendedores com visão sistêmica do contexto e possam contribuir com compreensões e soluções às questões locais, regionais, nacionais e mundiais, participando como protagonistas no processo sócio-histórico que estão inseridos. Desta forma, propicia a construção da autonomia, o convívio com as diferenças, a valorização da história de diferentes sujeitos e saberes, o exercício do trabalho interdisciplinar e o comprometimento ético-político com a defesa dos direitos humanos.

Diante do exposto, à formação de uma cultura empreendedora nos cursos da FVS buscam, por meio de suas metodologias e práticas pedagógicas, desenvolver um perfil de egresso como um modo de ser que tenha iniciativa, que crie e torne-se agente de transformação em situações que se apresentam como problemas nos diferentes aspectos da vida humana. As metodologias ativas e as atividades complementares propiciaram ao aluno a oportunidade de realizar, em complementaridade ao currículo pleno, uma trajetória autônoma e particular, com conteúdos que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso.

As avaliações de aprendizagem serão realizadas com base principalmente em entrevistas, observações, realização de eventos pedagógicos, aplicação de testes de conhecimento e supervisão de atividades discentes.

Os principais instrumentos para este fim serão testes e provas escritas, pareceres analíticos, portfólios, registros e anotações organizados para fins determinados, trabalhos escritos individuais, incluindo monografias, trabalhos de equipe, apresentação oral ou procedimental (por meio da organização de dinâmicas dirigidas/executadas pelos alunos). Todas as técnicas e instrumentos empregados terão critérios definidos que possibilitam a avaliação da aprendizagem em sua dimensão da aquisição do saber (conteúdos), do saber-ser (atitudes) e do saber-fazer (procedimentos).

Quanto a avaliação, o aluno será avaliado com duas notas (AP 1 e AP 2), assim com base na média das duas avaliações parciais, o aluno deve obter a média 7,0 (sete) para a sua aprovação. Não alcançando essa média, o aluno terá direito a uma terceira avaliação (NAF) a partir da qual deverá obter média final 5,0, após somada a média das suas avaliações parciais e a nota da avaliação final. Além disso, é necessário que o aluno possua no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, sob pena de reprovação

direta.

Durante o desenvolvimento das disciplinas básicas e jurídicas do currículo do Curso de Direito, o corpo discente realiza suas atividades práticas da área jurídica que já se inicia com as atividades de iniciação científica das disciplinas de PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES, bem como com as disciplinas de PRÁTICAS SIMULADAS e, principalmente, através dos ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS, possibilitando a formação integral, oportunizando o contato precoce com as várias áreas da profissão e facilitando, inclusive, a escolha do tema e o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

Como forma de integração entre teoria e prática, a FVS oferecerá estágios, programações de eventos acadêmicos, desenvolverá projetos de pesquisa/iniciação científica e extensão, dentre outras atividades voltadas para a comunidade, com vistas a estreitar a relação entre os alunos e a sociedade na qual estão inseridos.

Tais atividades proporcionarão ao aluno a realização, em complementaridade ao currículo, de uma trajetória autônoma e particular, com conteúdos que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso.

Os professores do Curso de Direito estarão, desde o primeiro semestre de ensino, estimulando o aluno a integrar-se e conhecer a realidade jurídica, social, econômica e do trabalho de seu Curso.

A partir do segundo semestre, o discente será incentivado a realizar trabalhos relacionados com ensino e pesquisa/iniciação científica, estimulando-o a seguir uma carreira de pesquisador se ele assim o desejar.

Estágios Supervisionados também serão instituídos no intuito de estimular no aluno atividades de exercício profissional o mais brevemente possível.

As atividades práticas desenvolvidas ao longo do Curso serão integralmente acompanhadas pelos docentes, seja nas disciplinas formadoras, seja nos estágios curriculares. As demais atividades incluem projetos de pesquisa/iniciação científica e extensão, monitoria, cursos de educação continuada e eventos. Essas atividades serão ajustadas entre o corpo discente e a Coordenação do Curso de Direito.

Através da ampla oferta de disciplinas optativas, o Curso permitirá também que o discente direcione parte da sua matriz curricular para as áreas do conhecimento em que

apresente o maior interesse ou mais afinidade pessoal. Ademais, o Curso passará por processo constante de avaliação através da CPA e do diálogo entre o corpo discente, docente e a coordenação.

Para conclusão do Curso de Graduação em Direito, o aluno deverá elaborar um trabalho sob orientação docente.

1.4. Flexibilidade

A FVS está atenta à oferta de oportunidades diferenciadas de integralização de seus cursos, bem quanto à flexibilidade dos componentes curriculares, para tanto os discentes, ao mesmo tempo em que participam das atividades curriculares, são estimulados a explorar a vida acadêmica e a interagir com a sociedade, a organizar eventos, o que os faz exercitar o trabalho em equipe, resultando na aquisição e no desenvolvimento de um conjunto de valores e atitudes importantes para o exercício da atividade profissional e da cidadania.

As políticas e programas institucionais da FVS corroboram com as metodologias aplicadas e ativas, propiciando ainda a trans e interdisciplinaridade e a participação discente nas atividades de extensão, monitorias, nivelamento, atividades complementares e estágios curriculares que levam à formação de profissionais capazes de produzir novos conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, aliando a teoria à prática, no campo de atuação profissional do contexto social, através da análise e avaliação da realidade regional e brasileira.

A flexibilidade curricular implica na formação do discente em um cenário aberto às novas demandas dos diferentes campos de conhecimento, de atuação profissional e do contexto social. Isso significa imprimir a dinamicidade e a diversidade aos currículos dos cursos de graduação, permitindo que o discente tenha opção de lapidar o seu perfil profissional, sem detrimento da sua formação generalista, além de contribuir para a sua autonomia intelectual.

A organização curricular do curso de Direito, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, irá contemplar a flexibilidade curricular nos seguintes aspectos:

- Estágios Supervisionados que promovem a integração teoria/prática, propiciando a complementação do processo ensino-aprendizagem.
- Formação interdisciplinar que são parte integrante das Atividades Complementares, que contemplam temas da atualidade e assuntos relacionados às áreas e subáreas do curso, além de disporem de ferramentas tecnológicas de ensino e aprendizagem que viabilizam a prática de estudos independentes.

- Atividades de Extensão permitem ao aluno acompanhar um projeto voltado à construção de conhecimento para o desenvolvimento social da comunidade na qual está inserido.
- Cursos, Minicursos, Palestras, Semanas do Conhecimento, Visitas Técnicas, Programas de Iniciação Científica e demais atividades que serão periodicamente ofertados aos alunos.
- Articulação da teoria com a prática quando são adotadas as Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem utilizadas no curso. Estas metodologias têm algumas características principais: o aluno será responsável por seu aprendizado, o que inclui a organização de seu tempo e a busca de oportunidades para aprender; O currículo é integrado e integrador, e fornece uma linha condutora geral, no intuito de facilitar e estimular o aprendizado.
- A IES oferecerá uma grande variedade de oportunidades de aprendizado através de campos de estágios, bibliotecas físicas e virtuais.
- O aluno será precocemente inserido em atividades práticas relevantes para sua futura vida profissional;
- O aluno será constantemente avaliado em relação à sua capacidade cognitiva e ao desenvolvimento formativo de habilidades necessárias à profissão;
- O trabalho em grupo e a cooperação interdisciplinar e multiprofissional serão estimulados;
- A assistência ao aluno será individualizada, de modo a possibilitar a acessibilidade metodológica para que ela discuta suas dificuldades com profissionais envolvidos com o gerenciamento do currículo e o estímulo à aprendizagem, quando necessário;
- Disciplinas Optativas;
- Atividades complementares;

A diversidade e acessibilidade metodológica, pedagógica e atitudinal, serão desenvolvidas também por meio de algumas disciplinas, quais sejam: LIBRAS, Direitos Humanos, Antropologia e Sociologia Jurídica, Filosofia Geral e Jurídica, bem como Psicologia Jurídica.

Dessa forma, esses temas se integrarão às disciplinas da estrutura curricular do curso, de modo transversal, contínuo e permanente. Os temas serão levados à formação dos alunos,

propiciando formar profissionais conscientes e críticos sobre as relações humanas, à equidade e o respeito à natureza.

Tópicos Especiais, previstos na matriz do curso, também promoverão a flexibilização do currículo por meio de temas contemporâneos no mundo jurídico, social e econômico, além de decisões judiciais importantes que devem ser amplamente discutidas em sala de aula, permitindo aos alunos a atualização profissional necessária para que tenham a oportunidade de aprofundar em uma determinada área da sua atividade profissional.

1.4.5 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade oferece uma nova postura diante do conhecimento e uma mudança de atitude em busca do indivíduo como ser integral. Trata-se de uma proposta onde a forma de ensinar leva em consideração a construção do conhecimento pelo aluno, garantindo a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com os limites dos conteúdos curriculares. Não se trata de unir as unidades curriculares, mas utilizar uma prática de ensino em que cada um destes conteúdos estejam interligados e façam parte da realidade do aluno. Assim, as disciplinas continuam separadas, mas o aluno compreende que os conteúdos fazem parte de uma totalidade.

Seguindo essa linha, é possível inferir que uma organização curricular parte do pressuposto que o conhecimento adquirido em uma determinada disciplina não deve ter um fim em si mesmo, mas deve servir de base para a assimilação de conteúdos que serão abordados em outras atividades formativas. Assim, o desenvolvimento das habilidades e competências dos discentes não se fará a partir de uma única fonte de conhecimento, e sim pelo sinergismo entre conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais provenientes das mais variadas disciplinas e áreas do conhecimento.

Na organização curricular proposta para o curso de Direito, a interdisciplinaridade será trabalhada principalmente nos seguintes elementos:

Nas ferramentas de ensino e aprendizagem utilizadas pelos docentes, as quais buscam estabelecer interfaces e conexões entre as disciplinas que ministram com as demais;

Em atividades práticas, denominadas “Práticas Interdisciplinares”, que irão requerer dos alunos a solução de problemas, reais ou contextualizados, demandando a mobilização de conceitos provenientes de várias disciplinas e áreas do conhecimento e atividades de iniciação científica;

A interdisciplinaridade apresenta-se essencialmente como uma crítica à “compartimentalização” do saber e ao isolamento das disciplinas em grades, pois busca o acesso à totalidade e à complexidade do conhecimento no diálogo e na interação entre as várias disciplinas das diferentes áreas, visando à superação da dicotomia entre o teórico e o prático e à constituição de novos espaços de investigação. É nessa vertente que na FVS propõem a interdisciplinaridade para todos os cursos de Graduação da IES.

No caso específico deste PPC, propõe-se a prática interdisciplinar por meio de estudos de casos. Todos serão trabalhos que estimularão os alunos a complementarem seus estudos com informações adicionais em campos profissionais, laboratórios de ensino, livros-texto, vídeos, bibliotecas, internet etc.

O papel do professor nessa tarefa será fundamental para promoção da autonomia e da responsabilidade social do aluno. Por meio de mediações didáticas e práticas pedagógicas reflexivas e críticas, os professores incentivarão o aluno à consciência sobre as questões sociais reais e os convida a fazer parte do compromisso de transformar, em alguma medida, o seu entorno.

O trabalho interdisciplinar proposto neste PPC será obrigatório, coletivo, e orientado e avaliado pela equipe de docentes das disciplinas das diferentes áreas do conhecimento com as quais o aluno dialoga. A cada início de semestre, os professores do curso, representados pelo seu Núcleo Docente Estruturante - NDE, definirão os temas e subtemas interdisciplinares a serem trabalhados, os quais deverão ser pensados a partir das unidades de aprendizagem e dos temas transversais que compõem a estrutura curricular do curso estabelecendo uma relação entre teoria e prática.

Em seus respectivos períodos, a disciplina de Prática Interdisciplinar proporcionará ao aluno a possibilidade de trabalhar em equipe e de construir o conhecimento apoiado em base científica, permitindo-lhe a análise e a tomada de decisão de forma democrática, clara e sustentada, sempre pautada nos princípios éticos.

A interdisciplinaridade é trabalhada principalmente nos seguintes elementos:

- Nas ferramentas de ensino.
- Em atividades de extensão.
- Programa de Nivelamento.

- Programa de Estímulo a Produção e divulgação Científica e Projetos de Extensão.
- Convênios, com entidades públicas e privadas.
- Atividades complementares.
- Trabalho de conclusão de curso.

1.4.6 ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA

A diversidade e acessibilidade metodológica, pedagógica e atitudinal, serão trabalhadas de modo transversal, contínuo e permanente, nos **componentes curriculares** com temas relacionados à inclusão, à diversidade, à educação ambiental, à educação das relações étnico-raciais e a educação para os direitos humanos. Dessa forma, essas discussões se integram às disciplinas da estrutura curricular dos cursos, de modo transversal, contínuo e permanente. Os temas serão levados à formação dos alunos, propiciando formar profissionais conscientes e críticos sobre as relações humanas, à equidade e o respeito à natureza.

Em conformidade c/ as DCN's, o PPC prevê as formas de tratamento transversal dos conteúdos exigidos em diretrizes nacionais específicas, tais como as políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação p/ a terceira idade, de educação em políticas de gênero, de educação das relações étnico-raciais e histórias e culturas afro brasileira, africana e indígena, entre outras. A Matriz Curricular contempla o conteúdo LIBRAS, no elenco das disciplinas optativas, conforme determina o Decreto nº 5.626/2005.

Apresenta-se abaixo, os requisitos normativos e a apresentação da disciplina o qual ele integra:

I. POLÍTICA DE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA E INDÍGENA

- a. ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA JURÍDICA
- b. TEORIA E HISTÓRIA DO DIREITO

II. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA IES

- a. DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO

- b. DIREITO AGRÁRIO E DAS COOPERATIVAS
- c. PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES IV

III. INSERÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO ENSINO SUPERIOR

- a. DIREITOS HUMANOS
- b. DIREITO CONSTITUCIONAL II
- c. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
- d. TEMAS JURÍDICO-POLEMICOS- CONTEMPORÂNEOS
- e. ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA JURÍDICA

IV. LIBRAS

- a. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS (OPTATIVA)

1.4.7 COMPATIBILIDADE DA CARGA HORÁRIA TOTAL (EM HORAS-RELÓGIO)

A carga horária das disciplinas e a carga horária total do curso atende a Resolução CNE/CES nº 3 de 02 de julho de 2007, sendo utilizado a hora relógio de 60 minutos.

1.4.8 FORMAS DE ARTICULAÇÃO DA TEORIA COM A PRÁTICA

A partir da compreensão de competência o NDE analisa o que é e como se dá a relação entre teoria e prática no curso. Neste sentido, entende-se que a relação entre a teoria e prática é uma articulação que ocorre no âmbito da acumulação flexível, em particular no que diz respeito às demandas da base social. Estas, deslocam a necessidade do conhecimento substituindo a capacidade de fazer pela capacidade de enfrentar eventos não previstos. Assim, ao definir como deve ocorrer a articulação entre atividades práticas e conteúdos teóricos obrigatórios procura-se superar a dicotomia entre os termos e desenvolver uma operacionalização na perspectiva de formação de um “intelectual orgânico”, por meio do movimento de “praticar teorias e teorizar

práticas” pois compreende-se que este movimento tem potencial para (FÁVERI, 2010, p. 12):

- melhorar “no mesmo processo de vida, o pensar e o agir nos diferentes contextos e organizações. Neste ponto se encontra a instrumentalidade do conhecimento e da ciência para o ser humano e a sociedade em geral” e conseqüentemente,
- auxiliar no enfrentamento da “mais diversa ordem de problemas que vão aparecendo no exercício da profissão [...]”, gerando “no futuro profissional formado por nós, a construção de uma visão de totalidade do conhecimento teórico e dos possíveis desafios que o mesmo venha enfrentar no exercício de sua profissão”. Ou seja, as demandas sociais e profissionais a serem vividas pelo futuro egresso configuram uma necessidade de conhecimento que vai para além da capacidade de memorizar teorias e executar práticas protocoladas, instrumentalizando-o para a competência de enfrentar eventos não previstos a partir do estabelecimento de relações entre conhecimento científico e práticas laborais.

Convém frisar que na integração curricular do curso valoriza-se, ainda, o equilíbrio e a integração entre teoria e prática durante toda a sua duração, numa sequência progressiva até a conclusão do mesmo, de acordo com os níveis de complexidade durante o percurso formativo do acadêmico observando-se a seguinte operacionalização:

- g) a carga horária total do curso é suficiente para distribuição estratégica e equilibrada dos eixos curriculares e demais atividades previstas;
- h) caso necessário, a IES detalhará em documento próprio as atividades síncronas e assíncrona, os laboratórios físicos e virtuais utilizados no plano de ensino da disciplina;
- i) desde as primeiras fases os conteúdos são intercalados entre os fundamentos teóricos e as atividades práticas laboratoriais de Ensino, Iniciação Científica e de Extensão, por meio de ações e projetos experimentais e integradores.
- j) o Estágio Não Obrigatório é incentivado e permitido a partir da primeira fase.
- k) o Regulamento das Atividades Complementares define que um percentual das horas dos estágios não obrigatórios pode ser contabilizado em horas de Atividades Complementares;
- l) oportunidade de conhecimento da realidade nos contextos local, regional e nacional por meio de convênios e parcerias.

A partir do citado, são analisadas as necessidades de utilização, organização e adaptação de estratégias compostas por pressupostos didático-metodológicos que orientam a elaboração de ações educativas, pautadas principalmente em: pesquisas teóricas e de campo, ações de Iniciação

Científica, ações comunitárias e/ou de Extensão, campanhas educativas, Estágio Curricular Supervisionado (Obrigatório e Não Obrigatório) e Trabalho de Conclusão de Curso.

Assim, compreende-se que a articulação entre as diversas teorias e práticas (de laboratório, de Estágio, de Ensino, de Iniciação Científica, de Extensão) é o conjunto de estratégias metodológicas e ações pedagógicas utilizados pelo curso. Ou seja, as ações/atividades são pensadas pelos docentes a partir de uma intencionalidade pedagógica que pauta a escolha de estratégias capazes de viabilizar que o acadêmico busque verificar, na prática laboratorial e no contexto real da profissão, a teoria discutida em sala de aula como potencial de intervenção na realidade.

Por fim, é importante destacar outro aspecto importante para que efetivamente ocorra o alinhamento entre a teoria e a prática é a experiência profissional do corpo docente. A Coordenação do Curso prioriza a contratação de professor que possuam experiência profissional na área em que irão ministrar suas respectivas disciplinas para que assim, os casos concretos possam ser trazidos para sala de aula com maior intensidade e fidelidade ao mundo real do dia a dia jurídico.

1.4.9 OFERTA DA DISCIPLINA DE LIBRAS

A disciplina Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS é ofertada na matriz curricular como disciplina optativa, mas com base em propositura do NDE e aprovação do Colegiado ficou definido que a Optativa III, ofertada no décimo semestre do Curso de Direito será sempre a disciplina de LIBRAS, permitindo assim que o aluno egresso seja inserido no mercado de trabalho ciente da importância de se garantir e respeitar a acessibilidade e as políticas públicas no tocante a pessoa com deficiência.

1.4.10 ARTICULAÇÃO ENTRE OS COMPONENTES CURRICULARES NO PERCURSO DE FORMAÇÃO

Propõe-se uma lógica curricular que supere a fragmentação do processo de ensino e aprendizagem e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, estudantes e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico e da intervenção.

A matriz curricular ora proposta busca refletir a realidade sócio histórica contemporânea e projetar-se para o futuro, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta, no decorrer da própria formação profissional.

O Curso de Graduação em Direito visa formar profissionais que consigam transitar nos mais variados ramos do direito, bem como tenham aptidão e capacidade para exercerem as inúmeras funções jurídicas disponíveis ao operador do Direito.

O Curso de Direito contempla em sua organização curricular, conteúdos estabelecidos que revelam inter-relações com a realidade regional, nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito da área jurídica, através da utilização de estratégias de ensino-aprendizagem ativas e tecnologias inovadoras que possam atender a apreensão dos conhecimentos através das perspectivas formativas: Formação geral, que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais da jurídica, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Filosofia, Sociologia, Direitos Humanos, Diversidade e Educação, e Empreendedorismo.

O Curso de Direito, além da formação básica exigida para professor que atuará nas diversas organizações, cuja configuração tende para as novas estruturas empresariais. O curso se encaminha, principalmente, para a sensibilização da habilidade de liderança, da habilidade de gerir as organizações e os recursos disponíveis. Seu diferencial será a preparação dos alunos para sua atuação no âmbito privado como público.

Nesse sentido, destaca-se a disciplina de EMPREENDEDORISMO JURÍDICO que é ministrada ainda no primeiro período do Curso de Direito, como forma de demonstrar ao aluno a dinâmica das novas metodologias profissionais que são exigidas ao profissional do Direito. E ao final do Curso de Direito, o aluno realiza a disciplina de POSICIONAMENTO PROFISSIONAL como forma de se preparar para o mercado de trabalho que será inserido brevemente. Assim a conjuntura dessas duas disciplinas também contribuem como Política de Retenção e Política de Acompanhamento do Egresso.

1.4.11 Práticas interdisciplinares.

Para que os acadêmicos possam ter uma visão mais ampla e consciente da importância dos conteúdos ministrados, estabelecer-se naturalmente o processo de iniciação científica, conhecer a realidade profissional na qual irão se inserir e garantir o vínculo prático-teórico, bem como a inter-relação entre os conhecimentos e um melhor entendimento dos saberes que lhes são transmitidos cotidianamente, a cada semestre serão desenvolvidos trabalhos interdisciplinares que visam a articulação entre os conhecimentos apreendidos no curso.

Destaque-se que, além da necessária interdisciplinaridade, esses conteúdos curriculares se constituem como disciplinas inseridas a cada semestre propiciando ao aluno a necessária autonomia de aprendizado.

Nos semestres em que se incluem os Práticas Interdisciplinares, os alunos desenvolvem sob a orientação dos professores diversos projetos integradores, tendo como produtos desta proposta o desenvolvimento e execução de projetos voltados para área de formação, a produção de relatórios técnicos, a apresentação de projetos e a prática profissional, cujo objetivo principal é a aplicação prática dos conteúdos aprendidos em sala de aula.

1.5. CONTEÚDOS CURRICULARES

Obedecendo às prerrogativas da **Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004** e da **Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de julho de 2017**, o curso está organizado de modo a oferecer ao aluno, referenciais teórico-práticos que colaborem na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação como operador do Direito.

As estratégias adotadas no curso para relacionar o processo de ensino à realidade dos alunos foram construídas com a participação do colegiado do curso e o NDE. Vale destacar que o curso desenvolveu pesquisa própria de levantamento do perfil do corpo discente e docente, adotando práticas metodológicas de ensino, de revisão de conteúdo, bem como de capacitação docente, a partir das evidências demonstradas. O princípio da contextualização permite pensar o currículo de forma abrangente, com uma ampla rede de significações, e não apenas como um lugar de transmissão e reprodução do saber.

A contextualização envolve o estabelecimento de uma relação de reciprocidade entre o aluno e o objeto de conhecimento, favorecendo uma aprendizagem significativa, uma vez que está baseada nos diferentes âmbitos e dimensões da vida pessoal, social e cultural dos alunos. O currículo do Curso de Bacharelado em Direito está em consonância com as Diretrizes do Ministério da Educação – MEC, bem como com o universo sócio jurídico onde esse operador do Direito egresso da FVS deverá atuar e ser sujeito das transformações sócio-político-econômicas demandadas pela sociedade.

Assim sendo, os conteúdos das disciplinas contemplam temas tradicionais e transversais do cotidiano jurídico, desenvolvendo competências que capacitem o egresso, a partir de uma visão

holística da realidade global e regional, a favorecer a melhoria na qualidade dos processos jurídicos e da ampliação do acesso à justiça na sociedade em que se insere.

Para tal, a matriz curricular apresenta disciplinas dos eixos de formação fundamental, formação profissional e formação prática, distribuídas ao longo de dez semestres, propiciando a integração entre teoria e prática necessária a formação do operador do Direito.

A interdisciplinaridade, por sua vez, está garantida na Matriz Curricular através do diálogo constante entre as diferentes disciplinas que a compõe, demarcada por uma metodologia de ensino onde o discente é levado a refletir e a propor soluções sobre situações do universo organizacional, apresentadas, principalmente, a partir das disciplinas Práticas Interdisciplinares em que os alunos deverão ir a campo para conhecer a sua realidade jurídica no âmbito profissional, bem como dos sujeitos da sociedade em que se insere. . A organização curricular do Curso de Bacharelado em Direito se estrutura em 03 grandes campos interligados de formação, que congregam em seu bojo, os conteúdos do curso, estratificados em:

I – Componentes de Formação Fundamental: constituídos por conteúdos básicos como linguagem, filosofia, sociologia etc;

II – Componentes de Formação Profissional: constituídos por conteúdos das áreas do direito como civil, penal, constitucional etc;

III – Componentes de Formação Prática: constituídos por conteúdos como o estágio supervisionado, atividades complementares, TCC etc;

Porém, conforme já citado, o NDE considerou necessário estabelecer dois eixos a mais para cumprimento da missão institucional e vocação do curso, a saber:

I– Componentes de Formação Interdisciplinar: constituídos por conteúdos que sirvam de ferramenta para o diálogo entre as disciplinas como as Práticas Interdisciplinares, Práticas Simuladas e Tópicos Especiais em Direito;

V – Componentes de Formação da Responsabilidade Social e da Cidadania : constituídos por conteúdos como Temas Polêmicos da Atualidade, Direito Digital, Direito Ambiental, Direitos da Criança e do Adolescente etc.

Assim, estrutura curricular, centrada no perfil do egresso ensejado e nos objetivos do curso, busca estar em consonância com as expectativas atuais do âmbito jurídico, ao mesmo tempo em

que se estabelecem ferramentas curriculares para constituir um aluno mais autônomo e um profissional mais investigativo e crítico.

Vale destacar que, além dos aspectos ligados as expectativas profissionais e sociais condicionadas nas perspectivas da tríade ensino-pesquisa-extensão, houve o cuidado em atender plenamente ao que preconizam os Requisitos Legais e Normativos acerca das diretrizes de temas transversalizados demandados pelos documentos públicos como a Educação Ambiental, os Direitos Humanos e as Relações Étnico-Raciais obrigatórios pelo MEC.

O trabalho a ser desenvolvido pelos professores do curso será pautado no princípio pedagógico da interdisciplinaridade, proporcionando a relação entre temas e as diversas áreas do conhecimento. Cada professor, ao assumir determinada disciplina, deverá estabelecer as devidas relações entre os conteúdos e proporcionar condições para que os discentes, por meio de atividades ativas, possam construir o conhecimento acerca dos conhecimentos teológicos.

A partir de situações-problema concretas, simuladas ou reproduzidas por multimeios, o acadêmico, orientado pelo professor, deverá realizar leituras que procurem responder às questões colocadas, estabelecendo a devida relação entre teoria e prática na formação básica do bacharel em Direito.

Para tanto, serão utilizadas estratégias de ensino que possibilitarão a construção e aquisição do conhecimento pelos discentes. Dentre elas, destacam-se: aulas expositivas dialogadas, trabalhos em grupos, estudo de texto, estudo dirigido, lista de discussão através da Internet, pesquisas orientadas através da Internet, resolução de problemas, dentre outros. O NDE do curso de Direito estará sempre atento às novas questões e mudanças inerentes do mundo do Direito e de sua ciência de modo a propor atualizações nos conteúdos curriculares sempre que necessário a fim de manter o alunado sempre contato com conhecimento recente e inovador.

A organização curricular proposta, ao atender a DCN nas perspectivas formativas orienta a construção do conhecimento garantindo a formação de um profissional com as habilidades e competências definidas no perfil do egresso do Bacharel em Direito.

1.5.1 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM AS DCNS E DEMAIS LEGISLAÇÕES

O curso de Direito atende à Diretriz Curricular Nacional do Curso instituída pela Resolução CNE/CES nº 05/2018 e demais legislações pertinentes, uma vez que:

- A carga horária do curso é de 4.110 horas (Resolução CNE/CES nº 05/2018);
- Libras está sendo oferecida como disciplina optativa, conforme Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005);
- O tempo mínimo de integralização é de 10 semestres (5 anos) conforme;
 - Os objetivos do curso e o perfil do egresso atendem ao estabelecido na DCN do curso conforme Resolução CNE/CES nº 5/2018;
- O estágio supervisionado com 240 horas, atende integralmente conforme dispõe a Resolução CNE/CES nº 5/2018;
- As Atividades Complementares com 160 horas está previsto atendendo a Resolução CNE/CES nº 5/2018;
- O Trabalho de Conclusão de Curso é componente curricular obrigatório, e está previsto neste PPC e será feito sob orientação docente, atendendo ao a Resolução CNE/CES nº 5/2018;
- Atende ao estabelecido na Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena) sendo o conteúdo trabalhado na disciplina de Antropologia e Sociologia Jurídica e Teoria e História do Direito, nos Seminários e eventos do curso e nas atividades complementares e Interdisciplinares;
- As Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002) são contempladas na disciplina de Direito Ambiental e Urbanístico, Direito Agrário e das Cooperativas e Práticas Interdisciplinares IV;
- Atende à Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos com atividades previstas em todo curso, na disciplina de Direitos Humanos, Direito Constitucional II, Direito Internacional Público, Temas Jurídicos Polêmicos-Contemporâneos e Antropologia e Sociologia Jurídica.
- A carga horária das disciplinas e a carga horária total do curso atende a Resolução CNE/CES nº 3 de 02 de julho de 2007, sendo utilizado a hora relógio de 60 minutos.
- As atividades curriculares de extensão de acordo com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 estão presentes no transcurso dos semestres letivos do curso no componente curricular Projeto Interdisciplinar de Extensão totalizando 420 horas o que

representa 10,2% do total da carga horária total do curso para sua integralização.

1.6 METODOLOGIA

A FVS define como princípios metodológicos do processo educativo a aprendizagem fundamentada e direcionada ao desenvolvimento da pessoa nos diversos aspectos de sua formação, priorizando a aprendizagem centrada no aluno como sujeito que exerce ações voltadas à produção do conhecimento, à aquisição de habilidades, atitudes e valores.

Os níveis de desempenho desejáveis ao aluno se dão por meio de três domínios do conhecimento:

- a) **cognitivo:** vinculados à memória, ao desenvolvimento de capacidades e habilidades intelectuais;
- b) **afetivo:** descreve mudanças de interesse, atitudes, valores e o desenvolvimento de apreciações e ajustamento adequado;
- c) **psicomotor:** vinculado à área de habilidades manipulativas ou motoras.

Os princípios metodológicos definidos pela FVS fundamentam-se em:

- elaborar diagnóstico p/ verificar o perfil do calouro acadêmico;
- oferecer programas de nivelamento visando dirimir as diferenças de conhecimentos mínimos necessários e a inclusão;
- abordar os conteúdos de forma interdisciplinar;
- alinhar os conteúdos teóricos à prática profissional;
- desenvolver competências por meio de aulas teórico-práticas em sala de aula;
- propiciar atividades em equipe, simulações, estágios, seminários, pesquisas, dentre outros;
- pautar a vida acadêmica pelos princípios éticos;
- utilizar linguagens adequadas - LIBRAS e Braille – p/ acompanhamento especializado às pessoas c/ deficiência;
- articular conteúdos entre as disciplinas do curso;
- inteirar duas ou mais disciplinas de diferentes áreas do conhecimento;
- estabelecer trocas de experiências entre aluno-aluno, aluno-professor e aluno-professor-aluno;
- utilizar diferentes mídias p/ articular a teoria e a prática nas distintas modalidades de ensino;
- fomentar experiências educacionais voltadas à demanda de mercado e ao intercâmbio nacional e internacional.

O processo metodológico adotado na FVS pressupõe situações de aprendizagem p/ atender aos níveis de desempenho nos domínios cognitivo, afetivo e psicomotor, assim desenvolvendo o processo do aprender, do conhecer, do fazer, do ser e do conviver.

Adicionalmente, outras estratégias de ensino devem ser cuidadosamente selecionadas e planejadas, de modo a propiciar situações que:

- Viabilizem posicionamentos críticos.
- Proponham problemas e questões, como pontos de partida p/ discussões.
- Definam a relevância de um problema por sua capacidade de propiciar o saber pensar, não se reduzindo, assim, à aplicação mecânica de fórmulas feitas.
- Provoquem a necessidade de busca de informação.
- Enfatizem a manipulação do conhecimento, não a sua aquisição.
- Otimizem a argumentação e a contra argumentação p/ a comprovação de pontos de vista.
- Dissolvam receitas prontas, criando oportunidades p/ tentativas e erros.
- Desmistifiquem o erro, desencadeando a preocupação c/ a provisoriedade do conhecimento, a necessidade de formulação de argumentações mais sólidas.
- Tratem o conhecimento como um processo, tendo em vista que ele deve ser retomado, superado e transformado em novos conhecimentos.

É estimulado o uso entre os docentes, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas. Está garantida a ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos p/ viabilizar a aprendizagem de estudantes c/ deficiência.

No curso de Direito são utilizadas metodologias ativas e interativas, centradas no aluno e voltadas p/ o seu desenvolvimento intelectual, assim como p/ o desenvolvimento de competências e habilidades.

São desenvolvidas, entre outros métodos e técnicas, as seguintes opções: aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, aulas expositivas, visitas técnicas, aulas práticas, pesquisa bibliográfica, iniciação científica, prática como componente curricular, dentre outros.

- Também é estimulado o uso de metodologias de ensino baseadas na interação, tais como a discussão; o debate; a mesa redonda; o seminário; o simpósio; o painel; o diálogo, a entrevista; e o estudo de casos; e o uso, em algumas áreas, da metodologia do aprendizado baseado em problemas, c/ o estudo centrado em casos reais e ainda se utiliza de atividades na modalidade a distância (ensino híbrido) p/ dinamizar o processo de aprendizagem, tornando-o mais efetivo e atraente.
- Adotamos Metodologias e Práticas Inovadoras p/ que o processo de ensino não se torne mera transmissão de conteúdos desvinculados da realidade e descrição da mesma, o entendimento institucional sobre os conteúdos nas diferentes disciplinas dos cursos, pautase pelo trabalho interdisciplinar, investigativo da realidade e inovador, articulando aspectos teóricos e empíricos, de forma a não priorizar uma dimensão em detrimento da outra.
- O propósito metodológico assumido pela FVS é o da resignificação do conhecimento, aproximando ensino e iniciação científica, passado e presente, problemas da vida do aluno, de sua futura profissão e conhecimento socialmente construído.

Para sua efetivação, são orientados metodologicamente a partir dos seguintes princípios:

- *Momento motivacional, de provocação do desejo e situacional;*
- *Momento de fundamentação teórica;*
- *Momento da produção teoricamente fundamentada;*

Criam-se, assim, desafios cognitivos permanentes p/ discentes e docentes.

Assim, a formação na instituição oferece oportunidade aos seus acadêmicos p/ serem profissionais competentes em suas áreas de conhecimento, sejam empreendedores c/ visão sistêmica do contexto e possam contribuir c/ compreensões e soluções às questões locais, regionais, nacionais e mundiais, participando como protagonistas no processo sócio-histórico que estão inseridos. Desta forma, propicia a construção da autonomia, o convívio c/ as diferenças, a valorização da história de diferentes sujeitos e saberes, o exercício do trabalho interdisciplinar e o comprometimento ético-político c/ a defesa dos direitos humanos.

Diante do exposto, à formação de uma cultura empreendedora nos cursos da FVS buscam, por meio de suas metodologias e práticas pedagógicas, desenvolver um perfil de egresso como um

modo de ser que tenha iniciativa, que crie e torne-se agente de transformação em situações que se apresentam como problemas nos diferentes aspectos da vida humana.

Para efetivação das propostas metodológicas delineadas, foram e são sugeridas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de projetos de trabalho capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo semestre do curso, ou, até mesmo, componentes de diferentes semestres;
- Organização dos laboratórios profissionais (NPJ; estágios externos nos Órgãos e repartições públicas conveniadas; estágios nos escritórios de advocacia mediante convênio já firmado junto a OAB; Juizado Especial e PROCON, que são sediados nas dependências da FVS; etc.) de modo que se permita a simulação e a prática em situações reais de trabalho que poderão ser encontradas pelos futuros profissionais; e
- Realização de atividades extracurriculares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo profissional.

Em suma, o proceder metodológico delineado na FVS, uma vez dirigido p/ a apropriação do perfil delineado p/ os cursos de graduação e pós-graduação, é voltado p/ a formação de um profissional que sabe fazer e que sabe aprender a aprender, tudo a partir de uma concepção crítica das relações que permeiam a educação, a sociedade e o trabalho. Neste mote, destaque-se o aluno da graduação em Direito pode participar gratuitamente como ouvinte das disciplinas dos cursos de especialização e mestrado ofertados pela FVS, contabilizando como carga-horária de atividades complementares.

1.7 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado é componente obrigatório, constituído das dimensões ensino, iniciação científica e extensão, que tem como princípio fundamental assegurar ao acadêmico do curso de Direito no eixo prático e profissional, formação humana integral, habilitando-o ao pleno exercício da cidadania e inserção qualificada ao mundo do trabalho e à prática social, nos termos da lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96, Lei de Estágio – Lei 11.788/08, Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Direito, e o regulamento do Estágio Supervisionado do Curso da FVS.

O estágio supervisionado com 240 horas, atende a 5,8% da carga horária do curso, conforme dispõe o a Resolução CNE/CES nº 5/2018.

Assim, o estágio supervisionado está distribuído na matriz curricular do 7º ao 9º semestre do curso. A organização e execução dos Estágios Supervisionados segue regulamento, no qual são definidas as diferentes modalidades de operacionalização da prática curricular, bem como as premissas para orientação, para a articulação entre teoria e prática, para o acompanhamento, a supervisão e avaliação, e também as atribuições do professor orientador de estágio e as atribuições do estagiário.

Em atendimento ao parágrafo único do art. 13 da Resolução CNE/CES Nº 5/2018, os estágios e atividades complementares do Curso de Direito da FVS, não excedem a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

A avaliação da aprendizagem do aluno no estágio se fará através da aprovação e acordo com o regimento da IES.

O regulamento do Estágio Supervisionado e o Manual estão institucionalizados, conforme aprovação pelo Conselho Superior da FVS.

O objetivo do estágio supervisionado do curso de Direito da FVS, visa levar o aluno a compreender a inter-relação da teoria e prática em condições concretas; oportunizar ao aluno formas de trabalhar em condições reais de planejamento e sistematização; proporcionar ao acadêmico, condições de desenvolver suas habilidades, analisar criticamente situações, e propor mudanças no ambiente organizacional; permitir aproximação do aluno às possibilidades de trabalho nas diferentes áreas de atuação; consolidar o processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais, e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional; possibilitar o processo de atualização dos conteúdos disciplinares, permitindo adequar aquelas de caráter profissionalizante as constantes inovações legislativas, tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitos; promover a integração entre a Faculdade e a comunidade; levar o estudante a desenvolver características pessoais e atitudes requeridas para a prática profissional. proporcionar profundidade de conhecimento no âmbito jurídico,

O estágio supervisionado do curso de Direito da FVS, poderá ser realizado por meio de atuações no NPJ; estágios externos nos Órgãos e repartições públicas conveniadas; estágios nos escritórios de advocacia mediante convênio já firmado junto a OAB; Juizado Especial e PROCON, que são sediados nas dependências da FVS; etc.

As disciplinas teóricas proporcionarão o embasamento das atividades de estágio, contemplando a participação do bacharelado em atividades de planejamento, desenvolvimento das atividades jurídicas. O relatório final de estágio a ser entregue pelos alunos deverá consubstanciar a reflexão teórica acerca de situações vivenciadas por estes no campo e, dentro do possível, promover a criação e divulgação de produtos que possam articular e sistematizar a relação teoria e prática, contemplando a articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos.

O estágio curricular do curso de Direito está alinhado com as políticas gerais de estágio constante do PDI e no Regulamento de Estágio Supervisionado da FVS.

Seguindo o art. 5º do Regulamento de Estágio Supervisionada da FVS, o acompanhamento do estagiário terá como responsáveis:

- I. O coordenador do curso: que determinará quem será o professor orientador.
- II. O responsável pelo Coordenador de Estágios:
- III. Um professor orientador.
- IV. Supervisor técnico da empresa concedente.

Ao coordenador do curso: caberá a função de determinar quem será o professor orientador.

O responsável pelo Núcleo de Estágios: tem como finalidade objetivar os procedimentos de legalização dos documentos que regularizem a atividade de estágio circular, a saber, convênio e termo de compromisso, também dará assessoria ao professor de estágio na orientação e pedagógica das atividades circulares do estágio supervisionado; cabe ao Núcleo de Estágios oficializar os documentos que regulam a atividade de estágio circular, manter o canal de comunicação efetiva com as empresas que compõem o mercado de oferta de estágio; dentre suas atribuições está a aplicação de metodologias de organização e acompanhamento de estágio, incluindo atividades de supervisão visita e avaliação de Estágio Supervisionado, juntamente com a CPA.

Ao Professor Orientador: compete orientar o aluno na elaboração do seu plano de estágio, apresentar instruções para a realização de estágio, no primeiro encontro entre professor e seus alunos. Os encontros deverão ser individualizados, obedecendo o horário e o local estabelecido em pauta; preencher relatórios específicos de acompanhamento do aluno; utilizar o manual de estágio supervisionado como fonte de apoio às atividades de estágio; receber relatórios parciais e devolver

ao aluno. O relatório final deverá ser entregue na Secretária Acadêmica, para arquivamento na pasta do aluno.

Ao aluno compete: estar devidamente matriculado; escolher o local de estágio auxiliado pelo Professor Orientador; elaborar o plano de estágio juntamente com o Professor Orientador; providenciar a documentação necessário para comprovação de sua situação enquanto estagiário. Sendo estes o Termo de Convênio e o Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante e a organização; comprovar condição de acesso a empresa, através da apresentação do Termo de Convênio e do Termo de Compromisso, devidamente assinado e carimbados pelo representante legal da organização em até 15 dias após o início do estágio; as cópias desses documentos deverão ser anexadas ao relatório final de estágio, que ficará arquivada na Secretaria Acadêmica.

A FVS, estabelece convênios com escolas, com entidades e instituições da região com o objetivo de promover a experiência nas áreas científica, técnica e cultural, bem como, nas atividades de ensino, iniciação científica, extensão e de formação de pessoal. Além disso, por meio da celebração de convênios, a FVS busca proporcionar ao curso de Direito um campo de estágio adequado, proporcionando aos alunos a possibilidade de amadurecimento em todas suas dimensões.

1.7.1. Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho e as Atualizações das Práticas de Estágio

A gestão do Estágio Supervisionado da ViaSapiens se dará em dois âmbitos: a partir da Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica e da Coordenação de Curso.

Nesse contexto, o CAE – Centro de Apoio ao Estudante será o responsável por formalizar os convênios com os órgãos de saúde, dando prioridade às secretarias estadual e municipal para que os alunos possam estagiar em empresas e órgãos tanto no município de Tianguá, quanto nos municípios circunvizinhos pertencentes ou não a Serra da Ibiapaba.

Quanto aos aspectos relacionados à integração da IES com as necessidades e interação com as empresas públicas e privadas, isso se dará a partir da coordenação de estágio do curso de Direito que ficará responsável pela gestão dos estagiários e da distribuição de orientadores e supervisores para os campos de estágio.

A IES deverá fazer uma via de mão dupla na qual as instituições públicas e privadas poderão receber o apoio da ViaSapiens a partir da oferta de cursos de extensão e qualificação profissional aqueles profissionais já inseridos no mercado de trabalho, bem como as mesmas virem até a IES

para palestras e conferências, tudo no intuito de estreitar os laços entre os campos de estágio e a IES, bem como analisar com mais precisão os anseios do mundo do trabalho.

Vale destacar as Práticas Interdisciplinares em que os alunos vão a campo conhecer os órgãos, empresas e instituições, o que fará com que já na gênese da formação inicie-se uma expectativa em que o mundo do trabalho e a IES passam a trocar experiências e relações.

Nesse sentido, as atualizações das práticas de estágio se darão naturalmente a partir das interações entre a IES e os campos, afinal na via de mão dupla citada, as necessidades das empresas locais serão elementos de análise sistemática na IES.

1.10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares (AC) do curso de Direito contemplam um total de 160 horas, que desenvolvidas no decorrer do curso e são componentes curriculares enriquecedores e complementadores ao perfil do acadêmico, possibilitando a complementação das habilidades e competências que devem ser desenvolvidas conforme determina Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Direito.

Em atendimento ao parágrafo único do art. 1º da Resolução CNE/CES Nº 2/2007, os estágios e atividades complementares do Curso de Direito da FVS, não excedem a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Conforme política prevista no Projeto Pedagógico Institucional - PPI da IES, as atividades complementares contribuem para a articulação teoria-prática e propiciam ao aluno o contato com o mundo do trabalho desde o início do curso estabelecendo relações com sua futura área profissional.

As Atividades Complementares, específicas do curso de Direito possuem a finalidade de estimular a maior interação possível entre a teoria e a prática e estão agrupadas nas categorias de atividade de ensino, atividade de extensão e atividade de iniciação à pesquisa, tendo a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando:

- A complementação da formação social e profissional;
- As atividades de disseminação de conhecimentos gerais e específicos, e prestação de serviços;
- As atividades de assistência acadêmica e tecnológica;

- O estímulo de práticas de estudos independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- A valorização dos conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente acadêmico, inclusive os que se referem às experiências profissionalizantes julgadas relevantes para a área de formação do aluno.

As Atividades Complementares do curso de Direito possuem aderência à formação geral e específica do discente, não sendo consideradas como tais aquelas atividades já incluídas na estrutura curricular do curso e devem ser cumpridas pelo aluno durante o período disponível à integralização do curso.

Diante das finalidades estabelecidas para as AC e com o objetivo de atendê-las, as horas de atividades complementares deverão ser comprovadas mediante certificados de participação em Atividades Profissionais, Cursos, Palestras, Treinamentos ou outras atividades para acrescentarem experiência e aprendizado ao aluno e estes certificados devem ser apresentados à Coordenação do Curso para fins de comprovação, registro de horas e arquivamento dos mesmos.

A organização, desenvolvimento e validação de atividades complementares segue regulamento específico, buscando considerar, em uma análise sistêmica e global, as modalidades de operacionalização, bem como as premissas para o acompanhamento, a avaliação, e também as atribuições do discente neste processo.

O regulamento das atividades complementares está institucionalizado, conforme aprovação pelo Conselho Superior da FVS.

Destarte, o curso de Direito da FVS, proporciona diversas modalidades de Atividades Complementares ao longo dos semestres, favorecendo aos discentes uma participação ativa em atividades extracurriculares, que complementam seu conhecimento e o ajudam a construí-lo de uma forma mais eclética e criativa, isso propicia um estímulo a participação dos alunos dos diversos tipos de AC.

O curso de Direito, segue a regulamentação própria da FVS, no qual no art. 4 do Regulamento das Atividades Complementares da FVS, determina que as são consideradas para efeito de AC:

I. Atividades de pesquisa:

- a. iniciação científica sob tutoria de docentes;

- b. pesquisa realizada sob orientação de docentes;
- c. publicação de resenhas ou resumos de artigos que resultem em pesquisa;
- d. assistência a defesa de monografias ou projetos finais de curso.

II. Atividades de extensão:

a) atividades de disseminação de conhecimentos (seminários, conferências, ciclo de palestras, oficinas, visitas técnicas, entre outras);

b) atividades de prestação de serviços (assistências, assessorias, estágio não obrigatório e consultorias);

III. Atividades de ensino:

- a. disciplinas não previstas na organização curricular do curso, desde que alinhadas ao perfil de formação do egresso;
- b. monitoria em disciplinas constantes da organização curricular;

O registro acadêmico das Atividades Complementares, bem como a validação do módulo ao qual se referem as horas, estão condicionados à apresentação, pelo aluno, de documento comprobatório (original e cópia) da atividade realizada ao Coordenador do Curso, e estará sujeito à aprovação.

1.11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Em conformidade com o disposto nas DCN's, e conforme o PPC do curso de Direito da FVS, o Trabalho de Conclusão do Curso é componente curricular obrigatório, e possui carga horária de 90 horas sendo TCC I 30h, e TCC II 60h e deverá ser realizado individualmente sob a supervisão de um professor orientador nas etapas de seu desenvolvimento, onde a abordagem do objeto de estudo deverá relacionar-se com a formação do aluno, ou seja, direcionada à área da Direito.

A avaliação do TCC será realizada por uma banca examinadora, composta por 3 (três) examinadores:

- I. O docente orientador;

- II. O coordenador do curso, ou seu representante;
- III. Um docente indicado pela coordenação do curso, vinculado a IES.

A aprovação no TCC se fará através da menção “aprovado” de acordo com o atendimento às normas que regulamentam o trabalho, previstas no regulamento de TCC.

A FVS possui projeto específico para promover a disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet.

A organização, desenvolvimento e apresentação do TCC segue regulamento que define, buscando considerar com qualidade, em uma análise sistêmica e global, as modalidades de operacionalização, bem como as premissas para orientação, para a articulação entre teoria e prática, para o acompanhamento, a supervisão e avaliação, e as atribuições do professor orientador.

Pretende-se também promover a disponibilização dos TCC's em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet.

O regulamento do TCC e o Manual estão institucionalizados, conforme aprovação pelo Conselho Superior da FVS.

No TCC I o discente desenvolverá o Projeto de Pesquisa, delimitando tema e o justificando, definindo os objetivos, a problemática, a metodologia, o referencial teórico, sua estrutura e cronograma. Nesta etapa, o aluno iniciará a realização da pesquisa em si, na forma de artigo científico ou monografia.

No TCC II a redação do trabalho deverá ser finalizada para que seja qualificado e defendido em banca de defesa.

Para organização, desenvolvimento e apresentação do TCC foi elaborado um regulamento que define, buscando considerar com qualidade, em uma análise sistêmica e global, as modalidades de operacionalização, bem como as premissas para orientação, para a articulação entre teoria e prática, para o acompanhamento, a supervisão e avaliação, e também as atribuições do professor orientador.

A Faculdade disponibilizará aos discentes manual de apoio e bibliografia adequada à produção dos trabalhos.

A FVS possui projeto específico para promover a disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet.

A organização, desenvolvimento e apresentação do TCC segue regulamento que define, buscando considerar com qualidade, em uma análise sistêmica e global, as modalidades de operacionalização, bem como as premissas para orientação, para a articulação entre teoria e prática, para o acompanhamento, a supervisão e avaliação, e as atribuições do professor orientador.

Pretende-se também promover a disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet.

O regulamento do TCC e o Manual estão institucionalizados, conforme aprovação pelo Conselho Superior da FVS.

1.11.1. O Repositório Institucional para os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC

A FVS instituiu a sua Política de Segurança da Informação, e por meio da criação e regulamentação do Repositório Institucional (RI/FVS).

A implementação da Política de Gestão e acesso à Informação objetiva regulamentar e estabelecer mecanismos específicos para a preservação e gestão da produção intelectual, produzida na FVS de forma a:

- a) organizar e preservar a produção intelectual acadêmica, científica e tecnológica institucional em suporte digital;
- b) maximizar a visibilidade, do uso e impacto da produção intelectual, científica e técnica nas comunidades universitárias e externa;
- c) facilitar e ampliar o acesso, visibilidade e recuperação da produção intelectual, científica, técnica, artística e cultural;
- d) facilitar e ampliar o acesso, visibilidade e recuperação da produção intelectual;
- e) a estabelecer a retroalimentação da ensino, iniciação científica, extensão e cultural;

- f) favorecer a gestão de realização e acompanhamento da iniciação científica na FVS.
Instituição
- g) potencializar o do intercâmbio do FVS com outras instituições, sejam educacionais, governamentais, empresariais ou outras;
- h) otimizar da gestão de investimentos para divulgação das produções científicas e técnicas.
- i) contribuir com a elaboração de indicadores de produção intelectual e apoiar os processos de ensino aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento;
- j) conceituar e estabelecer regras no âmbito da FVS, sobre o seu Repositório Institucional.

O RI/FVS representa um conjunto de serviços oferecidos pelo Sistema de Biblioteca da FVS visando à gestão e disponibilização de artigos científicos, monografias de graduação e pós-graduação, comunicações e conferências, livros e capítulos de livros, acervo fotográfico, produções culturais e projetos em geral, dos membros da comunidade acadêmico-científica da FVS.

O RI/FVS é um ambiente digital que permite acesso aos metadados e documentos relativos à produção intelectual, técnico-científica e cultural da FVS. O conteúdo desse repositório é desenvolvido e submetido pela comunidade acadêmico-científica institucional e de livre acesso nacional e internacional pela rede mundial de computadores (internet).

De maneira a facilitar o povoamento do RI/FVS o responsável pela Biblioteca deve promover o registro da produção científica e técnica da FVS, mediante autorização dos autores da referida produção, seja efetuando a entrada de cada documento no repositório, seja importando os dados já registrados em outros repositórios.

Os conteúdos que integram o Repositório Institucional referem-se à:

- a) trabalho de conclusão de curso de pós-graduação;
- b) trabalho de conclusão de curso de graduação;
- c) livro depois de editado;

- d) capítulo de livro depois de editado;
- e) documentos de conferências, tais como: artigos, palestras, artigos publicados em proceedings e pôsteres;
- f) relatórios técnicos;
- g) patentes;
- h) anotações e decisões jurisprudenciais;
- i) softwares livres e proprietários;
- j) outro tipo de documento relevante devidamente aprovado.

Em relação aos softwares proprietários, poderão, a critério dos autores, serem disponibilizados apenas os arquivos executáveis ou demonstrativos.

Podem submeter conteúdo ao RI/FVS os autores que possuem os seguintes enquadramentos na FVS:

- a) docentes da FVS;
- b) alunos dos programas de pós-graduação da FVS em coautoria com docentes;
- c) bolsistas da FVS em coautoria com docentes, alunos e extensionistas;
- d) alunos da graduação em coautoria com docentes;
- e) colaboradores de projetos da FVS;

Os critérios para aceitação e publicação e características do material a ser divulgado disponibilizado para acesso público no RI/FVS são:

- a) ser de natureza científica e/ou técnica;
- b) estar em formato digital;

c) ter sido aprovado em banca julgadora, para os trabalhos de conclusão de curso de graduação ou programa de pós-graduação;

d) estar completo e na sua forma final, pronto para ser disponibilizado de acordo com as autorizações dos autores e com a política de divulgação;

e) estar especificado com clareza sobre o tipo de permissão que está sendo concedida em relação à disponibilização total ou parcial do documento. O Repositório Institucional segue as normas regimentais e ao regulamento próprio aprovado pelo CONSUP.

1.12. APOIO AO DISCENTE

A FVS garante as condições de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (Lei 13.146/2015 – art. 3º, inciso I). Desta forma, além do plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação em vigor, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional competente a IES redigiu sua Política de acessibilidade objetivando a garantia de acesso em todas as dimensões, quais sejam: arquitetônica, atitudinal, comunicacional, digital, instrumental e metodológica.

Não obstante, o discente da FVS poderá contar com o apoio e o acolhimento necessários à sua inclusão, integração e permanência no curso superior até a sua conclusão, e mesmo após a formatura, por meio do programa de acompanhamento ao egresso.

A IES dispõe de diversificados serviços de atendimento aos alunos, que vão desde as formas de acessibilidade (metodológica, instrumental, atitudinal, arquitetônica, comunicacional) passando pelos Programa Institucional de Apoio ao Discente, Serviço de Desenvolvimento Profissional, Serviço de Acompanhamento Pedagógico ao Estudante, Programa de Nivelamento, Apoio Psicopedagógico, Acessibilidade e Inclusão, Programa de Apoio Institucional ao Financiamento Estudantil, Política de Acompanhamento de Egressos, Programa de iniciação científica, Acompanhamento de Estágio Não obrigatório, Monitoria as Ligas e Centros Acadêmicos Os programas relacionados abaixo contam com equipes especializadas e todo o aparato tecnológico necessário:

O Programa Institucional de Apoio ao Discente é constituído e organizado a partir do Centro de Apoio ao Estudante – CAE. Essa coordenação é a responsável pela gestão de núcleos que se

responsabilizam pela viabilização de ações voltadas às políticas institucionais de apoio ao estudante da IES.

1.12.1. Centro de Apoio ao Estudante

O Centro de Apoio ao Estudante – CAE, tem por missão acolher o aluno em suas expectativas e necessidades psicossociais, socioeconômicas, de integração, de convivência e de sociabilidade na FVS. Desenvolve políticas, promove ações e presta serviços de apoio que contribuem para a consolidação do seu vínculo, de percursos formativos e de permanência na Faculdade.

Em suma, o trabalho do CAE se constitui no procedimento de intervir em problemas resultantes de várias ordens entre o estudante e a Faculdade. Sempre que o estudante sente dificuldades de ordem acadêmica ou financeira que venham a dificultar a sua permanência na FVS, antes de solicitar o trancamento, cancelamento ou outro tipo de interrupção do curso, ele é orientado a procurar o Centro de Apoio ao Estudante para um diálogo franco e aberto, com o objetivo de encontrar meios para manter-se estudando. No mesmo mote, faz-se a constante análise do desempenho acadêmico dos estudantes, momento em que se torna possível auxiliá-los também na adaptação à vida acadêmica ou no sentido de dirimir possíveis deficiências advindas do ensino básico.

Para tornar possível esse apoio ao Estudante, o CAE é constituído por um Coordenador geral responsável pela gestão dos vários órgãos envolvidos no programa de apoio ao estudante, a saber:

- a) Ouvidoria**
- b) Apoio Psicopedagógico, Acessibilidade e Inclusão;
- c) Relacionamento, Integração Estudantil, Retenção e Nivelamento;
- d) Estágio e Carreira;
- e) Apoio Financeiro e Monitoria;
- f) Centro Acadêmico;
- g) Programa de Acompanhamento ao Egresso.

1.12.2. Ouvidoria

A Ouvidoria da ViaSapiens foi criada para ser um canal de comunicação entre os acadêmicos, professores, funcionários, e a comunidade em geral. É também o local onde o cidadão pode manifestar democraticamente sua opinião sobre os serviços

Visando dar suporte emocional, bem como ser um canal para o envio de sugestões e reclamações, a IES entende que é imprescindível que a ouvidoria e o apoio psicopedagógico sejam núcleos integrados.

No que diz respeito à Ouvidoria, na FVS ela foi criada para ser um canal de comunicação entre os acadêmicos, professores, funcionários, e a comunidade em geral. É também o local onde o cidadão pode manifestar democraticamente sua opinião sobre os serviços prestados pela Instituição.

Trata-se de um órgão democrático e independente que não pode e não recebe quaisquer influências ou intervenção da Mantenedora, Diretoria ou de quaisquer membros que constituem a comunidade acadêmica.

Dado o aspecto democrático e a necessidade de adaptação e sensibilização ao uso das novas tecnologias de informação, na vigência do PDI o órgão será também com acesso em meio eletrônico. Tudo com o objetivo de evitar constrangimentos e preservar o sigilo das informações e das pessoas envolvidas. Constitui-se então, em um canal direto para recebimento e tratamento de reclamações e/ou críticas, denúncias, sugestões e/ou elogios, com o propósito de qualificar a prestação de serviços. O contato pode ser feito pelo site institucional.

O ouvidor recebe as informações e as repassa aos órgãos responsáveis que darão pareceres acerca do caso, devolvendo-as ao ouvidor que, em seguida, entra em contato com o interessado. Constitui-se assim, um processo de lisura e de democracia frente a instituição. Nenhuma mensagem da ouvidoria deixa de ser respondida e ao final de cada semestre, faz-se o levantamento dos tipos de solicitações que se fizeram presentes no órgão. Dessa forma, constitui-se além de um órgão de apoio ao Estudante e à Comunidade, uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

1.12.3 Apoio Psicopedagógico, Acessibilidade e Inclusão

No que tange ao apoio emocional, a FVS contará na vigência do PDI com um profissional que atende a alunos, professores e funcionários. Trata-se do órgão de apoio ao Estudante responsável por intervir, a partir de ferramentas da psicologia, em todo e qualquer problema de ordem de aprendizado, interacional ou afetiva enfrentados por alguns acadêmicos em sua vida na

IES, bem como por professores e funcionários. Além de o próprio aluno poder diretamente buscar o auxílio do núcleo, o encaminhamento pode ser indicado por qualquer membro da comunidade acadêmica. No entanto, a maior responsabilidade de vislumbre dos possíveis atendidos pelo apoio psicopedagógico fica a cargo da Coordenação de Curso e do CAE – Centro de Apoio ao Estudante.

O estudante, enquanto ser principal no processo educativo, vê-se confrontado no percurso universitário por um conjunto de desafios e obstáculos inerentes a esta etapa de transição para a vida profissional. Por essa razão, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico se propõe a realizar um trabalho amplo, procurando construir um espaço de identificação daquelas dificuldades, sejam de ordem institucional ou pessoal do discente, para lhe possibilitar ultrapassar de forma eficaz as tarefas resultantes da vida acadêmica.

No atendimento são acolhidas situações onde o processo de aprendizagem pode ser maximizado, através da ressignificação das interações do aluno com seus grupos, com a família e com a Faculdade.

O trabalho deve estar em consonância com os propósitos da Instituição de Ensino visto que a reconstrução da identidade e descoberta de potencialidades dos alunos, resulta no seu reconhecimento como pessoa integrada, cognitiva e emocionalmente, o que possibilitará um equilíbrio no processo de sua formação profissional.

São objetivos do Apoio Psicopedagógico:

- Atender as demandas dos alunos da FVS, buscando soluções para problemas presentes nas relações do processo ensino-aprendizagem;
- Avaliar as situações relacionadas com problemas e dificuldades de aprendizagem;
- Promover a elevação da autoestima do aluno, da autoconfiança e maturidade necessárias à autorregulação do processo ensino-aprendizagem, fazendo-o perceber suas potencialidades;
- Auxiliar na recuperação de seus processos internos de apreensão da realidade nos aspectos cognitivo, afetivo-emocional e dos conteúdos acadêmicos;
- Despertar o potencial criativo, cooperativo e motivacional dos alunos da Instituição, durante o tempo em que permanecerem na Faculdade;
- Apoiar o estabelecimento de relações de convívio salutar no ambiente acadêmico, oportunizando o desenvolvimento de soluções através de ações participativas no processo ensino-aprendizagem;

- Atender e encaminhar a psicoterapias em outras instituições, alunos e ou seus familiares, bem como professores que necessitem destes serviços, através da indicação de clínicas ou Postos da rede estadual e municipal e outros serviços de saúde;
- Subsidiar a gestão universitária da FVS sobre a adoção de medidas administrativas e ou realização de eventos que contribuam para a solução de problemas pertinentes a relação ensino – aprendizagem e potencializem valores e competências discentes e docentes.

Dentre as atividades do Psicopedagógico destacam-se:

- Acolhimento do novo aluno e do novo professor (diferenciando da aula inaugural, com a contribuição de representantes do administrativo e das coordenações – manuais do aluno e do professor, aspectos legais relativos ao Reg. Interno, frequência, relação professor-aluno, avaliações, entre outros).
- Apoio psicopedagógico a alunos e professores, objetivando a intervenção nas dificuldades referentes ao processo educativo, através do debate sobre a condução didático-metodológica, a relação professor-aluno ou a relação interpessoal entre colegas;
- Encaminhamento de alunos a Psicólogos e clínicas quando diagnosticada a necessidade de acompanhamento psicoterapêutico prolongado (problemas de ordem afetiva, luto, isolamento social, desenraizamento geográfico, transição para o ensino superior, ansiedade, depressão, pânico, entre outros);
- Orientação aos pais e ou docentes envolvidos no processo de ressignificação da aprendizagem;
- Contribuição para o aumento do nível de informação sobre meios e recursos à disposição do estudante, quer ao nível da comunidade universitária, quer no aspecto da sociedade civil e em geral;
- Implementação de palestras, análises fílmicas e debates para desenvolver no aluno posturas proativas que favorecem o encontro consigo mesmo, bem como o estabelecimento de metas, propósitos de vida e definição de objetivos profissionais. (temas previstos: Princípios éticos, importância da família na busca da autorrealização, Saúde Mental e Trabalho, entre outros);

O Apoio Psicopedagógico da FVS se constitui como um espaço por excelência de contato e debate, com um Psicólogo, em segurança e num contexto de confidencialidade. O serviço é mantido gratuitamente pela Faculdade e, a partir do acolhimento e queixa inicial do aluno ou do professor, o psicólogo deverá orientar de acordo com a necessidade do usuário e ou encaminhar questões à Coordenação de Curso ou Direção Acadêmica para resolução de problemas dessa

ordem. O atendimento pode ser individualizado ou em grupo. A demanda pode ser espontânea ou encaminhada pelos dirigentes e/ou docentes da faculdade.

Os atendimentos são realizados em pré-aula ou durante o expediente da Faculdade em local específico e divulgado semestralmente aos alunos. Cada sessão de apoio dura no máximo uma hora, realizadas com regularidade ou não, de acordo com a especificidade de cada área de intervenção em que se enquadre.

O serviço de apoio contribui para a melhoria das relações dos alunos e professores com a academia, despertando-lhes para a importância da sua participação no processo ensino-aprendizagem, bem como do equilíbrio intrapsíquico e desenvolvimento de competências individuais para a excelência profissional.

Há que se destacar que a partir dos relatórios do Núcleo de Apoio Psicopedagógico enviados semestralmente à Direção Acadêmica da IES também constitui-se em uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

1.12.4 Relacionamento, Integração Estudantil, Retenção e Nivelamento

As atividades de relacionamento estudantil e retenção são realizadas pela Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE. Tem por atribuição desenvolver estudos, análises e compor diagnósticos da evasão nos diferentes cursos, programas e atividades da FVS, com base na identificação de fatores internos e externos de maior impacto.

Acompanha e monitora, de forma sistemática, o comportamento da evasão na Faculdade, com base em instrumentos e indicadores estabelecidos para esse fim, fornecendo dados aos vários Núcleos e Coordenações Acadêmicas para que se possa intervir positivamente no anseio dos alunos em terminar os seus cursos de graduação.

1.12.5 Estágio e Carreira

A FVS tem o Núcleo de Estágio e Carreiras, responsável por promover a articulação e negociação entre empresas, instituições, coordenações de curso e alunos na busca de vagas e condições para a realização de estágio obrigatório e não obrigatório.

Ademais, a FVS mantém convênios com entidades e instituições da região com o objetivo de promover a experiência nas áreas científica, técnica e cultural, bem como, nas atividades de ensino, iniciação científica, extensão e de formação de pessoal.

A FVS, firmou convenio com as prefeituras dos municípios de Tianguá, Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Alcântara. Com a empresa multinacional Fazenda Amway Nutrilite do Brasil, com as empresas Suriel Mega Truck, GS Pneus, Eletrociclo Morais, Construpiso Home Center, Unimed, Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba, Colégio IET, Diocese de Tianguá – Ce. Defensoria Pública do Estado do Ceará (com recepção de causas cíveis e criminais da Justiça Comum Estadual), com o Juizado Especial Cível da Comarca de Tianguá – CE (com atermção de petições) e com o Procon-Tianguá.

Para realização do Estágio Curricular Obrigatório do curso de Direito, a instituição pactua convênios específicos com a Defensoria Pública do Estado do Ceará (com recepção de causas cíveis e criminais da Justiça Comum Estadual), com o Juizado Especial Cível da Comarca de Tianguá – CE (com atermção de petições) e com o Procon-Tianguá.

Nesse sentido, o estágio e as atividades práticas são momentos importantes e ricos para a formação profissional dos discentes, além de serem norteados por princípios e valores fundamentais como a ética, respeito, dignidade, simplicidade, colaboração e valorização do conhecimento.

Coordenação do Núcleo de Estágio e Carreira tem como função:

- Observar os procedimentos de legalização dos documentos que regularizem a atividade de estágio curricular, a saber, convênios e termo de compromisso, segundo disposto na Lei 11.788/2008.
- Assessorar o professor de estágio na orientação pedagógica das atividades do estágio supervisionado.
- Oficializar os documentos que regulamentam a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso.
- Administrar os núcleos ou laboratórios, informando à Diretoria Acadêmica os resultados, através de relatórios periódicos.
- Manter o canal de comunicação efetiva com as empresas que compõem o mercado de oferta de estágio, mediante a realização de programa de parcerias empresariais, visando ao fechamento de convênios e à intermediação de vagas de estágio curricular para os alunos.
- Prezar pelo cumprimento dos objetivos do Estágio Supervisionado, no que se refere a aspectos didáticos-pedagógicos definidos pela coordenação de cursos e que norteiam a atividade.

- Aplicar metodologia de organização e acompanhamento de estágio, incluindo atividades de supervisão, visita e avaliação de Estágio Supervisionado, juntamente com a CPA.

1.12.6 Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos

Conforme pode ser vislumbrado no regimento geral da IES, há o incentivo p/ a formação de centros ou diretórios p/ a representação estudantil no âmbito da IES, conforme segue:

Art. 141º - Por sua vontade e necessidade, o corpo discente poderá constituir como órgão representativo os Diretórios Acadêmicos, regidos por Estatutos por eles elaborados, de acordo c/ a legislação vigente.

Parágrafo Único - O Diretório Acadêmico somente pode exercer suas funções quando registrado, na forma da lei, e em regular funcionamento.

A FVS tem plena consciência de que a representação estudantil dentro da Instituição de Ensino Superior está voltada p/ a necessidade de jovens construírem sua participação na política estudantil, que contribui p/ sua identificação de necessidades junto aos processos de formação, auxiliando a qualificá-los através de uma participação ativa junto aos segmentos das diversas instâncias da instituição educativa, tendo como meta a formação alicerçada em valores sólidos, conforme se apregoa a própria missão da IES voltada ao desenvolvimento social e acadêmico.

1.12.7 Acompanhamento dos Egressos

A análise e avaliação sobre o egresso de uma IES é uma contínua melhoria de todo planejamento e operação dos processos de ensino e aprendizagem. Por isso, pode-se afirmar que não se trata apenas de uma política de apoio ao estudante, mas uma Política de Gestão que tem como objetivo inserir no mercado de trabalho profissionais aptos para o exercício da profissão. E é através do retorno quanto aos indicadores da qualidade dos profissionais que são formados que se torna possível observar o desenvolvimento do egresso da IES no mercado.

Neste sentido, o egresso é definido como aquele que efetivamente concluiu seus estudos, colou grau e está apto para ingressar no mercado de trabalho. Nessa condição de egresso, ele é uma fonte de informação sobre a qualidade do serviço prestado pela Instituição de Ensino Superior que o formou.

Dessa forma, visando dar mais clareza e antecipar suas perspectivas acerca do egresso, a IES criou um programa que busca implementar de maneira mais clara e objetiva suas políticas institucionais de acompanhamento ao egresso. Trata-se do PAE - Programa de Acompanhamento do Egresso, anexado no PDI, instrumento este que possibilita a avaliação continuada da FVS, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos e do seu desenvolvimento na educação continuada.

Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimenta pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação. Sendo assim, são os seguintes os objetivos do Programa:

- Avaliar o desempenho da instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- Manter registros atualizados de alunos egressos;
- Promover intercâmbio entre ex-alunos; Promover a realização de atividades extracurriculares, de cunho técnico-profissional, como complemento à formação do ex-aluno, e que, pela própria natureza do mundo moderno, está em constante aperfeiçoamento;
- Promover a realização de eventos direcionados a profissionais formados pela instituição; Fornecer ferramentas de reavaliação dos currículos dos cursos e dos programas e políticas da IES;
- Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho e acompanhar sua vida profissional como forma de atualização do PPC;
- Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados pela mesma;
- Incentivar à leitura de acervos especializados, disponíveis na biblioteca, bem como a utilização de laboratórios, cujo acesso às dependências da instituição acontece por meio de documento expedido pela instituição.

Além disso, a instituição pretende lidar com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições. Sendo assim, o programa se constitui como um órgão responsável pelos egressos na instituição, juntamente com o Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante, NEAD e Comissão Própria de Avaliação, intensificando ações para acompanhar os egressos dos cursos

e fornecendo um espaço de troca de saberes, de vida e de experiências. Dessa forma, o PAE se estabelece como um instrumento para a necessária interação instituição-empresa-sociedade.

1.13. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O processo de Avaliação Institucional da FVS, se configura em um importante mecanismo de gestão do curso à medida em que trabalhará resultados e indicadores das avaliações internas (autoavaliação institucional gerida pela CPA) e externas (operacionalizadas pelo MEC), e se consolidará em ações de melhoria das esferas acadêmica, administrativa e operacional da instituição.

A Autoavaliação Institucional se desenvolve ancorada nos princípios básicos: conscientização da necessidade da avaliação por todos os segmentos envolvidos; reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios adotados; envolvimento direto dos segmentos da comunidade acadêmica; conhecimento dos resultados do processo e participação na discussão da aplicação do conhecimento gerado.

A Autoavaliação Institucional tem dois focos: quantitativo (aplicação de questionário via internet) e qualitativo (grupo focal). Uma vez por semestre é disponibilizado via internet um questionário para alunos, professores, coordenadores, e funcionários do corpo técnico-administrativo. Os respondentes acessarão o questionário, específico para cada segmento, através de senhas individuais. Os questionários são compostos por questões referentes à autoavaliação do respondente, avaliação docente, avaliação dos cursos e das coordenações e avaliação da Instituição.

Serão avaliados 05 eixos e 10 (dez) dimensões, que compreendem:

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física

Com base nos resultados obtidos será realizada uma análise que visa à elaboração de um diagnóstico compartilhado. Os resultados referentes a cada um dos setores serão discutidos no âmbito de cada área, para definição de ajustes, mudanças e melhorias.

Compete ao NDE acompanhar a execução das ações institucionais a serem tomadas no âmbito do curso para atender às sugestões do parecer elaborado pela CPA.

Os processos de auto avaliação e avaliação externa são instrumentos metodológicos importantes que, coerentes com a concepção do curso, e através da utilização de instrumentos variados permitirão verificar a agregação das habilidades e competências definidas no projeto pedagógico do curso. A Faculdade buscará o aprimoramento curricular, através de ações articuladas entre as diferentes instâncias acadêmico-administrativas.

O processo de avaliação institucional foi consolidado na ViaSapiens a partir do semestre subsequente ao primeiro vestibular. A avaliação institucional é firmada no âmbito do SINAES, com uma CPA – Comissão Própria de Avaliação plenamente constituída como um órgão independente, democrático e estabelecido como a mais importante ferramenta de gestão participativa da IES.

As avaliações da CPA ocorrerão semestralmente no que diz respeito a autoavaliação dos cursos de graduação e serão centradas em 03 escopos: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura. No entanto, uma vez ao ano, geralmente no segundo semestre letivo, realizar-se-á o processo de Avaliação Institucional, mais abrangente, em conformidade com as dez dimensões da Lei.

A Metodologia detalhada do Processo de Avaliação Institucional na ViaSapiens teve início com a Campanha de Sensibilização, para estimular os corpos docente, discente e técnico-administrativo, a partir da construção da credibilidade da mudança e do comprometimento de todos com o futuro da Instituição.

Para essa etapa, essencial no processo, são impressos e distribuídos cartazes, banners e folders, divulgando a campanha. Além disso, o site institucional é um dos meios para divulgar e sensibilizar os envolvidos no processo. Em seguida, constituir-se-á a fase de avaliação em si, a partir da aplicação de questionários on-line.

Auxiliados pelo departamento de informática da IES, todos os dados serão coletados pela própria CPA, de modo isolado e sigiloso, objetivando garantir a fidedignidade do processo.

Após a coleta e estatística dos resultados, serão elaborados relatórios que, em momento específico, serão entregues à Direção Acadêmica e aos gestores de curso, além da Diretoria Administrativo-Financeira para informações sobre o corpo técnico-administrativo. Os resultados serão consolidados em formas de fragilidades e potencialidades e, em conjunto, por meio de reuniões, será feita a apreciação e discussão sobre os mesmos, tomando-se como base os relatórios da autoavaliação interna.

Nesta ocasião, serão estudados os mecanismos para o saneamento das deficiências apontadas, o que gerará a constituição de outro documento chamado de “Projeto de ações”, cujo objetivo será o acompanhamento das ações que podem ser executadas em curto, médio ou longo prazo. Adotar-se-á, ainda, como parâmetro, os relatórios da avaliação de autorização e reconhecimento dos cursos, pois, assim, será possível cruzar informações, observando a evolução das ações desenvolvidas e a redução dos pontos avaliados como negativos.

Posteriormente, será feita a divulgação dos resultados à comunidade acadêmica, atividade realizada pelo setor de marketing, que uma vez acionado pela CPA e pela Direção, viabilizará,

democraticamente, a disseminação dos resultados por meio de cartazes ou informativos, anúncios que especificarão os pontos fortes e fracos, e informarão, a exemplo dos pontos fracos, quais já foram reparados e como a instituição estará trabalhando para extinguir os que ainda não foram.

Através dos formulários se conseguirá perceber se a IES e os cursos atendem às demandas necessárias não só para a satisfação dos seus alunos, mas para alcançar resultados satisfatórios sobre o nível de aprendizado, uma vez que pelo processo de autoavaliação se poderá identificar a qualidade e entrega dos planos de ensino, o grau de exigência das avaliações, a articulação das disciplinas com outras (interdisciplinaridade), dentre outras informações que auxiliam no alcance de resultados positivos nos âmbitos dos cursos de graduação.

1.13.1 As Avaliações Internas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica

A partir dos resultados das avaliações internas (CPA e Coordenação de Curso), serão considerados o desenvolvimento das atividades de Ensino, iniciação científica e Extensão em nível do Curso.

Há que se considerar que serão levados em consideração não apenas os resultados advindos da CPA, mas as percepções do Colegiado do Curso, da Coordenação de Curso e do Centro de Apoio ao Estudante – CAE.

Todos esses elementos resultarão em um diagnóstico global e após a sua sistematização, serão trabalhados em diferentes etapas, a saber:

- reuniões de trabalho do Colegiado do Curso para elaboração do planejamento semestral;
- reuniões específicas para conhecimento detalhado das informações e dos dados apresentados pelo diagnóstico da situação real do curso: pontos fortes e pontos fracos (incluem-se aqui dados e informações coletados pelo próprio curso e pela CPA);
- reuniões conjuntas entre a coordenação de curso e a Diretoria Acadêmica para a análise conjunta das variáveis e indicadores contemplados no diagnóstico dos diferentes componentes curriculares do curso com o objetivo de intervir positivamente na formação dos alunos;
- reuniões colegiadas para a identificação de variáveis e indicadores específicos, que porventura não sejam contemplados pelo Sistema de Avaliação Institucional interna;
- desenvolvimento e avaliação contínua dos Planos de Ensino para a melhoria

permanente do curso e sua capacidade de inovação e de reflexão crítica; e

- reuniões conjuntas, envolvendo o corpo docente, o corpo discente e a equipe de suporte técnico-administrativo, para proceder, por meio de uma atitude crítica e auto-reflexiva, à avaliação do processo de autoavaliação empregado pelo curso no período letivo correspondente.

Numa perspectiva processual, essas atividades e reuniões de trabalho serão realizadas no transcorrer do semestre letivo, cujo cronograma de atividades será estabelecido no início de cada semestre e de maneira extraordinária conforme as resoluções de problemas emergenciais ou aplicação de novos indicadores e/ou procedimentos no âmbito do curso.

Dessa forma, o projeto de autoavaliação a ser empregado no Curso caracteriza-se, assim, como um ciclo que toma corpo e se justifica como um processo conjuntivo-formativo que visa implementar medidas concretas para o constante aperfeiçoamento da organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura do curso.

1.13.2 As Avaliações Externas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica

São entendidas como avaliações internas pela gestão do curso: as avaliações in loco promovidas nas autorizações e reconhecimentos dos cursos por equipes de avaliadores do INEP e o ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

Os resultados advindos das avaliações in loco se constituem de relatórios que analisam a organização didático-pedagógica, o corpo docente e a infraestrutura do curso. Neste sentido, a ViaSapiens entende que esses documentos não podem ser relegados unicamente à mantenedora ou gestão superior da IES, mas para toda a comunidade acadêmica.

Assim, sempre que ocorrer uma avaliação in loco e a disponibilização dos respectivos relatórios, a gestão do curso deverá divulgar amplamente esse documento junto à toda a comunidade acadêmica.

De posse de tais resultados, reuniões colegiadas deverão ser estabelecidas de modo a suplantarem as deficiências apontadas nos relatórios, bem como a disseminação junto à comunidade acadêmica das ações estabelecidas em razão dos relatórios.

No que concerne ao ENADE, o curso deverá divulgar amplamente os resultados junto à comunidade acadêmica de modo que alunos, professores e funcionários, por meio de reuniões colegiadas, apontem soluções para melhoria da qualidade do curso e da IES.

Ao final, a apropriação desses resultados por todos, é constituída como uma ferramenta imprescindível e eficaz de gestão em que todos participam e são responsáveis pelas suas vidas acadêmicas e de outrem.

1.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC'S NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

A rede de sistemas de informação e comunicação funcionará em nível acadêmico e administrativo, objetivando o pleno desenvolvimento institucional, proporcionando a todos integrantes do sistema a plena dinamização do tempo, bem como permitirá o processo de ensino-aprendizagem do aluno assegurando o acesso a materiais e recursos didáticos a qualquer hora e lugar.

A IES, por meio de sua rede de computadores interna, comunicará com a comunidade acadêmica (alunos, professores, e colaboradores) por meio de seus portais, com plataforma e software específicos para o desenvolvimento das atividades, objetivando o acesso eletrônico aos dados acadêmicos e administrativos, por quem se fizer necessário.

A plataforma/software UNIMESTRE permite relacionamento acadêmico do aluno com a instituição - professor - via web, além de realizar ações como:

- renovação de matrícula;
- lançamento e consultas a notas e faltas;
- upload e download de materiais e apostilas dos professores;
- consulta financeira;
- segunda via de boleto;
- consulta ao acervo bibliográfico;
- empréstimo, devolução;

- reserva, dentre outras ferramentas e;
- acesso à biblioteca virtual (Pearson e A+).

Além disto, a IES conta com laboratórios de informática, visando o apoio ao desenvolvimento das metodologias utilizadas tanto pelos componentes teóricos quanto os práticos, por meio da disponibilização e uso dos softwares e hardware especificados nos Planos de Aulas, quando solicitados. Os estudantes podem usar os laboratórios em horários de estudo individuais ou em grupo, favorecendo o aprofundamento, a iniciação científica e a autonomia dos que optarem em estudar na Instituição.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) utilizadas pela FVS e utilizadas no curso permitem a execução do Projeto Pedagógico do Curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade e a colaboração entre acadêmicos, docentes, coordenador do curso, assim como entre os próprios acadêmicos, para fortalecer o processo de ensino e aprendizagem, bem como, asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar.

Entre os recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, encontram-se:

| TICs | DESCRIÇÃO |
|-----------------------------------|---|
| Unimestre | <ul style="list-style-type: none"> • O Unimestre é o Sistema de Gestão Acadêmica (SGA) contratado pela IES para atender os cursos de graduação e pós-graduação da instituição. |
| SAGAH | <ul style="list-style-type: none"> • Na SAGAH são mais de 11.000 Unidades de Aprendizagens (UA), que separam 33 cursos, em mais de 400 disciplinas cadastradas. |
| Biblioteca Virtual Pearson | <ul style="list-style-type: none"> • A biblioteca virtual Pearson possui acervo em diversas áreas de conhecimento, tais como: administração, marketing, engenharia, direito, letras, economia, computação, educação, medicina, fisioterapia, enfermagem, psiquiatria, gastronomia, turismo e outras. • A Biblioteca Virtual está atualmente disponível em mais de 500 instituições de ensino, com mais de 3 milhões de usuários ativos. Além dos títulos da Pearson, a plataforma conta com títulos de 30 editoras parceiras. |
| Biblioteca Virtual A+ | <ul style="list-style-type: none"> • A Biblioteca A reúne o conteúdo digital do Grupo A Educação e seus selos editoriais: Artmed, Artes Médicas, Bookman, McGraw-Hill e |

| | |
|-----------------------------|--|
| | <p>Penso. São mais de 2000 títulos disponíveis, em todas as áreas do conhecimento, desenvolvidos por grandes autores nacionais e estrangeiros.</p> <ul style="list-style-type: none"> Os professores e alunos possuem acesso rápido, onde e quando precisarem, a conteúdo científico e profissional de alto padrão. |
| Google for Education | <ul style="list-style-type: none"> O Google for Education é um serviço do Google que fornece versões personalizáveis de um conjunto de ferramentas utilizadas para criar e armazenar conteúdos, além de um domínio educacional. |
| VLibras | <ul style="list-style-type: none"> O VLibras é uma suíte de ferramentas utilizadas na tradução automática do Português para a Língua Brasileira de Sinais. |
| DosVox | <ul style="list-style-type: none"> O DosVox é um sistema computacional, baseado no uso intensivo de síntese de voz, que se destina a facilitar o acesso de deficientes visuais a microcomputadores. |

As salas de aula da sede contam com suporte de equipamento, como: projetores e rede wireless, favorecendo, assim, a comunicação e o acesso à informação. Destaca-se, ainda, o uso das TICs como mola propulsora do ensino aprendido e a participação autônoma dos alunos com deficiência, mobilidade reduzida e necessidades educacionais.

Quanto à questão de acessibilidade atitudinal, pedagógica e de comunicação, a Instituição possui instalado em seus computadores (Laboratórios de Informática e Biblioteca) softwares livres para facilitar o acadêmico com as suas atividades: Braille virtual, Dosvox, atendendo as pessoas com deficiências.

A IES oferece a garantia de acesso do serviço ininterrupto e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

Primeiramente, será disponibilizada rede *wifi* em toda a extensão da Faculdade de modo que alunos, professores, funcionários e comunidade em geral possam usufruir dos serviços de internet de maneira gratuita no âmbito da comunidade acadêmica.

É certo que a IES já possui um sistema acadêmico que permite o acesso, inclusive remoto a partir do site da IES de todas as necessidades da vida acadêmica, porém, com o decorrer do curso, deverá ser criado um app da IES no qual todos os acadêmicos, funcionários e professores possam

acessar os seus canais (canal do aluno, biblioteca, administrativo etc.) a partir de seus celulares ou tablets, tendo acesso contínuo as suas vidas na instituição de modo mais sintético e objetivo do que o acesso ao sistema como um todo.

No decorrer do curso deverão também ser criados ou disponibilizados algumas TIC's essenciais para a área do curso. Para atender a essas ações, a ViaSapiens disponibilizará recursos de informática aos seus discentes em laboratórios de informática e na biblioteca. As necessidades de recursos de hardware e software serão implementadas de acordo com as necessidades de cada curso.

Todos os laboratórios atenderão às aulas e também às atividades de monitorias. Os alunos terão acesso aos laboratórios também fora dos horários de aulas, com acompanhamento de monitores (estagiários alunos).

Vale destacar que no que concerne às acessibilidades metodológica e instrumental, foram disponibilizados vários programas no laboratório da IES para a inclusão de alunos com limitações de estudo, como o VLIBRAS e o DOSVOX.

1.17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

A FVS compreende que as tecnologias de informação e comunicação transformaram as nossas relações e a relação do aluno com o processo de ensino-aprendizagem. Quando trabalhamos com objetos de ensino digitais, a oferta do conteúdo se dá em um ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Isso permite que o aluno acesse o conteúdo, disponibilizado em vários formatos (videoaulas, telas interativas, desafios de aprendizagem, textos, entre outros), em qualquer hora, em qualquer lugar. Essa flexibilidade faz com que um aluno que tenha maior dificuldade na assimilação de um determinado conceito dedique a ele mais horas de estudo, enquanto um aluno que tenha mais facilidade pode se dedicar menos. A oferta de conteúdo em um AVA permite que o aluno estabeleça seu próprio ritmo de aprendizagem. Ferramentas modernas permitem a interação síncrona ou assíncrona entre os colegas e entre alunos, professores e tutores.

Plataforma Unimestre – AVA

Com o objetivo de atender ao modelo pedagógico de Educação a Distância da FVS, será utilizada uma plataforma de acesso e funcionamento integral via web, a qual garantir ao aluno flexibilidade de acesso considerando-se a esfera temporal (qualquer dia e hora) e a esfera espacial/geográfica (de qualquer local), além de flexibilidade na organização dos estudos.

Trata-se da plataforma Unimestre, um Ambiente Virtual de aprendizagem - AVA que, originalmente, contém ferramentas de ensino, colaboração, avaliação e gestão. Foi preparada para integrar-se aos diversos sistemas de gestão da IES, inclusive pelo registro definitivo de notas dos alunos. Reserva-se à plataforma de Educação a Distância a atribuição de operacionalizar os cursos e transferir os resultados (notas).

Na plataforma Unimestre são disponibilizadas as seguintes ferramentas:

a) Plano de Desenvolvimento da Disciplina (PDD) em que o aluno tem a oportunidade de acompanhar o andamento das atividades;

b) Aulas: nos encontros presenciais permite ao professor preparar antecipadamente o material de suas aulas e colocá-las à disposição dos alunos; c) Aulas disciplinas online: permite ao professor organizar e postar todo o material de sua disciplina, aulas, vídeos, atividades, slides, jogos e outros.

d) Página da turma: onde centraliza todas as aulas e atividades para a disciplina que o aluno está cursando. Permite, assim, ter acesso a todo o material didático e pedagógico;

e) Fóruns: permite que o tutor poste questões para discussões. Ferramenta para o registro de discussões assíncronas;

f) Pergunte ao tutor: espaço destinado para que os alunos postem suas perguntas e o tutor possa respondê-las;

g) Avaliação/exercícios: criação de avaliações e exercícios que podem ser associados às aulas, permitindo ao aluno avaliar seus conhecimentos;

h) Relatórios de acesso: permite acompanhar a vida do aluno, facilitando o trabalho da orientação pedagógica, que chama e orienta o aluno quando ele não está acessando os conteúdos da plataforma;

i) Quadro de avisos: mural eletrônico que permite a interação entre o setor de EAD e os acadêmicos;

j) Espaço para encontros síncronos, sala de chat e sala virtual multimídia.

Manutenção da Plataforma

A plataforma é mantida em sua estrutura original e hospedada em Data Center externo, para manter toda infraestrutura necessária: backup, suporte técnico 24x7, acessibilidade adequada e alta disponibilidade. À equipe de informática compete o monitoramento, soluções de eventuais problemas e integração dos processos e dados junto aos sistemas alunos.

Acesso e segurança

A plataforma permite acesso identificado por meio de *login* e senha pessoal. Os níveis de acesso e operação dentro do ambiente são determinados pelo setor de TI e Coordenação Acadêmica.

Recursos do ambiente

São definidos e organizados nas seguintes categorias: Textos e Ferramentas de Orientação, Conteúdos, Atividades Avaliativas e Interação.

Ferramentas Para atingir os objetivos propostos a FVS disponibiliza os seguintes instrumentos Mídias Web:

- a. Material didático online;
- b. Fóruns;

- c. Exercícios de fixação;
- d. Vídeos-aulas;
- e. Biblioteca virtual;
- f. Sala de aula virtual;
- g. Mural;
- h. E-mail interno;
- i. Cronograma da disciplina.

A FVS utiliza o sistema UNIMESTRE como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), tanto para as disciplinas ofertadas totalmente na modalidade EAD quanto para suporte aos professores na postagem de conteúdo para as disciplinas presenciais.

A escolha da plataforma se justifica pela praticidade e facilidade de interação e administração de atividades educacionais. O programa permite a criação de cursos "on-line", páginas de disciplinas, grupos de trabalho e comunidades de aprendizagem, no idioma corrente, e sem ônus, o que o torna altamente difundido e aceito na comunidade acadêmica.

O locus de convergência de estratégias e meios de aprendizagem, sendo projetado com interface amigável, intuitiva e de fácil navegação para favorecer a aprendizagem. No AVA os materiais didáticos se articulam numa arquitetura pedagógica previamente planejada. O desenvolvimento das disciplinas conta com Atividades para serem realizadas pelo aluno, em cada disciplina, utilizando a ferramenta Fórum no AVA e também a entrega de trabalho ou exercícios.

Para efetivar a interlocução entre a comunidade acadêmica virtual será utilizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem, com recursos de fórum, chat, caixa de mensagens, agenda, objetos de aprendizagem, planos de ensino, planos de aula, vídeo aulas, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, relatórios de frequência e participação discente e docente, relatório de notas, entre outros; Através desses recursos, o aluno terá acesso ao conteúdo das disciplinas e aos professores/tutores, que mediarão o processo de aprendizagem.

Política para a Avaliação e Acompanhamento do AVA

A política tem por finalidade identificar e estabelecer as formas de avaliação e acompanhamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA – da FVS

São objetivos desta política:

- Estabelecer parâmetros de qualidade buscando a melhoria contínua do ambiente virtual de aprendizagem – AVA.
- Oportunizar a utilização de meios inovadores no processo de ensino e aprendizagem por meio do AVA.
- Reconhecer a opinião da comunidade acadêmica sobre as funcionalidades e recursos tecnológicos disponibilizados no AVA.
- Fomentar ações que sejam traduzidas em melhorias para uso das ferramentas do AVA.
- Analisar periodicamente os indicadores trazidos pela avaliação institucional promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da FVS, e aqueles informados nas avaliações externas.
- Socializar com os atores pedagógicos da IES as ações de inovação, melhoria
- Acompanhamento executadas no AVA.
- Melhorar os índices de avaliação do AVA.
- Instrumentalizar os atores pedagógicos da FVS para o uso correto do AVA potencializando esta ferramenta como indutora do processo de ensino e aprendizagem da FVS.

Sensibilizar os atores pedagógicos para o uso de todos os instrumentos tecnológicos e de comunicação disponíveis no AVA, além das ferramentas administrativas, gerenciais e acadêmicas.

Esta política aborda ainda capítulos sobre a forma de organização e aplicação, fases de avaliação e vigência

1.19 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O coordenador do curso deve ter consciência de que não atua somente como gestor de recursos, mas também como gestor de potencialidades e oportunidades internas e externas. Portanto, ela é a primeira a favorecer e implementar mudanças que aumentem a qualidade do aprendizado contínuo pelo fortalecimento da crítica e da criatividade de todas as pessoas envolvidas no processo, ou seja, alunos, docentes, , entre outros. Cabe a ela, também, incentivar a produção de conhecimentos, neste cenário global de intensas mudanças, por meio da pesquisa, e animar a comunidade acadêmica, para implementar ações solidárias que concretizem valores de responsabilidade social, justiça e ética.

A gestão da coordenação, vinculada à proposta de mudança organizacional, deverá se apoiar na concepção da IES como um todo, em que todos são integrantes da FVS, na busca da unidade para o cumprimento da sua missão e identidade. Dessa articulação da gestão do curso com a gestão institucional já se colhem os frutos, observando-se os cursos já em andamento, da atuação acadêmica apoiados na tríade - pessoa, profissional e instituição - que inclui o fortalecimento de relações democráticas com transparência, comunicação, participação e interesses coletivos prevalecendo sobre os individuais. Sem dúvida, as ações direcionadas e fundamentadas nas políticas de gestão institucional geram reflexos na gestão do curso, representando uma convergência de critérios educacionais preceituados nos documentos PDI e PPI, concebidos como práxis, no sentido de que a ação produz também a transformação do agente e não se restringe à dimensão visível do trabalho docente, nem à sala de aula, mas atua em sintonia com os processos formativos e de desenvolvimento organizacional e estrutural da FVS.

Desta forma, do coordenador espera-se o desenvolvimento de várias atividades capazes de articular todos os setores e fortalecer a coalizão do trabalho em conjunto, para incrementar a qualidade, legitimidade e competitividade do curso, tornando-o um centro de eficiência, eficácia e efetividade rumo à busca da excelência.

O Plano de Ação do Coordenador do curso de Direito segue o padrão institucional. Trata-se de um modelo de gestão de melhoria contínua.

Outro processo importante para a gestão do curso é a avaliação e a revisão periódica

dos projetos pedagógicos através do NDE do curso, que tem como premissa:

- Elaborar e acompanhar o projeto pedagógico do curso em colaboração com a comunidade;
- Avaliar e atualizar o projeto pedagógico de acordo com as necessidades do curso;
- Apresentar relatório de acompanhamento e avaliação do PPC ao colegiado para conhecimento e providências;
- Assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a dar continuidade no processo de acompanhamento do curso, podendo seus membros permanecer por, no mínimo, por três anos;
- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das DCNs dos Cursos de Graduação.
- Conforme pode ser verificado na seção anterior, a autoavaliação institucional da FVS prevê a constituição de um processo em 360°.

Para tal, faz-se necessário que se tenha uma configuração do órgão com ampla representatividade da comunidade acadêmica, a saber:

- **Docentes:** Os docentes avaliam a IES e são avaliados por alunos e por si próprios. O regimento da CPA prevê a participação mínima de 1 docente no órgão.
- **Discentes:** Os alunos avaliarão a IES, a si próprios e os docentes que fazem parte da sua formação no curso escolhido. O regimento da CPA prevê a participação mínima de 1 discentes no órgão.
- **Corpo Técnico Administrativo:** O corpo técnico administrativo avalia a IES e a si próprios. Há previsão de participação mínima de 1 técnicos administrativos no órgão.
- **Gestão da IES:** O corpo de gestores da IES avalia a IES, a si próprios e é avaliado por alunos, docentes e corpo técnico administrativo. Há a previsão de

participação mínima de 01 gestor no órgão.

- Mantenedora da IES: A IES considerou imprescindível a participação de um representante da mantenedora na CPA, haja vista poder intervir e entender de maneira mais plena as necessidades da instituição no que concerne à avaliação.

Primeiramente, considerou-se a filosofia da IES no que concerne à função da avaliação: a instrumentalidade para a gestão de todos os setores que compõem a instituição.

Nesse mote, uma única avaliação 360º não dá conta de se estabelecer uma gestão plena dos resultados. Assim, a CPA e a IES utilizam instrumentos diversos para a autoavaliação, a saber:

a. Questionário: abrange todos os setores e necessidades institucionais aplicado uma vez ao ano de maneira maciça na IES.

b. Caixa de sugestões: disponibilizada a todos os setores da IES e disponível também à alunos, professores e comunidade civil organizada, pois a IES disponibilizará uma caixa em centros comunitários ou semelhante.

c. Ouvidoria: enviando dados gerais a CPA, de modo que se possa intervir e sugerir ações antecipadas para a resolução de problemas diversos na IES, bem como avaliar determinados setores a partir dos chamamentos na ouvidoria.

d. Relatórios das Coordenações de Curso: deve ser sistematizado na IES o planejamento e expectativas sistemáticas de composição de relatórios avaliativos nos cursos de graduação e pós-graduação. Nesse viés, a CPA recebe dados diversos podendo utilizá-los como ferramentas que viabilizem uma gestão mais participativa e ampla na IES.

Desse modo, pode-se concluir que a CPA da FVS tem como objetivo geral redimensionar metodologias, avaliar propostas e diretrizes, bem como registrar deficiências procurando aperfeiçoar o processo acadêmico e a qualidade dos serviços prestados à comunidade, repassando a todos os órgãos que compõem a IES os resultados e sugestões de melhoria apresentados no processo avaliativo.

Dentro deste processo, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação são também ferramentas imprescindíveis de gestão e, portanto, também são avaliados, assim como o perfil da instituição identificando o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes

dimensões institucionais além de aspectos gerais como, por exemplo, desempenho do corpo docente e do corpo discente do curso, dentre outras.

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem da FVS junto aos seus alunos visa garantir a formação de profissionais com propósitos e princípios claros, sendo excelentes na execução da profissão escolhida. A FVS, por meio da formação continuada do seu corpo docente busca atualizá-los de modo que estejam alinhados com as novas e atuais exigências tanto do mercado do trabalho, quanto da sociedade tecnológica, os professores passaram a ser formados para a implantação de novos modelos pedagógicos e metodologias ativas de ensino-aprendizagem visando, com isso, atingirmos um maior envolvimento dos alunos nas atividades pedagógicas.

Os Planos de ensino, elaborados pelos professores das disciplinas e de acordo tanto co/ as ementas contidas no PPC quanto nas DCN de cada curso, evidenciam ao aluno, no momento de sua matrícula, os objetivos, as habilidades e competências a serem desenvolvidas ao longo da disciplina, os objetivos de cada assunto a ser trabalhado, as metodologias ativas aplicadas, referências bibliográficas básicas e complementares, critérios de avaliação, bem como a forma que as disciplinas se relacionam conforme os eixos de formação estabelecidos nas DCNs. De posse de todos os Planos de Ensino o acadêmico, desde o ato de sua matrícula no curso de Direito tem a autonomia valorizada pela IES podendo ele próprio definir a Trajetória de Aprendizagem ao longo do processo formativo. Os Planos de Ensino são avaliados pelo NDE do curso e constantemente devem ser revisados pelos professores de modo que seja atualizado garantindo conteúdos recentes e inovadores; essa revisão permanente permite ao Coordenador de Curso realizar uma análise de desempenho dos docentes no desenvolvimento dos referidos Planos.

As avaliações realizadas por cada estudante resultam em informações sistematizadas e disponibilizadas ao aluno, sendo possível gerar relatórios individualizados do estudante com avaliação de rendimento por conteúdo, área de conhecimento, processo cognitivo e indicativo de Prioridades de Aprendizagem com as ações a serem feitas pela IES para melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

A avaliação de desempenho é feita por disciplina incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. A frequência às aulas e demais atividades escolares, permitidas apenas aos alunos matriculados, são obrigatórias, vedado o abono de faltas, salvo nos casos previstos em lei. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na

disciplina o aluno que não tenha obtido frequência, no mínimo, de 75% das aulas e demais atividades programadas, salvo os casos decididos a partir de colegiados e conselhos. A verificação e registro de frequência são de responsabilidade do professor, e seu controle, para efeito do parágrafo anterior, da Secretaria Acadêmica.

A verificação da aprendizagem abrange em cada disciplina:

- a. Assimilação progressiva de conhecimento;
- b. Trabalho individual expresso em tarefas de estudo e de aplicação de conhecimento; Desempenho determinado a partir de pesquisas e seminários em grupos que importem habilidade nas atividades coletivas;
- c. Atividades de iniciação científica e atividades que contemplem a práxis de cada área;
- d. Percepção Holística do docente;
- e. Desempenho no que diz respeito aos conhecimentos inter, multi e transdisciplinares.

A contemplação de todas as avaliações levará a uma média que para aprovação do discente, deverá ser de no mínimo 7 (sete) pontos. A avaliação será expressa mediante a atribuição das notas parciais (NPs) e nota de exame final (Prova Final).

Componente Curriculares/Disciplinas como as Práticas Interdisciplinares, Projetos Interdisciplinares, Estágios Supervisionados e TCCs, não serão passíveis de Exame Final ou qualquer outra forma de recuperação, devendo o aluno se matricular novamente no mesmo componente curricular no semestre posterior ou em outro em que a disciplina/componente curricular seja ofertada. Às diversas modalidades da verificação de rendimento acadêmico são atribuídas notas de zero a dez, admitindo-se a decimal 0,5 (cinco décimos).

Em qualquer disciplina, p/efeito de aprovação, as médias são apuradas até a primeira decimal, sem arredondamento.

É considerado aprovado, em qualquer disciplina, o aluno que tenha frequência mínima de 75 % (setenta e cinco por cento), quando:

- I. Conseguir o mínimo de sete pontos, na média aritmética das notas parciais (NP),

ficando dispensado de prestar exame final (NP1+NP2 /2);

II. Será considerado reprovado, na disciplina, o aluno que faltar a mais de 25% (vinte) e cinco por cento) das atividades curriculares, e não obtiver, após o Exame Final, a média ponderada mínima de 6 (seis) pontos.

III. Após participar das avaliações NP1 e NP2, caso obtenha média entre 4.0 e 6.9, c/ frequência igual ou superior a 75%, o aluno deverá se submeter à Exame Final (Prova Final) em data estipulada pela coordenação do curso.

IV. Caso obtenha média inferior a 4.0 (3.9 ou menos) ou frequência inferior a 75%, o aluno estará automaticamente reprovado no componente curricular, sem direito a participar do Exame Final (Prova Final).

V. A segunda chamada de provas e exames finais pode ser concedida, mediante requerimento, dirigido aos Coordenadores de Curso, ficando o deferimento condicionado à gravidade e relevância da causa que motivou a perda da prova no período normal, com a respectiva comprovação de tal fato.

Cabe ao aluno o direito de solicitar prestação de provas e exames finais a que tenha faltado, devendo requerê-la dentro do prazo de três dias úteis de sua realização, sujeitando-se a data e local estipulados pela coordenação de curso para aplicação da avaliação de segunda chamada. Caso volte a ocorrer nova falta, será atribuída automaticamente à avaliação a nota zero. Poderá ser concedida revisão de nota, a qualquer verificação da aprendizagem, quando requerida, no prazo de três dias, contados de sua publicação que será avaliada por uma banca de professores da área da disciplina em questão.

Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento de estudos demonstrado por meio de instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora constituída para esse fim, validando componentes curriculares relativos aos conhecimentos prévios adquiridos em contextos extraescolares.

1.19.1 A Avaliação e a Autonomia do Aluno

Há considerável espaço nas regras estabelecidas pela IES para que o professor possa desenvolver procedimentos avaliativos em que coexista a participação ativa dos alunos no

processo, como seminários e apresentação de trabalhos.

Além disso, deve-se considerar que o NDE do curso tem plena consciência de que não deve ser dissociada a metodologia de aprendizado do processo avaliativo.

Com isso, a regra já apresentada no capítulo sobre a metodologia configurada a partir das aulas invertidas ou *flipped classroom* são essencialmente interligadas: no momento em que o professor determina o estudo individual pelo aluno antes da explicitação ou exposição dos conteúdos pelo docente, já se configura ali uma abertura para que a avaliação possua um nível satisfatório de autonomia do aluno.

O NDE parte do princípio de que a palavra autonomia significa facultade de se governar, caminhar por sua própria vontade, o que nos leva a pensar num modelo de administração do aprender por parte do aluno, do tempo e espaço (autogestão) durante a vida acadêmica dos estudantes, e quando se refere ao aprender pelo sistema de aulas invertidas, o sujeito que possui autossuficiência tem mais possibilidade de lograr êxito.

O aluno enquanto gestor dos seus estudos caminha sozinho, com seus próprios pés, enfrentando os desafios e descobertas que estão ali diante de si, o que não significa deixá-los sentirem-se abandonados pelo professor ou incapazes de seguir a frente, esse poder de gerir seu próprio estudo é um fator preponderante, posto que, a avaliação deve ser vista e colocada em prática como uma ferramenta que visa o avanço e o melhoramento do processo ensino e aprendizagem, e para isso deve-se dar relevância para as atividades que apontam e exercitam para a conquista da autonomia, permitindo aos envolvidos neste artifício uma postura proativa.

1.19.2 A avaliação e a disponibilização de informações aos discentes e o Planejamento de Ações Concretas para a Melhoria da Aprendizagem

Para que os alunos possuam a autonomia avaliativa citada na seção anterior, faz-se necessário que exista, por parte dele, um entendimento pleno acerca dos objetivos das aulas invertidas, dos trabalhos diferenciados de avaliação como seminários, pesquisas etc.

Nesse sentido, o NDE estabelece que a obrigatoriedade no curso de entrega e discussão do plano de ensino para os alunos, afinal somente a partir de tal prerrogativa poder-se-á constituir

uma relação de autonomia avaliativa plena.

Ademais, essa perspectiva se estabelece como a concretização do que inferimos em outros momentos do Projeto Pedagógico: a necessidade de indissociabilidade entre a metodologia e o processo avaliativo.

Da mesma forma, é necessário que a cada trabalho realizado em sala de aula, os alunos sejam informados sobre os objetivos da sua aplicação, bem como de ampla discussão individual, quando necessário, do conceito inferido pelo professor ou medição do conhecimento atingido pelo aluno.

Somente desse modo, a avaliação sairá do papel de ser simplesmente um medidor da aquisição de competências e habilidades do aluno, para ser uma ferramenta de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, um plano de ensino também não pode ser completamente engessado, mas dar vazão para que os professores possam durante o semestre letivo reavaliar suas ações de modo a planejarem e replanejarem a eficácia ou não das ferramentas avaliativas e poder modificá-las sempre que necessário.

1.20 NÚMERO DE VAGAS

O Curso de Bacharelado em Direito, foi autorizado com 80 vagas anuais através da Portaria SERES/MEC nº 81/2019 (DOU de 20/02/2019).

Ao propor o número de vagas anuais para o curso, o NDE consultou dados quantitativos e qualitativos de um estudo que refletiram a demanda regional para o curso, dentre eles a demanda de formandos no ensino médio, a quantidade de cursos de Direito ofertados no município e em seu entorno, o crescimento de matriculados no curso de acordo com o Censo da Educação Superior e as pesquisas feitas junto à comunidade acadêmica dedicada aos estudos do mercado de trabalho brasileiro, assim como as instituições que mensuram as taxas de desemprego no país.

A partir de então, o número de vagas foi definido e adequado à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica para a oferta do curso na modalidade presencial.

O Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação - MEC, no processo de

universalização e democratização do ensino no Brasil, em que os déficits educativos e as desigualdades regionais são elevados. Desta forma a FVS acredita que programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento sociocultural da população.

A FVS está localizada na cidade de Tianguá / Ceará, cidade que atualmente conta com uma população de aproximadamente 74.719 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017. Tianguá faz parte da região da Serra da Ibiapa, também conhecida como Serra Grande, Chapada da Ibiabapa e Cuesta da Ibiapaba e vem se tornando referência em crescimento para região ao qual está inserida. Ressalta-se ainda que a população atingida pela IES seja maior, uma vez que conta com acadêmicos que pertencem a outros municípios, no entanto com a oferta de cursos na modalidade à distância o público alvo se expande.

Assim, a partir desta demanda regional, o NDE propôs o número de vagas anuais para o curso de Direito. Ainda foi analisado dados regionais como a demanda de formandos no ensino médio, a quantidade de cursos de Direito ofertados no município e em seu entorno, o crescimento de matriculados no curso de acordo com o Censo da Educação Superior e as pesquisas feitas junto à comunidade acadêmica dedicada aos estudos do mercado de trabalho brasileiro, assim como as instituições que mensuram as taxas de desemprego no país.

Para atender de forma adequada às necessidades acadêmicas das vagas pretendidas, a FVS investe de forma expressiva em recursos para oferecer aos alunos a melhor forma de estimular a vivência acadêmica, com infraestrutura ampla e moderna. A IES possui: espaços de convivência e para atividades culturais e de lazer, auditório, quadra esportiva, biblioteca, complexos sanitários, além de laboratórios didáticos, em quantidade e qualidade adequada, para os períodos de funcionamento do curso instalado, salas de aula equipadas com recursos didáticos, com metragens distintas entre [25 m²] e [90 m²], o que possibilita a configuração de diversos ambientes de ensino e aprendizagem, como por exemplo, aprendizado em equipes em metodologias ativas e colaborativas. É importante ressaltar que a Instituição dispõe de infraestrutura planejada para portadores de necessidades especiais, de acordo com as legislações vigentes, em especial a Portaria Ministerial nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.

A IES conta um planejamento estratégico para a expansão de seu corpo de docente composto por especialistas, mestres e doutores enquadrados nos distintos regimes de trabalho (RTI, RTP e Horistas) com vistas a atender o processo natural de expansão do curso.

É neste ambiente, de qualidade plena, considerando sua infraestrutura física, à dimensão do seu corpo docente e técnico administrativo, organização didático-pedagógica e a população do

entorno da Instituição que a FVS promove o desenvolvimento de seus cursos, e que propõe a autorização do curso de Direito, organizado em regime semestral, com a oferta de 100 vagas anuais.

Importante ressaltar que os membros do NDE do curso de Direito elaboram o Estudo Qualitativo e Quantitativo para o Número de Vagas do curso de forma periódica. Este estudo é realizado de forma periódica, anualmente, o que proporciona uma percepção mais abrangente para atender de forma adequada às necessidades acadêmicas visando sempre traçar novas estratégias e melhorias para o curso.

Diante do exposto, o número de vagas foi definido em razão não somente da necessidade regional, mas também de acordo com a dimensão do corpo docente, e às condições de infraestrutura física e tecnológica.

| Curso | Número de vagas anuais |
|---------------------------------|------------------------|
| Curso de Bacharelado em Direito | 80 |

1.20.1 Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para Adequação das Vagas em Relação ao Corpo Docente

Para a captação e adequação das vagas ao corpo docente disponível, o NDE e a gestão da FVS estabeleceu os seguintes procedimentos:

QUALIDADE E PERFIL DO CORPO DOCENTE:

- a) Estudo do perfil de professores de áreas diversas (saúde, ciências sociais, ciências humanas, ciências exatas, jurídicas) disponível na Região da Ibiapaba;
 - Professores que já ministraram em outras IES;
 - Professores que possuam titulação mínima de especialização;
 - Professores inseridos no mercado de trabalho.
- b) Preferência por professores que unam a academia ao mercado de trabalho, ou seja, professores que tenham experiência prática em suas profissões, no que concerne ao componente curricular a ser ministrado no curso;
- c) Preferência por professores que tenham total aderência em suas formações no que diz respeito aos componentes curriculares que ministrarão no curso;
- d) Preferência por professores que unam os itens a e b com uma titulação *stricto sensu*;

- e) Professores que tenham carga horária disponível acima das horas de suas disciplinas para a ocupação de afazeres extra-aulas como a gestão de núcleos e coordenações como estágio, tcc, Atividades Complementares etc;
- f) Professores que venham de municípios próximos à Tianguá de modo que as atividades na IES não tenham contratempos com longos deslocamentos;
- g) Professores com experiência de magistério superior em outras IES e também no campo de atuação fora do magistério superior;
- h) Professores que tenham carga horária disponível para assumir disciplinas como crescimento do curso e a relação de vagas anuais.

QUANTIDADE

- a) Número de professores que além de possibilidade de disciplinas do curso em tela, também possam assumir disciplinas em outros cursos da IES. Essa ação é imprescindível para que o professor tenha um salário maior na ViaSapiens do que em outras IES que venha a ofertar seus serviços e assumir relativa quantidade de vagas.
- b) Número de professores suficiente para atender ao NDE do curso e ao Colegiado, indiferente ao número de vagas a ser ofertado.
- c) Número de professores suficiente para atender aos dois primeiros anos do curso, considerando o número de vagas e o número de professores disponíveis no mercado.
- d) Número de professores suficiente para atender à oferta semestral de suas disciplinas, dada a perspectiva de vagas com duas entradas anuais via processo seletivo. Por exemplo, se o professor ministra uma disciplina no primeiro semestre, a mesma disciplina será ofertada no segundo semestre com uma nova entrada de turmas.
- e) Número de professores suficiente para atender às cargas horárias parcial e integral para formação de NDEs, atendimento de núcleos etc.

De posse dos dados acima, o NDE determinou a possibilidade de oferta de 80 vagas anuais no curso, considerando o número de professores disponíveis na Ibiapaba e aqueles que podem se deslocar de lugares mais distantes como Sobral. Essas perspectivas aqui discriminadas estão disponíveis no relatório do NDE acerca da adequação do corpo docente para o curso.

Deve-se ressaltar que os estudos tiveram a participação da comunidade acadêmica limitada ao processo autorizativo (coordenadores de curso, gestores e funcionários)

1.20.2 Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para adequação das vagas à Infraestrutura Física e Tecnológica

Para determinar as 80 vagas estipuladas para o curso, o NDE constitui o seguinte processo:

QUANTIDADE E QUALIDADE

- a) Conforme a necessidade de laboratórios foi-se definindo a qualidade das salas de aula e dimensões capazes e atender as vagas do curso;
- b) A disponibilidade de espaço da biblioteca e a quantidade de bancadas e computadores também determinou o número de vagas passíveis de ser solicitadas;
- c) A quantidade de livros passível de ser adquirida pelo orçamento da mantenedora também influenciou o número de vagas a ser solicitado;
- d) As dimensões do prédio no que tange à circulação de alunos determinou o número de vagas solicitadas;
- e) O número de salas de aula disponibilizadas para o curso, considerando os dois primeiros anos de oferta determinou o número de vagas solicitadas;
- f) A relação entre o espaço do terreno e a necessária ampliação para os anos seguintes do curso (após o quarto semestre de oferta) impactaram também sobre a escolha do número de vagas ofertada.

Deve-se destacar que o estudo acima só se tornou possível a partir da projeção da mantenedora para todos os espaços da IES, tanto no projeto do prédio, quanto do orçamento passível de ser investido no curso.

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE

A IES atende ao disposto na LDB nº 9394/96, mantendo em seu corpo docente titulados em nível de pós graduação lato e *stricto sensu*.

Possui seu Plano de Cargos e Salários homologado pelo CONSUP, garantindo condições salariais e de trabalho condizente com a natureza do trabalho docente, oportunizando espaço para

a formação continuada bem como auxílio para produção acadêmica. A IES valoriza seus docentes e promove constantemente a capacitação dos mesmos.

O Corpo Docente do Curso é composto por 16 docentes, sendo:

- 11,53 % de Doutores;
- 26,92 % de Mestres;
- 61,53 % de Especialistas

Total de Mestres/Doutores: 38,45%

| Titulação | Nº | % |
|--------------|----|---------------|
| Doutor (a) | 3 | 11,53% |
| Mestre (a) | 7 | 26,92% |
| Especialista | 16 | 61,53% |
| TOTAL | 26 | 100 % |

O quadro a seguir apresenta a relação nominal de docentes diretamente vinculados ao curso e suas respectivas titulações, regime de trabalho:

| NOME | TITULAÇÃO | REGIME DE TRABALHO |
|----------------------------------|-----------|--------------------|
| RAPHAEL GOMES VIANA | MESTRE | INTEGRAL |
| THAIS ARAUJO DIAS | MESTRE | PARCIAL |
| ALEX ALVES DO NASCIMENTO | MESTRE | INTEGRAL |
| SERGIO LUIZ CORREA DOS SANTOS | MESTRE | INTEGRAL |
| FELIPE AUGUSTO DE SOUSA SOBRINHO | MESTRE | PARCIAL |
| RAIMUNDO DIAS DE OLIVEIRA NETO | MESTRE | PARCIAL |
| LUCIANE DOS SANTOS JACOME | MESTRE | INTEGRAL |

| | | |
|--|--------------|----------|
| DIEGO PETERSON BRANDÃO CEDRO | DOUTOR | INTEGRAL |
| DALILA MIRANDA MENEZES | DOUTORA | PARCIAL |
| KELMA SOUZA COSTA | DOUTORA | INTEGRAL |
| ISRAEL PRADO MORETZ-SOHN | ESPECIALISTA | INTEGRAL |
| FERNANDA ELIZABETH DE LIMA CASTELO BRANCO | ESPECIALISTA | PARCIAL |
| FRANCISCO RONEY DE SOUSA RIBEIRO | ESPECIALISTA | PARCIAL |
| LEANDRO LIMA VALENCIA | ESPECIALISTA | INTEGRAL |
| ANTONIA CAMILA VIEIRA MENDES | ESPECIALISTA | PARCIAL |
| EMANUELA BRITO DE OLIVEIRA | ESPECIALISTA | INTEGRAL |
| ANTONIO XIMENES CARVALHO | ESPECIALISTA | PARCIAL |
| RAUL FERREIRA MAIA | ESPECIALISTA | INTEGRAL |
| RODRIGO FAGUNDES PORTELA | ESPECIALISTA | PARCIAL |
| TULIO ARRUDA DA PONTE LOPES | ESPECIALISTA | PARCIAL |
| TIAGO OLIVEIRA FREIRE CARNEIRO | ESPECIALISTA | PARCIAL |
| ADRIANY ALVES SILVA PONTES | ESPECIALISTA | PARCIAL |
| JULIANA SABOIA PONTE | ESPECIALISTA | PARCIAL |
| RODRIGO RAMOS FREIRE DE CASTRO | ESPECIALISTA | INTEGRAL |
| BRUNA DA SILVA FROTA | ESPECIALISTA | INTEGRAL |
| FRANCISCO MAXWANIO PONTE DE VASCONCELOS | ESPECIALISTA | INTEGRAL |

De acordo o Regimento é atribuição do corpo docente:

- I. Elaborar o plano de ensino de sua disciplina, garantindo o desenvolvimento de competências e habilidades, conforme objetivos e perfil do egresso constante do Projeto Pedagógico do Curso, submetendo-o à aprovação da Coordenação de Curso e homologação pelo Colegiado de Curso;
- II. Orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária;
- III. Registrar, nos diários de classe ou equivalentes, a frequência dos alunos, os conteúdos e aproveitamento escolar, cumprindo os prazos fixados no Calendário Acadêmico;
- IV. Organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos alunos;
- V. Observar o regime disciplinar da Instituição;
- VI. Elaborar e executar projetos de pesquisa e programas de extensão;
- VII. Votar e ser votado para representante de sua classe nos órgãos colegiados da Faculdade;
- VIII. Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer de comissões para as quais for designado, e outras, quando for convocado;
- IX. Manter urbanidade e compostura com os demais membros da comunidade acadêmica;
- X. Fazer a atualização, anualmente, do Currículo Lates;
- XI. Produzir e publicar trabalhos acadêmicos, técnicos e científicos anualmente, comprovando-os junto a Diretoria Acadêmica;
- XII. Comparecer à cerimônia de colação de grau da Faculdade, na forma prevista no Calendário Acadêmico.
- XIII. Cumprir, pontualmente e assiduamente com suas obrigações contratuais, comunicando com antecedência mínima de 48 horas, eventuais ausências, quando for o caso;
- XIV. Recorrer de decisões dos órgãos deliberativos ou executivos; e,
- XV. Exercer as demais atribuições que lhe foram previstas em lei e neste Regimento

DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE

A FVS atende ao disposto na LDB nº 9394/96, mantendo em seu corpo docente titulados em nível de pós-graduação lato e *stricto sensu*.

A IES possui seu Plano de Carreira Docente homologado pelo CONSUP, garantindo condições salariais e de trabalho condizente com a natureza do trabalho docente, oportunizando espaço para a formação continuada bem como auxílio para produção acadêmica. A IES valoriza seus docentes e promove constantemente a capacitação dos mesmos.

O Corpo Docente do Curso é composto por 26 docentes, sendo:

- 11,53 % de Doutores;
- 26,92 % de Mestres;
- 61,53 % de Especialistas

Total de Mestres/Doutores: 38,45%

O quadro a seguir apresenta a relação nominal de docentes diretamente vinculados ao curso e suas respectivas titulações, regime de trabalho:

| Titulação | Nº | Nome | Regime de trabalho | Perfil |
|--------------|----|---|--------------------|---------------|
| Doutor | | DIEGO PETERSON BRANDÃO CEDRO | INTEGRAL | DOCENTE |
| | | DALILA MIRANDA MENEZES | PARCIAL | DOCENTE |
| | | KELMA SOUZA COSTA | INTEGRAL | DOCENTE/TUTOR |
| Mestre | | RAPHAEL GOMES VIANA | INTEGRAL | DOCENTE |
| | | THAIS ARAUJO DIAS | PARCIAL | DOCENTE/TUTOR |
| | | ALEX ALVES DO NASCIMENTO | INTEGRAL | DOCENTE/TUTOR |
| | | SERGIO LUIZ CORREA DOS SANTOS | INTEGRAL | DOCENTE |
| | | FELIPE AUGUSTO DE SOUSA SOBRINHO | PARCIAL | DOCENTE/TUTOR |
| | | RAIMUNDO DIAS DE OLIVEIRA NETO | PARCIAL | DOCENTE |
| | | LUCIANE DOS SANTOS JACOME | INTEGRAL | DOCENTE |
| Especialista | | ISRAEL PRADO MORETZ-SOHN | INTEGRAL | DOCENTE |
| | | FERNANDA ELIZABETH DE LIMA CASTELO BRANCO | PARCIAL | DOCENTE |

| | | | |
|--|---|----------|---------|
| | FRANCISCO RONEY DE SOUSA RIBEIRO | PARCIAL | DOCENTE |
| | LEANDRO LIMA VALENCIA | INTEGRAL | DOCENTE |
| | ANTONIA CAMILA VIEIRA MENDES | PARCIAL | DOCENTE |
| | EMANUELA BRITO DE OLIVEIRA | INTEGRAL | DOCENTE |
| | ANTONIO XIMENES CARVALHO | PARCIAL | DOCENTE |
| | RAUL FERREIRA MAIA | INTEGRAL | DOCENTE |
| | RODRIGO FAGUNDES PORTELA | PARCIAL | DOCENTE |
| | TULIO ARRUDA DA PONTE LOPES | PARCIAL | DOCENTE |
| | TIAGO OLIVEIRA FREIRE CARNEIRO | PARCIAL | DOCENTE |
| | ADRIANY ALVES SILVA PONTES | PARCIAL | DOCENTE |
| | JULIANA SABOIA PONTE | PARCIAL | DOCENTE |
| | RODRIGO RAMOS FREIRE DE CASTRO | INTEGRAL | DOCENTE |
| | BRUNA DA SILVA FROTA | INTEGRAL | DOCENTE |
| | FRANCISCO MAXWANIO PONTE DE VASCONCELOS | INTEGRAL | DOCENTE |

De acordo o Regimento é atribuição do corpo docente:

- I. Elaborar o plano de ensino de sua disciplina, garantindo o desenvolvimento de competências e habilidades, conforme objetivos e perfil do egresso constante do Projeto Pedagógico do Curso, submetendo-o à aprovação da Coordenação de Curso e homologação pelo Colegiado de Curso;
- II. Orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária;
- III. Registrar, nos diários de classe ou equivalentes, a frequência dos alunos, os conteúdos e aproveitamento escolar, cumprindo os prazos fixados no Calendário Acadêmico;
- IV. Organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos alunos;
- V. Observar o regime disciplinar da Instituição;
- VI. Elaborar e executar projetos de iniciação científica e programas de extensão;
- VII. Votar e ser votado para representante de sua classe nos órgãos colegiados da Faculdade;
- VIII. Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer de comissões para as quais for designado, e outras, quando for convocado;
- IX. Manter urbanidade e compostura com os demais membros da comunidade acadêmica;
- X. Fazer a atualização, anualmente, do Currículo Lates;

XI. Produzir e publicar trabalhos acadêmicos, técnicos e científicos anualmente, comprovando-os junto a Diretoria Acadêmica;

XII. Comparecer à cerimônia de colação de grau da Faculdade, na forma prevista no Calendário Acadêmico.

XIII. Cumprir, pontualmente e assiduamente com suas obrigações contratuais, comunicando com antecedência mínima de 48 horas, eventuais ausências, quando for o caso;

XIV. Recorrer de decisões dos órgãos deliberativos ou executivos; e,
Exercer as demais atribuições que lhe foram previstas em lei e neste Regimento.

2.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante - NDE é um órgão que constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

O NDE do curso de DIREITO está constituído por cinco membros, tendo o coordenador como seu presidente, a saber:

| Nº | NOME DO DOCENTE | TITULAÇÃO | REGIME DE TRABALHO | MEMBRO DESDE A AUTORIZAÇÃO DO CURSO (SIM/ NÃO)? |
|----|---|--------------|--------------------|---|
| 1 | RAPHAEL GOMES VIANA | MESTRE | INTEGRAL | SIM |
| 2 | ALEX ALVES DO NASCIMENTO | MESTRE | INTEGRAL | NÃO |
| 3 | FRANCISCO MAXWÂNIO PONTE DE VASCONCELOS | ESPECIALISTA | INTEGRAL | NÃO |
| 4 | THAIS ARAUJO DIAS | MESTRE | PARCIAL | NÃO |
| 5 | DIEGO PETERSON BRANDÃO CEDRO | DOUTOR | INTEGRAL | NÃO |

A composição do NDE está formada por 80% de docentes que obtiveram o título de pós-graduação *stricto sensu*, e 20% de docentes que obtiveram o título de pós-graduação *lato sensu*, 80% possui regime de trabalho em tempo integral e atende a Resolução CONAES nº 01/2010.

Em conformidade com Resolução do CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010, são atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

I - Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV - Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Critérios de constituição do NDE:

I - Ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso;

II - Ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de Pós-graduação stricto sensu;

III - Ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;

IV - Assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Nesse sentido, destaque-se que este PPC de Direito é fruto da gestão articulada da Coordenação de Curso com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), contando com a colaboração dos docentes, dos discentes e de toda comunidade. Foi elaborado adotando-se como referência o PPI, o PDI, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Superior (Lei nº 9.394/96), as diretrizes curriculares nacionais para a organização e funcionamento dos cursos superiores e demais normas legais que regem a oferta da educação superior.

Assim sendo, possui orientações estratégicas para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas do Curso, sempre referenciadas pela missão da Instituição, por sua vocação e objetivos, pela legislação vigente, e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserida.

O funcionamento, autonomia de atuação, composição e mandato, estão especificadas no Regimento da IES e aprovado pelo CONSUNP.

2.1.1 Os Estudos e a Atualização Periódica do PPC

Para compor o Projeto Pedagógico do Curso de Direito, o PPC designado para o curso iniciou seus estudos a partir dos dados que foram constituídos para a justificativa de oferta do curso.

Conforme pode ser visto no início deste projeto, houve primeiro a determinação das necessidades sociorregionais que implicaram em um perfil de egresso e objetivos do curso inter-relacionados, sempre tendo como norte, conforme já explicitado, em primeiro lugar as DCNs para o curso e as novas demandas do mundo do trabalho, como aquelas que citamos em várias partes deste documento.

Após a construção da matriz curricular e outros anseios do curso, o NDE estabeleceu a metodologia de ensino e as formas de avaliação do ensino-aprendizagem. Conforme já foi explicado no capítulo relativo às ferramentas de avaliação e a perspectiva avaliativo-formativa do curso, houve uma preocupação tangível no estudo empreendido para compor o PPC na verificação do impacto do sistema de avaliação da aprendizagem sobre o cumprimento dos objetivos do curso, bem como o estabelecimento do perfil do egresso.

Tais aspectos podem ser vislumbrados a partir de atas de reuniões e em vários tópicos deste projeto que aponta para um estudo aprofundado acerca da Ibiapaba e da configuração de um público-alvo para o curso compatível com a região.

No que diz respeito à atualização periódica deste documento, faz-se necessário que se explicita que, mesmo antes de receber a visita in loco para o curso, o NDE já efetivou mudanças no documento e no curso, inclusive aquelas que buscam deixar o curso e este projeto mais próximo do que determina o novo instrumento de avaliação externa (autorização) do INEP.

2.1.2 Os Procedimentos para Permanência dos Membros do NDE até o Ato Regulatório Seguinte

Como primeira medida para concretizar a permanência dos membros do NDE no acompanhamento e atualização do PPC de forma a culminar até o reconhecimento do curso, foi determinado pela IES que nenhum dos membros do NDE será contratado como horista, ou seja, todos terão carga horária no formato integral ou parcial. Isso irá fazer com que se mantenha um maior vínculo com a IES e ao curso.

Além disso, deve-se salientar o diálogo com os outros cursos da IES, sendo que se dará

preferência de disciplinas gerais para professores já presentes na ViaSapiens. Esse procedimento de trabalhar em vários cursos aumenta a carga horária do professor e faz com que ele mantenha vínculos somente com a ViaSapiens, não necessitando empregar-se em outras IES e outras cidades, possibilitando maior dedicação ao curso.

Da mesma forma, destaquem-se programas da IES como o Programa de Incentivo à produção acadêmica que possibilitará com que professores mestres e doutores possam ter incentivos para a publicação e, logo, permanecer de forma mais concreta nas atividades da ViaSapiens.

Vale destacar também a necessidade de docentes para Núcleos de iniciação científica, Extensão, Pós-Graduação, Tecnologia e Inovação Pedagógica. Esses afazeres extra-aulas são também formas de manter o professor na IES para que não necessite trabalhar em outras IES, dedicando-se prioritariamente aos cursos à ViaSapiens.

2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A Equipe Multidisciplinar integra o NEaD, e atua em consonância com o PDI e PPC, sendo responsável em elaborar e/ou validar material didático utilizado no processo de ensino-aprendizagem dos Cursos ofertados na modalidade a distância e para os Cursos de Graduação na modalidade presencial que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância em atendimento a legislação em vigor.

A oferta das disciplinas previstas no caput anterior incluirá métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria.

A equipe multidisciplinar da FVS é composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento o que possibilita, por meio da interdisciplinaridade, diferentes olhares sobre um mesmo objeto estudado.

A equipe multidisciplinar da FVS será composta por docentes/tutores responsáveis pelo conteúdo das disciplinas, bem como os demais profissionais nas áreas de educação e técnica (web designers, desenhistas gráficos, equipe de revisores, equipe de vídeo, etc.) de acordo com os Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância.

Conforme preconiza os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, esta equipe é responsável por elaborar e/ou validar o material didático.

Conta com um ou mais docentes/tutores responsáveis pelo conteúdo de cada disciplina, bem como os demais profissionais nas áreas de educação e técnica.

São atribuições da Equipe Multidisciplinar:

- I. Coordenar a produção ou indicar a compra dos materiais didáticos, nos formatos físicos e digitais;
- II. Prestar assistência pedagógica e técnica aos docentes/tutores na elaboração de material didático;
- III. Implementar a proposta pedagógica nos materiais didáticos;
- IV. Avaliar e validar os materiais didáticos adquiridos pela IES e aqueles elaborados ou adequados pelos docentes/tutores;
- V. Propor ao Coordenador do NEAD e realizar a avaliação, atualização constante, adequação dos materiais didáticos disponíveis no AVA propiciando a melhoria contínua.
- VI. Participar do programa de formação docente/ tutor.
- VII. Elaborar o Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar para submetê-lo a apreciação do Diretor Geral.

As atribuições, competências e funcionamento da Equipe Multidisciplinar obedecem ao Regimento e a Regulamento próprio aprovado pelo CONSUP.

2.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO

A Atuação do Coordenador de curso é definida nos termos do Plano de Ação da Coordenação.

A Coordenação de Curso de Direito presencial foi designada por ato da Direção Geral e exercida pelo professor:

| | |
|--------------------|---------------------------|
| Coordenador | Prof. Raphael Gomes Viana |
| Titulação | Mestre em Direito |

| | |
|---------------------------|---|
| Lattes | http://lattes.cnpq.br/8088164304193937 |
| Regime de Trabalho | 40 horas de atividades semanais, estando prevista carga horária para coordenação, administração e condução do curso |

2.3.1 Os Indicadores que Subsidiaram a Gestão da Coordenação de Curso de Direito da FVS

A FVS tem plena consciência de que não basta fornecer apenas horas/aula a um docente ou gestor para que as expectativas positivas de uma gestão de curso sejam efetivadas.

Assim, são prerrogativas da gestão do curso de Direito o estabelecimento semestral de um plano de ação subsidiado por indicadores que advém tanto da avaliação da CPA, como do envolvimento de outros órgãos que agem, direta ou indiretamente, com o curso em questão.

A FVS parte da perspectiva que, da mesma forma que ocorrem em alguns setores, em que a gestão pode ser concebida de forma mais processual e mecanizada como na infraestrutura, entre outros, a gestão dos cursos de graduação muitas vezes também podem estabelecer um processo de formalização, como no caso do sistema de aprovação com base nas notas da avaliação de uma disciplina e no cumprimento efetivo de conteúdos programáticos.

Porém, há aspectos e ações que são mais subjetivos, como a questão motivacional dos alunos ou o acompanhamento do nível de envolvimento do corpo docente no curso. Justamente no lado acadêmico é que se sente necessidade de ferramentas de apoio (mas não de mecanização) da gestão do processo de ensino-aprendizagem.

Esse trabalho se foca no coordenador de curso por diversas razões. Este é um papel com diversas atribuições operacionais, como organizar horários, contratar professores e orientar a matrícula dos alunos. Contudo, entende-se que sua maior importância é dar uma “identidade” para o curso, mantendo consistente sua linha de ensino e coerente com o Projeto Pedagógico do mesmo. Juntam-se a isto diversas obrigações

ligadas às questões econômicas, como viabilização de laboratórios de ensino e atingimento de metas de ocupação de salas de aula e ações de integração das atividades de extensão e pesquisa da IES, acompanhamento e evolução do Projeto Pedagógico do curso e envolvimento com mecanismos de avaliação externa.

Dada essa grande importância da coordenação do curso, há sempre um esforço de formar uma equipe de coordenadores respeitando os seguintes critérios:

- Professores com formação acadêmica correspondente a mestre/doutor e/ou, minimamente, *Lato Sensu* na área do curso;
- Professores com, pelo menos, 3 anos de experiência acadêmica e não -acadêmica;
- Professores com dedicação integral ao curso e à Instituição (40 horas);
- Professores capazes de liderar processos acadêmico-pedagógicos envolvendo professores e estudantes;
- Professores integrados à comunidade local ou que tenham um perfil agregador, capazes de facilitar a localização e a contratação de bons profissionais, estabelecimento de convênios, fixação de imagem institucional positiva da Instituição etc.;
- Professores interessados em conhecer o projeto dos estudantes, as demandas do mercado de trabalho e as necessidades da comunidade para, de alguma forma, fortalecer os programas educacionais que a Instituição oferece;
- Professores aptos a selecionar, produzir ou a utilizar informações que subsidiem os processos decisórios que envolvem sua função;
- Professores com boa capacidade de comunicação oral e escrita.

Para o Curso de Graduação em Direito, bem como outros cursos de graduação da IES, serão constituídas atuações e atribuições divididas em categorias passíveis de conduzir positivamente o curso e a modernização dos Projetos Pedagógicos: funções de natureza Política, Gerencial, Acadêmica e Institucional.

a) Funções de Natureza Política:

- O Coordenador do Curso exercerá o papel de grande divulgador do curso tanto no plano interno – junto a estudantes e a professores – quanto no plano externo – junto aos potenciais empregadores e à comunidade/sociedade;
- Negociará com os dirigentes condições que multipliquem as possibilidades de execução de projetos capazes de ampliar a aprendizagem do corpo discente;
- Motivará estudantes e professores para a busca de qualidade acadêmica.

b) Funções de Natureza Gerencial:

- Supervisionará a qualidade e a suficiência das instalações da IES para o curso, dos equipamentos dos laboratórios, do acervo da biblioteca e da adequação da política de uso dos espaços e equipamentos;
- Conhecerá e contribuirá para os controles da Secretaria: registro de faltas e de notas, matrículas, cumprimento de prazos etc.;
- Formulará fluxos de comunicação e de processos que contribuam para a agilidade das ações e a eficácia dos resultados.

c) Funções de Natureza Acadêmica:

- Contribuirá para a concepção, execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso na direção e sua explícita articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Integrará os professores e estimulará a articulação das disciplinas da grade curricular – tanto no plano horizontal quanto vertical – e dos programas curriculares e extracurriculares que, de alguma forma, envolvam as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Liderará o programa de avaliação com a preocupação de identificar pontos frágeis e de formular alternativas de superação de tais debilidades;

- Estimulará os programas que reforcem os projetos acadêmico/profissional dos estudantes, o projeto pedagógico do curso e o PDI: programa de monitoria, programa de iniciação científica, execução das PIs – Práticas Interdisciplinares, programas de consultoria vinculados ao Núcleo de Práticas etc.

d) Funções de Natureza Institucional:

- Contribuirá para a imagem interna e externa do curso e da Instituição;
- Encontrará meios de ampliar a empregabilidade dos egressos;
- Firmará contratos, convênios e parcerias que ampliem os espaços de aprendizagem dos estudantes, os espaços profissionais dos egressos e a credibilidade da Instituição junto à sociedade;
- Procurará ser ativo em todos os processos que envolvam a autorização, reconhecimento e avaliação periódica do curso que coordena.

Dessa forma, há que se destacar que a FVS terá na sua organização administrativa e acadêmica um coordenador responsável pela articulação, formulação, e execução de cada projeto pedagógico de Curso.

O coordenador escolhido para fazer a gestão do Curso de Bacharelado em Direito da FVS possuirá uma formação que lhe permita ter domínio do desenvolvimento do projeto pedagógico do seu curso.

2.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO

A Instituição reconhece a coordenação do curso como uma liderança importante para a concepção, a execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico dos cursos que

oferece.

O regime de trabalho do coordenador é de tempo integral e possibilitará o atendimento da demanda, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes e equipe multidisciplinar, e a representatividade nos colegiados superiores. A coordenação elaborará um plano de ação com indicadores de desempenho, que será compartilhado com a comunidade acadêmica. No mesmo mote, planejará junto à gestão da IES a administração do corpo docente, favorecendo a integração entre os docentes e equipe multidisciplinar e a melhoria contínua dos processos de ensino aprendizagem. As atribuições do coordenador estão previstas no regimento da IES, as quais são:

- I. integrar, convocar e presidir o Colegiado de Curso e o NDE;
- II. II. cumprir e fazer cumprir as instruções normativas expedidas pela Diretoria Geral e Diretorias, observando-se o prazo proposto e, as decisões do CONSUP, Colegiado de Curso e dos demais órgãos da administração superior;
- III. III. orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso;
- IV. IV. elaborar o horário do curso e fornecer à Diretoria Geral para aprovação.
- V. V. fiscalizar a observância do regime acadêmico e o cumprimento dos programas e planos de ensino, bem como a execução dos demais projetos da Coordenação de Curso;
- VI. VI. acompanhar e autorizar estágios curriculares e extracurriculares no âmbito do curso;
- VII. VII. homologar aproveitamento de estudos, transferências e propostas de adaptações de curso;
- VIII. VIII. exercer o poder disciplinar no âmbito do curso;
- IX. IX. acompanhar e executar as políticas institucionais voltadas para o atendimento da legislação e a formação continuada, promovendo a integração entre os cursos de graduação e de pós-graduação, incentivando a produção científica alinhada à atuação profissional do egresso;
- X. X. acompanhar e executar a legislação aplicada ao curso de graduação.
- XI. XI. desenvolver atividades relativas aos processos de credenciamento, reconhecimento da IES, bem como as de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos responsabilizando-se juntamente com o Setor de Regulação, Avaliação Institucional e Supervisão o recebimento e acompanhamento dos trabalhos das Comissões de Avaliação in loco do MEC, juntamente com a Comissão Própria de Avaliação – CPA.
- XII. XII. elaborar para a aprovação da Diretoria Geral, plano de ação da Coordenação documentado e compartilhado, que disponha de indicadores de desempenho da coordenação disponíveis e públicos, e administrar a potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua;
- XIII. XIII. informar à Diretoria Geral semestralmente os projetos de iniciação científica a serem realizados no semestre e acompanhar a submissão dos projetos de Iniciação Científica.

- XIV. XIV. sensibilizar o corpo docente, tutor e discente para a submissão dos projetos de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa, caso necessário.
- XV. XV. informar à Diretoria Geral anualmente os convênios firmados para a realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios, e o prazo de início e término da parceria, com o total de alunos atendidos por parceria.
- XVI. XVI. encaminhar os TCCs para o Repositório Institucional, ao final do semestre letivo;
- XVII. XVII. elaborar o diagnóstico de provas do ENADE por amostragem, e encaminhá-lo ao NDE, à Diretoria Geral e Procuradoria Institucional.
- XVIII. XVIII. elaborar no mínimo dois projetos de extensão por semestre promovendo a atualização constante da DCN do seu curso em atendimento ao perfil profissional, e encaminhá-los para a Diretoria Geral.
- XIX. XIX. propor ao NDE reformulações no Projeto Pedagógico de Curso e/ou na matriz curricular;
- XX. XX. coordenar os trabalhos e as atividades dos docentes e tutores do curso;
- XXI. XXI. conhecer e registrar parecer dos recursos de alunos, quando solicitado, encaminhando-os aos órgãos competentes;
- XXII. XXII. acompanhar e estimular atividades complementares atinentes ao curso;
- XXIII. XXIII. analisar, validar e registrar semestralmente as atividades complementares realizadas pelos alunos, para que as horas correspondentes sejam incluídas no histórico escolar do aluno;
- XXIV. XXIV. acompanhar, junto à Secretaria Acadêmica, os registros e controles acadêmicos;
- XXV. XXV. organizar e manter arquivados os programas de disciplina e planos de ensino, assim como encaminhá-los ao NDE para atualização e/ou aprovação;
- XXVI. XXVI. estimular, no âmbito da Coordenação, a publicação de trabalhos didáticos, técnicos e científicos;
- XXVII. XXVII. pronunciar-se sobre questões suscitadas pelos corpos Docente, Tutor e Discente, na Coordenação, encaminhando ao Diretor Geral as informações e pareceres relativos aos assuntos atinentes e cuja solução transcenda sua competência;
- XXVIII. XXVIII. sensibilizar o corpo docente, tutor, discente e técnico administrativo a participar do processo de avaliação institucional;

- XXIX. XXIX. propor programas de capacitação docente e de tutores à Diretoria Geral;
- XXX. XXX. zelar pelo patrimônio, pela preservação da honra, a imagem e reputação da IES.
- XXXI. XXXI. zelar pela ética, moral e os bons costumes, bem como a qualquer membro da Diretoria Geral e das Diretorias, da administração, docente, tutor, coordenadorias ou outro funcionário no ambiente acadêmico.
- XXXII. XXXII. exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos da IES.

2.5 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A atuação dos docentes é fundamental para o sucesso do curso, e principalmente, para o desempenho acadêmico e profissional do aluno. A FVS, ao conceber o corpo docente do curso, considerou o perfil profissional do egresso, para então definir o perfil quantitativo e qualitativo da titulação, do regime de trabalho, da experiência profissional e da experiência em docência no ensino superior.

O corpo docente do curso está constituído por profissionais com titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu. A seleção do corpo docente foi levada a cabo e realizada principalmente na aderência da formação acadêmica e profissional do docente com a disciplina a ser lecionada.

De acordo com a Relação Nominal do Corpo Docente apresentada na introdução da Dimensão 2 neste PPC, os docentes que compõem o quadro do curso são:

O Corpo Docente do Curso é composto por 26 docentes, sendo:

- 11,53 % de Doutores;
- 26,92 % de Mestres;
- 61,53 % de Especialistas

Total de Mestres/Doutores: 38,45%

O quadro a seguir apresenta a relação nominal de docentes diretamente vinculados ao curso e suas respectivas titulações, regime de trabalho:

| Titulação | Nº | Nome | Regime de trabalho | Perfil |
|-----------|----|------|--------------------|--------|
|-----------|----|------|--------------------|--------|

| | | | |
|---|---|----------|---------------|
| Doutor | DIEGO PETERSON BRANDÃO CEDRO | INTEGRAL | DOCENTE |
| | DALILA MIRANDA MENEZES | PARCIAL | DOCENTE |
| | KELMA SOUZA COSTA | INTEGRAL | DOCENTE/TUTOR |
| Mestre | RAPHAEL GOMES VIANA | INTEGRAL | DOCENTE |
| | THAIS ARAUJO DIAS | PARCIAL | DOCENTE/TUTOR |
| | ALEX ALVES DO NASCIMENTO | INTEGRAL | DOCENTE/TUTOR |
| | SERGIO LUIZ CORREA DOS SANTOS | INTEGRAL | DOCENTE |
| | FELIPE AUGUSTO DE SOUSA SOBRINHO | PARCIAL | DOCENTE/TUTOR |
| | RAIMUNDO DIAS DE OLIVEIRA NETO | PARCIAL | DOCENTE |
| | LUCIANE DOS SANTOS JACOME | INTEGRAL | DOCENTE |
| Especialista | ISRAEL PRADO MORETZ-SOHN | INTEGRAL | DOCENTE |
| | FERNANDA ELIZABETH DE LIMA CASTELO BRANCO | PARCIAL | DOCENTE |
| | FRANCISCO RONEY DE SOUSA RIBEIRO | PARCIAL | DOCENTE |
| | LEANDRO LIMA VALENCIA | INTEGRAL | DOCENTE |
| | ANTONIA CAMILA VIEIRA MENDES | PARCIAL | DOCENTE |
| | EMANUELA BRITO DE OLIVEIRA | INTEGRAL | DOCENTE |
| | ANTONIO XIMENES CARVALHO | PARCIAL | DOCENTE |
| | RAUL FERREIRA MAIA | INTEGRAL | DOCENTE |
| | RODRIGO FAGUNDES PORTELA | PARCIAL | DOCENTE |
| | TULIO ARRUDA DA PONTE LOPES | PARCIAL | DOCENTE |
| | TIAGO OLIVEIRA FREIRE CARNEIRO | PARCIAL | DOCENTE |
| | ADRIANY ALVES SILVA PONTES | PARCIAL | DOCENTE |
| | JULIANA SABOIA PONTE | PARCIAL | DOCENTE |
| | RODRIGO RAMOS FREIRE DE CASTRO | INTEGRAL | DOCENTE |
| | BRUNA DA SILVA FROTA | INTEGRAL | DOCENTE |
| FRANCISCO MAXWANIO PONTE DE VASCONCELOS | INTEGRAL | DOCENTE | |

Da mesma forma, os professores serão estimulados à educação continuada, tanto pelo oferecimento, pela FVS, de cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, de cursos de extensão e pela facilitação e subsídio para a inscrição em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e, também para participações em eventos e apresentações e publicações de trabalhos em geral.

A Instituição também oferecerá apoio à pesquisa dos seus Docentes, através da Coordenação de Pesquisa que tem por objetivo promover o desenvolvimento de investigações científicas e destina-se aos professores de todos os cursos da FVS.

Assim, pode-se determinar que são atribuições do corpo docente:

- I. Dar cumprimento ao Projeto Educativo nos limites de sua área de atuação;
- II. Assumir, por atribuição da respectiva Coordenadoria, encargos de Ensino, Iniciação científica, Extensão e Administração Acadêmica;
- III. Assumir pessoalmente, superintender e fiscalizar o processo de Docência, Iniciação científica, Extensão e Administração Acadêmica;
- IV. Observar e fazer observar, em sua área de ação, as Normas estabelecidas e a orientação dos Órgãos Acadêmicos e Administrativos, especialmente no que se refere ao cumprimento das cargas horárias, eventuais normas baixadas pelos órgãos competentes e a execução dos Planos de Ensino;
- V. Encaminhar à respectiva Coordenadoria, antes do início de cada período letivo, o Plano das atividades a seu cargo;
- VI. Registrar corretamente, a cada aula, nos documentos de controle, a matéria ministrada, a frequência dos alunos às aulas, as notas, as atividades programadas e outros dados referentes às disciplinas e turmas de alunos sob sua responsabilidade;
- VII. Encaminhar à Secretaria Acadêmica, na forma estabelecida, no final de cada bimestre letivo, os resultados do trabalho escolar de cada um de seus alunos, em termos de aproveitamento e frequência;
- VIII. Encaminhar à respectiva Coordenadoria, no final de cada período letivo, relatório circunstanciado das atribuições ou atividades porque estiverem responsabilizados;
- IX. Participar das reuniões da Coordenadoria na qual estão lotados;
- X. Participar, como Representante do Corpo Docente, quando eleitos por seus pares, dos Órgãos Colegiados da FVS;
- XI. Satisfazer aos encargos e comissões que lhe forem atribuídos pelos Órgãos Superiores ou para os quais forem indicados por seus pares, no interesse do Ensino, da Iniciação científica, da Extensão e da Administração Acadêmica;
- XII. Assinar o registro de suas atividades didáticas, constantes dos diários de classe e relações nominais, e dar ciência aos alunos de outros documentos e avisos que lhes forem encaminhados para esse fim;
- XIII. Proceder com respeito no trato com os alunos, com os colegas docentes, com os funcionários, com as autoridades superiores da FVS e para com os membros da Entidade Mantenedora;
- XIV. Através do seu exemplo, incentivar a frequência à Biblioteca;
- XV. Elaborar o Plano de Ensino de sua disciplina e compatibilizá-lo com os demais do Curso, tendo em vista o seu Projeto Pedagógico de Curso, além de

- promover a sua execução integral após apreciação da Coordenadoria de Curso e a competente aprovação pelos órgãos superiores;
- XVI. XVI. Orientar, dirigir e ministrar o Ensino, a iniciação científica e as demais atividades na área da sua disciplina, cumprindo integralmente o programa e a carga horária previstos no Plano de Ensino e aplicar os instrumentos de avaliação do desempenho acadêmico, constantes no Plano de Ensino;
- XVII. XVII. Entregar por escrito ou meio eletrônico à Secretaria Geral os resultados das avaliações de desempenho e demais trabalhos acadêmicos, nos prazos fixados;
- XVIII. XVIII. Observar e fazer cumprir o regime disciplinar entre os discentes;
- XIX. XIX. Colaborar na elaboração e execução de Projetos de Ensino, de Iniciação científica ou de Extensão, aprovados pelos Órgãos competentes;
- XX. XX. Participar de reuniões e trabalhos dos Órgãos Colegiados a que pertença e de Comissões ou Grupos de Trabalho para as quais for designado, bem como de Reuniões gerais do Corpo Docente convocadas pela Direção;
- XXI. XXI. Ter frequência regular às aulas, salvo nos programas de educação à distância;
- XXII. XXII. Participar de todas as etapas do Programa de Formação Continuada;
- XXIII. XXIII. Participar de todas as reuniões de colegiado, de acordo com o Calendário Acadêmico;
- XXIV. XXIV. Elaborar o plano de ensino da disciplina sob sua responsabilidade, seguindo as orientações da Instituição e entregar na data estabelecida;
- XXV. XXV. Quanto às referências bibliográficas da disciplina sob sua responsabilidade, pesquisar na Biblioteca da FVS e observar as bibliografias indicadas nos PPC's antes de elaborar o plano de ensino e, caso haja a necessidade de compra, solicitar junto à Biblioteca da FVS;
- XXVI. XXVI. Apresentar e explicar aos alunos a programação da disciplina, tais como ementa, conteúdos, estratégias, avaliações continuadas, bibliografias, recursos que serão utilizados, proposta de uso da sala virtual;
- XXVII. XXVII. Preparar as aulas, ter claros os objetivos para as mesmas, preparar ou solicitar os materiais que serão utilizados, procurar utilizar uma estratégia que ajude os alunos a compreenderem os conteúdos;
- XXVIII. XXVIII. Orientar os alunos quanto às avaliações contínuas, como sendo apoio à aprendizagem, explicar quais os instrumentos de avaliação que serão utilizados e a pontuação;
- XXIX. XXIX. Dar retorno das avaliações contínuas aos alunos, não deixando para o final do semestre;
- XXX. XXX. Orientar quanto às avaliações finais, que as mesmas tenham significado e que sejam momentos de aprendizagem e que as questões sejam bem elaboradas e tenham sentido para o aluno;
- XXXI. XXXI. Utilizar a sala virtual como recurso pedagógico em disciplinas sob sua responsabilidade;
- XXXII. XXXII. Manter contato constante com seu/sua coordenador(a) de curso;
- XXXIII. XXXIII. Quanto às Práticas, nas Licenciaturas, organizar o projeto de prática e explicar aos alunos, no início do semestre, seu significado e forma de desenvolvimento;

- XXXIV. XXXIV. Ser pontual, seguir rigorosamente os horários de início e término das aulas, determinados pela Instituição;
- XXXV. XXXV. Estimular os alunos a participarem das aulas;
- XXXVI. XXXVI. Relacionar a disciplina com a área de formação do curso e com as demais disciplinas e estar atento às dificuldades de aprendizagem dos alunos;
- XXXVII. XXXVII. Manter o registro das atividades da disciplina atualizados no diário de classe, explicitando os conteúdos, estratégias, avaliações e recursos utilizados;
- XXXVIII. XXXVIII. Alimentar semanalmente o sistema gerenciador, quanto às faltas dos alunos; e,
- xxxix. XXXIX. Exercer as demais atribuições que lhe forem cominadas pelos Órgãos Superiores e aquelas previstas em lei e no Regimento

Para ingresso na Faculdade e no curso, os professores serão selecionados pelo Coordenador.

Os requisitos exigidos para a docência são:

- a) Titulação acadêmica - Privilegia-se os candidatos com melhor titulação, compatível com as disciplinas a serem ministradas. A titulação mínima aceitável é a de especialista;
- b) Formação não acadêmica - Privilegia-se os candidatos com maior formação, ainda que não acadêmica (treinamentos empresariais, cursos de extensão, cursos de atualização, entre outros);
- c) Experiência acadêmica- Privilegia-se candidatos com maior e melhor experiência acadêmica;
- d) Experiência profissional - Para disciplinas mais específicas do Direito, o requisito experiência é fundamental, já para as disciplinas de formação geral, a experiência em Direito não é um requisito eliminatório, mas um requisito desejado.

2.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso de Direito possui regime de trabalho adequado às exigências e permite o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem.

Os docentes possuem atribuições previamente definidas no Regimento institucional, que incluem desde o planejamento didático até a preparação e correção das avaliações de aprendizagem.

O curso possui um corpo docente com 26 professores, conforme quadro demonstrativo abaixo que retrata os percentuais de regime de trabalho sendo:

| Titulação | Nº | Nome | Regime de trabalho | Perfil |
|--------------|----|---|--------------------|---------------|
| Doutor | | DIEGO PETERSON BRANDÃO CEDRO | INTEGRAL | DOCENTE |
| | | DALILA MIRANDA MENEZES | PARCIAL | DOCENTE |
| | | KELMA SOUZA COSTA | INTEGRAL | DOCENTE/TUTOR |
| Mestre | | RAPHAEL GOMES VIANA | INTEGRAL | DOCENTE |
| | | THAIS ARAUJO DIAS | PARCIAL | DOCENTE/TUTOR |
| | | ALEX ALVES DO NASCIMENTO | INTEGRAL | DOCENTE/TUTOR |
| | | SERGIO LUIZ CORREA DOS SANTOS | INTEGRAL | DOCENTE |
| | | FELIPE AUGUSTO DE SOUSA SOBRINHO | PARCIAL | DOCENTE/TUTOR |
| | | RAIMUNDO DIAS DE OLIVEIRA NETO | PARCIAL | DOCENTE |
| | | LUCIANE DOS SANTOS JACOME | INTEGRAL | DOCENTE |
| Especialista | | ISRAEL PRADO MORETZ-SOHN | INTEGRAL | DOCENTE |
| | | FERNANDA ELIZABETH DE LIMA CASTELO BRANCO | PARCIAL | DOCENTE |
| | | FRANCISCO RONEY DE SOUSA RIBEIRO | PARCIAL | DOCENTE |
| | | LEANDRO LIMA VALENCIA | INTEGRAL | DOCENTE |
| | | ANTONIA CAMILA VIEIRA MENDES | PARCIAL | DOCENTE |
| | | EMANUELA BRITO DE OLIVEIRA | INTEGRAL | DOCENTE |
| | | ANTONIO XIMENES CARVALHO | PARCIAL | DOCENTE |
| | | RAUL FERREIRA MAIA | INTEGRAL | DOCENTE |
| | | RODRIGO FAGUNDES PORTELA | PARCIAL | DOCENTE |
| | | TULIO ARRUDA DA PONTE LOPES | PARCIAL | DOCENTE |
| | | TIAGO OLIVEIRA FREIRE CARNEIRO | PARCIAL | DOCENTE |
| | | ADRIANY ALVES SILVA PONTES | PARCIAL | DOCENTE |
| | | JULIANA SABOIA PONTE | PARCIAL | DOCENTE |
| | | RODRIGO RAMOS FREIRE DE CASTRO | INTEGRAL | DOCENTE |
| | | BRUNA DA SILVA FROTA | INTEGRAL | DOCENTE |
| | | FRANCISCO MAXWANIO PONTE DE VASCONCELOS | INTEGRAL | DOCENTE |

O docente tem, entre outras atribuições contratuais, ministrar aulas e conteúdos curriculares, elaborar o Plano de Ensino, elaborar e corrigir as atividades avaliativas. Os professores contratados em tempo integral podem atuar em trabalhos de extensão, planejamento, avaliação, gestão e outros.

No início de cada semestre letivo será realizada reunião entre a direção, coordenação de curso e docentes para apresentação de informações pedagógicas e institucionais; discussão de propostas e orientação para elaboração do planejamento docente. Serão também realizadas capacitações docentes através de workshops, oficinas e outras modalidades.

Os docentes terão representação nos órgãos colegiados da IES, bem como na Comissão Própria de Avaliação (CPA) e no Núcleo Docente Estruturante (NDE).

O trabalho docente será acompanhado de diversas formas, quais sejam: Plano de Ensino, Ouvidoria, Avaliação Docente, Grupos Focais com os discentes, análise dos resultados dos alunos. Tais resultados serão insumos que subsidiarão o planejamento da gestão do curso com vistas à proposição de ações de melhoria.

2.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente efetivo do Curso de Direito possui experiência profissional, os docentes dispõem de experiência no mercado de trabalho e também na ministração de aulas. Dessa forma, promovem ações que possibilitam apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos do dia a dia; de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional; buscam por atualização constante, o que possibilita a relação entre conteúdo teórico e prática; propiciam a compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral; e exploram as competências previstas no PDI da FVS, observando o conteúdo abordado e a profissão.

Ao analisar a experiência profissional do corpo docente, considerou-se:

- A relação da sua trajetória profissional com o seu desempenho em sala de aula, valorizando a sua capacidade para apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos;

- A importância das suas vivências na aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional;
- A importância da sua atuação no mercado de trabalho para manter-se sempre atualizado com relação à interação conteúdo e prática, promovendo a compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral;
- A capacidade de relacionar as competências previstas no PPC e o exercício da profissão proposta.

2.8 EXPERIÊNCIA DO CORPO DOCENTE NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

O corpo docente do curso possui experiência na docência superior que demonstra, justifica e qualifica-os para os seus respectivos componentes curriculares, oportunizando os discentes diversos meios de aprendizagem através de metodologias ativas e inovações tecnológicas aplicáveis à educação e voltadas para o aprendizado.

A experiência docente será reforçada semestralmente com capacitações, qualificações didático-pedagógicas e aperfeiçoamento didático pedagógico no ensino superior. Este último, de modo a identificar dificuldades dos discentes e promover uma adequação metodológica em sala de aula, de acordo com o perfil do aluno. Ainda assim, a CPA irá assessorar com métricas de modo a fomentar a qualificação e entendimento dos docentes sobre a importância das avaliações diagnósticas, formativas e somativas.

Ao analisar a experiência do corpo docente previsto para o curso, no exercício da docência superior, considerou-se:

- A capacidade de promover ações que permitam identificar as dificuldades dos alunos e propor métodos diferenciados para alunos;
- A habilidade de expor o conteúdo em linguagem aderente às características pedagógicas, sociais e regionais da turma;
- A capacidade apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;
- A criatividade para elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas;

- A competência para realizar feedbacks das avaliações com os alunos, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no decorrer do semestre letivo;
- A capacidade de estabelecer uma relação de liderança e ter sua produção reconhecida pelos discentes e pela comunidade acadêmica.

Um dos critérios analisados para seleção do corpo docente foi a experiência na docência do ensino superior. Observaram-se os currículos, e a coordenação do curso elaborou um relatório de estudo que demonstra e justifica a relação entre a experiência na docência superior do corpo docente previsto e seu desempenho em

2.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O corpo de docentes/tutores possui experiência em educação à distância que permite identificar as necessidades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem compatível com as características da turma, apresentar os conteúdos curriculares de forma contextualizada, e elaborar atividades educativas, em colaboração com os docentes, para a promoção da aprendizagem de acadêmicos com dificuldades, utilizando-se de práticas comprovadamente inovadoras no contexto da modalidade a distância.

A experiência do corpo de docentes/tutores em educação a distância do curso de Direito pode ser constatada nas pastas dos /docentes/tutores, na análise do currículo Lattes de cada docente/tutor, no diálogo direto com o grupo ou ainda pela análise de documentos específicos. A política de capacitação, treinamento e formação continuada para o corpo de docentes/tutores visa potencializar o desenvolvimento das habilidades e competências do corpo de docentes/tutores da Faculdade ViaSapiens – FVS, através de diretrizes para a formação do colaborador de acordo com a necessidade da função dentro da Instituição, possibilitando a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica na graduação e/ou em programas de pós-graduação, com práticas regulamentadas. Seus objetivos são a qualificação, o treinamento e a formação constante do corpo de docentes/tutores, garantindo níveis de excelência em todo o processo acadêmico e pedagógico. Essa política ainda apresenta os meios de divulgação, as categorias e modalidades, as propostas de capacitações, treinamentos e formações continuadas, as diretrizes e critérios de participação, a avaliação e acompanhamento das ações, a avaliação e acompanhamento da política e as disposições finais.

A experiência do corpo docente/tutorial, graduados na área de aderência do curso de Direito, permite oferecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica junto aos discentes, demonstrar inequívoca qualidade no relacionamento com os estudantes, incrementando processos de ensino aprendizagem, e orientar os acadêmicos sugerindo atividades e leituras complementares que auxiliam sua formação.

Atuam no curso de Direito docentes/tutores, os quais possuem especificidades em suas funções, promovendo espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionando material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos desenvolvidos em cada disciplina, realizando processos avaliativos de ensino e aprendizagem, efetuando as correções de avaliações e materiais acadêmicos, elaborando os materiais instrucionais, trilhas de aprendizagem; banco de questões; objetos de aprendizagem, entre outros, a partir do conhecimento prévio adquirido, levando em consideração sua atuação que é baseada na aderência ao curso de sua área de formação.

O docente/tutor também realiza a mediação pedagógica, atuando no atendimento online, utilizando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) desenvolvidas pela FVS, Ambiente Virtual de Aprendizagem, Chat, sanar dúvidas de acadêmicos, incentivar os acadêmicos a participarem dos encontros presenciais e das enquetes, e incentiva os alunos nas leituras complementares, alertar os acadêmicos para o cumprimento do cronograma do curso, orientar os acadêmicos na realização das atividades de autoestudo e de avaliação, incentivar o uso e acesso do acadêmico ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, entre outras atividades, atendendo ao estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso.

2.11 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Os docentes/tutores do curso possuem experiência no exercício da docência superior no ensino à distância, o que demonstra, justifica e qualifica-os a assumirem suas respectivas disciplinas.

Na seleção dos tutores considerou-se:

- a) Capacidade para fornecer suporte às atividades dos docentes;
- b) Capacidade para realizar mediação pedagógica junto aos alunos;
- c) Capacidade para incrementar processos de ensino aprendizagem e orientar os alunos;

- d) Proatividade na sugestão de atividades e leituras complementares que auxiliem os alunos;
- e) Bom relacionamento interpessoal e atitudes que demonstrem qualidade no relacionamento com os alunos.
- f) Sua capacidade para identificar as dificuldades dos alunos quanto a adaptação à modalidade EAD;
- g) A habilidade de expor o conteúdo em linguagem tecnológica aderente às características pedagógicas, sociais e regionais da turma;
- h) A criatividade de apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;
- i) A capacidade de elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades diversas e avaliações diagnósticas, formativas e somativas;
- j) A competência para realizar feedbacks das avaliações com os alunos em diversificadas plataformas virtuais de aprendizagem, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no decorrer do semestre letivo;
- k) A capacidade de estabelecer virtualmente uma relação de liderança e ter sua produção reconhecida pelos discentes e pela comunidade acadêmica, na modalidade a distância.

Os docentes/tutores do curso de Direito são graduados na área da disciplina pelas quais são responsáveis e possuem titulação obtida em pós-graduação lato sensu e estrito sensu. Tal formação dos tutores do curso os capacita a identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares e elaborar atividades específicas, em colaboração com os docentes, para a promoção da aprendizagem de acadêmicos com dificuldades, e oportuniza práticas inovadoras.

A seleção dos tutores a experiência em EaD foi discutida pelo NDE que, ao final, produziu um relatório justificando a relação entre a experiência e desempenho.

2.12 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

A coordenação didática de cada curso está a cargo de um Colegiado de Curso, órgão colegiado para assuntos curriculares, pedagógicos, didáticos e disciplinares de cada curso, auxiliar e articulado à Diretoria.

O Coordenador do Curso é membro nato do Colegiado de Curso, de acordo a designação da Portaria do Diretor Geral, o colegiado do curso está assim constituído:

| Nº | NOME DO DOCENTE | SEGMENTO REPRESENTAÇÃO |
|-----------|-------------------------------|-------------------------------|
| 1 | RAPHAEL GOMES VIANA | Coordenador do Curso |
| 2 | EMANUELA BRITO OLIVEIRA | Docente |
| 3 | SERGIO LUIZ CORREA DOS SANTOS | Docente |
| 4 | DALILA MIRANDA MENEZES | Docente |
| 5 | VALDEMIRO CHAVES CARREIRO | Discente |

A composição do Colegiado de Curso atende ao previsto no Regimento Geral da FVS, o Colegiado de Curso será formado:

- I. Coordenador de Curso, que o preside;
- II. 50% de Professores que ministram disciplinas no curso, eleito por seus pares;
- III. Um representante do corpo discente do curso, escolhido por seus pares, com mandato de 01 (um) ano, permitida a recondução por igual período e estando devidamente matriculado e frequentando o curso;

O Colegiado de Curso reúne-se bimestralmente ou extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente, ou a requerimento de 03 (três) de seus membros.

De acordo com o Regimento Geral compete ao Colegiado de Curso, no âmbito de sua atuação:

- I. Aprovar o Plano de Ensino das disciplinas que compõem os currículos dos cursos, analisando as articulações entre os objetivos, conteúdos programáticos, procedimentos de ensino e avaliação;

- II. Analisar resultados de rendimentos dos alunos nas disciplinas e do curso, com vistas a intervenção pedagógica- administrativa e do processo de avaliação institucional em nível do curso;
- III. Aprovar a programação de ensino, de iniciação à pesquisa, de atividades de Extensão do curso;
- IV. Aprovar normas específicas para o estágio supervisionado, para elaboração e apresentação da monografia ou trabalho de conclusão de curso e para monitoria a serem encaminhados a Direção Acadêmica;
- V. Apreciar as propostas encaminhadas pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE relativas ao Projeto Pedagógico do Curso.

O Colegiado de curso possui um importante papel administrativo e acadêmico na gestão do curso e reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, para cumprir suas funções deliberativas e normativas. Das reuniões é lavrada Ata, de acordo com o fluxo determinado.

2.13 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO

| Nº | NOME DO DOCENTE | FORMAÇÃO | TITULAÇÃO |
|-----------|------------------------------------|-----------------|------------------|
| 1 | FELIPE AUGUSTO DE SOUSA SOBRINHO | LETRAS | MESTRE |
| 2 | ALEX ALVES DO NASCIMENTO | DIREITO | MESTRE |
| 3 | KELMA SOUZA COSTATHAIS ARAUJO DIAS | ZOOTECNIA | DOCTORA |
| 4 | THAIS ARAUJO DIAS | DIREITO | MESTRE |

2.14 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Os docentes/tutores do curso possuem experiência no exercício da docência superior no ensino à distância, o que demonstra, justifica e qualifica-os a assumirem suas respectivas disciplinas.

Na seleção dos tutores considerou-se:

- a) Capacidade para fornecer suporte às atividades dos docentes;
- b) Capacidade para realizar mediação pedagógica junto aos alunos;

- c) Capacidade para incrementar processos de ensino aprendizagem e orientar os alunos;
- d) Proatividade na sugestão de atividades e leituras complementares que auxiliem os alunos;
- e) Bom relacionamento interpessoal e atitudes que demonstrem qualidade no relacionamento com os alunos.
- f) Sua capacidade para identificar as dificuldades dos alunos quanto a adaptação à modalidade EAD;
- g) A habilidade de expor o conteúdo em linguagem tecnológica aderente às características pedagógicas, sociais e regionais da turma;
- h) A criatividade de apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;
- i) A capacidade de elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades diversas e avaliações diagnósticas, formativas e somativas;
- j) A competência para realizar feedbacks das avaliações com os alunos em diversificadas plataformas virtuais de aprendizagem, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no decorrer do semestre letivo;
- k) A capacidade de estabelecer virtualmente uma relação de liderança e ter sua produção reconhecida pelos discentes e pela comunidade acadêmica, na modalidade a distância.

Os docentes/tutores do curso de Direito são graduados na área da disciplina pelas quais são responsáveis e possuem titulação obtida em pós-graduação lato sensu e estrito sensu. Tal formação dos tutores do curso os capacita a identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares e elaborar atividades específicas, em colaboração com os docentes, para a promoção da aprendizagem de acadêmicos com dificuldades, e oportuniza práticas inovadoras.

A seleção dos tutores a experiência em EaD foi discutida pelo NDE que, ao final, produziu um relatório justificando a relação entre a experiência e desempenho.

2.15 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES (PRESENCIAIS – QUANDO FOR O CASO – E A DISTÂNCIA), DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO A DISTÂNCIA

Em atendimento ao plano de gestão da EAD da FVS, o PPC prevê as formas de interação entre os docentes/tutores e Coordenação do Curso, para a realização da tutoria online/presencial, docentes e o coordenador do curso.

A relação será intermediada pela Coordenação do curso, este na condição de realizar as devidas mediações e articulações através de avaliações periódicas. Essa interação ocorrerá presencialmente e virtualmente, através de reuniões do NDE e órgãos colegiados, capacitações, bem como através do uso de tecnologias diversificadas (AVA, e-mail, chats, fóruns, etc.).

Ainda, para complementar esse processo de interação, tem-se a oferta, via AVA, dos cursos livres, voltados ao aprimoramento da equipe de docentes/tutores. Estes instrumentos de comunicação estão disponíveis para a equipe pedagógica representada pelos coordenadores, docentes/tutores. Da mesma forma, a partir dos resultados obtidos nas avaliações implementadas pela CPA (mensal e anual) e dos relatórios obtidos das ferramentas utilizadas na mediação e dos relatos de seus usuários, são extraídos elementos para discussão do NDE e colegiado do Curso de Direito levados ao conhecimento das demais áreas de gestão para processos de melhorias, alterações, inovações no intuito de aproximar, otimizar e potencializar a interação entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, na busca da excelência do padrão de ensino.

2.16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

De acordo com os respectivos currículos lattes, é possível comprovar que, 12% dos docentes do curso de Direito, possuem publicações mais de 9 (nove) publicações nos últimos três anos, e 40% possuem 1 (uma) ou mais publicações e 48% não possuem nos últimos três anos, produções científicas, culturais, artísticas ou tecnológicas, entendidas como livros, capítulos de livros, material didático institucional, artigos em periódicos especializados, textos completos em anais de eventos científicos, resumos publicados em anais de eventos internacionais, propriedade intelectual depositada ou registrada, produções culturais, artísticas, técnicas e inovações tecnológicas relevantes, publicações nacionais com e sem qualis e regionais, considerando sua abrangência.

A política da memória, produção artística e patrimônio cultural da FVS, incentiva a participação da comunidade acadêmica, docentes, discentes, e comunidade externa na busca por saberes relacionados à história, à memória, à cultura, ao patrimônio material e imaterial e à arte por meio da participação em projetos, eventos, programas e núcleos institucionais de ensino, iniciação

científica e extensão, a fim de valorizar as diversas manifestações artísticas e culturais existentes na região e a nível global.

Essa política foi criada em consonância com ações já desenvolvidas pela instituição que vem contribuindo no que diz respeito à formação profissional para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões, por meio da oferta de diversos cursos livres e de formação superior como tecnólogo, licenciatura e bacharelados, assim como com os projetos de iniciação científica e de extensão, com as Práticas Interdisciplinares e com a publicação de pesquisas por meio de sua revista Sapiens.

DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE

A FVS possui infraestrutura adequada na Sede, com acessibilidade, recursos didáticos necessários, atendendo plenamente aos requisitos legais e normativos previstos no instrumento de avaliação e no disposto na Lei 13.146/2015 – art. 3º, inciso I).

A FVS se preocupa com a acessibilidade tanto nas dimensões arquitetônicas, quanto nas dimensões didáticas, pedagógicas, digitais e atitudinais, no acesso aos conteúdos e atividades de aprendizagem e na expressão dos alunos em relação à aprendizagem e avaliação dos conhecimentos em estudo.

Na perspectiva da Acessibilidade das Instalações a FVS respeita o critério básico de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e todos os espaços na sede estão em conformidade com a NBR 9050/2020, da ABNT.

No tocante à sede, as vagas do estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, estão localizadas o mais próximo possível dos acessos principais dos prédios e em plano horizontal. Junto às vagas reservadas, está demarcado no piso o espaço para circulação da pessoa com deficiência por meio de faixa e são sinalizadas com o Símbolo Internacional de Acesso pintado no piso da vaga em sinalização vertical com rampas para vencer os desníveis existentes no percurso entre as vagas reservadas até o interior dos prédios. A circulação é livre, adequada e sinalizada ligando as vagas reservadas às entradas acessíveis dos prédios, conforme critérios definidos pela NBR 9050/2020, da ABNT.

No acesso e nas circulações internas de cada prédio, os desníveis nas entradas dos prédios são eliminados através de rampas acessíveis de acordo com os critérios mínimos também definidos pela NBR 9050/2020, da ABNT.

Também nas áreas de circulação são sinalizadas através de piso tátil direcional, indicando a rota acessível (caminho) a ser percorrida. Nas entradas das salas de aula, dos setores administrativos, sanitários, elevadores, biblioteca, salas de atendimento acadêmico há a sinalização por placas em braille.

Na circulação vertical, o elevador atende aos critérios mínimos definidos pela Lei Estadual no. 11.666/94 e pela NBR 9050/2004, da ABNT, cabine com dimensão de 110 cm de largura e 140 cm de comprimento, porta com vão de 80 cm, sinalização em alto relevo em braille correspondente a cada comando.

Nos prédios da Sede todos os corredores têm sanitários adaptados para as pessoas com mobilidade reduzida e também atendem aos critérios definidos pela NBR 9050/2020 da ABNT, da ABNT

São instalados em todos os corredores de todos os prédios em local de livre acesso, com espaço para manobra de cadeira de rodas e sem obstáculos 01(um) bebedouro público acessível com a altura da bica a 90 cm (noventa centímetros) em relação ao piso, altura livre de 73 cm (setenta e três centímetros) e este deverá atender aos demais critérios da NBR 9050/2020 da ABNT.

Todas as salas de aula ou multifuncionais são acessíveis para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. As salas de aula da FVS contam com metragens distintas entre 50 m² e 60 m², o que possibilita a configuração de diversos ambientes de ensino e aprendizagem, como por exemplo, aprendizado em equipes em metodologias ativas e colaborativas.

Os balcões ou parte das suas superfícies são adaptados para que se tornem aptos ao atendimento de pessoas usuárias de cadeira de rodas.

A localização dos espaços para pessoas usuárias de cadeira de rodas e dos assentos para pessoa com mobilidade reduzida garante a visualização da atividade desenvolvida no palco conforme critérios da NBR 9050/2020 da ABNT.

Na perspectiva de acessibilidade pedagógica, digital e atitudinal, aos conteúdos e atividades de aprendizagem, na interação dos alunos e na expressão dos alunos em relação à aprendizagem e avaliação dos conhecimentos em estudo a FVS segue o disposto para tradução e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libra) para os deficientes auditivos que não dominam plenamente a alfabetização pela escrita.

A acessibilidade nas salas de aula é realizada por corredores amplos e planos, com piso tátil e sinalização para pessoas com deficiência visual, contêm placas indicativas de blocos e disciplinas ministradas em cada semestre, oferecendo condições para utilização com segurança e autonomia total ou assistida.

Para desenvolvimento das atividades acadêmicas são disponibilizados aparelhos de multimídia aos docentes. Como política institucional, também são ofertadas condições de compra com parcelamento e descontos para cada professor que queira adquirir seu próprio aparelho multimídia.

As salas possuem manutenção periódica, e são limpas diariamente por uma equipe especializada, o que gera um local com comodidade necessária às atividades desenvolvidas.

O responsável pelo serviço de infraestrutura, obras e manutenção é responsável pelo acompanhamento e execução do Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da manutenção patrimonial.

Para desenvolvimento das atividades acadêmicas são disponibilizados aparelhos de multimídia aos docentes. Como política institucional, também são ofertadas condições de compra com parcelamento e descontos para cada professor que queira adquirir seu próprio aparelho multimídia. As salas possuem manutenção periódica, e são limpas diariamente por uma equipe especializada, o que gera um local com comodidade necessária às atividades desenvolvidas. O responsável pelo serviço de infraestrutura, obras e manutenção é responsável pelo acompanhamento e execução do Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da manutenção patrimonial.

3.0 INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE

O espaço disponibilizado pela FVS para atender as demandas institucionais, acadêmicas e da comunidade externa, foi projeto de maneira para atender de forma exitosa os critérios estabelecidos pelo MEC e outras exigências legais, adotando os seguintes critérios:

| Critério | Descrição |
|-------------------|---|
| Dimensão | Os espaços físicos serão adequados para o número de usuários e para o tipo de atividade |
| Acústica | O isolamento de ruídos externos e boa audição interna, com uso de equipamentos, se necessário |
| Iluminação | Controle de luminosidade natural e/ou artificial |
| Ventilação | Adequada às necessidades climáticas locais ou com equipamentos, se necessário |

| | |
|--|---|
| Mobiliário e aparelhagem específica | Adequado as demandas do local e em quantitativo suficiente aos usuários |
| Limpeza | As áreas contam com limpezas periódicas. O depósito e as cestas de coleta de lixo estão disponibilizados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aulas na cantina, na biblioteca, nas salas de estudo etc. |
| Manutenção | Os espaços físicos possuem manutenção periódica de acordo com o Plano de Avaliação e Manutenção Predial - plano de avaliação periódica dos espaços. |
| Recursos Tecnológicos | Os espaços físicos possuem proposição de recursos tecnológicos diferenciados para o tipo de atividade. |
| Acessibilidade | Os espaços físicos apresentam acessibilidade para as pessoas com deficiência física com a finalidade de eliminar barreiras arquitetônicas e facilitar a integração dos espaços para a adequada circulação dos alunos, permitindo o acesso aos ambientes de uso coletivo em atendimento ao Plano de Acessibilidade da IES. |
| Fuga | Os espaços físicos atendem às exigências legais de segurança predial, inclusive Plano de Fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente |

3.0.1 Manutenção e Conservação das Instalações Física

A manutenção e a conservação das instalações físicas, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da Instituição ou por empresas especializadas previamente contratadas.

As políticas de manutenção e conservação definidas consistem em:

- a) manter instalações limpas, higienizadas e adequadas ao uso da comunidade acadêmica;

- b) proceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos espaços e instalações próprias para o uso;
- c) executar procedimentos de revisão periódica nas áreas elétrica, hidráulica e de construção da Instituição.

O departamento de infraestrutura é responsável pelo acompanhamento e execução do Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da manutenção patrimonial.

3.0.2 Manutenção e Conservação dos Equipamento

A manutenção e a conservação dos equipamentos, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da Instituição ou por empresas especializadas previamente contratadas.

As políticas de manutenção e conservação consistem em:

- a) manter equipamentos em funcionamento e adequados ao uso da comunidade acadêmica;
- b) proceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos equipamentos para o uso;
- c) executar procedimentos de revisão periódica nos equipamentos da Instituição.

A IES possui Plano de Aquisição, expansão e atualização de Equipamentos e ainda o Plano de Contingência para o funcionamento dos recursos tecnológicos 7 dias por semana e 24 horas por dia.

3.1. ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL – TI

O espaço de trabalho para docentes em Tempo Integral viabiliza ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, atendem às necessidades institucionais, possuem recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados, garantem privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

A área responsável pela aquisição e manutenção dos equipamentos é o setor de informática, com gestão própria, ligado a Diretoria Acadêmica da Faculdade anualmente são revistas todas as necessidades de manutenção e atualização física e digital da faculdade FVS. as revisões são baseadas no orçamento para investimento definidas no início de cada ano e são acompanhadas pelo corpo técnico administrativo e pela equipe multidisciplinar.

3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

O espaço de trabalho para o coordenador viabiliza as ações acadêmico-administrativas, possui equipamentos adequados, atende às necessidades institucionais, permite o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade e dispõe de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho.

A sala de Coordenação do Cursos atende satisfatoriamente aos requisitos de iluminação, ventilação, acústica, limpeza, mobiliário e equipamentos, sendo adequada para o número de usuários e para o tipo de atividade, garante um atendimento privativo para os atendimentos dos discentes, docentes e orientadores.

Com vistas à realização de atividades administrativas, a Coordenação do Curso tem à disposição 01 (uma) sala medindo 34 m², e apresenta excelente iluminação e limpeza, equipada com os seguintes recursos e mobiliários:

- 01(um) computador com internet e demais aplicativos para uso;
- 01(uma) impressora,
- 01 mesa,
- 02 (quatro) cadeiras estofadas e armários.

A sala da coordenação possui localização estratégica para o acompanhamento as salas de aula e os demais espaços de aprendizagem, bem como para o assessoramento ao corpo docente em suas atividades de planejamento, execução, monitoramento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem acadêmica.

3.3 SALA DE PROFESSORES

Os docentes contam com 01 sala de professores, atendendo às exigências necessárias quanto à limpeza, acústica, ventilação, e conservação e climatização. O espaço oferece comodidade necessária à atividade desenvolvida, além de garantida a acessibilidade. A sala possui gabinetes individuais para os professores, equipados com computador com acesso à internet, há acesso a banheiro masculino e a banheiro feminino. Conta ainda com espaço específico para lanche. A sala dos professores conta com o apoio de um auxiliar de apoio ao docente com gabinete individual, com acessibilidade.

A sala dos professores possui os seguintes recursos e mobiliários:

- 02 (dois) computadores com acesso à internet
- 01 (uma) impressora, todos conectados à internet
- 01 (uma) mesa com capacidade para 06 (seis) professores
- 02(duas) mesas para uso dos computadores
- 10 (dez) cadeiras estofadas e armários para uso dos professores
- Armários para uso dos professores
- Televisão Smart com acesso à internet

No espaço é disponibilizado pelo FVS água, café e biscoito para todos os docentes e durante toda a jornada de trabalho. Em relação à acessibilidade apresenta localização estratégica em relação as diretorias, a coordenação, as salas de aulas e a outros espaços de aprendizagem disponibilizados pelo FVS.

A sala é apropriada de acordo com a demanda docente para os respectivos horários de aula ou descanso.

3.4 SALA DE AULA

A Faculdade possui salas de aula com capacidade média para FVS alunos, que são distribuídas em função das demandas de curso, tamanho das turmas, necessidades de cada conjunto de disciplinas e, especialmente, conforto e funcionalidade para docentes e discentes.

Todas as salas possuem quadro, carteiras, mesa para o professor e quadro de avisos aos alunos. As salas possuem boa acústica, iluminação, acessibilidade e ventilação adequadas. A

faculdade oferece, em sua infraestrutura de apoio pedagógico, recursos para a realização das aulas, projetores, lousa digital, computadores (Data-Show), televisão.

As salas de aula da FVS contam com metragens distintas entre 50 m² e 60 m², o que possibilita a configuração de diversos ambientes de ensino e aprendizagem, como por exemplo, aprendizado em equipes em metodologias ativas e colaborativas. A IES possui 12 salas de aulas distribuídas entre três blocos térreos e 1 auditório com capacidade para 150 lugares.

As salas possuem acústica, climatização, ventilação, iluminação apropriadas e murais para recados.

As salas de aula possuem quadro branco para pincel, projetor, tela de projeção retrátil, acesso a rede wi-fi, mesa e cadeira estofada para o docente, e mobiliário adequado para discentes, sendo que as cadeiras são do tipo universitária com braço e espaço para guarda de material dos acadêmicos.

As salas possuem espaços reservados para portadores de necessidades especiais, tornando-se, portanto, apropriadas aos fins que se destinam.

A acessibilidade nas salas de aula é realizada por corredores amplos e planos, com piso tátil e sinalização para pessoas com deficiência visual, contêm placas indicativas de blocos e disciplinas ministradas em cada semestre, oferecendo condições para utilização com segurança e autonomia total ou assistida.

Para desenvolvimento das atividades acadêmicas são disponibilizados aparelhos de multimídia aos docentes. Como política institucional, também são ofertadas condições de compra com parcelamento e descontos para cada professor que queira adquirir seu próprio aparelho multimídia.

As salas possuem manutenção periódica, e são limpas diariamente por uma equipe especializada, o que gera um local com comodidade necessária às atividades desenvolvidas.

3.5 ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS ALUNOS

Na Faculdade FVS os discentes disporão de acesso aos recursos da informática para a elaboração de trabalhos acadêmicos e realização de pesquisas. Serão disponibilizados computadores alocados nos Laboratórios de Informática e na Biblioteca com acesso à rede mundial de computadores (internet).

A utilização dos equipamentos, tanto nos laboratórios quanto na Biblioteca, obedecerá a regulamentação própria em conformidade com os objetivos institucionais da Faculdade. As atividades acadêmicas desenvolvidas nos laboratórios contarão com a supervisão de pessoal qualificado e o agendamento de utilização respeita a ordem a solicitação docente.

O acesso aos laboratórios de informática e aos equipamentos da Biblioteca ocorrerá de forma individual e coletiva, sob autorização do (a) Coordenador (a) do Curso, segundo a natureza das práticas discentes. Existirá no campus da FVS, 01 laboratório de informática, totalizando 30 terminais, além de 03 terminais na biblioteca e wireless em quase todo o campus. Todos os terminais possuirão variados softwares devidamente legalizados, compreendendo editores de texto, planilhas de cálculo e acesso à internet. A velocidade de acesso à internet no campus será de atenderá as necessidades dos discentes a fim de que os mesmos possam realizar pesquisas e elaborar os trabalhos acadêmicos

A IES utiliza três links, de acesso à internet, sendo um dois da empresa Brasilink, com 400mb cada, e um da empresa Brisanet, de 200mb. Este último é utilizado como link de backup. Os links são utilizados para disponibilizar rede sem fio e acesso à internet aos discentes, docentes, técnico-administrativo e comunidade externa.

3.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

O acervo do Curso de Direito referente aos títulos indicados na bibliografia básica, com no três no mínimo por unidade curricular, está disponível na biblioteca virtual, atendendo aos critérios de qualidade e quantidade em relação ao número de vagas do curso, estando informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da faculdade. Há um contrato com a biblioteca digital para acesso aos livros virtuais E-book.

Tendo a gestão da IES optado pelo acervo híbrido, foi elaborado um Plano de contingência. O acervo foi indicado pelos professores e referendado pelo NDE do curso.

Neste contexto, o curso de Bacharelado em Direito, a FVS definiu a junção entre bibliografias físicas e virtuais, dando prioridade às bibliografias virtuais em razão da rápida atualização que se fazem tais suportes digitais o que é extremamente necessário ao curso em tela. Ao mesmo tempo, deve-se destacar a própria característica da IES de busca por se diferenciar como uma instituição que busca na inovação e na inclusão tecnológica a marca e o diferencial também dos seus alunos.

Desse modo, o NDE se reuniu e fez a verificação e indicação de cada um dos títulos utilizados para o curso, considerando a indicação os docentes, sendo que todos estão tombados, quando disponíveis físico, online nas plataformas digitais e ou no site quando trata-se de periódicos,

e devidamente referendados em relatório disponível para a comunidade acadêmica e MEC – Ministério da Educação.

Foram escolhidos o mínimo de 3 títulos para a bibliografia básica que devem ser atualizados sistematicamente a cada semestre pelo colegiado, conforme as necessidades do curso.

Todos os serviços oferecidos pela biblioteca estão devidamente informatizados para fornecer e recuperar informações de maneira rápida e precisa a seus usuários. A atualização do acervo da bibliografia do curso será feita de acordo com a necessidade e definidas nas reuniões de colegiado, sendo repassadas ao setor responsável da instituição. O acervo também será ampliado e atualizado mediante disponibilização de recurso orçamentário, conforme previsão de investimentos, além de doações de materiais.

Como opção, o NDE optou utilizar o acervo virtual pela possibilidade de atualização e acesso irrestrito aos alunos, bem como a ampliação da autonomia do discente, podendo realizar leituras na área de seu curso, como também de demais campos do conhecimento.

Na bibliografia básica, a renovação do material bibliográfico básico é indispensável para o desenvolvimento da disciplina e considerado leitura obrigatória. Nacional: são adquiridos pelo menos 3 (três) títulos para cada componente curricular, disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 10 (dez) a menos de 15 (quinze) vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo. O número de alunos deve ser discriminado no formulário de solicitação de material bibliográfico. Importado: os livros importados são adquiridos quando não existir adequada tradução em português.

3.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

Foram escolhidos o mínimo de 5 títulos para a bibliografia complementar, e que estão disponíveis na biblioteca virtual, mas que devem ser atualizados sistematicamente a cada semestre pelo colegiado, conforme as necessidades do curso.

Todos os serviços oferecidos pela biblioteca estão devidamente informatizados para fornecer e recuperar informações de maneira rápida e precisa a seus usuários. A atualização do acervo da bibliografia do curso será feita de acordo com a necessidade e definidas nas reuniões de colegiado, sendo repassadas ao setor responsável da instituição. O acervo também será ampliado e atualizado mediante disponibilização de recurso orçamentário, conforme previsão de investimentos, além de doações de materiais.

Desse modo, o NDE se reuniu e fez a verificação e indicação de cada um dos títulos utilizados para o curso, considerando a indicação os docentes, sendo que todos estão tombados, quando disponíveis físico, online nas plataformas digitais e ou no site quando trata-se de periódicos, e devidamente referendados em relatório disponível para a comunidade acadêmica e MEC – Ministério da Educação.

Como opção, o NDE optou utilizar o acervo virtual pela possibilidade de atualização e acesso irrestrito aos alunos, bem como a ampliação da autonomia do discente, podendo realizar leituras na área de seu curso, como também de demais campos do conhecimento.

A bibliografia complementar conta com livros nacionais ou importados necessários à complementação da bibliografia básica do curso, seja em nível de pesquisa e/ou conteúdo

programático das disciplinas ministradas na IES. São adquiridos, pelo menos, dois exemplares de cada título indicado (mínimo de 3 títulos por disciplina, sendo que nos casos em que haja demanda, ou por solicitação que justifique a necessidade, é adquirido um número maior de exemplares.

Biblioteca básica e complementar

O acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica e complementar, com no três no mínimo por unidade curricular para a bibliografia básica e cinco para a bibliografia complementar, está disponível na biblioteca de forma híbrida, atendendo aos critérios de qualidade e quantidade em relação ao número de vagas do curso, estando informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da faculdade. Há um contrato com a biblioteca digital para acesso aos livros virtuais E-book.

Tendo a gestão da IES optado pelo acervo híbrido, foi elaborado um Plano de contingência. O acervo foi indicado pelos professores e referendado pelo NDE do curso.

Neste contexto, o curso de Direito, a FVS definiu a junção entre bibliografias físicas e virtuais, dando prioridade às bibliografias virtuais em razão da rápida atualização que se fazem tais suportes digitais o que é extremamente necessário ao curso em tela. Ao mesmo tempo, deve-se destacar a própria característica da IES de busca por se diferenciar como uma instituição que busca na inovação e na inclusão tecnológica a marca e o diferencial também dos seus alunos.

Desse modo, o NDE se reuniu e fez a verificação e indicação de cada um dos títulos utilizados para o curso, considerando a indicação os docentes, sendo que todos estão tombados, quando disponíveis físico, online nas plataformas digitais e ou no site quando trata-se de periódicos, e devidamente referendados em relatório disponível para a comunidade acadêmica e MEC – Ministério da Educação.

Foram escolhidos o mínimo de 3 títulos para a bibliografia básica que devem ser atualizados sistematicamente a cada semestre pelo colegiado, conforme as necessidades do curso e o mínimo de 5 títulos para a bibliografia complementar, que devem ser atualizados sistematicamente a cada semestre pelo colegiado, conforme as necessidades do curso.

Todos os serviços oferecidos pela biblioteca estão devidamente informatizados para fornecer e recuperar informações de maneira rápida e precisa a seus usuários. A atualização do acervo da bibliografia do curso será feita de acordo com a necessidade e definidas nas reuniões de colegiado, sendo repassadas ao setor responsável da instituição. O acervo também será ampliado

e atualizado mediante disponibilização de recurso orçamentário, conforme previsão de investimentos, além de doações de materiais.

Como opção, o NDE optou utilizar o acervo virtual pela possibilidade de atualização e acesso irrestrito aos alunos, bem como a ampliação da autonomia do discente, podendo realizar leituras na área de seu curso, como também de demais campos do conhecimento.

Na bibliografia básica, a renovação do material bibliográfico básico é indispensável para o desenvolvimento da disciplina e considerado leitura obrigatória. Nacional: são adquiridos pelo menos 3 (três) títulos para cada componente curricular, disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 10 (dez) a menos de 15 (quinze) vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo. O número de alunos deve ser discriminado no formulário de solicitação de material bibliográfico. Importado: os livros importados são adquiridos quando não existir adequada tradução em português.

A bibliografia complementar conta com livros nacionais ou importados necessários à complementação da bibliografia básica do curso, seja em nível de pesquisa e/ou conteúdo programático das disciplinas ministradas na IES. São adquiridos, pelo menos, dois exemplares de cada título indicado mínimo de 5 títulos por disciplina, disponíveis na biblioteca de forma híbrida, e se for solicitado, haja visto a necessidade, é adquirido um número maior de exemplares.

3.7.1 Periódicos Especializados

Os periódicos especializados são indexados e correntes, abrangendo as principais áreas temáticas do curso. Alguns dos títulos relacionam-se a mais de uma das áreas de conhecimento e estão disponíveis no formato *on line*:

Revista Debates em Administração Pública – REDAP:

<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/redap>

REGEN Revista de Gestão, Economia e Negócios:

<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/regen>

Caderno Virtual:

<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual>

Boletim Economia Empírica:

<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/bee>

PERIÓDICOS DIREITO:

<https://faculdadegalileu.com.br/images/dire.pdf>

Revista Direito GV:

<https://direitosp.fgv.br/revista-direito-gv>

Cadernos de Direito:

<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd>

Revista Direito, Estado e Sociedade:

<https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/issue/view/88/showToc>

LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

NSA

3.10 LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE

Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e nas DCN.

NSA

3.11 LABORATÓRIOS DE HABILIDADES

Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC.

NSA

3.12 UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS

Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC.

NSA

3.13 BIOTÉRIOS

Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC.

NSA

3.14 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)

NSA para cursos presenciais que não contemplam material didático no PPC.

NSA

3.15 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS

NSA

3.16 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

NSA

3.17 COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)

NSA

3.18 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO

Exclusivo para cursos a distância com previsão no PPC de utilização de ambientes profissionais.

IV - BIBLIOTECA

A Biblioteca da FVS tem dimensão de 90 m², e está instalada em área que permite disponibilizar consulta direta ao acervo, espaço para estudos individuais, trabalho em grupo,

área de catalogação do acervo e processamento técnico, acesso para portadores de necessidades especiais, espaço para atendimento ao público, 9 Terminais de acesso e consulta de bibliografia com acessibilidade, área de leitura e computadores e 12 cabines de estudo, guarda-volumes.

A Biblioteca possui regulamento próprio, aprovado pelo CONSUP.

A Biblioteca é dotada de espaços físicos adequados, limpos, iluminados, ventilados e bem conservados. A FVS realiza rotinas diárias de limpeza e conservação dessas instalações.

A Biblioteca oferece condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Os portadores de deficiência física têm livre circulação nos ambientes da Biblioteca, inclusive na sala do acervo, que possui portas largas e espaço adequado entre as estantes. A Biblioteca também permite que, quando for o caso, alunos portadores de necessidades especiais tenham atendimento educacional especializado por meio de computadores, equipamentos e materiais bibliográficos adaptados às suas limitações, com base nas orientações providas pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão.

O local construído para oferecer uma experiência prazerosa à aprendizagem e à investigação bibliográfica, seja ela individual ou em grupo, conta com ambientes de estudo modernos, arejados, com privacidades e ergonomia. A Biblioteca da FVS tem horário de funcionamento.

Na Biblioteca da FVS existem áreas reservadas para estudos individuais bem como para estudos coletivos, com espaço e mobiliário adequados, proporcionando comodidade e facilidade para o acesso. Os espaços para estudo são bem iluminados, com refrigeração adequada, sem interferências sonoras, além de permanentemente conservados e limpos.

16. Do funcionamento

A Biblioteca da VIASAPIENS é de fácil acesso, inclusive para deficientes, dispõe de mesas para estudo, tanto em grupos quanto estudo individual, salas para estudo; ainda, possui um guarda-volumes com espaços para controle do acesso dos discentes às pesquisas.

A Biblioteca funciona de segunda à sexta-feira das 8h às 12h e das 14h às 22h.

17. PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O pessoal técnico-administrativo da Biblioteca é composto de bibliotecária e auxiliares de biblioteca, que serão devidamente treinados para o atendimento ao público, para os procedimentos ordinários do tombamento do acervo e para o manuseio do sistema informatizado de empréstimos.

O quadro abaixo mostra o pessoal técnico-administrativo lotado na Biblioteca, capitaneada que é pela Sra. Zélia Maria Souto Fernandes, bibliotecária devidamente registrada no Conselho Regional de Biblioteconomia/Ceará, sob o registro CRB-3 984.

| NOME | CARGO | FORMAÇÃO | | | |
|------------------------------|------------------------|----------|---|----|----|
| | | PG | G | EM | EF |
| Zélia Maria Souto Fernandes | Bibliotecária | | x | | |
| Gleicilene de Souza Ferreira | Auxiliar de biblioteca | | | x | |

18. Infraestrutura física da biblioteca

A Biblioteca da FVS possui a seguinte infraestrutura:

- Área de administração e processamento técnico para elaboração e desenvolvimento de projetos, programas e relatórios;
- Área de atendimento (serviço de referência e circulação);
- Área de armazenamento para o acervo;
- Cabines para estudos individuais
- Salas de estudo em grupo.

A área reservada para o acervo possui estantes, ambiente para leitura de jornais e revistas, mesas e cadeiras. A biblioteca oferece consulta informatizada pois, utiliza o sistema de gerenciamento das atividades de empréstimos, consultas, renovações e devoluções automatizado, o sistema UNIMESTRE. Usuários podem renovar e reservar livros no sistema online. A organização

do acervo é feita pela classificação CDD e tabela de cutter para notação de autor, os livros são organizados por assunto seguindo suas classes.

Observando os critérios de qualidade do SINAES, a Biblioteca visa atender à demanda de implantação dos novos cursos aumentando e melhorando a qualidade do acervo.

As salas de estudo em grupo deverão ser reservadas com antecedência. Não havendo agendamento, elas estarão disponíveis a todos os usuários.

A Biblioteca disponibiliza acesso à rede wireless internamente, para seus usuários.

18.1 Gabinetes Individuais para Estudo

São considerados usuários aptos a usufruir das cabines de estudo individual os acadêmicos com matrículas ativas na FVS. As cabines de estudo individual servem, exclusivamente, para a realização de estudos e trabalhos acadêmicos. As cabines individuais poderão ser usadas por todos os usuários, inclusive os que desejarem fazer uso de laptops. Não é necessário realizar reserva para a utilização das cabines. Na área destinada ao estudo individual, o silêncio é imperativo, e não é permitido alterar o leiaute dos ambientes (mudar mesas e cadeiras de seu local). É expressamente proibido fumar, consumir alimentos no ambiente das cabines.

18.2 Salas de Estudo em Grupo

São considerados usuários aptos a usufruir das salas de estudo em grupos os acadêmicos com matrículas ativas na FVS. As salas de estudo em grupos servem, exclusivamente, para a realização de estudos e trabalhos acadêmicos, necessitando reserva antecipada. A reserva deve ser feita com antecedência. Após 30 minutos do horário reservado, o grupo não comparecendo, a sala será liberada.

São permitidos de 3 (no mínimo) a 6 usuários por sala, dependendo do tamanho do espaço e, com autorização prévia. O tempo máximo de permanência é de 3 horas, podendo ser renovado por mais 1 hora apenas, caso as salas não estejam reservadas. Nas salas destinadas ao estudo em grupo, o silêncio é imperativo, e não é permitido alterar o leiaute dos ambientes (mudar mesas e cadeiras de seu local). É expressamente proibido fumar, consumir alimentos no ambiente das cabines.

19. Serviços prestados

A Biblioteca destina-se a disponibilizar recursos bibliográficos, informacionais, tecnológicos e acesso à informação on-line, especialmente, ao corpo discente, docente e técnico-administrativo da FVS para efeito das atividades de ensino, iniciação científica e extensão.

Todos os serviços oferecidos pela biblioteca estão devidamente informatizados para fornecer e recuperar informações de maneira rápida e precisa a seus usuários. A atualização do acervo da bibliografia do curso será feita de acordo com a necessidade e definidas nas reuniões de colegiado, sendo repassadas ao setor responsável da instituição.

20. Acervo

O acervo da Biblioteca da IES é composto de livros, periódicos, multimídia, revistas e jornais.

A catalogação do acervo segue o Código de Catalogação AACR2. A classificação é do tipo CDD, Tabela de Cutter. Todos os documentos estão preparados com etiquetas na lombada e disponíveis para empréstimo, com etiqueta classificatória, cutter, registro, volume e exemplar.

O acervo está instalado em local com iluminação adequada e as condições para armazenagem, preservação e disponibilização obedecem aos padrões exigidos. Há extintores de incêndio e sinalização bem distribuída.

A Biblioteca também é estruturada com acesso ao acervo digital por meio de contrato com as empresas: Minha biblioteca, Editora Sagah, Pearson e outras que permitem consulta online pelos usuários, facilitando o acesso digital e atualização de conteúdos. A FVS possui Plano de Contingência aprovado pelo CONSUP.

No que tange a Periódicos Especializados, o curso disponibiliza na biblioteca e no site institucional uma lista de revistas indexadas para que os alunos possam pesquisar e se utilizarem do material.

21. Tombamento, acesso e consulta:

Toda a bibliografia do curso de Psicologia está devidamente tombada e com acesso tanto aos alunos, quanto aos professores e gestores do curso, seja no âmbito físico (softwares de gestão da biblioteca) ou digital (web).

22. Atualização do acervo

A atualização do acervo é feita semestralmente a partir da indicação dos professores responsáveis pelos componentes curriculares na semana pedagógica e enviado à mantenedora para compra.

Da mesma forma, é disponibilizada toda as plataformas digitais Biblioteca Sagah, Pearson e Portais de Periódicos da área integralmente para que os professores possam pesquisar os livros que se adequam as necessidades do curso.

Ao mesmo tempo que, os livros serão atualizados pela própria biblioteca a partir de pedido de compra ou ampliação de acervo das plataformas digitais à mantenedora que já possui reserva de orçamento anual previsto para tal.

De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo bibliográfico e não-bibliográfico, os critérios de seleção e aquisição adotados são os seguintes:

- Adequação do material aos objetivos do curso e das disciplinas;
 - Autoridade do autor e editor;
 - Atualização e qualidade do material com idioma acessível aos clientes;
 - Conhecimento do acervo;
- Uso de instrumentos auxiliares (catálogos de distribuidores de material informacional).

22.1 Política de aquisição da IES

A seleção e a aquisição do acervo bibliográfico são feitas com base na bibliografia arrolada nos planos de ensino do curso de Psicologia, bem como pelas bibliografias recomendadas pelas Comissões de Especialistas do MEC.

Serão consideradas, ainda, neste processo de seleção e aquisição, as bibliografias encaminhadas semestralmente pelos docentes responsáveis pela coordenação de curso, sendo estas listas fruto de reuniões periódicas com professores e alunos do Curso de Psicologia.

De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo bibliográfico e não-bibliográfico, os critérios de seleção e aquisição adotados serão:

- Adequação do material aos objetivos do curso e das disciplinas;
- Autoridade do autor e editor;
- Atualização e qualidade do material com idioma acessível aos clientes;
- Conhecimento do acervo;
- Uso de instrumentos auxiliares (catálogos de distribuidores de material informacional).

23. Consulta

O sistema de consulta ao acervo está disponível em terminais, onde o usuário realiza a consulta e está totalmente automatizada e gerenciada por software de tombamento e catálogo bibliotecário. A classificação adotada é a CDD – Classificação Decimal Dewey, sendo que, para a notação de autor, é utilizada a tabela de Cutter.

24. Empréstimo

O sistema de empréstimo domiciliar é exclusivo à comunidade universitária da ViaSapiens e cada usuário recebe um ticket de confirmação de empréstimo, que é impresso no ato.

Toda a regulamentação de uso e empréstimos na biblioteca ViaSapiens estão disponíveis no regulamento da Biblioteca, disponível no site da IES.

25. Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos

A Biblioteca dispõe de um acervo e de atendimento específico por profissional técnico em biblioteconomia para auxiliar os usuários na elaboração de trabalhos técnico-científicos, fichas catalográficas, de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e Manuais de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos da ViaSapiens.

26. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas às dependências da IES, a VIASAPIENS constituiu políticas que visam a acessibilidade e atendimento prioritário.

Trata-se de um Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário que tem como objetivo promover a acessibilidade e inclusão de acadêmicos com necessidades especiais matriculados na instituição, assegurando-lhes direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações, bem como oferecer o atendimento prioritário e tratamento especial para acadêmicos e usuários em geral em situações que os impossibilitem de frequentar as aulas ou de constituir processos dentro da IES.

Entende-se por acadêmicos com necessidades especiais aqueles que apresentam problemas de deficiência física/motora, sensorial visual e auditiva; Atendimento Prioritário aquele dispensado às gestantes, aos idosos e pessoas com crianças no colo; Tratamento Especial aquele dispensado aos acadêmicos que por motivo de saúde fica impossibilitado de frequentar às aulas.

Pessoal técnico-administrativo

PG pós-graduação; **G** graduação; **EM** ensino médio completo; **EF** ensino fundamental completo.

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS OFERECIDOS

A instituição no que se refere a infraestrutura e serviços oferecidos, considerando os dispositivos legais existentes, proporciona aos seus acadêmicos a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos acadêmicos e das edificações, a saber:

Para Usuários Com Deficiência Física/ Motora:

- I. Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do acadêmico permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo, como: salas de aulas, laboratórios, sanitários, biblioteca, copiadora, cantina, serviços administrativos, coordenações e áreas de convivência.
- II. Acesso ao andares através de rampas ou elevadores.
- III. Delimitação de vagas em estacionamento na porta da faculdade.
- IV. Construção de rampas com corrimão, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- V. Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas, sinal de emergência, sanitário especial e barras de apoio.
- VI. Colocação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Para os usuários com Deficiência Visual:

- I. Mapeamento dos espaços de circulação – da entrada e calçada da faculdade até o seu interior.
- II. Identificação dos espaços acadêmicos em braille
- III. Colocação de anel tátil nos corrimãos
- IV. Placa de início e final de corrimãos.
- V. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:
 - a) Computador com teclado Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
 - b) Gravador e fotocopadora que amplie textos;

- c) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
- d) Software de ampliação de tela do computador;
- e) Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
- f) Lupas, réguas de leitura;
- g) Scanner acoplado a computador;
- h) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para os usuários com Deficiência Auditiva:

I. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, apoio aos acadêmicos portadores de deficiência auditiva.

II. Haverá serviços de tradutor e intérprete de LIBRAS, quando necessário e outras iniciativas, como:

- a) Colocação de LIBRAS como componente curricular obrigatório;
- b) Oferta de cursos de LIBRAS para docentes terem conhecimento acerca da singularidade linguística da pessoa surda, manifesta em sua produção escrita, e de como deve considerá-la em situações de avaliação;
- c) Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico;
- d) Aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita;
- e) Presença de profissional intérprete de LIBRAS em todas as reuniões de que participem surdos;
- f) Incentivo para que os bibliotecários conheçam LIBRAS;
- g) Garantia da divulgação de informações aos docentes para que se esclareça especificidades linguísticas dos surdos.

Os Meios de Comunicação e Informação:

Sabe-se que os recursos tecnológicos, multimeios, multimídias, jornal, celular, blogs, produções audiovisuais, leituras youtube, vídeos, rádio, quadrinhos, livros etc.,

estão sendo utilizados com maior frequência nos espaços acadêmicos, exigindo da equipe pedagógica capacitações que possibilitarão sua mediação na aprendizagem de forma mais

segura e eficaz.

Para que todos tenham acesso às novas tecnologias de informação e comunicação será garantida à equipe pedagógica capacitações frequentes e além disso, outras ações, tais como:

- a) Disponibilização de recursos visuais multimídias através da tecnologia da informação e comunicação.
- b) Atualização do site institucional para atender condições de ampliação da tela e texto, melhorando a acessibilidade do site.
- c) Disponibilização de telefone com transmissão de textos.
- d) Implantação de sinalização nas rotas de fuga e saídas de emergência com informações visuais e sonoras para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- e) Providências para manutenção e sinalização das vias de circulação interna da instituição.
- f) Implantação de sinalização, incluindo mapas táteis, para deficientes visuais.

Faz-se necessário oportunizar momentos de ajuda técnica especializada à equipe pedagógica quanto às orientações para o uso de multimeios e mídias adaptadas na didática docente para o acadêmico com surdez que acessibilizarão o conteúdo curricular, em nome da educação de qualidade para todos.

A faculdade se compromete a organizar sala com recursos multifuncionais que se constitui como espaço de promoção da acessibilidade curricular aos discentes dos cursos da instituição, onde se realizarão atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outros aspectos complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação.

Nessas salas, os discentes poderão ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos, sendo que o número de acadêmicos por docente no atendimento educacional especializado deve ser definido, levando-se em conta, fundamentalmente, o tipo de necessidade educacional que os acadêmicos apresentam.

ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

Fica garantido atendimento prioritário, conforme dispositivos legais, às gestantes

e idosos. Essa prática inclui:

- a) Divulgação, em lugar visível, do direito ao atendimento prioritário.
- b) Disponibilidade de assentos de uso preferencial sinalizados.
- c) Preferência no atendimento.

TRATAMENTO ESPECIAL

Existem casos excepcionais em que o acadêmico incapacitado de frequentar os trabalhos escolares, nos termos da Lei, para resguardar o seu direito à Educação, terá assegurado um regime de exercícios domiciliares. Esse tratamento especial consiste na atribuição, ao acadêmico, de exercícios domiciliares, com indicação e acompanhamento docente, para compensar sua ausência às aulas. Igualmente, a critério da Coordenação do Curso o acadêmico poderá prestar, em outra época, os exames que ocorrerem no período de afastamento.

Podem se beneficiar deste regime de tratamento especial:

a) acadêmicos portadores de afecções congênitas ou adquiridas, doenças infectocontagiosas, traumatismos ou outras condições mórbidas que impeçam, temporariamente, a frequência às aulas, “desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes” e que “a duração não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico”, incluindo, entre outros, os quadros de “síndromes hemorrágicas, asma, cardiopatia, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas etc. (Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, covalidado pelo Parecer CNE/CEB n. 6, de 7 de abril de 1988;

b) alunas grávidas, a partir do 8º (oitavo) mês de gestação e durante 3

(três) meses. O início e o fim do período permitido para o afastamento será determinado por atestado médico apresentado a instituição. Em casos excepcionais mediante comprovação também por atestado médico, poderá ser aumentado o período de afastamento, antes e depois do parto. Será sempre assegurado, a essas acadêmicas, o direito de prestar os exames finais (Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975).

V. RESPONSABILIDADE SOCIAL

27. VISÃO DA IES QUANTO À SUA RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social da Instituição traduz-se pela busca da compreensão das reais necessidades e potencialidades da região, assim como dos caminhos para que seu desenvolvimento ocorra.

A IES, por meio das suas coordenações de curso, orientará seus docentes para que ao longo do desenvolvimento dos conteúdos das disciplinas valorizem os aspectos relacionados à responsabilidade social e o desenvolvimento regional e do País.

Além disso, a presente proposta pedagógica prevê disciplinas voltadas ao desenvolvimento da compreensão dos impactos sociais e/ou econômicos e/ou ambientais, e ao desenvolvimento da capacidade de acompanhar e implementar mudanças nas condições de trabalho.

A VIASAPIENS prima pela inclusão social de seus alunos e egressos, desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma Instituição cujos princípios, embora sólidos, a permitam responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constante transformação. Os cursos superiores de Tecnologia e de Bacharelado da Instituição, conforme se afirmou nos primeiros itens deste projeto, materializam estes princípios.

Em outras palavras, busca-se a excelência educacional e a melhoria contínua, tendo como foco o aluno e o desenvolvimento da região. Em suas relações com a comunidade, especialmente quando esta se materializa na forma de associações de classe, empresas, instituições financeiras, organizações sem fins lucrativos etc., a IES tem como responsabilidade, entre outras:

- Atuar junto a essas entidades, construindo uma imagem favorável de si mesma;
- Promover seminários e cursos de interesse da comunidade e da Instituição seja por iniciativa própria ou em parceria e apoio com outras instituições;
- Identificar na comunidade acadêmica e empresarial professores e outros profissionais que tenham potencial para prestar serviços relevantes à Instituição;
- Identificar necessidades não satisfeitas no mercado e viabilizá-las em cursos de graduação, extensão e pós-graduação;
- Atuar junto a escolas e entidades carentes, ministrando cursos sem qualquer remuneração financeira; e
- Avaliar semestralmente seu próprio desempenho, principalmente no tocante aos seus cursos de graduação e, quando houver, pós-graduação e extensão, por meio do Plano de Auto Avaliação Institucional, desenvolvido de acordo com os princípios estabelecidos na Lei dos SINAES.

Esse intercâmbio com a comunidade contribui para o desenvolvimento da região, gerando mais empregos, capacitando profissionais para atender às necessidades das empresas e da comunidade em geral e formando cidadãos dotados de princípios éticos e

responsabilidade social. A IES desenvolverá também uma política de apoio aos alunos carentes.

Um exemplo é o Programa de Bolsas de Estágio, que tem como objetivos:

- Possibilitar, mediante recursos próprios, a concessão de Bolsas de Estágio a alunos de comprovada carência socioeconômica, matriculados nesta Instituição, visando o incentivo aos estudos e possibilitando o ingresso na carreira profissional;
- Incentivar a participação dos alunos em atividades que possibilitem a complementação da aprendizagem, através do engajamento em projetos específicos;
- Proporcionar ao aluno bolsista atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho e da iniciação científica.

Pode ser implementado, quando detectada a necessidade, o programa de “Bolsas-Incentivo”, que proporcionará uma mensalidade mais acessível aos alunos, bem como as bolsas mérito.